

# COMUM

Publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso  
Janeiro / Junho de 2006  
v. 11 – nº 26  
ISSN 0101-305X

*Mas como? Se, ao nomear um ser qualquer, por exemplo que nós hoje chamamos de homem, eu lhe dou o nome de cavalo e ao que hoje chamamos de cavalo lhe dou o nome de homem, terá esse ser o nome de homem por*

A revolução social do século XIX não pode tirar a poesia do passado, e sim do futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda veneração supersticiosa do passado. As revolução anterior

*A etnografia, ciência em que o relato honesto de todos os dados é ainda mais necessário que em outras ciências, infelizmente nem sempre contou no passado com um grau suficiente desse tipo de generosidade. Muitos dos seus autores não utilizam*

Deste logos sendo sempre o nome tornam descompassado, que ao ouvir quer tão logo tenham tornando-se todas (as col)

À primeira vista, a forma essencial do capitalismo ocidental tem sido influenciada pelo desenvolvimento das possibilidades técnicas. Sua racionalidade é h

# 26

No verão de 1875, Friedrich Nietzsche escreveu um longo comentário sobre o livro *O valor da vida - Uma consideração filosófica*, obra de Eugen Dühring publicada em 1865. Esse texto, que se transformou em fragmento póstumo, discute as relações da vida com os sentimentos, o sexo, a morte e o conhecimento. Com a publicação dessa tradução, realizada por Noéli Correia de Melo Sobrinho, abrimos o número 26 da *Comum* e oferecemos ao leitor um belo ensaio de F. Nietzsche até agora inédito em língua portuguesa no Brasil.

As idéias de Bruno Latour e de Gilles Deleuze motivaram os autores que assinam os próximos dois textos. Leticia Freire escreve artigo que apresenta o pensamento de Bruno Latour, com ênfase em sua proposta de uma “antropologia simétrica”, as contribuições da Teoria-Ator-Rede e as implicações dessa perspectiva teórico-metodológica para a atividade de pesquisa em ciências humanas. As concepções do devir e do agenciamento na obra de Gilles Deleuze é o tema central do trabalho de Rodrigo Menezes. Qual é o ponto de partida de algo? Qual é o futuro de algo? O artigo se propõe a mostrar que, a todo o momento, agenciamentos liberam linhas em devir de um sistema pontual histórico e que datar um agenciamento não é necessariamente fazer História.

Na seqüência, publicamos um conjunto de três textos cujo tema central é a comunicação. O primeiro é um ensaio, assinado por Aluísio Pereira de Menezes, que faz uma comparação entre o romance *Crash* de J. G. Ballard de 1993 e o filme *Crash* de David Cronenberg de 1996. O trabalho desenvolve análise que nos faz refletir sobre os efeitos provocados pelo filme, a composição e a função dos personagens. O que faz com que *Crash* seja considerado uma obra singular? Quais as questões que essa obra traz na sua estranheza? O segundo texto, de Fred Tavares, se propõe a investigar o discurso publicitário sob a ótica do consumo, com destaque ao processo da retórica da manipulação na narrativa da publicidade. O terceiro artigo é um trabalho apresentado por Marcos Alexandre e Renata Fernandes, onde os autores fazem uma análise sobre os jornalistas e os veículos de comunicação e concluem que se há alguém que possui o poder nesse campo eles são, efetivamente, os empresários da mídia.

Para completar esse número selecionamos dois artigos sobre um tema que nos mobiliza insistentemente, a segurança pública. Enquanto o trabalho de Kátia Sento Sé Mello apresenta uma análise sobre a constituição da Guarda Municipal de Niterói como um ator social no debate sobre segurança pública municipal, o artigo assinado por Paulo Teixeira discute o papel dos Conselhos Comunitários de Segurança no estado do Rio de Janeiro como canais de participação popular nas questões ligadas à segurança pública.

**Noéli Correia de Melo Sobrinho**

Doutor em Filosofia pela PUC-Rio, professor de Ciência Política da UERJ e da FACHA.

**Leticia de Luna Freire**

Psicóloga, mestre em Psicologia Social pela UERJ, pesquisadora do Instituto de Segurança Pública (ISP/SESP), membro do grupo de pesquisa “Psicologia e Construtivismo” (PPGPS/UERJ) e do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS/UFRJ).

**Rodrigo Carqueja de Menezes**

Mestre em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

**Aluisio Pereira de Menezes**

Professor titular de Teoria da Comunicação, Psicologia e Estética da Facha. Mestre pela Escola de Comunicação da UFRJ. Doutor pela Faculdade de Letras da UFRJ. Psicanalista. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental. Autor de algumas obras.

**Fred Tavares**

Doutorando em Psicossociologia pelo Instituto de Psicologia da UFRJ, mestre em Administração de Empresas, consultor empresarial, colunista do *site* [www.marketing.com.br](http://www.marketing.com.br), professor titular da FACHA e professor da UCB.

**Marcos Alexandre**

Mestre em Psicologia e pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela UGF, jornalista profissional, professor titular de Comunicação Comparada e Psicologia na Facha, diretor de Comunicação no Sinpro-Rio e assessor de imprensa na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

**Renata Fernandes**

Jornalista e assessora de imprensa no Sinpro-Rio.

**Kátia Sento Sé Mello**

Doutoranda em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do ICHF da Universidade Federal Fluminense; pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (Nufep) da UFF; pesquisadora associada ao Instituto de Segurança Pública da SSP do Estado do Rio de Janeiro; professora da FACHA.

**Paulo Augusto Souza Teixeira**

Major da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro; Coordenador do Setor de Conselhos Comunitários de Segurança do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

- 05 *O valor da vida de E. Dühring*  
Friedrich Nietzsche
- 46 *Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica*  
Leticia de Luna Freire
- 66 *Devir e agenciamento no pensamento de Gilles Deleuze*  
Rodrigo Carqueja de Menezes
- 86 *As formas de contato equacionadas por David Cronenberg*  
Aluisio Pereira de Menezes
- 117 *Publicidade e consumo: a perspectiva discursiva*  
Fred Tavares
- 145 *O poder hoje está na mídia*  
Marcos Alexandre e Renata Fernandes
- 169 *Igualdade e hierarquia no espaço público: o processo de  
constituição da Guarda Municipal de Niterói enquanto ator social*  
Kátia Sento Sé Mello
- 198 *Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública  
no Rio de Janeiro*  
Paulo Augusto Souza Teixeira

**Conselho Editorial:**

*Carlos Deane, Drauzio Gonzaga, Fernando Sá, Nilton de Agostinho Maia, Noéli Correia de Melo Sobrinho, Rosângela de A. Ainbinder.*

**Coordenação Editorial:** Fernando Sá

**Secretário Executivo:** Gilvan Nascimento

**Projeto Gráfico:** Amaury Fernandes

**Editoração Eletrônica:** André Luiz Cunha

**Impressão:** Corbã Editora Artes Gráficas Ltda.

**Organização Hélio Alonso de Educação e Cultura**

Instituição de caráter educativo criada em 08.08.69, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito da Educação nos níveis do 1º e 2º Graus e Superior, com cursos na área de Comunicação Social, Turismo e Processamento de Dados, bem como contribuir através de projetos de desenvolvimento comunitário para o bem estar social.

Sede: Rua das Palmeiras, 60 – Rio de Janeiro – Botafogo – RJ.

**FACHA**

Rua Muniz Barreto, 51 – Botafogo – RJ – Tel./FAX: (021) 2553-0405

E-mail: [facha@helioalonso.com.br](mailto:facha@helioalonso.com.br)

Diretor Geral: Hélio Alonso

---

**COMUM** – v.11 – n° 26– (janeiro/junho 2006) ISSN 0101-305X

Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso

2006

Semestral

220 Páginas

I. Comunicação – Periódicos.II. Educação

CDD 001.501

---

# O valor da vida de E. Dühring\*

Friedrich Nietzsche

Tradução: Noéli Correia de Melo Sobrinho

Prefácio de Dühring ao *Valor da vida*. Ele desfere ataques de todos os lados, acredita ter aplicado golpes na filosofia acadêmica, em primeiro lugar porque leva em consideração o futuro econômico da humanidade, em seguida porque reduz todos os conceitos de justiça ao conceito de vingança. Por outro lado, ele se reconhece em *acordo perfeito com o espírito do seu tempo* e acredita que as tentativas para escapar dele se chocarão exatamente com esse espírito. Mau estilo, falta de elegância e postura, mania viciosa de breves desvios [“pontos de vista materiais”, “nação se distancia do mundo do sonho onde se encontra o centro de gravidade da sua existência”, “prospecção”, “retrospecção”, “dimensões colossais que o pensamento deve aceitar”]. Na linguagem, há algo de ilógico, não absolutamente o que há de ilógico numa reflexão entusiasta, mas antes uma mistura de sujeira [imundície], de falta de nobreza e de ausência de esmero no estilo. Não ousou pensar em Schopenhauer, aí compreendido o que concerne ao *ethos*. — O “desespero do mundo” — bela expressão — o que dispensa de examiná-lo antes. Ele se apresenta como o “antagonista mais decidido” de Schopenhauer; mas ele tem, porém, “um grande respeito pelo esforço e pela execução”! — Ele liga a Feuerbach “a orientação jovem, vivaz, energética, graças à qual uma parte da dignidade da filosofia é hoje conservada, numa posição forte e coroada de sucesso ao obscurantismo”. Berlim 1865.

## Introdução

— “a força do otimismo reside na negligência e na ignorância” da desarmonia nesse mundo, o pessimismo “superpõe dois sistemas”, “não conhece a força do pensamento unitário”. — Assim, o otimismo seria a filosofia dos homens *mais lógicos* — para o que se deve raciocinar a partir do material disponível, mas eles se dão intencionalmente um material incompleto e negligenciam o resto. A solução dos pessimistas é ilógica; eles colocam juntos dois mundos logicamente incompatíveis: pois para eles, a ordem superior das coisas não pode explicar a inferior, mas suprimi-la, destruí-la. Frequentemente, eles tomam exatamente a irracionalidade cega como causa da existência do mundo real. Não é uma necessidade lógica, mas uma necessidade poética que engendra o pessimismo. Ao contrário, não é absolutamente a necessidade prática que engendra o otimismo: eles vivem ainda modestamente e se contentam com se servir disso para acrescentar uma justificação lógica e um sistema, quando os pessimistas os obrigam a isso. Assim, o otimismo é essencialmente *auto-defesa das pessoas felizes contra as afirmações dos pessimistas, o pessimismo é agressivo e tem como mãe a necessidade*. Ele é mais antigo e mais original *do que o otimismo*, produtivo, de maneira que ele ainda faz nascer *por si mesmo a sua própria contradição*. Ego.

*No campo dos julgamentos e dos valores práticos, não existe julgamento puro, nem conhecimento puro*. Na disposição das nossas tendências e das nossas intenções, se encontra a raiz de todos os nossos julgamentos negativos ou positivos sobre a vida. Isto, para servir à crítica da filosofia schopenhaueriana. Algumas representações não são absolutamente possíveis fora da relação a um querer. Cada *pulsão* é uma necessidade e contém já a *representação da existência de um objeto da satisfação*; a pulsão é assim produtora de idéias.

A oposição dos julgamentos puramente teóricos e das avaliações práticas é esta: um julgamento teórico opera de acordo com uma tendência, quer dizer, com uma coisa que *possui já* uma medida do que *deve ser*.

O julgamento total sobre o valor da vida é a resultante de determinações elementares; não pode haver conceito teórico que estabeleça previamente como a vida deveria ser constituída para merecer o nosso consentimento. São, portanto, pontos de vista tão absurdos quanto esse: é preciso negar o mal, pois não há mal verdadeiro senão do ponto de vista do homem. Ou melhor, Spinoza: nada é condenável em si; somente a vontade do homem rotula isso como bem, aquilo como mal. Perde-se toda norma para

uma avaliação prática, quando se renuncia assim ao humano. Além disso, se perde o julgamento moral [não se tem mais o direito de falar de bem e de mal, inclusive qualquer decisão que não fosse puramente teórica deveria ser tachada de ilusão]. — Portanto, o valor das coisas se mede pela *tendência*, por aquilo que se contenta com conhecer, não há mais nem bem nem mal, nem acatamento nem repulsa. Aquilo que não tem qualquer tendência só emite julgamentos puramente teóricos. Portanto, a mim me parece que qualquer elevação do julgamento sobre o valor da vida depende da elevação e da força da tendência, quer dizer, em primeiro lugar, do fim, em segundo lugar da intensidade da corrida, do impulso para o fim.

Qualquer avaliação positiva é uma tendência a favor, toda negação é uma tendência contra. Todo julgamento prático se torna uma inclinação positiva ou negativa.

Talvez o próprio *teórico puro* venha da forma fundamental do prático. O intelecto dá a lei do que lhe é conforme e do que não lhe é: portanto, do que deve ser e do que não deve ser: aprova-se o que é conforme a seu ser próprio.

*O julgamento sobre o valor da vida é, numa palavra, um movimento do sentimento [Gemüt]* — seja um impulso para a vida, seja uma repulsa. Dühring nega o ódio da vida: seria um impulso da vida que se voltava contra a própria vida.

Considerar o que há de imutável na subjetividade do homem, esta é, portanto, a tarefa prévia: com esta questão: a disposição da vida sensitiva e afetiva não seria incompatível com um desenvolvimento harmonioso do ser?

A questão de saber se este mundo é o melhor é uma questão absurda: não temos qualquer representação de possibilidades diferentes.

Dühring apresenta assim a sua tarefa: “os aspectos repugnantes da existência devem encontrar o seu esclarecimento na harmonia do Todo” [que expressão infame!]. — “O mal não se deixa transformar em bem”. “A dor continua dor, quaisquer que sejam as conseqüências”. “Ainda que o mundo não satisfaça plenamente nem à razão nem ao instinto, não possuímos qualquer meio racional à nossa disposição para examinar porque a vida contém o mal”. “O mundo e a vida são os dados positivos, a nossa reconciliação com os seus aspectos repugnantes não pode ser senão um fato positivo”. “Esta reconciliação é então ela própria dada somente sob a forma de uma *tendência*”. — Busca-se a resultante dos movimentos do sentimento tomados um de cada vez e se utiliza esta resultante como força de



resistência contra a diversidade das impressões. Alcança-se assim uma harmonia que não está sem dúvida sem dissonância, mas que apesar de tudo é uma harmonia. A reconciliação com o particular é produzida pela consideração do todo. A impossibilidade teórica de colocar a questão da razão da realidade positiva é ela própria já desarmonia. Só resta ao nosso intelecto a “idéia de superar os inconvenientes particulares com o auxílio da representação de uma unidade maior” do que possibilidade de modificar a representação particular com o auxílio da totalidade das outras.

Mas a reconciliação teórica não basta; se o pensamento estava em condições de trazer um repouso sem perturbação, então, a sabedoria contemplativa [como tudo aquilo que promete satisfazer somente pela teoria, por exemplo, a arte] mereceria a participação exclusiva dos homens. Mas ela não é o meio de dominar o mal. A filosofia deve precisamente reconhecer que um simples ordenamento das idéias não basta quando se trata de estar à altura do mal. É preciso o concurso da ação e da consciência do ato; a verdadeira modificação das impressões deve fornecer um outro fundamento para as representações; a tonalidade do acordo coletivo deve ser modificada.

Mesmo uma teoria que alcança uma visão harmoniosa do mundo não pode se abster da pressuposição de que a força do ato é necessária contra o mal. *Somente o que é IMUTÁVEL para os homens permanece estável e conveniente a um puro ordenamento das idéias.* Os atos estão primeiramente lá, onde a intervenção humana pode ainda mudar as coisas. O otimismo se torna freqüentemente desprezível porque, por *preguiça*, ele embeleza os males, muitos filósofos admitiram também a imutabilidade lá onde a energia humana tem ainda oportunidades de sucesso. “O julgamento sobre o valor da vida seria diferente segundo o aspecto que se estabeleça entre o imutável e o que é suscetível de ser modificado pelos homens”.

Estas são as idéias da introdução.

Em suma: visão que se tem do valor da vida é sempre a soma de várias avaliações particulares. Em nenhuma avaliação se trata de puro conhecimento, elas são totalmente afecções do sentimento; esta própria soma não é outra coisa senão uma afecção do sentimento: o julgamento sobre o valor da vida não pode jamais ser puro conhecimento. Eu acrescentaria, no entanto, que seria mais justo nomear todos esses julgamentos dos *conhecimentos impuros*: a impureza consiste 1] na maneira, por exemplo, muito incompleta como o material é dado, 2] na maneira de formar a soma: se,

por exemplo, se faz uma generalização falsa [a soma das nossas experiências *não pode* jamais justificar um julgamento sobre a vida], 3] porque cada peça do material é por sua vez o resultado de um conhecimento impuro; e isto de maneira absolutamente necessária: por exemplo, não se pode ter de um amigo um conhecimento completo, a ponto de ter um direito lógico de ter sobre ele um julgamento de conjunto. Todas as avaliações são apressadas e devem sê-lo. É o nosso ser que serve de medida; esta não é uma grandeza invariável; somos tonalidades afetivas etc.; seria preciso que nos conhecêssemos propriamente para avaliar corretamente a relação de uma coisa qualquer conosco.

Todos os julgamentos sobre o valor da vida por causa disso são falsos e ilógicos: seguir-se-ia então que não se deveria ter *qualquer julgamento*? Mas se fosse possível viver sem avaliar, sem experimentar aversão ou inclinação! Pois toda aversão depende de uma avaliação, assim como qualquer inclinação. Não existe pulsão que não seja acompanhada de conhecimento [do que é favorável ou nocivo]. — Somos originariamente seres ilógicos e por conseguinte injustos, E PODEMOS RECONHECER ISTO! Esta é uma das *desarmônias* mais monstruosas da existência! No entanto, temos em nós uma medida com o auxílio da qual avaliamos a existência, e que é completamente estável: esta medida é evidentemente o princípio da identidade. E esta medida é por sua vez a única harmonia que conhecemos. Parece-nos que o mundo desarmônico existe e que a harmonia do princípio de identidade é somente uma teoria, uma representação. Pode-se, no entanto, pensar, como sendo *real*, o que se contradita? Mas se fosse estabelecido, por exemplo, que sem o conceito de uma realidade harmoniosa, as coisas não podem absolutamente ser avaliadas, nem falsamente; portanto, julgar, determinar os valores, não é outra coisa senão avaliar o mundo “real” em relação a um outro, que tem MAIS REALIDADE para nós.

Portanto: a distinção dos dois mundos, no qual um é mais maligno, menos real em relação a um outro que é *mais real*, melhor, e *também a tese do pessimismo* são o dado prévio de qualquer avaliação; ela pertence à constituição do intelecto que julga que provém da identidade assim como do mundo que lhe é acessível. A formação e a constituição do intelecto não devem ser derivadas da atitude prática em relação às coisas, o intelecto não é uma produção do sentimento. Mas toda inclinação e toda aversão supõe já o intelecto e, nele, o princípio de contradição; *sem o elemento lógico*, não há também sensação, tonalidade afetiva, representação.

## I. A vida como totalidade das sensações e dos movimentos do sentimento

Chega-se à *totalidade das afecções*; é preciso também levar em conta aquelas afecções que são produzidas pelos sonhos. Em geral, é indiferente que uma afecção repouse sobre a verdade ou sobre o erro.

A vida *não é somente* a soma das excitações que penetram na consciência. Seus modos e suas intensidades são muito diversas. Os sistemas dos Antigos não retinham senão um modo e faziam dele a medida exclusiva do julgamento: a sensação nos epicuristas, a consciência abstrata nos estóicos. Foi assim que eles chegaram na prática a máximas falsas. Os primeiros procuravam as sensações agradáveis e subestimavam o poder das representações abstratas sobre o sentimento; os outros forjavam artificialmente o triunfo sobre a sensação e o afeto, caíam na afetação e se conformavam externamente com as regras do catecismo sem ter vencido internamente: dissimulação e comédia. — Inclusive a vida dos animais é feita somente de puras sensações; nas suas formas superiores, ela tem os movimentos do sentimento; por exemplo, desgosto. *O homem soçobra, quando ele soçobra, cada vez mais baixo do que o animal.* A renúncia a certos elementos da vida na sua totalidade é sempre acompanhada de uma degenerescência. — Existe uma concepção que faça dos movimentos do sentimento a medida exclusiva dos valores? Não somente o estoicismo, mas também toda a moral moderna colocaram o centro de gravidade da existência nas representações abstratas, no acordo com máximas totalmente abstratas, que não devem ter sua origem nos afetos. Mas não há motivos da ação e da eficácia que não tenham as suas raízes na sensação e no afeto. O jogo dos afetos torna compreensível todas as manifestações da vida, até mesmo a produção das idéias mais abstratas. As paixões pertencem à vida, não se tem o direito de supor que elas destruam a felicidade. A existência, sem amor e sem ódio, se torna um deserto. Os homens não querem uma paz monótona, eles procuram a excitação e a incitação. Eles buscam mais o sofrimento do que o prazer. Nada se faz de grande sem paixão, diz Aristóteles. A própria vida é esta grande coisa que não se pode realizar sem paixão. Fazer abstração das paixões conduz à ascese ou a um gozo terno e calculado dos sentidos; tudo aquilo que dá seu valor à vida é então destruído. No segundo caso, o homem soçobra mais baixo do que o ani-

mal, no primeiro caso, ele se torna um monstro odioso [“ele apalpa indiferentemente a raiz de todas as tendências”]. Lá, se opõe a uma parte das condições da vida, aqui, a todo o seu conteúdo. O suicídio comum é uma coisa relativamente inocente em relação à empresa de destruir a essência da espécie e não somente um indivíduo. Mesmo o assassinato pode parecer um crime menos grave do que a obra sinistra daqueles que envenenam a vida com suas acusações. — E as injúrias continuam desavergonhadamente: do tipo: “o desenraizamento de tudo aquilo que é grande e nobre, o desprezo e a hostilidade em relação a todas as sensações e a todos os sentimentos humanos” — “de acordo com o desregramento e o esgotamento extremo” — “uma pretensa filosofia progride então para semear o ódio da vida e do ser vivo”. Mas que se pense em Buda, em Cristo etc.! “O indivíduo é desculpado se ele entra no claustro; nada pode se tornar doutrina geral sem possuir o caráter de um crime intelectual”. Quer dizer: o indivíduo pode ser desculpado pelo caráter negativo da sua prática; mas não o indivíduo que tira disso uma máxima teórica geral, o que seria um crime contra o intelecto. “Se os liames da humanidade fossem mais solidamente atados, estas tristes exceções desapareceriam, o sentimento não estaria mais ligado ao egoísmo de suas próprias aspirações, a habilidade individual não teria o poder de submeter a si os afetos que se relacionam a uma totalidade mais ampla, à humanidade. A força da paixão seria conservada; a força do amar e do odiar escaparia à potência assassina do destino particular”. Mas tudo isto está completamente torcido! Em primeiro lugar, não se pára de admitir que os ascetas são ascetas por egoísmo, que o seu destino individual somente os levou a odiar a existência. Em segundo lugar, não se é sensível a nada do que o pathos da ascese tem de eficaz para todos, na seqüência universal do seu consolo; na sua forma mais elevada, é precisamente a morte e o sofrimento para todos. Em terceiro lugar, se confunde a angústia estragada com este desvio da vida. Quando se diz: “se os liames da humanidade fossem mais solidamente atados, estas tristes exceções, este suicídio do espírito, desapareceriam”. Acredita-se então mais seriamente no mundo em que uma vida de solidão não poderia jamais ser uma vida para os homens e que, ao se afastar da vida, se afastava também dos homens. De fato, ocorre o contrário; gostaria de saber que liames mais nobres poderiam ligar em geral os homens, caso se pudesse suprimir o trabalho dos ascetas solitários, quem quer que eles fossem! E também o suicídio do espírito! Que se pense em Empédocles, em

Schopenhauer, em Leopardi que assumem aqui aparência de “criminosos contra o intelecto”, em Lutero e em muitos outros. Não parece que o “espírito” morre exatamente nesta maneira de considerar a vida!

Depois, ele pretende afastar as doutrinas da mortificação com grandes golpes de novas abordagens enganosas [“a tonalidade afetiva deve sensivelmente se afastar do comportamento normal” — a insinuação habitual da loucura de todos os ascetas e de todas as filosofias ascéticas!]. É por isso que esta “caricatura do humano” não deve ser um adversário muito perigoso. — [porém, em todas as religiões que possuíam um poder formidável, os homens mais sérios viveram e ensinaram segundo estes princípios!]

Mais perigosa seria a moral, que se sacrifica às abstrações.

Eu acrescentaria que a formação do ascetismo exige talvez um erro intelectual [que concerne à alma e ao corpo, o corpo enquanto lugar dos afetos, como em Platão]; mas este erro somente concerne à *representação* da matéria da qual o homem se liberta do *querer-viver*; mas o instinto que impulsiona em geral para se livrar dele não tem nada a fazer com ele, não deve ser derivado do intelecto. Que tal instinto tenha podido precisamente surgir nos homens mais nobres, dá, porém, uma medida do valor da existência; não se pode se livrar disso com injúrias; ainda que um erro monstruoso se encontrasse aí, a possibilidade deste erro pertenceria ainda aos aspectos sombrios da existência. Dühring se irrita, sobretudo, contra a ausência de afeto de que ele foi objeto; mas se alguém renuncia ao *pathos* e sabe se tornar totalmente *ἡθoς*, isto tem para nós muito mais valor e a possibilidade desta atitude é precisamente para nós objeto de nostalgia. O advogado do *pathos* faz mesquinha figura quando exalta a vida. Se nada de grande se faz sem *pathos* [o que é duvidoso —], uma estranha luz cai sobre a vida; basta ver o trágico no nascimento de qualquer grande coisa, ver uma tragédia na própria vida. “A nossa moral é um culto celebrado aos ídolos, que sacrifica as motivações da vida a abstrações ocas”<sup>1</sup>. A injustiça, por exemplo, o maior mal que o mundo conhece [duvido disso!]; abster-se dela, a primeira condição de um apaziguamento do sentimento. Ela não tem esta propriedade porque uma regra abstrata a designa como condenável; foi um instinto que engendrou o conceito de injustiça, o instinto de represália, a vingança; e é a esse afeto que remetem os conceitos exangues de justiça e de dever.

A moral quer determinar o valor dos diferentes tipos de comportamento: para isso, ela tem necessidade de uma medida. Esta medida con-

siste nas determinações involuntárias que a natureza deu, o fundamento dela está nas pulsões e nos afetos. O intelecto puramente teórico não pode produzir qualquer dever. Uma moral que condena toda a esfera dos sentimentos imediatos é uma hipocrisia vã.

“É assim que os falsos princípios da avaliação *moral* se opõem a uma verdadeira aprovação da vida”. Ele busca então desacreditar o equilíbrio do espírito, isto não tem importância, isto dependeria das forças que se encontram em equilíbrio. O aparecimento de um equilíbrio se deve à natureza e à medida das sensações e dos movimentos do sentimento que estão ligados entre si; a força abstrata só diz respeito à determinação de fatores isolados, e não ao todo. — Tudo isso é pensado confusamente ou mal expresso.

A degenerescência dos sistemas da moral provém do fato de se negligenciar a diferença entre os movimentos do sentimento que se relacionam com o homem como indivíduo e aqueles que se relacionam com o comportamento dos homens entre si. Que se imagine um homem solitário no mundo, faltaria a ele uma fonte essencial da alegria e do sofrimento: não haveria qualquer afecção de simpatia, amor e ódio, não haveria qualquer inveja e vingança. A injustiça e a infidelidade lhe permaneceriam incompreensíveis. O homem tem necessidade não somente da natureza, mas também do seu semelhante. À profundidade da dor [quando o homem fere o homem] corresponde a elevação da alegria [quando o amor, a honra, a glória são satisfeitas]. De uma à outra, o espaço de jogo é extraordinariamente grande: isto se deve ao fato de que o homem todo pode se tornar objeto para um outro; não são as experiências particulares, boas ou más, que trocamos entre nós, mas é o espírito de que cada experiência particular é para nós a expressão que nos move assim até o mais profundo do nosso ser. As necessidades puramente egoístas da vida e aquelas que aparecem no contato com os homens, a alegria egoísta e as alegrias da simpatia não são equivalentes. É infame taxar de egoísmo o auto-sacrifício e negar os sentimentos desinteressados! Piedade e amor têm o seu centro de gravidade na representação do ser estranho, vingança e ciúme procuram a preservação do eu-próprio. Algumas doutrinas pretensiosas procuram certamente o isolamento subjetivista, com, além disso, uma unidade abstrata de todas as afecções: elas instauram um império do egoísmo. Não desonerar Spinoza disso. Ao contrário, Kant testemunha um primeiro pressentimento daquilo de que se trata: corte entre a moral cujos fins são determinados pelo ponto de vista das necessidades humanas e a moral que

leva em conta a consideração recíproca dos homens. Ele deprecia a primeira como sendo somente uma simples técnica da vida; aí reside a sua parcialidade. Ao contrário, Dühring: “A inteligência superior da essência da vida depende da distinção que somos capazes de fazer entre o mal que é a conseqüência do ferimento injusto e os danos que nos sobrevêm do acaso e da necessidade”. “Tudo aquilo que o ponto de vista da vantagem própria taxou de erro e de virtude desaparece em face da significação do comportamento no qual o homem favorece ou fere o seu próximo”. “As impressões do sentimento num ou noutro casos são *absolutamente diferentes*”. “Isto explica que lastimamos, certamente, as piores faltas cometidas contra o nosso próprio bem, sem, no entanto, sentir a queimadura que acompanha o sentimento de injustiça”.

## II. A diferença como objeto próprio dos sentimentos

É nas mudanças que a vida busca o seu prazer, na passagem dos abalos de um estado a outro. Talvez a própria uniformidade da tonalidade afetiva não seja nada senão uma multidão de abalos nos quais nenhum é perceptível isoladamente. Mas desejamos a não-uniformidade dos abalos, a sua grande energia, em todas as mudanças; colocamos a mudança lá onde se encontra o ponto culminante da sensação. *Somente a mudança é essencialmente experimentada*. A tensão das oposições é necessária para a formação de qualquer outra sensação mais forte. O olho percebe mais fortemente a mudança do que a permanência das excitações luminosas: se diz a propósito disso que o *hábito embota*. Fisiologicamente, este fenômeno repousa nas repetições da mesma impressão instantânea, separadas por intervalos vazios. Uma grade que deixa penetrar os raios do sol; o olho não suporta a mudança brusca do claro para o escuro, a excitação intensa e sua falta quase total. Qualquer sensação existe na forma de um ritmo desta espécie, o vazio e o pleno alternam aí como no caso da grade. Daí o cansaço. Um som muito prolongado se torna penoso com o tempo: não se pode olhar uma imagem durante muito tempo. Assim, experimentamos mais vivamente o começo de uma afecção, porque o prolongamento da sua excitação traz consigo o cansaço: portanto, o hábito é a expressão de certo cansaço; prolongado por mais tempo, ele engendra o desgosto.

O *aborrecimento*: deve ser explicado pela ausência de excitações da vida, lá onde a mesma atividade sempre se repete; nos casos favoráveis, ela se

transforma em angústia e aí encontra o seu fim. Mas o instinto da vida é freqüentemente muito frágil para engendrar uma intensidade do aborrecimento tal que leve a recusar a situação: a pior espécie de desprazer! Caso contrário, o aborrecimento é uma força de impulsão; ele condena a atividade atual do espírito e o incita a passar a um novo estado. Não se paralisa, portanto, a vida senão lá onde a preguiça do instinto da vida está já instalada. [Ele diz isso contra Schopenhauer: mas o que é esta inepta “preguiça do instinto de vida”]. “Lá onde a força motriz do sentimento é destruída para sempre, há desarmonia entre as representações do intelecto que está ainda vivo e algumas excitações da vida ainda acessíveis ao sentimento *embotado*”. Ele pensa nos ascetas e nos filósofos do ascetismo: eles se aborreceriam; portanto, por “morte parcial da capacidade de viver”; ele aconselha aí arranjar-se artificialmente e se limitar, sobretudo, ao poder abstrato de representação; o velho começa a perceber a atração das imagens afetivas enfraquecidas, e ocorre o mesmo com aqueles que “uma usura prematura das forças da vida” torna semelhantes ao velho. Não se deve então *se proteger de nada*, senão “recuperar a fresca excitação da vida”; “quando a tendência se torna supérflua, a existência morre”. É a isto que se deve renunciar; então desaparece o caráter paralisante atribuído ao aborrecimento. Esta é, portanto, uma esfera mais estreita da vida, comparada com a vida plena e inteira.

Sempre se experimenta somente a diferença, se deve conhecer a medida das tendências para poder julgar a existência e a grandeza da satisfação.

Se os homens não considerassem as situações duráveis com indiferença, então, eles se dariam conta também de que pode haver uma felicidade na infelicidade. Tudo depende do quadro, de uma vez por todas, da vida: dentro dele pode logo haver satisfação ou não. O estado que excitou fortemente se torna logo indiferente e forma a nova base indiferente da nova fruição da vida.

A chegada à vida é também uma passagem: a excitação totalmente nova se levanta mais forte do que nunca contra o vazio e a indeterminação relativos ao impulso vital. Cada indivíduo é um novo ponto de vista, que faz entrar um mundo novo na consciência.

[Mas é antes também mitologia e misticismo, e inclusive não *convencida!*]



### III. A forma fundamental na série de excitações da vida

Alternância de altos e baixos, a onda é o tipo mais simples. A forma das vagas em quase todos os processos da natureza: é nela que os movimentos se propagam. O ritmo domina toda a existência pretensamente morta.

As vagas são as alternâncias de crescimento e diminuição de uma matéria na qual não obstante a quantidade permanece constante. Sua forma fundamental é: alternância de contração e expansão. A energia dos sentimentos se desenvolve numa perpétua alternância de altos e baixos, os estados persistentes são um ritmo que retorna regularmente; mas do qual não distinguimos isoladamente as pulsações. É assim que experimentamos as impressões luminosas e sonoras como *contínuas*, ainda que sejam rítmicas. Mas a sensação como tal não é um movimento. E se buscamos representá-la como tal, é preciso que pensemos esta força em sentido inverso. O movimento não impedido de uma massa no espaço vazio não é representado, do ponto de vista da nossa sensação, como sendo uma força. O movimento pertence totalmente ao lado formal do nosso pensamento e não tem nada a fazer com a sensação. A sensação é o sinal de um movimento tornado estaticamente perceptível, quer dizer, suprimido. A representação segundo a qual a sensação é a expressão direta de um movimento suscitado em nós é falsa. Não percebemos o movimento como tal.

Portanto: nos estados de continuidade da sensação, há um ritmo elementar. E nas sensações descontínuas? Há uma mudança periódica comparável? Em cada classe de sensações, a alternância de altos e baixos é completamente manifesta. Mas diferentes estados do sentimento parecem se seguir irregularmente. Os pontos culminantes da vida têm a aparência de picos isolados.

Uma desarmonia, quer dizer, uma mistura de acordo e antagonismo, parece ser a verdadeira forma da vida. O que dá seu encanto ao jogo é o movimento que está abaixo da fronteira da plena harmonia. Aqui, Dühring toma bastante emprestado a analogia da música e da vida; a sua doutrina está, aliás, contida sob uma forma simbólica e mitológica na minha concepção do dionisíaco e do apolíneo. O dionisíaco é então o fundo desarmonioso que aspira o ritmo, a beleza etc.. O ritmo da vida orgânica — em que medida ela se adapta à forma das excitações que aqui irrompem: em primeiro lugar, pode ser que se experimente a contradição até a destruição total da sensação, por outro lado, o ritmo da vida orgânica, pelo

menos por algum tempo, pode ceder completamente às sensações que irrompem se transformar nelas — tudo isso é o fenômeno dionisíaco. Ao contrário, a reação medida à irrupção das excitações, a conservação do ritmo próprio, o ordenamento recíproco das duas formas do ritmo, enfim, a transferência do ritmo próprio para as excitações que irrompem [= beleza] é o fenômeno apolíneo].

Por que Schopenhauer atribuía tal dignidade à música? Dühring explica isso assim: a sensação se liga imediatamente ao som [a música é “um meio da expressão”]. Quando se trata de resumir o mundo da sensação e do sentimento, então, a música é o domínio abstrato desejado. Porém, Schopenhauer torna a objetivação totalmente culpada da morte da existência. Ele volta, portanto, os seus olhares, com uma nostalgia mística, para um domínio que corresponde à ausência de constrangimento e à liberdade que há no mundo dos sons.

#### **IV. O curso de uma vida humana**

É o conhecimento que une as experiências da vida numa consciência unitária e, na medida em que ela se transporta para além da vida individual, ela capta o destino universal e sufoca nele a angústia do instante. É assim que ele se torna filosofia e conduz à crença no valor da existência. [Deve ele para aí conduzir realmente? O conhecimento do destino *universal* — não poderia, ele, somente ele, “*sufocar*” a angústia do indivíduo no presente, porque este destino é um peso assim tão pesado e uma dor assim tão forte, porque é somente enquanto dor mais intensa que se fica insensível à multidão das pequenas dores? A crença no não-valor da existência não é um narcótico contra o individual, assim como a crença no valor?].

Se estivéssemos limitados à nossa memória e expectativa próprias, não conheceríamos mesmo o nascimento e a morte: assim como a espécie humana inteira os ignora. [Origem totalmente oculta, naquilo que concerne ao futuro, dúvida sobre se a humanidade tem ou não um fim]. Se soubéssemos como a população de um outro corpo do cosmos foi destruído, a nossa consciência do mundo seria poderosamente reforçada com isso. Se aprendéssemos também algo semelhante quanto ao fim atribuído à nossa espécie, o centro de gravidade das nossas tendências se deslocaria; não acreditaríamos mais satisfazer uma significação *eterna* na ciência, na arte e nas instituições sociais. [O que me leva a pensar na quantidade de ilusões

desse gênero compartilhadas por alguns povos e que são já reconhecidas como tais; a cada vitória olímpica, os Gregos acreditavam que o mundo inteiro, aí compreendido os deuses, tinha os olhos fixados nesse acontecimento]. Não haveria esta indeterminação das perspectivas, tudo deveria se tornar mais prático. A imortalidade da espécie é o pressuposto mudo de todas as nossas representações superiores. [Gostaria que se examinasse a dívida da humanidade em relação ao imaginário, ao pensamento impuro e mesmo quando uma vida superior é possível, uma vez que o ceticismo [*skepsis*] começa a dominar, por exemplo, a arte é ainda possível?].

A forma fundamental da vida da criança é o presente; falta todo o acréscimo de alegria ou de sofrimento que a conservação na representação carrega com ela; está é uma oportunidade! A fome e a sede são certamente sentimentos muito mais fortes aí do que nas idades posteriores. Toda a vida da criança tem um ritmo muito breve; ao trabalho agitado do crescimento corresponde a agitação das sensações. Na nutrição, o organismo não deve somente manter o equilíbrio do metabolismo, mas também fornecer um excedente: isso deve levar a sensibilidades a sofrimentos manifestos; como os sinais o indicam. — Os choros precedem o riso; eles predominam em todo caso. — Que se pense na contradição que há na indigência e na desordem de uma representação consciente que sente a impotência dos seus esforços para mudar a situação, se avaliará então até que ponto é feliz a disposição da natureza que não projeta a luz do conhecimento sobre todos esses momentos. [E, no entanto, o conhecimento atinge no filósofo um nível tal que o homem isolado, na sua desordem em face da 'υα'γκη [carência] universal, aparece para si mesmo exatamente como uma criança que se tornou consciente!]

A brincadeira é o trabalho próprio da criança e é para ele também uma necessidade, tal como é a atividade produtiva para a idade madura. [De acordo com a maneira como uma criança brinca, se pode facilmente deduzir a sua atividade futura]. A brincadeira é a atividade mais séria para uma criança, não é um passatempo supérfluo como os adultos pensam freqüentemente. Não se definiu mesmo a nossa existência tão seriamente como um jogo? Como do puro nada poderia sair outra coisa que não um ordenamento arbitrário das condições da vida? Assim, a existência teria o caráter de uma distração escolhida livremente e não teria criado dificuldades senão para superá-las. Dühring acha a idéia insípida: esta era de resto a idéia de Platão<sup>2</sup>: somos os joguetes dos deuses. “A vida não é um jogo, pois

ela envolve verdadeiros sofrimentos”; como se isto não fosse verdadeiro para o jogo das crianças!

Cada idade da vida tem o seu próprio direito à atenção, não se devem tratar as primeiras como se fosse somente um meio para as seguintes. O fim não pode estar sempre fora do presente<sup>3</sup>.

A criança é bem mais do que um simples objeto da educação. Os pedagogos só pensam freqüentemente no que eles *devem fazer* com a criança: a criança vive no presente, eis o contraste.

Separar estritamente as lições do jogo. A escola deve mostrar uma sobriedade séria que prepara a criança para a vida. Superar as dificuldades e tomar consciência das nossas capacidades são acompanhadas de uma alegria que supera em força a alegria do jogo. Em relação a certas condições artificiais da escola, aqueles que vêem nela o começo da morte da vida têm razão: esta era uma existência de prisioneiros. Mas o trabalho de aprendizagem pode se tornar uma alegria e uma satisfação, são as situações fortuitas e modificáveis que fazem dela o contrário.

Princípio estúpido segundo o qual só se trataria de aprender a trabalhar e exercer suas forças! Dühring tem razão em dizer que esta é uma ironia em relação à essência da vida. [Aí se oculta geralmente o fracasso da pedagogia, por exemplo, no liceu]. Esta máxima faz abstração do sucesso, corrompe a relação natural do esforço e da recompensa; de fato um tormento que não encontra qualquer compensação adequada. Por outro lado, é cômico começar por fazer da vida uma corrida de obstáculos. A natureza não ligou a satisfação ao esforço, mas ao êxito: esse sentimento se atenuaria para dar lugar à repugnância que carrega consigo uma ocupação essencialmente inútil.

O sentimento da criança tem como fronteiras a casa e a família; o bem ou o mal que lhe acomete tem uma intensidade acrescida por esta limitação do seu horizonte. O maior mal é a injustiça de um ferimento que o homem faz ao homem, a maior felicidade é aquela que nasce de qualquer tipo de inclinação. Como é importante para uma criança fazer ou não fazer uma experiência do amor dos seus pais! O amor dos pais é, além disso, uma pulsão independente do intelecto, e que tem suas raízes no sensível; é por isso que ele pode ser destruído pelas pulsões opostas, ele tem necessidade de um suplemento na ordem do intelecto. A justiça para com a criança não pode ser substituída pelo amor. A criança tem o instinto mais agudo daquilo que é justo, pois esta necessidade de justiça tem suas raízes

na pulsão natural, ela está associada à necessidade de vingança. O sentimento infantil odeia, nesse caso, até os pais.

As experiências posteriores a tornam mais indiferente a certas formas da injustiça. Mas de fato a disciplina doméstica é raramente o modelo de um comportamento justo. A propósito disso, o que é visado pela família é mais a subordinação do que a igualdade dos direitos.

A distinção do justo e do injusto é muito simples para aqueles que sofrem, mas ela traz dificuldade para aqueles que cometem uma injustiça; o conceito do justo surge precisamente naquele que sofre. É porque aqueles que sofrem se vingam que eles professam a justiça para todos. Pressupõe-se força de resistência naqueles que sofrem uma injustiça: não existe direito igual senão para forças iguais, portanto entre os iguais. Em todo lugar onde a natureza produziu a injustiça, a validade do direito subjetivo está numa posição ruim. Nestas relações, deve haver também certa justiça, mas a sua origem não é a origem habitual, ela é involuntária. Toma-se o conceito de comportamento justo lá onde ele se forma mais habitualmente, mas este sentimento da justiça surgido de maneira abstrata é mais fraco e indeterminado do que o outro, aquele que jorrou da pulsão. É evidentemente na *escola* que a justiça se encontra na posição mais deplorável: pois aí falta ainda o amor, tal como reina na família. Na escola, a única garantia é o pensamento de um fim abstrato. Um professor que é um mestre-escola da justiça é também numa certa medida uma oportunidade para o aluno, em comparação com um professor que age de acordo com as suas disposições e o seu humor. — O que é mais difícil de esquecer é a injustiça que o aluno sofreu. É mesmo sinal de certa nobreza de disposições o fato de as feridas da idade tenra deixar traços duradouros.

Meninos e meninas levam uma vida relativamente calma até o advento da vida sexual. É então que o sentimento da vida atinge o seu cume. As rivalidades pela honra, as paixões da vida em comum logo aí se reúnem. A natureza e o mundo social se dividem agora no homem, a primeira o captura pelo amor, o segundo pela honra; é em torno disso que gravita a seqüência da vida.

O que é a *honra*? Em primeiro lugar, é preciso afastar uma multidão de caricaturas. — Ora a honra significa a mesma coisa que a justiça, ora um reconhecimento excepcional. Os atentados à honra, as ofensas são atentados contra a justiça, as intervenções na esfera de uma vontade estranha. Dühring diz a favor do duelo: “As ofensas grosseiras, convenha-

mos, devem ser vingadas; mas as ofensas do tipo mais refinado e mais espiritual devem ser consideradas como nada? Isto não levaria a insensibilizar o sentimento da justiça?” —

A autodefesa é a forma originária de toda justiça; este fundamento originário não pode jamais desaparecer completamente. A justiça oficial é somente a autodefesa organizada em vista da vingança da injustiça. Assim, não é de admirar que a autodefesa, na medida em que ela é o fundo gerador, supra as insuficiências da sua organização. As penas infamantes não bastam absolutamente para a consciência natural da justiça. Talvez uma parte da rejeição à divulgação pública das ofensas à honra desaparecesse se, em lugar da justiça de funcionários, houvesse uma espécie de tribunal de jurados. No entanto, resta sempre os casos em que somente a defesa privada é possível [quer dizer, em caso de ofensa mortal, que não se presta precisamente a um tratamento público].

O modo germânico do nosso conceito de honra era estranho aos Antigos. Mas não se deve esquecer que a representação natural da necessidade de vingar a injustiça não estava ainda cristalizada neles por um princípio antagônico. Logo a vida em comum vinha ao primeiro plano e assim as relações privadas estavam ao abrigo de um refinamento artificial do conceito de justiça.

O homem, por pouco que ele queira ousar viver, permanece o senhor do seu destino e da sua honra.

A *honra*, que permanece exposta à ofensa, é um conceito negativo. — Completamente diferente disso, o reconhecimento de privilégios e de méritos particulares — algo de positivo! Ela atravessa com sua magia todas as idades da vida. A representação da opinião que os outros têm de nós tem sobre o nosso comportamento um poder extremo. Esta honra é tão-somente a aprovação que a nossa maneira de ser e de agir encontra nos outros. Todo mundo se esforça para obtê-la: num grau supremo, o extraordinário tem necessidade de um reconhecimento objetivo: mesmo sob a forma da reputação póstuma. [A mim me parece que o mais importante é o seguinte: os nossos feitos e gestos são as manifestações mais elevadas do nosso eu e, no conjunto, representam o nosso ideal: queremos atribuir a ele uma vida própria que não tenha somente a duração de uma vida humana. Nós mesmos consideramos as nossas obras como uma força e uma grandeza exteriores a nós, das quais podemos retirar consolo e coragem]. Esta é a necessidade de afecção simpática e não a falta de julgamento e de

convicção própria; nos sentimos importantes quando obtemos o assentimento [nos sentimos sobretudo *mais fecundos!* Todo amor e toda afecção são um sinal de fecundidade].

Ser acometido pela desonra [*ατιμία*] é recusar e desprezar o nosso ser e os nossos atos, não é atentar contra a honra [*νδρις*]. É um julgamento de exclusão<sup>4</sup>. Reconhecimento e desprezo, as maiores potências morais da vida social. O ser do homem é desenraizado quando suspeitamos do conceito de sua honra. A objeção mais forte é que não seria possível fazer a distinção senão às expensas dos outros: a honra, um motivo que torna os homens inimigos; eles procuram a sua própria alegria em detrimento dos outros. Além disso, ela deve ser incompatível com uma nobre *modéstia*. — Mas é da sofística declarar nocivo e injusto o que é somente inexistência, na massa, de qualquer forma de honra. Certamente, a injustiça entra em grande parte na luta pela honra, mas ela não é propensa a comparar a sua própria capacidade com a dos outros. O sentimento penoso do fracasso na concorrência não deve vir acompanhado de ódio contra o concorrente, tal inimizade não encontraria raiz na honra, mas na inveja. Quando o fracasso é justificado, só deve existir a consciência de um erro anterior e de uma tentativa malograda: mas é preciso que cada homem esteja habituado com isso. Quando, justamente, o mérito não foi reconhecido, se introduz então o sentimento do atentado sofrido. Mas aquele que não sabe superar a injustiça e as ofensas não renuncia somente à luta pela honra, mas também à própria vida. Ele pode se tornar solitário e dar assim a medida mais estrita possível às suas simpatias. [Belo julgamento sobre a vida, que Dühring deixa cair de passagem!].

Depois do amor, Dühring toma a honra como aquilo que faz que a vida valha a pena ser vivida.

— Devemos nos abster de exceder a natureza com a nossa imaginação [Phantasie] e de querer fazer da morte a Górgona petrificante da vida. Aqueles que falam de expiação da alegria de viver pela dor da morte não alcançam a simples ingenuidade da natureza. [Aí, ele tem razão, pois a natureza é demasiada animal, cega e cruel para entender tal pensamento].

Não examinamos com cuidado as perturbações extraordinárias do curso da vida, por exemplo, as doenças não habituais. Mas estes males se transformam logo em dores passageiras e têm uma significação inferior. [Dühring no cúmulo do absurdo!]: “Seríamos mesmo tentados a admitir que a própria superação [*Überwindung*] dolorosa aumenta a atração do fim

e da satisfação com alcançá-lo” [Aqui, ele próprio está somente a um passo da “insípida” concepção segundo a qual a vida é um jogo e os sofrimentos têm o sentido de dissonâncias artísticas. E é precisamente a propósito das doenças que ele chega a isso! Ele não sabe nada do seu efeito esmagador e paralisante, quando elas forçam alguém a renunciar ao fim supremo da sua vida, ou a temer de a isso renunciar? Ele não sabe mesmo nada da maneira como se pode utilizar a doença para se purificar na meditação, para se tornar delicado e bom!].

## V. O amor

Nenhum tipo de amor é destituído de fundamento sensual; ele é sempre algo involuntário. Não deve ser tomado como produto de uma pura intenção e de uma boa-vontade. O mandamento do amor universal entre os homens é somente uma *metáfora do amor*, apela-se para a lembrança de uma impressão conhecida para indicar o fim que o *intelecto deve se propor no convívio universal* dos homens entre si. Ele não é sequer uma analogia do amor. O amor humano universal é uma determinação da ordem do intelecto que se ergueu sobre o solo dos sentimentos [lembrança das emoções particulares passadas, às quais se junta uma tendência abstrata para o universal]. Oposição verdadeira em todas as épocas e todos os povos entre a Afrodite Urânia e a Afrodite Pandêmia<sup>5</sup>. O homem pode fazer abstração de todo o ser da sua natureza, entregar-se ao prazer do instante. O comportamento calculador é muito mais detestável. O *involuntário*, na natureza, ignora a separação entre a sensualidade grosseira e aquele que é mais nobre. O que é sensual, o que é espiritual? Aquele que só pensa no aspecto mais grosseiro da sensualidade, este pode estabelecer a diferença que Platão fez.

Uma opinião *largamente disseminada* representa o sensual e o espiritual, no amor, como coisas opostas: de maneira que, somente lá onde a satisfação da necessidade sensual é entravada, negada, se manifestariam os comportamentos nobres. Sem uma nostalgia insaciável, não haveria jamais o lirismo sublime do mal do amor; a força criadora não pode produzir um afeto senão às expensas do outro. Lá onde a necessidade é satisfeita de acordo com o sentido original, ela não se contenta com idéias simples. Seria, portanto, a perturbação anormal que criaria o sentimento sublime do amor.



Mas a maneira como o amor irrompe nos homens desencanta logo um mundo de idéias e de emoções tenras, muito antes de ser objeto de entraves anormais. [Esta réplica autoriza por sua vez uma outra réplica].

Por que há algo de doloroso em cada impressão, que corresponde a uma pulsão e a uma necessidade? O sentimento não se torna penoso senão quando aparecem os entraves anormais. É o fortalecimento do primeiro germe. Uma irritação mínima não é percebida como dor, mas como percepção que busca o seu próprio crescimento. Que se pense no gosto, nos diferentes graus do ácido. Falamos aí de prazer: e, porém, um simples aumento quantitativo trará já a dor.

Schopenhauer toma o prazer como o negativo e a dor como o positivo na sensação: uma teoria cheia de espírito fundada em pontos de vista muito superficiais. Em cada necessidade uma carência, portanto todas as sensações que se ligam à necessidade serão taxadas de negativas. Mas o movimento geral vai da dor ao prazer, está é a direção positiva. Certamente, o prazer também desaparece, tendendo para o ponto da indiferença; mas seria falso fazer estender a satisfação para a necessidade, em vez da necessidade para a satisfação. [É verdade que Fausto diz: “e no gozo, eu me consumo de desejo”<sup>6</sup>]. É antes a necessidade que desaparece no prazer. Dever-se-ia procurar o negativo no nascimento da necessidade. [Contra isso, eu digo: todo prazer é uma excitação que se transforma em dor quando a fonte dela aumenta; nenhuma dor se distingue de um prazer senão pela quantidade, e existe um limiar onde se faz a passagem do prazer à dor. Este prazer singular não é sempre também sentido como tal, pois vivemos em meio a uma multidão de excitações singulares que estão carregadas de prazer. O bem-estar do homem é totalmente a expressão disso. Um grau mínimo de excitação e de dor é percebido como prazer: há, portanto, também em todo prazer a necessidade, a falta, a exigência da excitação; a dor é somente o excesso da satisfação do que falta e desta necessidade. Portanto, ambos, prazer e dor, são positivos, quer dizer, suprimem uma carência, mas a dor cria ao mesmo tempo uma nova necessidade que exige a diminuição da excitação. O prazer exige o aumento da excitação, a dor sua diminuição: nisso, ambos são negativos. A necessidade é a sua fonte comum]. Seria uma total inépcia dizer que o prazer é somente a cessação da dor; de tal maneira que se poderia desejar o prazer, caso se tivesse uma vida cheia de dor; a abundância da dor abre mesmo a perspectiva atraente de uma abundância igual de prazer.

Dühring distingue entre os sentimentos do amor que nascem de modo completamente normal, na ocasião da primeira eclosão deste afeto, e os sentimentos que são entravados e misturados com o sofrimento: ele condena os segundos; mas é somente um ponto de vista contra-natureza que eles fossem celebrados como o cúmulo da transfiguração espiritual. Sem dúvida, a nostalgia de uma profunda tristeza parecia necessária para alcançar o sublime do lirismo. O amor não conservaria a sua natureza verdadeira senão lá onde ele é suscetível de representação dramática. Mas o que é um desejo inativo conduzido à vida inativa? Os poetas não podem nada: é mais fácil e freqüentemente mais sedutor também dar à anti-natureza mais do que à natureza uma expressão que produza um efeito; a sensibilidade poética se entrega a um grande número de loucuras. Quando a inclinação, em vez de combater os obstáculos reais, se entrega a um luxo de sentimentos e idéias, esta é uma reação da fraqueza. Pois o deleite no sofrimento não poderia ser explicado senão assim: a sensibilidade, porque a ela falta uma energia dirigida para um fim, busca uma resolução subjetiva e um apacramento de si nas reproduções e nas intensificações excessivas. Lá onde se choca com um destino irrevogável, aí a sensibilidade se volta freqüentemente contra aquele que ela habita e destrói o seu sentimento. Se, por uma simples inércia, se recua diante do obstáculo, então, o jogo dos afetos não é particularmente sério e entorpece o sujeito.

A *amizade sensual*, na sua forma irrepreensível, da qual não se conhece praticamente hoje senão a deformação. Nos Gregos, por exemplo, em Platão, ela faz ver a loucura do amor mais elevado, a nobreza do sacrifício que vai até a morte. O amor não é somente objetividade como Afrodite, mas também como Eros<sup>7</sup>: Eros não é de maneira nenhuma o ideal do amor da mulher pelo homem, mas o ideal desta segunda forma. Parece que há um parentesco próximo entre o feminino e a primeira flor do outro sexo: e todas as vezes que a diferença de idade ou de caráter produz um contraste, pode também nutrir uma expressão na sensibilidade. Dühring lembra das amizades da primeira juventude, com o seu caráter sensual; a diferença mínima de idade, as naturezas extremamente diferentes. Segundo Dühring, as relações, numa idade mais avançada, devem ser ou a degenerescência de uma pulsão natural, ou o liame de uma inclinação que dura desde a primeira juventude.

O amor que está sob o signo de Eros prova a exaltação do sentimento, *independentemente* do objetivo natural. Segundo Schopenhauer, o amor

passional seria somente a expressão da tendência da natureza em se perpetuar num segundo indivíduo. [Dühring chama isso de “tendência para a utilização de uma conjuntura favorável”]. Mas em todos os atos, Eros é que era o aguilhão, e não havia medo da morte — poder-se-ia falar então de um erro da natureza? Teria ela feito a operação da sua paixão apenas como erro?

O amor parental, também uma potência essencialmente sensual. O amor maternal como instinto, como afeto involuntário. O amor da criança por seus pais é somente uma sensibilidade reativa; não uma inclinação instintiva. Ele é o reconhecimento como resposta a certo clima. Este amor é sensual, certamente não na origem, mas no modelo da inclinação parental.

A concepção de amor de *Schopenhauer*. Aquele que despreza a vida deve também desprezar o amor. A realidade não poderia fornecer o que a sensibilidade promete, o amor seria uma loucura ilusória. A sensibilidade e o sentimento como tais não são nunca uma ilusão. O homem só pode acusar a trama das idéias enganosas que está ligada à sensibilidade. A representação está constantemente ocupada com antecipar o futuro da sensibilidade. Nisso, a ilusão é possível, e mesmo inevitável. O intelecto deixa crescer ilimitadamente, para o futuro também, a dimensão da sensibilidade, em função da experiência adquirida, durante todo o tempo em que a sensibilidade continua a se desenvolver; é impossível para ele acreditar no caráter perecível da sensibilidade. O primeiro amor acredita na eternidade da sua própria significação. Os poetas o celebraram muito e não levaram em consideração o intelecto comum, que só conhece a experiência exterior. A ilusão não reside, portanto, nas *leis da sensibilidade, mas nas leis do intelecto*. Vamos deplorar que existam *erros originários inevitáveis*? [Acho eu!] O poder do sentimento que cria magicamente um mundo de sonho é uma força mais elevada e mais nobre do que a força que se contenta com conhecer o sofrimento e a passividade. *Criar é mais elevado do que conhecer*. Mesmo quando esta magia só crie um mundo de poesia, ela é, todavia, uma imagem deste poder que atua no fundo das coisas. A sensibilidade corresponde a estas idéias exaltadas, porque elas são em primeiro lugar criadas pela sensibilidade: não há aí qualquer mentira. [A acusação que Schopenhauer ergue contra o amor seria então uma acusação contra o fato de que o amor é uma obra de arte; esta seria uma polêmica comparável àquela de Platão contra a arte].

Onde estaria então a ilusão, quando o sentimento muda num ritmo pacífico e dá nascimento ao casamento: a inclinação interior durável pode não estar mais presente no sentimento, por causa do hábito, mas o grau superior de amor, por assim dizer latente, retoma o direito diante da menor ameaça das potências destrutivas. O que significa, por exemplo, a ligação familiar também somente se mostra quando sobrevém uma ruptura. Talvez o amor do marido não quisesse ser devedor do amor passional. Não é absolutamente comum considerar o casamento como uma formação natural e uma criação do amor. Ele seria antes uma instituição social com fins múltiplos [procriação, educação das crianças]: não são, no entanto, fins conscientes, mas causas atuantes que levam a formações que o intelecto não compreende imediatamente. O instinto operou mais no mundo social do que habitualmente se crê; não as intenções conscientes.

Nas épocas mais recuadas dos povos, o casamento é uma instituição de direito, semelhante à propriedade; a mulher está sob a dominação do homem, sem vontade, como coisa. O proprietário muda com o casamento, antes eram o pai e o avô. No direito romano, a esposa está em igualdade de condições com a filha em relação à herança. Nos outros povos, se pode ver na conclusão do casamento a imitação de um mercado. Portanto, originariamente, o casamento sobrevém para a mulher como uma fatalidade, a mulher não tem qualquer função na formação do casamento.

O casamento precede a família completa, ele deve repousar no instinto: mas qual seria o instinto que poderia bastar para impedir a promiscuidade?

O prazer sensual inferior é regido pela lei da mudança. Parece assim que a natureza não tinha visado nada menos do que o casamento. É verdade que se busca também explicá-lo como uma formação da necessidade, como esforço para suprimir as feridas e as perturbações que se ligam à concorrência na promiscuidade. Como ocorre então que a mulher não se tenha tornado simplesmente a escrava do homem? De modo que ela poderia ser vendida: enquanto esposa, uma vez repudiada, recuava para o antigo poder do pai. Poder-se-ia ser tentado a fazer da forma mais nobre do amor o fundamento da constituição do casamento: mas a poligamia se opõe a isso. O casamento é sem dúvida uma realização do amor, mas muito mais do amor pela mulher do que do amor pelos filhos. [Esta parte é fraca].

O que querem aqueles que consideram a posse de uma mulher como o tûmulo de suas esperanças? Eles difamam a natureza, pois estão inflamados por sua anti-natureza. “Com o cinto de castidade, com o véu, a bela ilusão se rasga”<sup>8</sup>: esta idéia peca por uma sensibilidade maneirosa; ela surgiu da concepção tenebrosa da vida. Schopenhauer assim como os poetas pensam com desprezo sobre aquilo que se experimenta no gozo sensual. Acredita-se elevar-se acima da natureza censurando-a. — O desalento seria a conseqüência inevitável, ao mesmo tempo em que o julgamento feito sobre o prazer culpado. Aqui, se anima o “humor natural” de Dühring. Este seria somente a conseqüência da intemperança que se manifestava nos animais inferiores [por exemplo, nas abelhas]. O claustro abriga a elucubração de teorias contra-natureza. Ocorre assim também com a metafísica celibatária, que nos faz acreditar que uma superexcitação débil e seu destino são as leis da natureza sadia.

Uma outra interpretação consiste em transferir a seleção natural de Darwin para esse domínio. Se o homem se esforçasse deliberadamente para aperfeiçoar o tipo, ele deveria agir como a natureza; a tarefa estaria melhor assegurada se um instinto a regesse. Schopenhauer vê esse instinto no amor individual. Os mais elevados graus do amor que vêm juntos com o desprezo do destino e da morte são, para este pensador, os meios de alcançar uma conjuntura particularmente favorável em vista da procriação. A natureza é indiferente ao destino dos indivíduos; ela os leva para a angústia e a morte para alcançar novas formas de existência. Mas o que é mais belo e mais nobre desperta o amor num grau mais elevado: lá onde o amor não é recíproco, se formariam dois julgamentos opostos sobre a natureza: de um ponto de vista, a ocasião de aperfeiçoar a espécie parece mais favorável, de outro, não. Seria preciso então um julgamento de duas faces para dar conta da vontade da natureza. [É verdade! É exatamente assim!] O destino do amor não é um jogo que visa a fins situados fora da satisfação individual. A natureza seria insensata a ponto de não considerar o indivíduo e de sacrificá-lo para apenas alcançar depois dele ainda o individual? [Mas para alcançar a perpetuidade no individual]. Quando se deseja uma interpretação, então, a exaltação da sensibilidade é o pressentimento da vida universal ilimitada, que promete ligar-se à realização desse desejo. [Tudo é fraco; e é deixada completamente de lado a intuição profunda que Schopenhauer tem da essência da ilusão em tudo quanto é instintivo].

## VI. A morte

Se a morte fosse somente uma simples ausência da vida, não deveríamos absolutamente nos preocupar com ela; também não o faríamos diante do não-ser antes do nascimento. As impressões da vida derramam uma mentira sobre o que não é mais vida. Em todo sonho se pode aprender como a relação natural da representação e da impressão pode ser invertida; uma pressão maligna sobre o coração e os sonhos se tornam angustiantes. Todos os afetos inventam as representações lá onde elas não se encontram na realidade. O para-além é decorado com imagens que são, por um lado, criações do medo imediato, por outro lado, afetos reativos que desejam uma existência melhor e a justiça. Pelo fato de que o sujeito está negado, não temos nada a esperar, nada a temer da morte. Mas o que é que está implicado neste Si! Sabemos com certeza que viveremos e sofreremos; mas o que é propriamente aquilo que esta vida e este sofrimento alcançam? É um nada absoluto, para o qual é iminente a surpresa do devir portador da existência? Então, temos o direito de ter uma parte nesse nada, somos mesmo esse nada, ao qual está ligada a expectativa da vida futura. A vida que já encontramos nos reencontrará novamente [este “nós”, no sentido de um sujeito totalmente indeterminado]. Os sonhos da metafísica, aqui, não nos ajudam mais, mas antes todos os instintos que têm relação com as gerações futuras.

Em segundo lugar, o nosso interesse ligado ao devir repousa sobre a seguinte lei: as representações levam involuntariamente às afecções práticas. Não se quer ver, por exemplo, o seu cadáver abandonado a procedimentos anatômicos. Que se pense no ordenamento minucioso das funerárias para o que se pode fazer com aquele que ainda vive. E mesmo nos cuidados da família em relação à reputação póstuma, ao verdadeiro destino, no imediato, da sua descendência. Aquilo que nos concerne em todo pós-morte é o destino daqueles que perpetuam a nossa existência, mas não o espaço vazio da fronteira da consciência individual.

Atualmente, consideramos a morte como experiência subjetiva: é aí que começam as recriminações. Ser mortal seria uma punição do pecado original, tudo que nasce merece morrer<sup>9</sup>; o prazer da vida seria pago pela última grande dor. — Mas a morte totalmente natural não é uma dor, mas a extinção pacífica e doce; aqui, a natureza pareceria então ter renunciado à tortura da morte como expiação do prazer da vida? Caso se tratasse de

escolher entre uma vida calma que viria a concluir uma eutanásia — e uma vida tumultuada que viria a concluir a luta contra a morte, o instinto agarraria a segunda alternativa. Admitamos que alguém não espere por sua morte próxima, ele tomaria as dores da luta contra a morte como aquilo que precede um desfalecimento angustiante. Não é a perspectiva desta tortura que envenena a existência, somente as “sombras gigantescas dos nossos próprios pavores” são inquietantes. A morte só é terrível por causa do plano de fundo que se lhe dá. Assim também o amor engendra um mundo de sonho infernal. O intelecto desgarrado engendra os terrores. Não se deve aprender a superar a morte, mas, sobretudo, a sofrê-la.

Os sonhos exercem um poder tão grande quanto o real, as suas sombras flutuam em pleno dia; freqüentemente eles conduzem inclusive a uma impressão real. Deve-se antes colocar a dor das sensações na origem da suspeita em relação à vida, mas não se tem o direito de levar em consideração os falsos julgamentos teóricos.

É preciso julgar o significado da morte de acordo com o que ela nega. A pior morte é aquela da idade madura; acompanhada da dor da tarefa não-realizada, das preocupações com os sobreviventes. É a *inoportunidade* que aqui torna a morte amarga. O fato de morrer é um ato da vida. Somente aquele que conservou durante a vida uma atitude nobre e forte morreu com dignidade.

Quando se quer acusar a vida da morte prematura à qual ela conduz quase sempre, então, não é preciso se voltar contra o fato da morte, mas contra a dominação do acaso. O conceito comum do acaso possui uma verdade completa.

No entanto, nada precisamente tem mais atrativo do que colocar à prova as oportunidades da existência. O homem, em certas circunstâncias, adora colocar decididamente em jogo a vida e a morte; ele retira a maior satisfação dos sucessos extraídos ao preço do maior risco. O acaso não é uma lei infeliz do mundo. A existência não é a representação de um espetáculo em que seríamos somente os espectadores.

Antes, dever-se-ia considerar a morte como certa *redenção* de todos os males da existência individual, da qual não se pode triunfar de outra maneira. O pensamento de que todas as sensações e todos os sentimentos são passageiros é o último refúgio. A morte é sempre o *deus ex machina* final. O que é a morte para os sobreviventes: o pior dos males: aqui, se poderia incriminar mais a ordem das coisas. O indivíduo é estritamente

insubstituível. Ele deve dirigir o seu olhar para o homem em geral. Ele tem sempre o direito de se queixar destas perdas, mas a espécie não pode se compadecer com as dores de um dos seus membros, pois é precisamente por elas que se mantém desperta a participação no caráter mais elevado e mais geral da vida. O acaso causa dano ao valor individual, ele reforça o sentimento geral da significação da vida. Dever-se-ia antes acusar um mundo onde nada poderia ser realmente perdido, mas onde, por conseguinte, nada também poderia ser realmente ganho. Significado de perdas *irreparáveis*.

A *morte voluntária* parece conter uma censura geral contra a ordem das coisas na qual ela sobrevive; além disso, ela está ligada a uma grande dor. Aquele que prefere sofrer a morte mais que os tormentos do amor e da honra perdidos, atribui a um elemento particular da vida um significado tal, que considera essa perda como nada menos do que a perda da vida. No essencial, a perda já está aí. A morte voluntária não contém forçosamente um julgamento sobre a vida. É precisamente o amor da vida que leva a preferir perder a existência mais que sentir uma falta, uma falta essencial.

*Schopenhauer* ligou ao suicídio duas idéias contraditórias<sup>10</sup>. Por um lado, o suicídio é um meio que a natureza tem de prestar socorro a si mesma, comparável ao sono que põe fim às angústias excessivas do sonho. Mas, por outro lado, aquele que está decidido a morrer desejaria colocar novamente à prova as oportunidades da vida, mas detestaria a vida nestas condições determinadas. — Mas se a vida é um sonho, ela é então em todo lugar e sempre o contrário do estado de vigília tão ardentemente desejado, é uma contradição retirar todo o sonho daquele que morre voluntariamente por uma realidade mais elevada [a vigília], e ao mesmo tempo deixá-lo cair na antiga espécie de sonho. Segundo *Schopenhauer*, aquele que rejeita a existência não alcança absolutamente o fim supremo, o fruto da existência; ele nascerá novamente para aprender a liberação do prazer da vida numa nova existência e com suas dores. Assim, o suicídio é um delito contra a ordem eterna da salvação. “Quem não conhece esta idéia trivial de que a vida prepara um para-além? Quem não teria pretendido falar de prova, de formação e de coisas desse gênero?”, diz *Dühring*.

É um grande erro julgar o suicídio em função de uma representação geral, sem relação com o conteúdo particular. A morte voluntária pode ser um grande ato, ou melhor, a expressão de uma miséria totalmente co-



mum ou de um horrível esgar da natureza. Isto pode parecer moralmente indiferente, mas também como um esquecimento maligno do dever e como uma injustiça revoltante para com os sobreviventes.

A morte é uma destruição cuja essência [e a essência da morte] se deve conhecer a partir do que é destruído. A vida é a medida da morte. O inverso é ainda mais importante: a morte é a medida da vida. O que podem conter a luta e os esforços dos homens somente se revela quando a morte está próxima. A mais elevada energia da vida se desenrola lá onde o jogo do sucesso e do fracasso se transforma num colocar à prova da vida e da morte. É por isso que a forma *trágica* da vida é a mais plena de conteúdo, ela se eleva até às altitudes onde a vida e a morte vão uma ao lado da outra. A seriedade das grandes paixões se verifica na morte. Um horizonte sombrio é necessário para que a chama da vida brilhe com todo o seu fogo.

Se a tragédia é de todas as artes aquela que nos abala mais fortemente, é verdade também que a própria vida encontra a sua mais alta expressão na forma trágica. — De resto, a atração reside mais na possibilidade da forma trágica do que na sua realidade, no movimento corajoso que vai até os seus confins. A morte não deve estar totalmente ausente da vida, caso contrário resultaria dela uma atividade insípida e aborrecida. A morte não é a inimiga da vida em geral, mas o meio através do qual a significação da vida se revela.

## VII. A vida coletiva

Quando afastamos as censuras contra a vida individual, nos voltamos contra a miséria *social* e abrimos a perspectiva de um futuro ainda mais aterrador. O crescimento da cultura aumentaria o caráter carente da vida; ela forneceria uma multidão de males desconhecidos e jamais a satisfação das necessidades comuns da espécie; finalmente, em todo lugar superpopulação, existência penosa. Os remédios propostos dão aos acusadores da vida a ocasião de lançar novas imprecações. Assim, parece que os males sociais só podem ser superados por males ainda maiores que, na sua essência, são insuperáveis.

Dever-se-ia *renunciar a qualquer justificação da existência* enquanto subsistisse uma desarmonia entre as exigências da vida subjetiva e as possibilidades objetivas de satisfazê-las. Se, por exemplo, a perspectiva da superpopulação fosse uma certeza, haveria certamente esta desarmonia. Nenhuma experiência pode nos demonstrar que haja tal desarmonia. Acha-

mos com razão que a capacidade de aumento do número de indivíduos está sem dúvida ligada subjetivamente a certos limites de frequência, e de resto só é limitada por obstáculos objetivos. Mas imagine-se uma lei segundo a qual a própria força subjetiva diminuiria até certo limite, quer dizer, seria compreendida, no interior da evolução progressiva da espécie, num puro e simples desaparecimento progressivo. A reprodução deveria finalmente se limitar a uma simples restituição. Há muitas analogias para tal pensamento. Nas formações cósmicas, assim como nas formações individuais, se repete a lei da diminuição das forças criadoras e da passagem à conservação quase uniforme da mudança.

Só há três possibilidades: ou o poder de multiplicação crescente se mantém; então, seria preciso que a superfície do planeta aumentasse [caso contrário, um dia o solo viria a faltar aos homens, somente para usar uma frase]. Ou então as forças destruidoras objetivas equilibram a multiplicação crescente. Ou melhor, diminuição da força criadora. No primeiro caso, não se pode evitar parar a multiplicação. A experiência se opõe à hipótese de uma diminuição da força objetiva: ela não apresenta até agora nem aumento nem diminuição, mas igualdade. A multiplicação é a exteriorização desta mesma força, combinada com a duração de períodos *temporais* dos quais depende em última instância a rapidez do aumento. Como pensar que se poderia mudar a periodicidade?<sup>11</sup> É preciso, portanto, regular a previsão do futuro na constância observada até aqui. Resta então a terceira possibilidade, finalmente já demonstrada pela experiência, “de limites objetivos à pulsão ilimitada”. Era isso que *Malthus* tinha em vista, o mais pessimista dos filósofos da sociedade. Mas ele só sabe falar dos males engendrados pelo crescimento da população e esquece que para o homem não há bem maior do que o próprio homem. No mundo superpovoado, todas as espécies de privações provocariam a morte e o desaparecimento do homem. A vida sexual deveria ser então um privilégio repartido segundo a sorte:

É preciso distinguir 1. a lei malthusiana, 2. o seu espírito, 3. o seu fantasma. A lei é anunciada assim: o aumento da população é mais rápido do que o aumento dos meios de subsistência [calcula-se o aumento da população por multiplicação, o aumento dos meios de subsistência por adição, segundo uma razão constante]. Naquilo que diz respeito ao aumento aritmético dos meios de subsistência, ele afirma ainda, ele se coloca na perspectiva de um crescimento objetivo *sem limites* dos meios; para que isso

seja possível, seria preciso que a própria matéria crescesse: deve haver um ponto em que a adição das forças humanas deve ficar absolutamente sem efeito, e no qual não se poderia mais obter da terra o menor suprimento. — É possível admitir que a tendência de criar necessidades é cada vez maior em relação às condições dos meios de satisfazer estas necessidades. E é por esta razão que Malthus exige a ascese de uma grande parte da sociedade; e é verdade também que nisso ele toma partido dos proprietários e dos endinheirados. É para o seu próprio proveito que a maioria deve, fora da vida familiar, trabalhar como burros de carga. Eu teria pensado que um espírito de alguma nobreza consideraria como puros detalhes todos os males que pudessem nascer da superpopulação, quando comparados com a grande injustiça desta doutrina contra os proletários. Um estado de indigência é mau, faz desgostar da vida, um estado de injustiça é ainda pior. Os políticos não depositam qualquer fé na moral individual, eles querem deduzir desta doutrina os costumes e um direito destinados a limitar o casamento. Uma das partes da sociedade oprime a outra com uma legislação e uma administração do casamento — esta é a consequência prática desta doutrina. A maior injustiça exercida pela minoria contra a maioria! Terrível alternativa, escolher entre as misérias da superpopulação e os remédios de inspiração malthusiana!

No caso de uma verdadeira superpopulação, lá onde ela se manifesta, é preciso voltar a força do povo para o exterior, ou eliminar os entraves ao desenvolvimento crescente destas forças. Aqui também as dores do parto são inevitáveis, aqui, nas guerras internas e externas. A guerra não representa nenhum outro mal a não ser aquele da dor geral. Ela só é condenável quando não é a consequência de uma necessidade. De vez em quando, no mecanismo das engrenagens sociais, alguns poderes devem ser considerados como forças perdidas para que uma ação em geral seja possível. Na luta pelo direito à vida, este é um meio que se deve utilizar sem qualquer escrúpulo. O direito não tem em última análise qualquer outra garantia senão a intervenção da força física [lá, onde a justificação da vida não passe como monstruosa e animalesca, é aí que fico cego!]. Na verdade, a consciência do direito se funda somente na luta [e não no começo do convívio entre os homens]. A menos que se renuncie a qualquer instalação efetiva do direito [— !], não se pode evitar o emprego da força. [E era o próprio Dühring que, mais alto, moralizava da maneira mais edificante contra Malthus a favor da liberdade da pulsão sexual].

Mas se poderia fixar um ponto em que nenhum aumento seria mais capaz de transformar um estado de superpopulação numa existência de vida. Nesse caso, Dühring deixa entender que o extermínio maciço é mais recomendável do que a ascese [“uma destruição parcial da vida chegada a seu pleno desenvolvimento vale mais do que a triste repressão que entrava a energia da vida” — seja dito de passagem, acho que a castidade é uma das exigências mais poderosas da energia vital].

Além disso, a vida se tornaria mais rica em conteúdo pelo fato de as resistências aumentarem. Pois, quando em meio à superpopulação, o indivíduo quer se impor, “o jogo do esforço individual se torna mais significativo”. [Que bobagem!]. “A avaliação do direito se tornaria mais importante como jamais pôde ser”. [Eu imagino pessoas meio mortas de fome num barco, desamparadas no meio do mar, colocando-se o problema de saber quem comerá primeiro: aí, o conceito de direito se torna evidentemente mais refinado como nunca!].

Dühring não vê na insatisfação social de hoje senão um aguilhão salutar para superar a preguiça; os males sociais não lhe parecem ainda, aqui ou alhures, ser muito grandes para excitar a preguiça da força do povo. — Nós também não temos qualquer direito de reclamar por uma época recuada ao infinito, como faz Malthus.

## VIII. O conhecimento

Em que medida o grau mais ou menos elevado do conhecimento pode se tornar uma fonte de alegrias e sofrimentos?

O conhecimento repousa numa carência. A “pura alegria do conhecimento” é tão-somente a satisfação que se extrai da eliminação de obstáculos. Uma tendência deve sempre preceder; tal como para tudo o que é prático. Aí também o trabalho é o meio-termo entre carência e fruição.

O “puro sujeito do conhecimento” é uma quimera. Pois todas as exteriorizações do ser humano, atos ou pensamentos têm em comum o êxito ou o fracasso. No domínio da teoria, o mal surge na forma do erro. A desilusão puramente teórica não deve ser considerada como um mal.

Em si, o erro é realmente um mal? Talvez se tratasse apenas de conseqüências práticas de falsas representações. Uma representação, na medida em que ela é tida como verdadeira, não se distingue absolutamente, quanto ao efeito que ela produz sobre o sentimento, de uma verdade autêntica:

os preconceitos podem nos tornar felizes ou infelizes; que se pense na beatitude que as superstições podem fornecer.

Muita ilusão beata, por exemplo, aquela de um Deus bom e amante, poderia ser considerada como possuindo mais valor do que a verdade. Mas a crença tem um fundamento inabalável no nosso sentimento, basta separá-lo do que é teoricamente errado. A crítica só põe em risco a crença transformada em ficção racional [*die verstandesmäßige Dichtung des Glaubens*], e não a própria crença.

Afinal de contas, só há acordo numa única verdade, o erro leva sempre à discórdia. Daí vem que ele seja um mal. O erro não poderia nos deixar indiferentes senão quando a nossa natureza fosse falta da inclinação para a verdade.

O erro só se torna um mal subjetivo quando é reconhecido como tal. É por isso que ele vem acompanhado sempre de um sentimento de satisfação.

A falsa idéia da imobilidade da terra era outrora sem conseqüências; seria hoje uma grande infelicidade se o verdadeiro sistema astronômico viesse mais uma vez a desaparecer, como depois da época de Aristarco. Uma ciência livre não poderia inclusive sobreviver sem esta pedra angular; as verdadeiras representações cósmicas têm hoje uma significação para o sentimento, elas mostram ao homem o caminho da humanidade. A natureza não parece destinada a nos conduzir sempre imediatamente à verdade; parece que ela tem necessidade às vezes do erro. O fato de que o erro seja humano não autoriza que se suponha a existência apenas dele. Somente quando o erro se torna moral, quando envenena a concepção da vida, é que ele leva a pensar.

Quanto mais as nossas representações são estreitas, mais elas entram facilmente em contradição com as experiências reais. [!] O homem inadvertido coloca facilmente as suas idéias e o curso objetivo das tarefas humanas num plano de igualdade. [!] Não compadecemos com as decepções que decorrem de uma moral pedante. [Nojo!]

A moral absolutista deve ser comparada à gramática, tal como os mestres a imaginam: como um poder que só existe e procede de si. Não se pode se tornar mestre da língua a partir da gramática, senão depois de ter descoberto o segredo da gramática na língua. É por isso que se deve primeiro extrair a moral das forças instintivas e do caráter fundamental da vida, antes de poder utilizá-la para se opor à vida.

A moral existe por causa da vida, e não o contrário. — É preciso prestar bastante atenção aos pressupostos sem fundamento; devemos, sobretudo, nos abandonar ao caráter da vida. É assim que obteremos uma satisfação durável.

Muitas esperanças não realizadas repousam em pressupostos excessivos a respeito dos nossos próximos. Quando sofremos injustiça, o que suportamos é antes, porém, a existência do outro no seu ser verdadeiro. Que os outros acreditem poder se colocar acima dos nossos destinos, isto é, aliás, freqüentemente apenas uma aparência; os homens estão preocupados com a sua própria miséria, eles não têm olhos para a miséria dos outros.

Como um homem pode desesperar da salvação da espécie? Se ele censura em todos os homens a baixeza e a infâmia, ele próprio então está aí de sobra. Os homens de forte vontade acreditam na possibilidade de suas concepções e é por isso que eles não acusam os homens de maneira desesperada.

O desespero verdadeiramente miserável aparece lá onde se sente representar o que se execra. Uma grande parte dos sofrimentos espirituais não deve se ligar, na realidade, às maldades dos homens, mas ao poder de acasos infelizes.

Sempre ocorre de o sofrimento permanecer. A injustiça, como sendo o maior mal, mesmo que ela não seja o poder dominante. Não podemos pensar qualquer evolução dos assuntos humanos sem pressupor o aguilhão da miséria. Não existe qualquer sabedoria que ousasse qualificar de ficção [*Erdichtung*] a conexão ordenada dos *fins*. Toda ação da natureza é conforme ao intelecto, ela não produz somente uma multiplicidade, mas uma infinidade de pontos de vista do intelecto. A conexão originária e a conexão final se estendem tão longe que é agradável ao nosso intelecto segui-las. O que conhecemos com plena consciência é somente um reflexo deste *encadeamento infinito*: ele próprio e a compreensão humana não pertencem à mesma espécie. Nas coisas há não somente o intelecto, mas algo que se situa para além de qualquer intelecto. A síntese desse encadeamento infinito permanece sempre para nós um para além inacessível. Assim, o intelecto não pode jamais ter a faculdade de justificar o conteúdo absoluto da existência. Não é o acordo ou o desacordo no sistema das coisas, mas a *totalidade da impressão* que a vida exerce sobre o sujeito que permanece como sendo a medida. Impressões e sentimentos não se enganam jamais, porque eles não fazem ainda a diferenciação entre representação e objeto. Os sentimentos são, para o intelecto, algo de transcendente,

*é por isso que eles têm a faculdade, num certo sentido, de representar a natureza absoluta do real.*

O intelecto poderia também se realizar com toda a sua riqueza no ser mais contrafeito e mais infeliz do mundo. — O importante é a medida e não o fato do sofrimento. — O julgamento imediato sobre o valor da existência deve ter a forma dos sentimentos, quer dizer: seria uma crença.

## **IX. A crença no valor da vida**

Quando o exame limitado de que somos capazes nos reforça na crença que uma investigação maior nos faria ainda encontrar as coisas conformes às exigências do nosso ser: assim nasce a crença no valor da existência.

Podem ocorrer perturbações. Para o indivíduo, um destino terrível pode perturbar completamente a fé na vida. “Ocorre às vezes que entrar para um convento ou, em geral, se eximir dos assuntos do mundo tem um sentido”. [Mas o destino universal é certamente mais terrível do que qualquer destino “individual” —].

O sentimento, na sua disposição normal, é então negado. Não temos qualquer direito de exigir dele que ele tenda por sua própria força à reconciliação com a vida. O instrumento está estragado.

Mas o que está justificado para o indivíduo não está para todos, ele não tem o direito de exigir da humanidade que ela execute a existência. Se a humanidade fosse um todo consciente, ela não daria muita importância ao sofrimento de um membro isolado. [Pelo contrário!, que se pense então na dor de dente etc. no homem]. [Esta consciência coletiva, é preciso exatamente imaginá-la como sempre sofredora?]. Na medida em que é possível haver afecções cujo centro de gravidade se situa nos outros seres, a impressão individual se eleva até a compaixão geral; e é a partir daí que é preciso vencer e reconciliar o destino individual [como!?, porque se aprende a participar nesses inumeráveis e graves sofrimentos dos outros! — a dor maior subjuga a mais fraca!]

Em quê o portador da consciência individual está preocupado pelo destino do mundo? Os afetos simpáticos desempenham o papel de mediadores. Sem o pensamento de certa solidariedade, nenhuma satisfação, nenhuma reconciliação é possível. [Ego: na maioria das vezes, é a maneira de falar, nenhum homem pode experimentar totalmente o destino da humanidade, somente uma vaga extrapolação do individual ao geral é que con-

duz aqui a reconciliação. Uma extrapolação mais forte destruiria completamente o indivíduo. A *estreiteza* do pensamento e do coração torna a existência suportável!] O isolamento egoísta é uma degenerescência do humano. O mais terrível carrasco é o pensamento de que se está abandonado e desabrigado. Quanto à crença no aperfeiçoamento da natureza humana, os homens se perdem mutuamente por vaidade, porque a idéia de se mostrar particularmente astuciosos e não-naturais os regala. É somente uma aparência quando o egoísmo surge como a regra que governa as relações humanas. [Aqui, Dühring cai no infantilismo. Eu gostaria que ele não me fizesse acreditar nisso! É exatamente aí que cessa qualquer acordo: se ele acredita seriamente na sua proposição, não pode então conclamar com seus desejos mais profundos todos os socialismos].

A crença no valor da vida deve também acreditar na *bondade natural* do homem: [caso contrário, pensa Dühring, ela não seria suportável]. Ele considera, por um lado, a constituição subjetiva da nossa espécie e, por outro, o acordo entre as disposições da grande natureza e as necessidades e fins da existência humana. Nas duas direções, ele busca a confirmação da sua concepção ainda imperfeita.

Se há algo que pode dar conforto filosófico ao sentimento, é a consideração de um mundo cuja significação ultrapassa infinitamente o destino humano [mas o que sabemos a propósito de uma “significação”!?, nesse caso, para o quê ela significa ainda algo!] — Não há inimigo mais violento para a crença filosófica do que o ideologismo [ele que não conhece mais o conceito estrito de uma objetividade real, que apaga a diferença entre crença e saber].

Na medida em que temos necessidade de justificar as nossas concepções gerais, que excedem o nosso saber, por novas experiências e novas pesquisas, nos encontramos no estado da *crença*. Mas esta tem fundamentos reais, ela contém um saber, ainda que limitado, e se distingue assim da crença submetida à autoridade. [Não obstante, as religiões têm sempre sabido muito se acomodar a um saber “ainda que limitado” e jamais o desdenharam completamente. O que dá, portanto, no mesmo, a não ser que Dühring coloque o saber no fundamento, sobre o qual logo se eleva a ficção [*Dichtung*]: ainda que na religião, habitualmente, a ficção seja o fundamento sobre o qual imediatamente, a propósito, se aplica um pouco de saber, mais para sustentar do que para ser mantido como tal, não, porém, para servir absolutamente de fundamento].



## Apêndice

### *O idealismo teórico e a unidade do sistema das coisas*

Não se deve jamais inferir do idealismo teórico o idealismo prático, numa atitude na prática ideal daqueles que fazem deste idealismo profissão. Há, ao contrário, como prova até certo ponto o exemplo de Schopenhauer, um realismo denso da vida que está às vezes ligada a visões fundamentalmente idealistas. O idealismo prático é um escárnio para Schopenhauer. Schopenhauer arrasta os lados mais nobres da natureza na lama da concepção mais vulgar. [Isto é absolutamente falso e é ignóbil, senhor Dühring! Eu achava que o idealismo prático de Schopenhauer brilhava mais claro do que o sol. E eis que é preciso que um gaiato falador venha também a fazer disso uma refutação expressa].

### *A satisfação transcendente da vingança*

O sentimento da justiça é um ressentimento, ele está ligado à vingança: tal como a representação de uma *justiça no além* está ligada ao sentimento de *vingança*.

A justiça consiste na represália [ofensa como retaliação]; à ofensa deve corresponder um ferimento recíproco: talião. Esta é a concepção velha como o mundo e sempre popular. Por outro lado, buscou-se uma razão e se chegou, pela justiça oficial, a uma razão final: prevenção da ofensa pela intimidação.

A inteligência guiada por motivos práticos não conhece qualquer justiça que seja desprovida do sentimento de vingança.

Dois classes no direito penal: em primeiro lugar, puras finalidades [isto não tem nada a ver com a justiça], em seguida, as deferências que o homem deve ao homem, a ofensa como retaliação.

Isto vale também para o direito civil. Somente na medida em que a falta de deferência em relação ao que está estabelecido, ou a sua perturbação, é uma ofensa, é que o conceito de segurança se torna um conceito jurídico. O direito jamais prescreve um comportamento positivo.

A sanção transcendente: o bem deve trazer a bênção, o mal a maldição. O instinto [*Trieb*] de reconhecimento é o fundamento das representações da recompensa: tal como o instinto [*Trieb*] de vingança o é para a justiça.

Assim, ódio e amor possuem igualmente os seus outros mundos.

Mas a “justiça eterna” de Schopenhauer é então algo de muito sério e merece elogios também enfáticos! O instinto [*Trieb*] de vingança sem freios que chega a formar as idéias transcendentais! Aqueles que invocam o tribunal da eternidade mostram num espelho o reflexo da sua própria imagem. — Não se deve estar somente atento à eternidade e à oposição das idéias, mas, sobretudo, ao que suscita o jogo todo, a força das pulsões e os sentimentos. Os sonhos não são somente as causas, mas os efeitos do nosso sentimento [*Gemützustand*]: as ficções [*Dichtung*] fundadas sobre as pulsões e os sentimentos. E tal como os sonhos, também todo o mundo da representação das idéias.

A representação de um tribunal transcendente é uma ficção [*Dichtung*] e, por outro lado, ela combate, enquanto produto do sentimento de vingança, a atitude mais nobre da consciência. Frequentemente, é quando estamos revoltados com uma injustiça sofrida que apelamos para a autoridade de Deus.

É nele que reside o último sustentáculo da crença vacilante: seria preciso um complemento para o mundo moral, caso contrário, a nossa necessidade de uma ordem justa das coisas não seria saciada. Para isso, deveria existir uma justiça eterna situada para além das coisas terrestres. Para isso, se recorreu a Deus como exigência do instinto [*Trieb*] de sanção: o vingador, o representante da justiça eterna. Por isso, a imortalidade individual. O pressuposto de uma verdadeira sanção metafísica é a falta metafísica, e esta não é pensável sem liberdade metafísica. O segundo pressuposto de uma sanção metafísica é a sobrevivência metafísica do culpado; o terceiro — um juiz metafísico que seja o executor. Esta é a *religião da vingança*. Foi assim que Kant compreendeu a religião. A versão mais sutil foi aquela de Schopenhauer. A história do mundo, o tribunal do mundo, porém, de tal maneira que, acima da significação do curso das coisas, haveria ainda uma significação metafísica. Uma causalidade mística da marcha do mundo. O que vemos diante de nós é somente o exercício de um julgamento e, de fato, na forma da marcha do mundo, uma existência regulada por um determinismo: injustiça e falta estão para além da existência do mundo em geral. “De fato, os homens são muito poéticos quando se trata de confundir, em relação a seus inimigos, a infelicidade e a falta verdadeira ou suposta”. São precisamente a covardia e a fraqueza que levam à sua predileção pela invenção de pretensos “tribunais”. É uma conseqüência odiosa da vin-

gança, interpretar os acontecimentos no sentido de uma suposta justiça.

Multiplicamos também os males do mundo com fantasmas transcendentes; não inventamos [*erdichten*] caricaturas metafísicas das coisas!? A imagem natural do mundo corresponde ao ser mais profundo da nossa natureza, mesmo lá onde ela nos deixa insatisfeitos. —

### **Reflexões à guisa de conclusão [minhas]**

A crença no valor da vida repousa num pensamento impuro. Ela só é possível quando a simpatia pela vida e pelo sofrimento universal do homem está muito fracamente desenvolvida. Quando se é capaz de dirigir o olhar preferencialmente para os homens mais raros, para os dons mais elevados, para as almas mais puras, quando se toma o seu devir como fim e quando se alegra com as suas ações, então, é possível crer no valor da vida. Assim também, quando somente se considera em todos os homens uma única espécie de pulsões, as menos egoístas, e quando se desculpa estas pulsões diante das outras, então, se pode esperar algo da humanidade.

Mas me parece, ao contrário, muito mais certo que o homem suporta precisamente a vida e acredita no seu valor, quando ele se vê e se afirma e não sai de si: de tal maneira que aquilo que é exterior à pessoa não é perceptível senão como uma sombra frágil.

O valor da vida consiste, portanto, para o homem de natureza ativa no fato de ele se considerar como mais importante do que o mundo: e o fato de ele levar em pouca consideração os outros seres, isto é devido à carência da imaginação, de tal maneira que ele é incapaz de se colocar no lugar dos outros. Aquele que pode e que tem um coração cheio de amor deve desesperar do valor da vida, a menos que ele produza para si uma interpretação mística de todo o curso da vida.

Mesmo quando alguém fosse capaz de tomar uma consciência global da humanidade, ele se despedaçaria com uma maldição lançada sobre a existência. Pois a humanidade não tem fins. Por conseguinte, o homem não pode encontrar na consideração do todo, a supor inclusive que ele seja capaz disso, o seu consolo e o seu conforto: mas o seu desespero. Se, em tudo o que ele faz, ele vê a ausência de um fim último da humanidade, então, a sua ação toma a seus olhos o caráter do *desperdício*. Eu acredito que não há nada de comparável com o se sentir estragado como humanidade, tal como se vêem os burgueses estragados todos pela natureza. Tudo é

necessário e o é também em nós. Com a reserva de que somos obrigados a *assistir* ao espetáculo! É aí que propriamente tudo se detém.

A dor no mundo incitou a engenhosidade dos homens para extrair dela também uma espécie de felicidade. A concepção da vida daquele que só espera da existência o *conhecimento*, daquele que se submete e se resigna, daquele que permanece *inativo* e daquele que luta — em todos os casos, um pouco de felicidade brota ao mesmo tempo. Mas seria terrível dizer que o próprio sofrimento seria compensado por essa felicidade. Em geral, nenhuma compensação deveria ser possível! Ou melhor: o que significa aqui compensar? Não se pode apagar o sofrimento, sob o pretexto de que a felicidade lhe suceda. Prazer e desprazer não podem absolutamente se revezar [*aufheben*].

Quero agora, para finalizar, propor o meu Evangelho. Ele se anuncia assim.

Aquele que se venera, não se ama mais, isto é bem sabido. E aquele cujo amor fosse mais puro, seria aquele que não deveria absolutamente venerar o objeto do seu amor, mas desprezá-lo. O desprezo é um assunto da mente.

Aquele que se poderia *amar de maneira totalmente pura*, — portanto um amor próprio completamente purificado — seria aquele que, ao mesmo tempo, se auto-desprezaria. Ama a ti mesmo e a ninguém fora de ti — porque somente tu podes te conhecer; e ama os outros, se puderes, quer dizer, se tu precisas da mesma maneira conhecê-los completamente e desprezá-los, como a ti mesmo.

Esta é a posição de Cristo diante do mundo. O amor próprio por piedade é o núcleo do cristianismo sem casca mitológica.

O auto-conhecimento provém da justiça para consigo mesmo; e a justiça é no fundo sentimento de vingança. Se alguém sofreu o bastante por causa de si próprio, se ele se feriu o bastante no seu pecado — então, começa a experimentar contra si mesmo o sentimento da vingança: o resultado disso é uma penetração aguda de si e o resultado disso é o auto-desprezo. Em muitos homens observamos mesmo a ascese, quer dizer, a *vingança contra si próprio* pelas vias de fato da repugnância e do ódio. [Na pressa excessiva e também no trabalho excessivo se mostra freqüentemente a mesma inclinação —].

Que em tudo isso o homem ainda se ame, eis o que aparece como um milagre da Graça. Este não é o amor do egoísmo cego e ávido. Normalmente, é a um deus que se atribui um amor a tal ponto sublimado e incon-

cebível. Mas nós é que somos capazes de tal amor. Isto é atribuir-se a graça. A vingança é abolida. E ao mesmo tempo o auto-conhecimento. Recomeçamos a agir e continuamos a viver. Mas todos os motivos habituais que normalmente nos orientam parecem transformados. É aí que reside a diferença entre o budismo e o cristianismo. O Cristo age em virtude deste amor de si; e se ocorre que ele não possa isso, ele tem apesar de tudo ainda a “auto-compaixão”. Toda *com*-paixão é, como são os homens, fraca. — Mas o Cristo se desprezava e se amava, e ele considerava os homens como semelhantes a ele.

O Cristo age e toma a ação como inevitável: ele se consola disso voltando o seu olhar para o fim do mundo. Ele atribui pouco valor aos esforços terrestres, que são vãos. Quanto a nós, quando sabemos que um dia a humanidade terminará, então, a ausência de fim será a fórmula do esforço humano. Ao mesmo tempo, se pode tomar pelo flanco para exhibir para eles os erros que fundam todas as nossas aspirações: todos eles se baseiam em pensamentos impuros. O que fazem, por exemplo, todos os pais? — eles procriam como irresponsáveis e educam sem o menor conhecimento daquilo que se deve educar — de qualquer maneira, eles não fazem o que é preciso, eles se consideram mal, afastados como estão numa esfera estranha — mas eles são *obrigados* a fazê-lo. Este é o destino funesto da existência. Em tudo o que faz, o homem será de uma total insuficiência e entregue à auto-compaixão.

O homem parece ser uma pluralidade de seres, uma reunião de esferas múltiplas, em que uma pode exercer vigilância sobre as outras. —

## Notas

\* Der Werth des Lebens. Eine philosophische Betrachtung, 1865. Texto extraído das Oeuvres philosophiques complètes, II.2 9[1]366-409. Tradução: Noéli Correia de Melo Sobrinho

1. Dühring: “A nossa moral é em parte um culto...”; p. 20.
2. Cf. Leis: 803c e 644d.
3. Cf. II.2 5[186]331: “A infância e a primeira juventude carregam seu fim em si mesmas, não são etapas”.
4. Cf. Dühring, p. 82: “...no primeiro caso [a desonra], trata-se de um julgamento de exclusão, através do qual se caracteriza a natureza do nosso comportamento”.
5. Cf. Platão: O Banquete 180d-181e.
6. Cf. Fausto 3250.
7. No manuscrito, Nietzsche inverteu Eros e Afrodite, mas se encontra freqüentemente no texto de Dühring [p. 104] a ordem que foi aqui restabelecida.
8. Cf. Schiller: Die Glocke.
9. Cf. Goethe, Fausto, 1339-1340.
10. Cf. Parerga, 2, p. 333.
11. Cf. Dühring: “Mas seria demasiado se apartar do caráter da experiência querer contar com uma mudança da própria periodicidade”, [p. 153].

## Resumo

Trata-se aqui de um fragmento póstumo do verão de 1875, em que Nietzsche comenta a obra de Eugen Dühring, *O valor da vida - Uma consideração filosófica*, no qual ele discute sobre as relações da vida com os sentimentos, a infância, o sexo, a morte, a punição, o amor, a vida coletiva e o conhecimento.

## Palavras-chave

Friedrich Nietzsche; Eugen Dühring; Filosofia da vida.

## Abstract

In this posthumous fragment, on the Eugen Dühring's work *The Worth of Life*, Nietzsche discusses about life and its relations with sentiments, youth, sex, death, punishment, love, social life, and knowledge.

## Key-words

Friedrich Nietzsche; Eugen Dühring; Philosophy of life.

# *Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica<sup>1</sup>*

*Leticia de Luna Freire*

Jamais fomos modernos. O que significa esta afirmação, que intitula um dos livros mais importantes e difundidos de Bruno Latour?<sup>2</sup> O que significa ser moderno e o seu adjetivo contrastante não-moderno na acepção deste autor? A tentativa de responder a essas perguntas aponta algumas das questões fundamentais tratadas por Latour neste livro, onde desenvolve uma primeira formulação do que chamou de uma “antropologia simétrica”.

São algumas destas questões que pretendo apresentar neste artigo. No entanto, diferentemente da obra de Latour, que consiste num denso ensaio filosófico, disponho-me aqui a abordar de forma introdutória o pensamento deste autor, para, em seguida, discutir as suas implicações para a atividade de pesquisa em ciências humanas. Tratarei, nesse caso, das contribuições da Teoria Ator-Rede enquanto um esforço de sistematização dos princípios e regras metodológicas subjacentes a uma forma de pensar e tratar a realidade que, ao invés de interpretar o mundo a partir das “grandes divisões”, visa descrevê-lo levando em conta a sua hibridização.

## Entre Natureza e Cultura, o caminho do meio

Nascido na França em 1947, Bruno Latour viveu sua formação inicial na cidade de Dijon, onde seguiu um curso muito tradicional que em nada o predestinava a ser o inovador que se tornou (Dosse, 2003). Após se formar em filosofia, prestou serviço militar na África como encarregado de pesquisa, em 1973, a fim de realizar uma investigação em sociologia do desenvolvimento. Durante os dois anos que passou na Costa do Marfim, Latour interessou-se pelas ciências sociais e, em especial, pela antropologia, cogitando a possibilidade de transpor as mesmas categorias de análise para uma investigação similar num laboratório científico. Decidido a compreender o que fundamenta a verdade científica, mudou-se logo depois para os Estados Unidos, onde desenvolveu sua primeira pesquisa de campo sobre a prática científica.

Desde então, Latour vem se tornando uma referência no estudo das ciências e das técnicas. Recusando os rótulos de filósofo, sociólogo ou historiador das ciências, o próprio Latour se define como um “sujeito híbrido” (Latour, 2004b). Atualmente é professor visitante da London School of Economics e do Department of the History of Science da Harvard University e professor titular do Centre de Sociologie de l’Innovation (CSI) da École Nationale Supérieure des Mines, podendo ser identificado como integrante do grupo de pesquisadores de Paris no campo da Sociologia das Ciências. Na França, juntamente com o diretor do CSI, Michel Callon, Latour vem propondo a criação de uma nova disciplina transversal, situada na interseção da sociologia e das ciências exatas, assumindo como objeto de estudo os processos que emergem da inovação científica e técnica: a chamada *Antropologia das Ciências*.

Nos anos 1980, Latour e Callon desenvolveram um novo marco de análise sobre a ciência e a tecnologia a partir da reflexão e crítica da sociologia da ciência convencional e de suas investigações empíricas nos campos científico e técnico. De acordo com Hernández (2003), as principais fontes de influências de Latour e Callon são: a Filosofia das Ciências concebida por Michel Serres, de quem tomaram emprestado o conceito de tradução, e o Programa Forte em Sociologia do Conhecimento, iniciado pelo filósofo-sociólogo David Bloor, do qual estenderam o princípio metodológico da simetria. Porém, outras influências podem ser identificadas nos trabalhos desses autores, como a noção de rizoma, cla-



borada por Deleuze e Guattari, e a noção de dispositivo, proveniente da filosofia de Michel Foucault.

Já em seu primeiro livro – *Laboratory Life: the Social Construction of Scientific Facts*, publicado em 1979 em parceria com Steve Woolgar – Latour critica os estudos desenvolvidos sobre a ciência na medida em que mantém intacta a separação entre o conteúdo científico e o contexto social. Nas palavras dos autores, “é como se contexto e conteúdo fossem dois líquidos que podemos fingir misturar pela agitação, mas que se sedimentam tão logo deixados em repouso” (Latour; Woolgar, 1997: 20). Visando ultrapassar estes limites, Latour vem se dedicando ao estudo da ciência em construção<sup>3</sup>. Ao colocar entre parênteses ao mesmo tempo nossas crenças sobre a ciência e nossas crenças sobre a sociedade, propõe uma extensão do Programa Forte formulado por David Bloor.

Em 1976, Bloor iniciou o desenvolvimento de um programa de investigação social com o objetivo de descobrir as causas que levam distintos grupos sociais, em diferentes épocas, a selecionar determinados aspectos da realidade como objeto de estudo e explicação científica. Com esse programa, tornou-se possível considerar o trabalho dos cientistas como uma construção social, influenciada tanto por aspectos internos da própria comunidade científica, como por aspectos externos da sociedade a que pertencem. Por “programa fraco” Bloor designava a idéia de que bastava cercar a “dimensão cognitiva” das ciências com uns poucos “fatores sociais” para ser chamado de historiador ou sociólogo das ciências. Em contraposição, propunha um “programa forte”, cuja idéia básica era de que qualquer estudo de sociologia ou história das ciências deveria levar em conta tanto o contexto social quanto o conteúdo científico.

Para abordar estes dois aspectos, Bloor sugeriu, entre outros, o princípio programático da simetria, o que significava reconhecer que os mesmos tipos de causas devem explicar tanto as crenças valorizadas como verdade quanto as crenças rechaçadas, uma vez que não há diferença essencial entre verdade e erro<sup>4</sup>. Ou seja, as explicações sociais, psicológicas e econômicas deveriam ser empregadas simetricamente, de modo a tratar, nos mesmos termos, os vencedores e os vencidos da história das ciências. Como dizem Latour e Woolgar (1997), ser simétrico significa fazer uma sociologia para compreender por que os franceses acreditam na astronomia da mesma maneira que para compreender por que eles acreditam na astrologia.

Esse princípio foi estendido por Latour e Callon às controvérsias sobre a sociedade, propondo então um *princípio de simetria generalizada*, no qual tanto a natureza quanto a sociedade deveriam ser explicadas a partir de um quadro comum e geral de interpretação. Sugerindo uma antropologia simétrica (Latour, 1994), defendem que, além do erro e da verdade, também a natureza e a sociedade devem ser tratadas sob um mesmo plano e nunca separadamente, já que também não haveria entre elas diferença em espécie. Para os autores, não há de antemão o mundo das coisas em si de um lado e o mundo dos homens entre si de outro, pois natureza e sociedade são ambas efeitos de redes heterogêneas. Isso não quer dizer que suas redes sejam compostas pelos mesmos elementos, mas que podem ser descritas da mesma maneira, tratadas sob os mesmos termos. Dito de outro modo, o princípio de simetria generalizada significa partir da necessária explicação simultânea da natureza e da sociedade, ao contrário do hábito de se fazer recair exclusivamente sobre a sociedade todo o peso da explicação, o que resulta na permanência de um esquema assimétrico (Dosse, 2003).

Questionando essas “grandes divisões”, Latour e Callon propõem ainda com esse princípio ultrapassar a dupla separação moderna entre os humanos e os não-humanos, defendendo que se dê igual importância de tratamento para a produção tanto dos primeiros quanto dos segundos, estudando-os ao mesmo tempo<sup>5</sup>. Ao assumirem que tudo o que há é interação, Latour e Callon vão ainda mais longe ao reivindicarem uma simetria total entre os humanos e os não-humanos. Conforme aponta Law (1992), podemos notar que quase todas nossas interações com outras pessoas são mediadas através de objetos, como telefone, internet, carta. Minha comunicação com você, leitor, por exemplo, se dá através de uma rede de objetos – do qual fazem parte o computador, a impressora, a revista, esse texto – e uma rede de pessoas – do qual fazem parte eu, os editores da revista e os técnicos que viabilizaram sua publicação. Como diz Law (op.cit.), essas várias redes participam do social, ajudando a moldá-lo e, em certa medida, ajudando a superar a relutância em ler esse texto, sendo, portanto, necessárias para se estabelecer o relacionamento social entre autor e leitor. Nesse sentido, o social é uma rede heterogênea, constituída não apenas de humanos, mas também de não-humanos, de modo que ambos devem ser igualmente considerados.

Do ponto de vista metodológico, Latour afirma que a única maneira de compreender a realidade dos estudos científicos é acompanhar os cientistas em ação, já que a ciência está fundada sobre uma prática, e não sobre idéias. Para isso, é preciso prestar atenção aos detalhes da prática científica, descrevendo essa prática tal como os antropólogos descrevem tribos selvagens<sup>6</sup>. Conforme salientam Latour e Woolgar (1997), o exame das atividades cotidianas de um laboratório permite-nos ver como os gestos aparentemente mais insignificantes contribuem para a construção social dos fatos, evidenciando o caráter idiossincrático, local, heterogêneo e contextual das práticas científicas.

Contrário a todo pensamento dualista, Latour propõe em seus trabalhos uma abordagem pragmática que não seja centrada nem só no técnico, nem só no social, mas capaz de respeitar a dinâmica não hierárquica e não linear de suas relações, negando assim a própria separação entre o “lado de dentro” e o “lado de fora” do laboratório.

Segundo o autor, a atividade científica tem por natureza uma dimensão coletiva, pública, de modo que a construção de fatos e máquinas somente se viabiliza através da conjugação de interesses e mobilização de um grande número de aliados. Conforme diz, “a construção de um fato é um processo tão coletivo que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos” (Latour, 2000: 70). Isso significa que um fato científico só existe se for sustentado por uma rede de atores e que, assim, o cientista nunca remete à natureza em si, mas aos seus colegas e à rede que o constitui como tal (Moraes, 2004). Nesse sentido, podemos dizer que, em última instância, uma ciência não se universaliza, e sim que sua rede se estende em grandes proporções e se estabiliza<sup>7</sup>.

Em *Ciência em ação* (2000), Latour compara a construção de fatos a um jogo de rugby, dizendo que uma afirmação, assim como a bola de rugby, está sempre em situação de risco, aguardando ser pega por algum jogador para sair do estado de estagnação. Para que se mova, é preciso que haja uma ação, que alguém a pegue e atire-a, sendo que o seu arremesso dependerá da hostilidade, velocidade, perícia ou tática dos outros. Tal como um jogo de rugby, a construção de fatos é um processo coletivo em que o objeto é transmitido de um ator para outro, com a diferença de que na prática científica a afirmação vai se constituindo e se transformado à medida que passa de mão em mão. Conforme diz, “todos os atores estão fazendo alguma coisa com a caixa-preta (...) eles não a trans-

mitem pura e simplesmente, mas acrescentam elementos seus ao modificarem o argumento, fortalecê-lo e incorporá-lo em novos contextos” (Latour, 2000: 171). Assim, o status de uma afirmação depende sempre das afirmações ulteriores, do que se faz depois com ela, ou seja, se ela é tornada mais fato ou ficção.

Entretanto, não basta aos cientistas fazer com que os outros simplesmente tomem a afirmação em suas mãos, é preciso evitar que estes a transformem tanto ao ponto de torná-la irreconhecível. Assim, a tarefa dos cientistas de transformar uma alegação em um fato científico torna-se ainda mais complexa, dependendo da operação que Latour (op. cit.: 178) chamou de *tradução* (ou *translação*), ou seja, da “interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam”. Para Hernández (2003), o conceito de tradução é o coração do dispositivo teórico de Latour. Tal é a importância deste conceito que a Teoria Ator-Rede é também conhecida como sociologia da tradução (Law, 1992).

Traduzir (ou transladar) significa deslocar objetivos, interesses, dispositivos, seres humanos. Implica desvio de rota, invenção de um elo que antes não existia e que de alguma maneira modifica os elementos imbricados. As cadeias de tradução referem-se ao trabalho pelo qual os atores modificam, deslocam e transladam os seus vários e contraditórios interesses. Mas a operação de tradução implica uma solução aparentemente contraditória do cientista, pois ao mesmo tempo em que procura engajar outras pessoas para que elas acreditem na caixa-preta, comprem-na e disseminem-na no tempo e no espaço, tenta controlá-las para que aquilo que elas adotam e disseminam permaneça mais ou menos inalterado.

Descrevendo diversas táticas de deslocamento de interesses e objetivos, Latour (2000) esclarece que, além do significado linguístico de transposição de uma língua para outra, a noção de tradução tem aqui um significado geométrico de transposição de um lugar para outro. Assim, “transladar interesses significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar as pessoas para direções diferentes” (op. cit.:194). Por exemplo, um cientista que deseje produzir um novo medicamento para diabetes precisa, para obter o apoio necessário para o sucesso de seu empreendimento, convencer o maior número possível de pessoas (Ministro da Saúde, presidente da Associação dos Diabéticos, dirigentes da indústria farmacêutica, jornalistas, alunos, colegas acadêmicos,

etc) de que, ao ajudarem o seu laboratório, estariam favorecendo seus próprios objetivos. Com o uso de diversos dispositivos de inscrição<sup>8</sup>, o cientista traduz outros atores numa vontade única da qual ele se torna porta-voz. Ao começar a agir por muitos e não mais por apenas um, o cientista então cresce e se fortalece<sup>9</sup>. Logo, não há razão sem negociação, sem essa política inventada pela ciência (Moraes, 2002)<sup>10</sup>. E é justamente dessa prática política que advém o poder da ciência – o poder de parecer apolítica, mera representante da natureza.

Sendo a ciência constituída por um processo de negociação em rede, Latour (op.cit.) demonstra que há uma constante retroalimentação entre o “lado de dentro” e o “lado de fora” do laboratório, de forma que quanto maior, mais sólida e mais pura é a ciência lá dentro – aparentando ser isolada da sociedade –, maior é a distância que outros cientistas precisam percorrer lá fora, recrutando investidores, despertando interesses e convencendo outras pessoas. Metaforicamente, Latour (op. cit.: 258) diz que “os cientistas puros são como filhotes indefesos que ficam no ninho enquanto os adultos se ocupam construindo abrigo e trazendo alimento”. Através de pesquisas de campo, o autor tem produzido análises que expressam essa permeabilidade entre o lugar onde se realizam as práticas tecnocientíficas (o laboratório) e o seu entorno (Teixeira, 2001).

Pensar a ciência como uma rede de atores significa que ela não se caracteriza por sua racionalidade e objetividade, ou pela veracidade dos fatos por ela engendrados. Implica considerar estas noções – assim como as noções de natureza e sociedade – não como causas, mas efeitos alcançados a partir das tensões próprias à rede de atores. Ao invés de ser um lugar isolado, fechado e separado do mundo, o laboratório passa a ser aqui entendido então como o locus onde são constantemente redistribuídas a natureza e a sociedade (Moraes, 2002).

Dessa forma, Latour vem construindo uma antropologia das ciências que, em linhas gerais, tangencia a separação entre as entidades ontológicas Natureza e Cultura, bem como a separação entre sujeito e objeto. Todo seu esforço concentra-se em problematizar a idéia da existência de uma rígida separação entre natureza e sociedade, da dicotomia entre sujeito e objeto e ainda de uma relação de domínio dos homens sobre as coisas do mundo – idéias fundadas pela/na modernidade – mostrando que, na realidade, tais pressupostos nunca vingaram.

Em *Jamais fomos modernos* (1994), o autor argumenta que a tradicional divisão de tarefas em que a gestão da natureza cabia aos cientistas e a gestão da sociedade aos políticos tem se tornado cada vez mais incapaz de dar conta de fenômenos contemporâneos, como o buraco na camada de ozônio, embriões congelados e organismos geneticamente modificados. Isso porque a tentativa moderna de purificação dos domínios natural e humano fracassou através de seu efeito colateral mais indesejável: a proliferação de híbridos (Ferreira, 2002). Essa proliferação de objetos que já não podemos considerar nem totalmente naturais nem totalmente sociais nos faz questionar sobre essa radical separação entre natureza e cultura produzida pelo mundo moderno. Conforme demonstra Latour, na prática nunca paramos de criar esses híbridos, apenas recusávamos assumi-los para defender um paradigma que já não se sustenta mais, o que o conduz a afirmar de modo categórico que jamais fomos verdadeiramente modernos. É preciso então questionar este paradigma fundador para que possamos compreender nosso mundo atual através de um olhar moderno.

Para lidar com esses híbridos que não se enquadram nas “grandes divisões”, Latour propõe um vasto movimento de expressão conjunta dos portavozes da sociedade e da natureza, através de um *Parlamento das coisas*. Um bom exemplo citado pelo autor (1997a) para testar essa idéia é a Conferência de Kyoto, no Japão, onde o clima aparece ao mesmo tempo como objeto científico – um consenso formado entre os pesquisadores de que a emissão de poluentes a partir da queima de combustíveis, por exemplo, provoca alteração climática em todo o planeta – e como objeto político – que obriga as nações a tomarem uma ação frente a esta alteração que se estenda por todo o planeta. Nessa conferência, o efeito estufa é um híbrido que redefine as relações entre ciência e política, sendo “impossível separar claramente os que representam as nações e os que representam as nuvens, a circulação atmosférica, as correntes marinhas e as florestas” (ibid.: s/p).

Assim, Latour pretende mostrar que a emergência desses híbridos clama por uma filosofia capaz de acolhê-los e uma política que os tome como alvo de discussão (Moraes, 2004). Ao fazer isso, redefine o próprio objeto de investigação da sociologia das ciências, que, ao invés de ser a construção social, passa a ser a sócio-natureza, através do estudo desses híbridos de natureza e cultura, que Michel Serres denominou quase-objetos (Latour, 1994). Não existe, portanto, natureza de um lado e cultura de outro, mas apenas *naturezas-culturas*.

De posse desses objetos híbridos de investigação, a própria antropologia perderia sua ligação exclusiva com as culturas ou com as dimensões culturais, mas ganharia as naturezas, o que, segundo Latour, teria um valor inestimável. Além disso, uma vez que todas essas questões sobre causas, efeitos e elos podem ser levantadas em todos os lugares, abre-se um campo ilimitado de estudo para a antropologia (Latour, 2000). A Teoria Ator-Rede nada mais é que a formalização desse método de estudo, pautado nas noções de simetria, tradução, ator e rede.

## **A Teoria Ator-Rede**

A Actor-Network Theory (ANT), traduzida aqui por Teoria Ator-Rede (TAR), é produto de um grupo de antropólogos, sociólogos e engenheiros franceses e ingleses associados, dentre os quais Bruno Latour, Michel Callon e John Law. De acordo com Wilkinson (2004: 2), embora muitas vezes a Teoria Ator-Rede seja considerada uma metodologia, “ela na prática alcançou o estatuto de uma teoria, quer pelas ambições do seu método (abolição do pensamento dualístico) quer pela sua reconceitualização sistemática de práticas de pesquisa, que envolvem uma nomenclatura extensa e original”. Nas palavras de Latour (2004b: 397), a TAR consiste em “seguir as coisas através das redes em que elas se transportam, descrevê-las em seus enredos”.

Contudo, o próprio Latour é o primeiro a criticar a teoria de rede de atores, admitindo uma série de restrições. Para ele (1997b), há quatro “pequenos problemas” na Teoria Ator-Rede: a palavra teoria, a palavra ator, a palavra rede e o hífen que liga o ator à rede! O problema, portanto, começa no nome, uma vez que as definições usuais das noções de teoria, ator e rede se chocam com o que a TAR significa em termos de uma proposta teórico-metodológica. Para melhor entendê-la e operacionalizá-la, é necessário destrinchar alguns conceitos básicos.

Quanto ao conceito de teoria, Latour retifica que a TAR não pode ser classificada como uma teoria do social, do sujeito ou da natureza. Não é uma teoria cujos princípios estejam dados de antemão, tampouco que possa se “aplicar” a algo, uma vez que o que está em jogo não é a aplicação de um quadro de referência no qual podemos inserir os fatos e suas conexões, mas a possibilidade de seguir a produção das diferenças (Moraes, 2003). Segundo a definição de Latour (1997b), a TAR é, antes

de tudo, um método, um caminho para seguir a construção e fabricação dos fatos, que teria a vantagem de poder produzir efeitos que não são obtidos por nenhuma teoria social.

Quanto ao conceito de ator, é preciso aqui diferenciá-lo do sentido tradicional de “ator social” da sociologia, pois, para Latour, ator é tudo que age, deixa traço, produz efeito no mundo, podendo se referir a pessoas, instituições, coisas, animais, objetos, máquinas, etc. Ou seja, ator aqui não se refere apenas aos humanos, mas também aos não-humanos, sendo por esse motivo sugerido ainda por Latour (2001: 346) o termo *actante*:

O grande interesse dos estudos científicos consiste no fato de proporcionarem, por meio do exame da prática laboratorial, inúmeros casos de surgimento de atores. Ao invés de começar com entidades que já compõem o mundo, os estudos científicos enfatizam a natureza complexa e controvertida do que seja, para um ator, chegar à existência. O segredo é definir o ator com base naquilo que ele faz – seus desempenhos – no quadro dos testes de laboratório. Mais tarde, sua competência é deduzida e integrada a uma instituição. Uma vez que, em inglês, a palavra “actor” (ator) se limita a humanos, utilizamos muitas vezes “actant” (actante), termo tomado à semiótica para incluir não-humanos na definição.

De acordo com Latour, um ator é definido pelos efeitos de suas ações, de modo que o que não deixa traço não pode ser considerado um ator. Ou seja, somente podem ser considerados atores aqueles elementos que produzem efeito na rede, que a modificam e são modificados por ela e são estes elementos que devem fazer parte de sua descrição. Porém, não há como anteciparmos que atores produzirão efeitos na rede, que atores farão diferença, senão acompanhando seus movimentos.

Em relação ao conceito de *rede*, é preciso ressaltar que não há aqui qualquer alusão à idéia de rede ligada à cibernética. Enquanto rede em internet refere-se ao transporte de informações por longas distâncias sem sofrerem quaisquer deformações, na TAR esta noção remete a fluxos, circulações e alianças, nas quais os atores envolvidos interferem e sofrem interferências constantes.



Do ponto de vista topológico, uma rede é uma lógica de conexões, e não de superfícies, definidas por seus agenciamentos internos e não por seus limites externos. De uma forma geral, a noção de rede da TAR é bastante próxima da noção de rizoma, elaborada por Deleuze e Guattari (1995) enquanto o modelo de realização das multiplicidades. Diferentemente do modelo da árvore ou da raiz, que fixam um ponto, uma ordem, no rizoma qualquer ponto pode ser conectado a qualquer outro. De acordo com os autores (op. cit.: 16), “uma multiplicidade não tem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza”. Tal como no rizoma, na rede não há unidade, apenas agenciamentos; não há pontos fixos, apenas linhas. Assim, uma rede é uma totalidade aberta capaz de crescer em todos os lados e direções, sendo seu único elemento constitutivo o nó (Moraes, 2000). Na abordagem da TAR trata-se então de enfatizar os fluxos, os movimentos de agenciamento e as mudanças por eles provocadas, pois, como diz Latour (2002b), “não há informação, apenas trans-formação”, e essa é a principal característica da rede.

Latour enfatiza ainda que o conceito de rede da TAR não deve ser confundido com o objeto a ser descrito, que é sempre também um ator em relação. Uma rede de atores não é redutível a um ator sozinho; nem a uma rede, mas composta de séries heterogêneas de elementos, animados e inanimados conectados, agenciados. Ela é simultaneamente um ator, cuja atividade consiste em fazer alianças com novos elementos, e uma rede capaz de redefinir e transformar seus componentes (Moraes, 2002).

A utilização do hífen entre os termos ator e rede busca demarcar a intenção de seguir a circulação das entidades micro e macro, tomando “ator” e “rede” como duas faces do mesmo fenômeno. Entretanto, o par ator-rede, incluindo o hífen, é para Latour insuficiente para dar conta da ação que se distribui em rede, dos processos de fabricação do mundo, por ser muitas vezes equivocadamente tomado como o par indivíduo-sociedade. De todo modo, o que na TAR está sendo designado por “rede” refere-se muito mais ao modo de descrever esse movimento circulatório do que a caracterizar seus elementos. Como bem define Latour (2002b), “a Teoria Ator-Rede é mais como o nome de um lápis ou pincel do que o nome de um objeto a ser desenhado ou pintado”<sup>11</sup>.

Mas que tipo de desenho esse lápis ou pincel nos possibilita traçar? A originalidade da noção de rede na TAR reside em não reduzi-la à idéia de

vínculo, mas em acentuar a ação, o trabalho de fabricação e transformação presente nas redes (Moraes, 2003). Assim, o interesse do pesquisador consiste em seguir o trabalho de fabricação dos fatos, dos sujeitos, dos objetos; fabricação que se faz em rede, através de alianças entre atores humanos e não-humanos.

## **Descrever sem explicar: o que é pesquisar na perspectiva da Teoria Ator-Rede?**

Nesta última parte, gostaria de abordar as implicações desse pensamento não-moderno e a respectiva metodologia pautada na simetria para a atividade da pesquisa em Ciências Humanas. Como vimos, a Teoria Ator-Rede não deve ser entendida como um quadro teórico o qual possa ser “aplicado” em diferentes contextos. Não há, por sua vez, um manual o qual o pesquisador deva seguir. De que forma, então, ela nos pode ser útil?

Para responder esta questão, cito um texto esclarecedor em que Latour (2002b) simula o diálogo entre “um professor um tanto socrático”, e um aluno da London School of Economics às voltas com a produção de sua tese<sup>12</sup>. Ao perceber a aflição do aluno por não conseguir aplicar a Teoria Ator-Rede ao seu estudo em organizações, o professor tenta tranquilizá-lo: “não se preocupe, ela não é aplicável a nada!”. Surpreso com a afirmação do professor, o aluno replica: “você está dizendo que ela é realmente inútil?”. O professor então o corrige: “ela deve ser útil, mas apenas se não for ‘aplicada’ a nada”. Com o aluno cada vez mais confuso, o professor procura explicá-lo de maneira mais didática: “ela é uma teoria, e uma teoria forte, eu acho, mas sobre como estudar coisas ou como não estudá-las. Ou ainda como deixar os atores terem espaço para se expressarem por eles mesmos”. O pesquisador, nesse caso, não deve emitir interpretações sobre seu objeto de estudo, mas apenas descrevê-lo da melhor forma possível.

Desconfiado dessa função de “descrever sem explicar”, o aluno, já bastante preocupado com a redação de sua tese, lhe faz perguntas práticas: “mas quando devo parar? O que é uma descrição completa?”. A ele então o professor responde: “ora, uma boa tese é uma tese feita”. O aluno insiste com a pergunta, provocando uma resposta ao mesmo tempo direta e irônica do professor: “você pára quando você estiver escrito suas 50.000 palavras ou seja qual for o formato aqui (...) Uma solução para parar é

adicionar uma moldura, uma explicação, a outra é escrever a última palavra no último capítulo de sua tese”.

Diante da insatisfação do aluno, que não pára de questioná-lo, o professor prossegue: “o texto, em nossa disciplina, não é uma história, uma boa história, é o equivalente funcional de um laboratório. É um lugar para testes, experimentos e transformações. Dependendo do que acontece nele, existe ou não um ator e existe ou não uma rede sendo tecida. E isso depende inteiramente dos meios precisos em que ele é escrito – e cada novo tópico requer um novo meio de ser abarcado no texto. Muitos textos são apenas planos mortos. Nada acontece neles”.

A partir desse intrigante diálogo, podemos dizer que a Teoria Ator-Rede implica, portanto, uma série de escolhas e decisões a serem tomadas antes, durante e após a realização da pesquisa. Em minha dissertação de mestrado (Freire, 2005), busquei descrever o processo de implantação do Programa Favela-Bairro<sup>13</sup> na localidade de Acari, na zona norte do Rio de Janeiro. À luz da perspectiva da TAR, não tinha como objetivo avaliar os resultados alcançados pelo programa em relação à qualidade de vida da população, o que me colocaria na função de emitir um julgamento (favorável ou não) sobre o mesmo, tampouco buscava emitir interpretações sobre os atores que compunham o processo, enquadrando os acontecimentos numa moldura teórica qualquer.

Ao invés de pretensões consideradas academicamente mais nobres, meu objetivo era bastante simples, mas nem por isso menos importante: descrever a intervenção tal como ela acontecia no campo, quer dizer, mapear as redes que estavam sendo tecidas no processo da intervenção urbana na localidade. Assim como o aluno no referido diálogo, encontrei-me com diversas dúvidas no decorrer desse caminho: como descrever, como abrir mão de explicações, quando interromper a descrição?

Conforme dito anteriormente, a noção de rede aqui não se reduz à idéia de vínculo, mas em acentuar a ação presente nas redes. Nesse sentido, ao descrever o processo da intervenção do Favela-Bairro em Acari, o foco de minha pesquisa não era apenas a identificação dos vínculos e alianças geradas em torno dessa intervenção, como a que ligava a prefeitura às associações de moradores ou a que ligava os moradores às agentes comunitárias de habitação, mas sobretudo a descrição dos efeitos produzidos por estes vínculos. Foi com este enfoque que pude perceber, por exemplo, as mudanças ocasionadas no projeto de urbanização inicial, a partir das

negociações entre a prefeitura e os presidentes das associações, bem como a produção de novas formas de uso e apropriação do espaço público da localidade pelos moradores através da atuação das agentes de habitação junto aos mesmos.

Certamente, como relatei em outro artigo (Freire, 2006), isto apenas foi possível mediante a realização de um intenso trabalho de campo, que, inspirado nos antropólogos, exigiu minha presença constante na comunidade por mais de um ano. Com o auxílio de um diário de campo, que muitas vezes funcionava como analisador de minha própria participação no processo, descrevi as negociações, deslocamentos e transformações ocasionadas pelas ações dos mais diversos atores durante a intervenção. Mais do que descrevê-la “de fora”, buscava assim apontar os efeitos das relações e alianças que estavam sendo naquele momento produzidas.

Seguindo a perspectiva sugerida por Latour, tentei não priorizar nenhum ponto de vista ou ator de antemão, mas acompanhar passo a passo a sua constituição, atenta aos efeitos produzidos pelas ações de cada um dos atores. Procurando pistas sobre um possível fio pelo qual pudesse começar a tecer as redes daquela situação que a localidade vivia, as conversas informais encadeadas com moradores e líderes locais me conduziram aos Agentes Comunitários de Habitação, que ali representavam “a ponte entre a prefeitura e a comunidade”.

Foi seguindo os agentes comunitários em ação, acompanhando de perto o desenvolvimento de seu trabalho em Acari, que a rede pôde então ser tecida. Atuando como elo de comunicação e interlocução entre a prefeitura e os moradores durante as três etapas da intervenção (projeto, obras e pós-obras), eles eram os tradutores por excelência do programa na comunidade. Isso não significa que eles fossem os atores centrais do processo, pois, segundo a TAR, não há um ator do qual emana a fabricação do mundo, mas uma rede heterogênea de atores (humanos e não-humanos) conectados. Desse modo, posso dizer que os agentes foram minha porta de entrada, o que me permitiu ter acesso aos outros atores a eles associados e que se faziam igualmente presentes no processo da intervenção, como os presidentes das associações, os técnicos da prefeitura, os traficantes e os próprios moradores.

Dentre os outros atores, encontrei também muitos não-humanos, como o livro de atas dos agentes de habitação, as pichações da prefeitura enumerando as casas a serem removidas e os fogos lançados por traficantes para

comunicar a chegada da polícia na favela. Todos esses atores provocavam desvios ou modificações no processo da intervenção, seja intervindo diretamente no trabalho dos agentes comunitários, na vida dos moradores ou na própria atuação dos técnicos da prefeitura na localidade.

Dessa forma, somente partindo da posição de não desprezar nenhum elemento que se fizesse presente, isto é, que produzisse efeitos, pude ao longo do trabalho de campo sustentar um olhar que levasse em consideração simultaneamente aspectos individuais e sociais, os humanos e os não-humanos, escapando assim de uma abordagem assimétrica que privilegiasse um dos pólos. Foi a atitude de não mais ignorar a presença dos não-humanos que me permitiu constatar a complexidade de pessoas e coisas que povoam o mundo em constante interação, dando-lhe corpo e sentido, e que, no caso da intervenção do Programa Favela-Bairro em Acari, era impossível de se desprezar.

## **De ciências humanas a humanas ciências**

Ao leitor que me acompanhou, espero ter conseguido mostrar de que forma as contribuições de Latour para a construção de uma antropologia simétrica são extremamente relevantes para pesquisadores das ciências humanas, como sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros. Gostaria de finalizar ressaltando, em especial, dois aspectos que modificam não apenas o objeto de investigação do pesquisador, mas a delimitação de seu próprio campo científico.

Um primeiro aspecto é a introdução do mundo dos objetos no interior do nosso campo de investigação, o que, segundo o próprio Latour, “muda uma boa parte das ciências humanas que eram até então ciências sem objetos” (apud Dosse, 2003: 141). Enquanto na teoria clássica da ciência, o objeto já está lá, é um dado da natureza que é transformado pela história, na perspectiva da antropologia simétrica o olhar se volta para os objetos em via de se constituir, os “objetos que estão quentes”.

Um segundo aspecto é que a adoção dessa perspectiva tem como consequência direta a própria recusa das fronteiras rigidamente construídas pela modernidade entre as ciências humanas e as naturais. Abordando os desafios criados na contemporaneidade, Latour et al. (1998: 123) afirmam que as ciências humanas, especialmente a sociologia, ficaram sufocadas por quererem imitar as ciências naturais em seus aspectos exteriores e ignorá-

las em seus conteúdos e suas produções. Segundo os autores (op.cit.:123), o esforço hoje é fazer exatamente o inverso. Não imitá-las, uma vez que elas próprias estão completamente transformadas, mas integrá-las, conhecê-las, praticá-las, desconstruí-las, já que definem em parte as associações de nossos coletivos em construção. Assim, concluem, “de ciências humanas elas se tornam humanas ciências, isto é, antropológicas”.

## Notas

1. Este trabalho deve-se à minha participação no grupo de estudo e pesquisa “Psicologia e Construtivismo”, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ. Ao integrar este grupo durante o curso de mestrado, pude conhecer e compartilhar as idéias de Bruno Latour e outros autores, como Isabelle Stengers e Vinciane Despret. Minha dissertação, assim como este artigo, resultou das discussões empreendidas com os colegas do grupo sob a coordenação de meu orientador, professor Ronald Arendt. Desde 2003 as contribuições desses autores têm sido apropriadas por seus integrantes em suas pesquisas de mestrado e doutorado, com o intuito de se viabilizar uma “psicologia simétrica”. Recentemente, organizei um livro com uma coletânea dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo, a ser publicado ainda este ano pela editora do Museu da República (RJ). Agradeço aqui a todos os colegas pela produtiva convivência.
2. O livro *Nous n'avons jamais été modernes* foi originalmente publicado em 1991. Desde então, já foi traduzido para 18 línguas, sendo a primeira edição brasileira de 1994.
3. Latour (2000) descreve que há duas vozes contraditórias que falam ao mesmo tempo: a da ciência acabada (Ciência com C maiúsculo), que produz frases como “faça isto, faça aquilo” e considera fatos e máquinas suficientemente bem determinados, e a da ciência em construção (ciência n<sup>o</sup> 2 ou Pesquisa), que diz que “o suficiente nunca é suficiente” e acha que fatos e máquinas, em fase de construção, estão sempre *subdeterminados*, ou seja, que nenhum fator isolado é suficiente para explicar o encerramento de uma controvérsia ou a certeza obtida pelos cientistas, faltando sempre alguma coisa para fechar de uma vez por todas a caixa-preta. O autor toma de empréstimo da cibernética a expressão caixa-preta para designar os fatos científicos tomados como indubitáveis, como, por exemplo, a dupla hélice do DNA. Para ele, fazer um flashback dessas caixas-pretas certinhas, frias e indubitáveis, permite revelar as incertezas, trabalhos, decisões, concorrências e controvérsias produzidas no processo de sua construção.
4. Latour (2002a) aborda a noção de crença num pequeno livro, cuja questão central consiste em “falar simetricamente de nós e dos outros, sem acreditar nem na razão nem na crença, respeitando ao mesmo tempo os fetiches e os fatos”. Neste texto, crença é definida como aquilo que separa construção e realidade, como o conjunto da operação na qual os modernos constroem a si próprios ao proibirem, com o objetivo de compreender suas ações, o retorno aos fetiches, os quais, todavia, eles próprios também utilizam. Procurando intensificar o diálogo entre os que falam de fatos e os que falam de fetiches, o autor propõe abandonar a noção de crença e, em contraposição, lança a noção de fe(i)tiche (faitiche) – um trocadilho com as palavras francesas fait (fato) e fétiche (fetiche) – para considerar a dimensão da prática, tomando construção e verdade como sinônimos, isentando-se de optar entre um e outro.

5. Em sua etnografia da prática científica, Latour utiliza o termo não-humano para se referir aos materiais, equipamentos e artefatos de inscrição e armazenamento dos dados científicos, apontando que estes só podem ser pensados em suas relações com os humanos. Segundo a definição do autor, “esse conceito só significa alguma coisa na diferença entre o par “humano-não-humano” e a dicotomia sujeito-objeto. Associações de humanos e não-humanos aludem a um regime político diferente da guerra movida contra nós pela distinção entre sujeito e objeto. Um não-humano é, portanto, a versão de tempo de paz do objeto: aquilo que este pareceria se não estivesse metido na guerra para atalhar o devido processo político. O par humano-não-humano não constitui uma forma de “superar” a distinção sujeito-objeto, mas uma forma de ultrapassá-la completamente” (2001: 352).
6. Segundo Moraes (2003), Latour afirma um enfoque antropológico das ciências e das técnicas entendendo a palavra antropologia não em sua referência ao antropos-homem, mas ao estranhamento que comportam as pesquisas antropológicas de outras civilizações e para frisar o sentido empírico de suas investigações.
7. Latour e Woolgar (1997: 192) definem “ponto de estabilização” como “o momento em que o enunciado desembaraça-se de todos os determinantes de tempo e lugar e de qualquer referência àqueles que o produziram, assim como ao processo de sua produção”. Embora, para Latour, não exista distinção prévia entre a atividade científica e as demais, a singularidade da ciência reside exatamente no seu poder de mobilização de um número enorme de recursos e aliados para produzir assimetrias, criando caixas-pretas que funcionam como “pontos de passagem obrigatória”, como se fossem atemporais e isoladas da sociedade (Latour, 2000).
8. Também chamadas de “móveis imutáveis”, as inscrições são todos os tipos de transformações que materializam uma entidade em um signo, um arquivo, um documento, um pedaço de papel, um traço, permitindo novas translações e articulações ao mesmo tempo em que mantêm intactas algumas formas de relação (Latour, 2001). No esforço de convencimento dos cientistas, elas desempenham então um papel extremamente importante, aumentando quer seja a mobilização, a apresentação, a fidelidade, quer seja a disciplina dos aliados cuja presença é necessária para convencer (Latour, 1990).
9. Um exemplo bem explorado pelo autor consiste no trabalho bem sucedido de Pasteur em capturar os interesses de diferentes grupos e indivíduos para suas experiências com micróbios em seu laboratório no final do século XIX. A esse respeito, ver: Latour (1983).
10. Entende-se aqui por política “a atuação como porta-voz de forças que se molda a sociedade, forças das quais a pessoa é a única autoridade confiável e legítima”, como define Latour (1983), referindo-se à política praticada por Pasteur que o transformou em único e legítimo representante de inúmeras forças invisíveis e perigosas (os micróbios causadores da doença do antraz).
11. A tradução é de minha responsabilidade.
12. Todas as frases do diálogo citadas no texto foram traduzidas por mim.
13. Desenvolvido pela prefeitura do Rio de Janeiro desde 1994, este programa visa integrar as favelas à cidade, através da introdução de obras de infra-estrutura urbana, serviços básicos, equipamentos públicos e políticas sociais. Com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ele é hoje reconhecido como uma das maiores e mais importantes ações desenvolvidas pela administração municipal.

## Referências bibliográficas

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DOSSE, François. *O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.
- FERREIRA, Arthur Arruda Leal. Cruzando as redes: o empirismo radical e a teoria do ator-rede enquanto monismos pluralistas. In: *Série Documenta*, n° 12-13, Ano VIII, EICOS/UFRJ, 2002.
- FREIRE, Leticia de Luna. *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, PPGPS-UERJ, Rio de Janeiro, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Seguindo as agentes comunitárias em ação: o processo de uma intervenção urbana numa favela carioca à luz da Teoria Ator-Rede* (artigo no prelo), 2006.
- HERNÁNDEZ, Antonio Arellano. La sociología de las ciencias y de las técnicas de Michel Callon y Bruno Latour. In: LEDESMA, Jorge Ocampo; MARTÍNEZ, Elia Patlán; HERNÁNDEZ, Antonio Arellano (orgs). *Un debate abierto. Escuelas y corrientes sobre la tecnología*. Chapingo, Mexico: Universidad Autónoma Chapingo/Centro de Investigaciones Económicas, Sociales y Tecnológicas de la Agroindustria y la Agricultura Mundial (PIHAAA-CIESTAAM), 2003.
- LATOUR, Bruno. Give me a laboratory and I will raise the world. In: KNORR-CETINA, Karin D.; MULKAY, Michael J. (orgs). *Science Observed*. Beverly Hills: Sage, 1983.
- \_\_\_\_\_. As “visões” do espírito. Uma introdução à antropologia das ciências e das técnicas (Tradução de J. M. Carvalho de Mello e C. J. Saldanha Machado). In: *Publicações didáticas*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ – Programa de Engenharia de Produção, Área de PCT, Publicação Didática 00190, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- \_\_\_\_\_. O futuro da Terra é decidido no concílio híbrido de Kyoto. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno Mais!, 7 dez. 1997a.
- \_\_\_\_\_. *Keynote Speech: On Recalling ANT*. Introdução ao Actor Network and After” Workshop, Keele University. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/stslatour1.html>, 1997b.
- \_\_\_\_\_. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.



\_\_\_\_\_. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: EDUSC, 2002a.

\_\_\_\_\_. *A Dialog on Actor Network Theory*. Disponível em: <http://www.ensmp.fr/~latour/articles/article/090.html>, 2002b.

\_\_\_\_\_. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: EDUSC, 2004a.

\_\_\_\_\_. Por uma antropologia do centro (entrevista do autor à revista). *Mana* 10(2), pp. 397-414, 2004.

\_\_\_\_\_; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAW, John. Notes on the Theory of Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. In: *Systems Practice*, vol.5, n. 4. (Tradução de Fernando Manso). Disponível em: <http://www.necso.ufrj.br>, 1992.

MORAES, Márcia Oliveira. O conceito de rede na filosofia mestiça. *Revista Informare*, vol. 6, n° 1, p.12-20, 2000.

\_\_\_\_\_. Rede e singularidade das ciências sobre a noção de rede e a singularidade das ciências. In: *Série Documenta*, n° 12-13, Ano VIII, EICOS/UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_. *Alianças para uma psicologia em ação: sobre a noção de rede*. Disponível em: [www.necso.ufrj.Brasil/Ato2003/MarciaMoraes.htm](http://www.necso.ufrj.Brasil/Ato2003/MarciaMoraes.htm), 2003.

\_\_\_\_\_. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, mai/ago, vol. 11, n° 2, 2004.

TEIXEIRA, Márcia de Oliveira. A ciência em ação: seguindo Bruno Latour. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, mar/jun, vol.8, n°1, 2001.

WILKINSON, John. *Redes, convenções e economia política: de atrito à convivência*. Paper apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, no seminário temático “Análise sociológica dos fenômenos econômicos”, 2004.

## **Resumo**

Este artigo pretende apresentar de forma introdutória o pensamento do sociólogo francês Bruno Latour sobre o que denomina de uma “antropologia simétrica”. Em seguida, aborda-se as contribuições da Teoria-Ator-Rede enquanto um esforço de sistematização dos seus princípios e regras metodológicas, concebendo a realidade não a partir da divisão entre natureza e cultura, sujeito e objeto, mas a partir de sua hibridização. Ao final, discute-se as implicações dessa perspectiva teórico-metodológica para a atividade de pesquisa em Ciências Humanas.

## **Palavras-chave**

Bruno Latour; Antropologia Simétrica; Teoria Ator-Rede; Pesquisa.

## **Abstract**

In this article the author presents a brief reflection on Bruno Latour's thought about “symmetrical anthropology”. It analyses the contribution of what is called the Action-Network Theory (ANT) in his research, a methodology through which he conceives reality not as a division between nature and culture, subject and object. At the end, the article presents the implications of the ANT to research activities in Human Sciences.

## **Key-words**

Action-Network Theory; Bruno Latour; Research; Symmetrical Anthropology.

# *Devir e agenciamento no pensamento de Gilles Deleuze*

*Rodrigo Carqueja de Menezes*

Uma filosofia que não se propõe a refletir sobre o que quer que seja é uma filosofia que se recusa a perder-se em abstrações, tais como: a busca pelas origens, pelo ser, pelo eu, pela consciência, pela linguagem, por finalidades, ou seja, uma teleologia qualquer. Tal é, neste sentido, a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari: não interessa partir nem chegar, mas sim se instaurar no meio, na atmosfera do devir propriamente dito. O devir não é concebido como o resultado de uma transformação, de uma passagem de uma forma, de um estado ou de um termo a outro. Ele é o próprio processo, um meio, ou seja, uma zona de indiscernibilidade onde os termos implicados numa relação são arrastados pela própria relação que os une. Pensar na orientação do devir, não é fazer História<sup>1</sup> em que séries causais são dispostas em termos de desenvolvimento, evolução ou progresso. Quando Gilles Deleuze e Félix Guattari falam em devir não pretendem estabelecer um curso em uma evolução, em um progresso ou em um desenvolvimento, mas, em outro sentido, os signos de uma involução. Em *Lembranças de um bergsoniano* a involução é coextensiva ao devir, já que se apresenta percorrendo séries heterogêneas: “o devir é involutivo, a involução é criadora (...) involuir é formar um bloco que corre seguindo sua própria linha, entre os termos postos em jogo, e sob relações assinaláveis”.<sup>2</sup> Mas opor devir e História nos parece ainda uma

alternativa abstrata. Mesmo que a História submetta linhas a uma ordem ou a pontos transcendentais pré-estabelecidos e o devir apresente linhas mutantes “sem fora nem dentro, sem forma nem fundo, sem começo nem fim, tão viva quanto uma variação contínua”<sup>3</sup>, não é de oposição que tratamos aqui. O que nos interessa é mostrar como a todo o momento agenciamentos liberam linhas em devir de um sistema pontual histórico. Ainda que um agenciamento se apresente datado não quer dizer que fazemos História. Para Deleuze: “datar um agenciamento, não é fazer história, é dar suas coordenadas de expressão e de conteúdo, nomes próprios, infinitivos-devires, artigos, hecceidades”<sup>4</sup>.

A pergunta a que devemos responder é: o que é um agenciamento? Para Gilles Deleuze “a unidade real mínima, não é a palavra, nem a idéia ou o conceito, nem o significante, mas o agenciamento”<sup>5</sup>. Em *Mil platôs* são apresentadas as definições necessárias para a compreensão da natureza do agenciamento e de suas orientações. Todo agenciamento possui uma tetralvência distribuída em dois eixos (vertical e horizontal). Dirão Deleuze e Guattari:

De início um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos: um de conteúdo, o outro de expressão. Por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos. Mas segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem, de uma parte, *lados territoriais* ou reterritorializados que o estabilizam e, de outra parte *picos de desterritorialização* que o arrebata.<sup>6</sup>

Os agenciamentos possuem dois eixos, cada um se dividindo em dois segmentos. O eixo horizontal apresenta um plano de conteúdo e um plano de expressão. O eixo vertical apresenta lados territoriais e picos de desterritorialização. Cumpre então estudar o eixo horizontal em seus dois segmentos: um plano de conteúdo, agenciamento maquínico de misturas de corpos e um plano de expressão, agenciamento coletivo de enunciação em que transformações incorpóreas são atribuídas aos corpos.

Gilles Deleuze e Félix Guattari evocam a presença do Professor Challenger, “aquele que fez a Terra berrar como uma máquina dolorífera”<sup>7</sup>, que mistura em suas apresentações textos de geologia, de biologia, de lingüística e de psicanálise, apesar de não ser geólogo, biólogo, lingüista, etnólogo ou mesmo psicanalista. Sua disciplina era chamada por muitos nomes: “rizomática, estratoanálise, esquizoanálise, nomadologia, micropolítica, pragmática, ciência das multiplicidades”.<sup>8</sup> Para elucidar sua estratégia rompendo a dualidade forma/conteúdo, Challenger cita seu amigo o “geólogo dinamarquês espinozista Hjelmslev, o príncipe sombrio”.<sup>9</sup> Hjelmslev concebe uma grade em que as noções de conteúdo, expressão, forma e substância, ganham uma nova distribuição. Deste modo, Gilles Deleuze e Félix Guattari apresentam os estratos que “respondem à grade de Hjelmslev: articulação de conteúdo e articulação de expressão, o conteúdo e a expressão, tendo, cada um por sua conta, uma forma e uma substância”.<sup>10</sup> Essas noções que geralmente são apresentadas de maneira confusa, segundo Deleuze, em Hjelmslev aparecem claramente dispostas.

Em *Anti-Édipo – Capitalismo e esquizofrenia*, Gilles Deleuze e Félix Guattari fazem um elogio explícito a Louis T. Hjelmslev, já que sua lingüística se apresenta de forma imanente não recorrendo a entidades transcendententes como, por exemplo, as entidades saussurianas do tipo significante/significado.

(...) a lingüística de Hjelmslev se opõe profundamente aos trabalhos saussurianos e pós-saussurianos. Porque abandona qualquer tipo de referência privilegiada; porque descreve um campo puro de imanência algébrica que não é dominado por nenhuma instância transcendente, ainda que retirada; porque faz correr neste campo os seus fluxos de forma e de substância, de conteúdo e de expressão; porque substitui a relação de subordinação significante/significado pela relação de suposição recíproca expressão/conteúdo.<sup>11</sup>

Desse modo, ao invés de uma lingüística baseada na subordinação significante/significado, Hjelmslev concebe uma lingüística de suposição recíproca (solidariedade) entre expressão/conteúdo. Muitos lingüistas erram ao relacionar os termos solidários propostos por Hjelmslev, aos termos subordinados saussurianos significante/significado. Félix Guattari,

em seu livro *O inconsciente maquínico*, distingue semiologia e semiótica. A primeira, a semiologia, “examina os sistemas de signos em relação às leis da linguagem”.<sup>12</sup> Ela é representada pela teoria da linguagem exposta por Saussure, a partir da subordinação entre significante/significado. A segunda, a semiótica, é uma “disciplina que se propõe estudar os sistemas de signos segundo um método que não depende da lingüística”<sup>13</sup>. Hjelmslev aparece como um representante desta disciplina, porque não concebe uma relação de subordinação entre o plano de conteúdo e o plano de expressão, mas sim uma *solidariedade*. Em sua obra *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*, Hjelmslev diz que “há solidariedade entre a função semiótica e seus dois funtivos: expressão e conteúdo. Não há função semiótica sem a presença simultânea desses dois funtivos”<sup>14</sup>.

Saussure estabelece sua teoria semiológica do signo pela subordinação de um termo ao outro. É relevante para o desenvolvimento do nosso trabalho, esclarecer o que são os termos significante e significado em Saussure. Deste modo, dirá Danièle Manesse sobre a semiologia de Saussure: “Propomo-nos a conservar o termo signo para designar o total, e a substituir conceito e imagem acústica respectivamente por significado e significante; estes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte”<sup>15</sup>.

Neste sentido, Saussure concebe o signo para designar a resultante da subordinação de um significante a um significado, ou seja, um composto de imagem fônica (significante) e de um conceito (significado).

Félix Guattari, em seu livro *O Inconsciente maquínico*, expressa o quanto é frutífero um retorno ou mesmo um desvio para os estudos lingüísticos de Hjelmslev, na medida em que constata um total desconhecimento político por parte dos lingüistas atuais. Neste mesmo texto, Félix Guattari também lamenta qualquer coincidência entre os termos expressão e conteúdo com os termos significante e significado.

Não se trata absolutamente de retomar seu projeto de axiomatização radical da língua, mas de partir novamente de certas categorias suas que parecem ser as únicas que provêm de um exame verdadeiramente rigoroso do conjunto da problemática semiótica, tirando, em particular, todas as consequências de sua recolocação em questão do estatuto do conteúdo e da expressão.<sup>16</sup>

Deste modo, os termos de Hjelmslev se apresentam como irredutíveis aos termos de Saussure, uma vez que, o primeiro, expõe uma semiótica, e o segundo, uma semiologia.

Para Deleuze, o aparato teórico hjelmsleviano é potencializado quando aplicado aos conceitos de Michel Foucault. Uma formação histórica, apresentada por Foucault, é composta de coisas e palavras, ver e falar, conteúdos e expressões. Dirá Gilles Deleuze em seu livro intitulado *Foucault*: “buscamos esses últimos termos em Hjelmslev, mas para aplicá-los a Foucault num sentido totalmente diferente. O conteúdo, aqui, não se confunde mais com um significado, nem a expressão com um significante”.<sup>17</sup> Em Foucault o que é “visível” e o que é “dizível” ganham sua independência necessária. Dividiremos a resolução destes termos foucaultianos em dois momentos: primeiramente, investigar como Michel Foucault apresenta cada um destes termos separadamente, para em seguida, analisar como eles entram em solidariedade.

Foucault, em relação a seu livro *As palavras e as coisas*, deixa claro o quanto este livro está carregado de uma grande “ironia”, pois seu objeto de estudo não são palavras nem mesmo coisas, muito menos as relações entre elas. Trata-se de um outro nível, já que as palavras e as coisas deixam de ser elementos significantes que se remetem a representações.

*As palavras e as coisas* é o título – sério – de um problema; é o título – irônico do trabalho que lhe modifica a forma, lhe desloca os dados e revela, afinal de contas, uma tarefa inteiramente diferente, que consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.<sup>18</sup>

É neste sentido que, em Foucault, aquilo que é dito não designa, não representa o que é visto. Gilles Deleuze, em seu livro *Foucault*, apresenta importantes considerações sobre esta problemática.

Em *As palavras e as coisas*, (...), não se trata de coisas nem de palavras. Nem tampouco de objeto ou de sujeito. Nem mesmo de frases ou proposições, de análise gramatical, lógica ou semântica. Longe de serem síntese de palavras e de coisas, longe de serem composições de frases e de proposições, os enunciados, ao contrário, são anteriores às frases ou às proposições que os supõem implicitamente, são formadores de palavras e de objetos.<sup>19</sup>

Para Deleuze, Foucault não tem interesse por frases ou proposições, nem mesmo por sua síntese entre as palavras e as coisas. Ele se interessa por algo que lhes é anterior, os enunciados. Em *Arqueologia do saber*<sup>20</sup>, Foucault concebe a teoria dos enunciados, do discursivo. Para ele, fazer arqueologia não é fazer História em seu sentido tradicional: “não se tratará, portanto, de conhecimentos descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer”.<sup>21</sup>

Bem compreendido, o estudo do enunciado não permite um equívoco com relação ao pensamento de Foucault: o de conceber a arqueologia como uma busca pelas origens. A busca pelas origens, em Foucault, é impertinente. Não é por acaso que nosso autor marca posição com relação às leituras feitas sobre Nietzsche, já que muitos insistem em encontrar na genealogia nietzschiana uma busca pela origem.

À descentralização operada pela genealogia nietzschiana, o tema opõe a busca de um fundamento originário que fizesse da racionalidade o *telos* da humanidade e que prendesse a história do pensamento à salvaguarda dessa racionalidade, à manutenção dessa teleologia e à volta, sempre necessária, a este fundamento.<sup>22</sup>

Esta constatação não se limita apenas à *Arqueologia do saber*, pois em outros textos este problema também aparece. Em *Microfísica do poder*, por exemplo, Foucault critica a concepção que considera a genealogia de Nietzsche uma busca das origens. “A genealogia não se opõe à história como a visão alta e profunda do filósofo ao olhar de toupeira do cientista; ela se opõe, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da origem”.<sup>23</sup> Não é interesse de Foucault fazer com que sua arqueologia se torne uma busca por princípios. A arqueologia se dá no meio dos estratos históricos.



Foucault é um arquivista porque não tem interesse por proposições ou frases, mas por raros e escassos enunciados. As proposições e frases são encontradas em abundância e podem ser emitidas quando e quantas vezes quisermos, ao passo que os enunciados possuem um princípio de raridade.

Podemos conceber três orientações sobre o enunciado: espaço colateral, espaço correlativo e espaço complementar.

A primeira, o *espaço colateral*, diz respeito a um espaço onde os enunciados entram em relação com outros enunciados. Mostramos que os enunciados não são proposições ou frases. As proposições são inseparáveis de um sistema homogêneo, remetendo-se a axiomas que determinam as constantes deste sistema. As frases possuem seus membros em vários sistemas, e são entendidas a partir de variáveis exteriores. As frases e as proposições se apresentam como um sistema pontual. Estes sistemas não apresentam linhas diagonais em devir, pois suas linhas são recompostas a partir de pontos. Para Deleuze, Foucault “vai negligenciar a hierarquia vertical das proposições, que se dispõem umas sobre as outras, e também a lateralidade das frases, onde cada uma parece responder a outra”.<sup>24</sup> O enunciado é móvel e se apresenta como uma espécie de diagonal ou transversal. É próprio dos enunciados uma variação inerente não sistemática. Como nos mostra Deleuze:

(...) jamais paramos de passar de um sistema ao outro (mesmo no interior de uma mesma língua). (...). O que “forma” um grupo ou família de enunciados são, então, as regras de passagem ou de variação, de mesmo nível, que fazem da “família” como tal um meio de dispersão e de heterogeneidade, o contrário de uma homogeneidade dos enunciados heterogêneos aos quais se liga através de regras de passagem (vetores).<sup>25</sup>

Neste sentido, um grupo de enunciados é caracterizado por um meio de dispersão e de heterogeneidade, “cada enunciado é uma multiplicidade: uma multiplicidade e não uma estrutura ou um sistema”.<sup>26</sup> “Eis o que é um grupo de enunciados, ou mesmo um enunciado sozinho: multiplicidades”.<sup>27</sup> Dirá Gilles Deleuze: “o livro de Foucault representa o passo mais decisivo rumo a uma teoria-prática das multiplicidades”.<sup>28</sup>

Nas proposições teremos uma tipologia, ou seja, uma hierarquia entre os tipos. Nas frases, uma dialética. Mas nos enunciados teremos uma topologia, pois uma multiplicidade se comporta topologicamente. Eles são irreduzíveis ao estruturalismo ou à dialética.

A segunda coordenada indica um *espaço correlativo*, “trata-se da relação do enunciado, não mais com outros enunciados, mas com seus sujeitos, seus objetos e seus conceitos”.<sup>29</sup> Não há, aqui, um sujeito da enunciação, como na frase ou na proposição. Foucault nos apresenta um exemplo contido no início da obra de Marcel Proust *Em busca do tempo perdido*: “Durante muito tempo, costumava deitar-me cedo...”.<sup>30</sup> Este exemplo, não é uma frase, pois, dependendo do seu referente, o enunciado não é o mesmo conforme se refira a um sujeito qualquer ou ao autor Proust, que começa assim a *Busca* e que a atribui a um narrador. O mais importante é que os sujeitos derivem da enunciação e que não correspondam a um sujeito verdadeiro, pois eles derivam do próprio enunciado. Foucault atribui ao enunciado o “jogo de uma exterioridade”<sup>31</sup>, “assim se encontra libertado do núcleo central da subjetividade fundadora, que permanece sempre por trás da história manifesta e que encontra, sob os acontecimentos, uma outra história...”.<sup>32</sup> Dirá Foucault: “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito”.<sup>33</sup>

Por isso, é frustrada qualquer tentativa de colocar na origem de um determinado enunciado, ou em seu fundamento, um cogito (Descartes), uma unidade subjetiva (Kant) ou uma consciência intencional (Husserl). Estes produzem frases ou proposições, nunca enunciados. Dirá Foucault:

A análise dos enunciados se efetua, pois, sem referência a um *cogito*. Não coloca a questão de quem fala, se manifesta ou se oculta no que diz, quem exerce tomando a palavra sua liberdade soberana, ou se submete sem sabê-lo a coações que percebe mal. Ela situa-se de fato, no nível de um diz-se (...).<sup>34</sup>

Aqui, não há um sujeito primordial do qual um enunciado seja derivado, mas sim de um diz-se *impessoal*, uma espécie de não-pessoa. Para Gilles Deleuze, Foucault se junta a Maurice Blanchot na denúncia de toda espécie de personologia lingüística, apresentando no lugar de uma subjetividade de um murmúrio anônimo.<sup>35</sup> Em uma entrevista intitulada *Entrevista com Foucault*, dirá Foucault:

Antes de toda a existência humana, antes de todo o pensamento humano, haveria já um saber, um sistema, que nós redescobrimos... (...). Que é esse sistema anônimo sem sujeito, que é que ele pensa? O “eu” explodiu (veja a literatura moderna) – é a descoberta do “há”. Há um “algo” indeterminado. De certa maneira, volta-se ao ponto de vista do século XVII, com esta diferença: não se pôs o homem no lugar de Deus, mas um pensamento anônimo, saber sem sujeito, teórico, sem identidade...<sup>36</sup>

Desse modo, o autor se refere a um pensamento anônimo sem sujeito ou identidade. O enunciado não possui referente, nem mesmo uma intencionalidade vazia. Para Foucault o exemplo: “a montanha de ouro está na Califórnia” é um enunciado, visto que apresenta um objeto próprio do seu mundo. Todo enunciado possui seu próprio mundo, uma geologia e uma geografia.

Um enunciado – qualquer que seja e por mais simples que o imaginemos – não tem como correlato um indivíduo ou um objeto singular que seria designado por determinada palavra da frase: no caso de um enunciado como “A montanha de ouro está na Califórnia”, o correlato não é essa formação real ou imaginária, possível ou absurda, designada pelo sintagma nominal que exerce a função de sujeito.<sup>37</sup>

É neste sentido que, o exemplo da montanha de ouro não é correlato ao dualismo real/imaginário. Um enunciado procede por imanência a um mundo, ou seja, tem uma “variação inerente” e uma “variável intrínseca”. Enquanto que, um sistema que envolva palavras, frases ou proposições, procede por uma constante intrínseca e por uma variável extrínseca. “O

que parece acidente, do ponto de vista das palavras, das frases e das proposições, torna-se regra, do ponto de vista dos enunciados”.<sup>38</sup>

Em Michel Foucault, é preciso percorrer as séries, constituir séries<sup>39</sup>, criar uma transversal que não se reduz a uma vertical ou a uma horizontal. Para Foucault este problema da série se constitui de: “(...) definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, (...) descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou ‘quadros’: daí a multiplicação dos estratos”<sup>40</sup>. Estas séries são problemáticas e quando um novo estrato se forma com sua cronologia, regras e séries próprias “nunca é de um só golpe, numa frase ou numa criação, mas em ‘tijolos’, com a sobrevivência, o deslocamento, a reativação de antigos elementos que subsistem sob as novas regras”<sup>41</sup>. A concepção singular que Foucault possui da história apresentada em *Microfísica do poder* é a de uma história dos cortes e dos não cortes. Essa História não se confunde com uma história entendida como uma evolução de fases. A compreensão do que Deleuze chama de uma teoria dos cortes<sup>42</sup> parece importante para a compreensão do que Michel Foucault entende como uma História. Essa História é distinta de uma História linear, pois “as sucessões lineares foram substituídas por um jogo de interrupções em profundidade”.<sup>43</sup>

Para mim, a história dos cortes e dos não cortes é sempre, ao mesmo tempo, um ponto de partida e algo muito relativo. Em *As palavras e as coisas*, eu partia de diferenças muito manifestas, das transformações das ciências empíricas por volta do final do século XVIII. É preciso ser ignorante (...), para não saber que um tratado de medicina de 1780 e um tratado de anatomia patológica de 1820 são dois mundos diferentes. Meu problema era saber quais eram os grupos de transformações necessárias e suficientes no interior do próprio regime dos discursos para que se pudessem empregar estas palavras e não aquelas, a este tipo de análise e não aquele, que se pudessem olhar as coisas sob um ângulo e não sob outro.<sup>44</sup>

A História para Foucault é *serial*, distinta de qualquer redução a uma concepção de simples sucessão de fatos. Para nosso autor, em uma determinada formação histórica (um estrato) novas séries surgem sem que se

dêem de uma única vez. Perseguindo estas séries, atravessando níveis e deslocamentos, os enunciados não se reduzem a uma localização horizontal ou vertical. Eles são uma transversal. É a partir deste tema que Gilles Deleuze, com base nos estudos de Pierre Boulez, concebe uma relação entre a noção de série em Foucault e aquela que o músico serialista Anton Von Webern promove. A palavra série se inscreve no campo semântico musical pela primeira vez, segundo Boulez, em textos dos teóricos vienenses quando eles descrevem as primeiras obras de Schoenberg, uma vez que este emprega a sucessão fixa da escala de doze sons, substituindo o sistema tonal clássico ao longo de uma mesma obra. Todavia, tanto em Schoenberg quanto em Berg, seu sucessor, a série é empregada como um fenômeno temático. Deste modo, a série não supera o tonalismo e acaba assumindo um papel que é equivalente ao tonal. Somente com Anton Von Webern a série se manifesta por uma repartição de intervalos, independente de toda função horizontal (melódica) ou vertical (harmônica). Dirá Boulez:

(...) Webern explorou essa ambigüidade primordial, a assimilação do contraponto rigoroso às formas seriais fundamentais (...); referimo-nos especialmente à abolição, que antes existia, entre os fenômenos horizontais e verticais da música tonal. Webern criou uma nova dimensão que poderíamos chamar dimensão diagonal, espécie de repartição dos pontos, dos blocos ou das figuras, não mais no plano, mas no espaço sonoro.<sup>45</sup>

É a partir desta diagonal (transversal) que Deleuze relaciona a noção de série de Anton Von Webern com a concepção serial empregada por Michel Foucault em seu método de estudo. Dirá Deleuze:

Ele vai negligenciar a hierarquia vertical das proposições, que se dispõem umas sobre as outras, e também a lateralidade das frases, onde cada uma parece responder a outra. Móvel, ele se instalará numa espécie de diagonal, que tornará legível o que não podia ser apreendido de nenhum outro lugar, precisamente os enunciados. Uma lógica atonal?<sup>46</sup>

Neste sentido, negligenciando a verticalidade das proposições e a horizontalidade das frases, Foucault pensa a transversalidade do enunciado, ou seja, uma lógica atonal da História.

Resta-nos investigar o espaço complementar, em que estão situadas as formações não-discursivas ou plano de conteúdo, que em *Vigiar e punir* aparecem em sua forma positiva. O plano de conteúdo é composto por um meio não-discursivo. Este meio não corresponde a uma palavra como quer a semiologia, subordinando o plano de conteúdo ao plano de expressão. Mesmo que surjam em uma mesma data, a heterogeneidade de tais planos se mantém. “Um regime de luz e um regime de linguagem não são a mesma forma, e não têm a mesma formação. (...). Há pressuposição recíproca entre as duas formas. E, no entanto, não há forma comum, não há conformidade, nem mesmo correspondência”.<sup>47</sup> O que caracteriza um plano de conteúdo e um plano de expressão é essa pressuposição recíproca, a solidariedade entre ambos. A compreensão do agenciamento é relevante para o estudo da solidariedade dos planos. Um agenciamento não pode ser confundido com um estrato. Ele se faz em um estrato, mas não se confunde com ele. Diferentemente de um estrato, um agenciamento comporta uma outra direção, uma direção informal de devires. E é uma causa imanente entre os planos que garante a solidariedade ou pressuposição. À causa imanente Michel Foucault denomina diagrama. Esta noção ele trabalha com ênfase em seus estudos sobre o Panóptico<sup>48</sup>, que é determinado concretamente, por uma visibilidade, e abstratamente por um *diagrama*.

Este diagrama, ou máquina abstrata segundo Gilles Deleuze, não é único, há uma infinidade de diagramas. Podemos conceber um número X de diagramas tanto quanto podemos considerar um número X de sociedades diferentes (campos sociais). Esta máquina abstrata é imaterial e fluida, “(...) todo diagrama é intersocial, e em devir. (...). Ele duplica a história com um devir”.<sup>49</sup> Estas idéias podem ser resumidas em uma frase: “As máquinas abstratas consistem em *matérias não formadas e funções não formais*”.<sup>50</sup> O diagrama, concebido por Foucault ou Deleuze, não é uma idéia transcendente, tais como as concepções de superestrutura ideológica ou infra-estrutura econômica. O diagrama ou máquina abstrata informal funciona como causa imanente dos agenciamentos concretos formais (forma de conteúdo e forma de expressão).

O que quer dizer, aqui, causa imanente? É uma causa que se atualiza em seu efeito, que se integra em seu efeito, que se diferencia em seu efeito. Ou melhor, a causa imanente é aquela cujo efeito atualiza, integra e diferencia. Por isso nela há correlação, pressuposição recíproca entre a causa e o efeito, entre a máquina abstrata e os agenciamentos concretos (é a esses que Foucault reserva mais frequentemente o nome de dispositivos).<sup>51</sup>

Se os agenciamentos concretos atualizam, é porque as relações de forças ou de poder são virtuais. Neste sentido, Gilles Deleuze conclui que “a história das formas, arquivo, é duplicada por um devir das forças, diagrama”.<sup>52</sup> Convém ressaltar que as forças nunca se reduzem a um diagrama configurado em determinada sociedade. Mesmo que o diagrama venha das forças, ele não as bloqueia. “Assim, o lado de fora é sempre a abertura de um futuro, com o qual nada acaba, pois nada nunca começou – tudo apenas se metamorfoseia”.<sup>53</sup> Este diagrama, máquina abstrata, a partir de forças não estratificadas, atravessa os estratos formais e substanciais desencadeando pontas de decodificação e de desterritorialização.

O exemplo do agenciamento feudal, apresentado por Gilles Deleuze, nos possibilita investigar nosso segundo eixo do agenciamento, composto pelos lados territoriais e pelos picos de desterritorialização.

Considerar-se-ão misturas de corpos que definem a feudalidade: o corpo da terra e o corpo social, os corpos do suserano, do vassalo e do servo, o corpo do cavaleiro e o do cavalo, a nova relação que estabelecem com o estribo, as armas e as ferramentas que asseguram as simbioses de corpos – é tudo um agenciamento maquínico. Mas também os enunciados, as expressões, o regime jurídico dos brasões, o conjunto das transformações incorpóreas, principalmente os juramentos com suas variáveis, o juramento de obediência, mas igualmente o juramento amoroso, etc: é o agenciamento coletivo de enunciação. E, de acordo com o outro eixo, as territorialidades e reterritorializações feudais, ao mesmo tempo em que a linha de desterritorialização que arrebatava o cavaleiro e sua montaria, os enunciados e os atos. Como tudo isso se combina nas Cruzadas.<sup>54</sup>

É com o território que podemos entender a principal diferença entre um agenciamento e um estrato. Os agenciamentos extraem territórios dos estratos, e fazem desta sua regra. Assim nos mostram Deleuze e Guattari com relação aos personagens de Beckett e ainda sobre os estratos, que “a primeira regra concreta dos agenciamentos é a de descobrir a territorialidade que os envolve, pois sempre há alguma: dentro de sua lata de lixo ou sobre o banco, os personagens de Beckett fundam para si um território”.<sup>55</sup> Um estrato, diferentemente, se constitui por formas e substâncias, códigos e meios. Os meios que compõem os estratos são blocos de espaço-tempo constituídos pela repetição periódica. Podemos encontrar diferentes meios em um determinado ser vivo: “um meio exterior que se remete aos materiais; um meio interior, aos elementos componentes e substâncias compostas; um meio intermediário, às membranas e limites; um meio anexado, às fontes de energia, e às percepções – ações”.<sup>56</sup> É pela repetição periódica que um código se define em cada meio. Os meios não são unitários, pois como fazem os vivos, também passam um pelo outro. Quando um meio serve de base para outro, seu código recebe uma transcodificação.

Como, a todo o momento, o caos ameaça os meios de intrusão e esgotamento, estes “revidam” a tal intrusão com ritmos que não se confundem com a medida regular ou irregular. Os ritmos exprimem o *desigual*, como apresenta Richard Pinhas: “é o ritmo impulso desigual e complexo que efetua a simbiose da música e dos elementos. O ritmo ou desigual torna sensíveis as vibrações”.<sup>57</sup> Porém, Deleuze adverte, o caos não é o contrário do ritmo, ele será o meio dos meios. “O que há de comum ao caos e ao ritmo é o entre-dois, entre dois meios, ritmo-caos, ou caosmos: entre a noite e o dia, entre o que é construído e o que cresce naturalmente, entre as mutações do inorgânico ao orgânico, da planta ao animal (...)”.<sup>58</sup> O ritmo é crítico, liga a passagem de um meio a outro e trabalha por blocos heterogêneos. Os esgotamentos e as intrusões do caos sobre os meios ganham ritmos e estes se produzem entre dois meios, são devires. É no meio que o ritmo é produzido. O meio, então, se constitui de uma repetição produtora. Dirá Deleuze:



É que um meio existe efetivamente por uma repetição periódica, mas esta não tem outro efeito senão produzir uma diferença pela qual ele passa para um outro meio. É a diferença que é rítmica, e não a repetição que, no entanto, a produz; mas, de pronto, essa repetição produtiva não tinha nada a ver com uma medida reprodutora.<sup>59</sup>

Cumpramos agora, a partir destas novas orientações, o problema da estratificação. O estrato age como um “juízo de Deus”, como “dupla-pinça (double-bind)”, articula o que foi tema de nossas investigações (o plano de conteúdo e o plano de expressão). Mas, como estes planos se apresentam em um território? Para Deleuze e Guattari “o território é feito de fragmentos descodificados de todo tipo, extraídos dos meios, mas adquirem um valor de ‘propriedade’: mesmo os ritmos ganham aqui um novo sentido (ritornelos)”.<sup>60</sup> Um nome só ganha sentido em função de um “em casa”. O valor de propriedade é solidário de um devir expressivo das qualidades sensíveis. O território é o que caracteriza o agenciamento. Nos estratos há distinção entre o plano de conteúdo e o plano de expressão – o que se vê e o que se diz. Mas só se tornam uma pragmática e uma semiótica em um território, ou seja, quando são agenciados.

Mas o que faz com que o agenciamento não se reduza aos estratos é que nele a expressão torna-se um sistema semiótico, um regime de signos, e que o conteúdo torna-se um *sistema pragmático*, ações e paixões. (...). Eis, então, a primeira divisão de todo agenciamento: por um lado, agenciamento maquínico, por outro, e inseparavelmente, agenciamento de enunciação. Em cada caso é preciso encontrar um e outro: o que se faz e o que se diz? E entre ambos, entre o conteúdo e a expressão, estabelecer uma nova relação que ainda não aparecia nos estratos: os enunciados ou as expressões exprimem *transformações incorporais* que “se atribuem” como tais (propriedades) aos corpos ou aos conteúdos.<sup>61</sup>

De tudo que foi dito até agora nos falta o quarto e último ponto da tetravalência do agenciamento: os picos ou as linhas de desterritorialização. As linhas de desterritorialização atuam de várias maneiras em um

agenciamento, elas são inseparáveis do território tanto quanto as descodificações são inseparáveis dos códigos. Como agem estas linhas no território? Segundo Gilles Deleuze e Félix Guattari: “é segundo essas linhas que o agenciamento não mais apresenta expressão nem conteúdos distintos, mas somente matérias não formadas, forças e funções desestratificadas”.<sup>62</sup> Os agenciamentos são grandes complexos de linhas. Aqui, a linha é uma multiplicidade não numérica, ela é uma multiplicidade rizomática, pertencendo a um espaço liso. Esta linha não mais contorna as coisas, mas passa entre elas traçando um plano, ganhando sua consistência, sua imanência, sem que precise recorrer a transcendências. É neste plano de imanência que estão inscritos “(...) as hecceidades, acontecimentos, transformações incorporais apreendidas por si mesmas; (...); os devires, que não possuem termo nem sujeito, mas arrastam um e outro a zonas de vizinhança (...); os espaços lisos, que se compõem através do espaço estriado”.<sup>63</sup> Não há dualismo ou oposição entre um estrato e o plano de consistência. Os próprios estratos são animados e definidos por linhas de desterritorialização, são perpassados por linhas de variação que se elaboram no plano de consistência. A linha que define a desterritorialização é chamada *linha de fuga*. Ela opera o movimento pelo qual abandonamos o território.

Chegamos, então, nas máquinas abstratas, tema estudado anteriormente. Estas máquinas se definem justamente por estes picos de descodificação e de desterritorialização. São abstratas porque ignoram as formas e as substâncias, ou seja, são *matérias não formadas e funções não formais*. Para Gilles Deleuze e Félix Guattari, “elas traçam essas pontas; assim, abrem o agenciamento territorial para outra coisa, para agenciamentos de um outro tipo, para o molecular, o cósmico, e constituem devires”.<sup>64</sup> É justamente por ignorar as formas e as substâncias que a distinção entre expressão e conteúdo deixa de ser relevante.

Com efeito, a desterritorialização absoluta implica um “desterritorializante” e um “desterritorializado”, que se reparam em cada caso, um para a expressão, o outro para o conteúdo, ou *inversamente*, mas sempre de maneira a transportar uma distinção relativa entre os dois. Por isso, a variação contínua afeta necessariamente o conteúdo e a expressão conjuntamente, mas nem por isso deixa de distribuir dois papéis dissimétricos como elementos de um só e mesmo devir, (...).<sup>65</sup>

Neste sentido, tanto o conteúdo quanto a expressão são afetados conjuntamente pela desterritorialização e não deixam de conjuntamente possuir papéis dissimétricos em um mesmo devir.

A partir de seus dois eixos, o agenciamento se apresenta como peça chave na compreensão do que venha a ser um pensar longe das abstrações. Ele nos redimensiona o problema da oposição entre devir e História. Pois, não se reduz às formações históricas (estratos), sem que ao mesmo tempo não as coloque na atmosfera do devir.

## Notas

1. É claro que Michel Foucault entende a História de um modo diferente desta concebida como evolução, progresso ou desenvolvimento de formas. Trataremos deste assunto mais adiante.
2. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie* 2. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980, p. 292.
3. Ibidem, p. 621.
4. Gilles Deleuze. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1977, p. 119 e 120.
5. Ibidem, p. 65.
6. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie* 2. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980, p. 112.
7. Ibidem, p. 53.
8. Ibidem, p. 57.
9. Ibidem, p. 57.
10. Ibidem, p. 628.
11. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *O Anti-Édipo – Capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvin, 1966, s/d, p. 252.
12. Félix Guattari. *O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise*. Campinas: Papirus, 1988, p. 20.
13. Ibidem, p. 20.
14. Louis T. Hjelmslev. *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 198.
15. Ferdinand de Saussure. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2004, p. 81.
16. Félix Guattari. *O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise*. Campinas: Papirus Editora, 1988, p. 38.
17. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 57.
18. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 56.
19. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 24.
20. É claro que, em *A arqueologia do saber*, Foucault não se limita a apresentar as formações de enunciados, pois, segundo o que nos fala Deleuze: “A arqueologia propunha a distinção entre duas espécies de formações políticas, as discursivas ou de enunciados e as não-discursivas ou de meios. Por exemplo, a medicina clínica no fim do século XVIII é uma formação discursiva; mas ela o é em relação às massas e às populações que dependem de outro tipo de formação, e implicam meios não-discursivos, “instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos”. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 40 e 41. Neste livro, devido ao fato

de Foucault estar interessado apenas com o saber e o primado do enunciado nesse saber, estas formações “não-discursivas” não puderam aparecer em sua configuração positiva, tal é a novidade de seu próximo livro: *Vigiar e punir*. Somente, neste livro, Foucault irá nos apresentar a dimensão do poder como relação de forças.

21. Michel Foucault. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. XVIII.

22. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 16.

23. Michel Foucault. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 15.

24. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.13.

25. *Ibidem*, p.17 e 18.

26. *Ibidem*, p. 18.

27. *Ibidem*, p. 24.

28. *Ibidem*, p. 25.

29. *Ibidem*, p. 18.

30. Marcel Proust. *No caminho de Swann*. Porto Alegre: Editora Globo, 1960, p. 11.

31. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 142.

32. *Ibidem*, p. 140.

33. *Ibidem*, p. 109.

34. *Ibidem*, p. 141.

35. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 19.

36. Eduardo Prado Coelho (seleção). *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. São Paulo: Martins Fontes, p. 31.

37. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 103.

38. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 21.

39. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 8.

40. *Ibidem*, p. 8 e 9.

41. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 32.

42. “A Teoria dos cortes é portanto uma peça essencial do sistema”. *Ibidem*, p. 32.

43. Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 3.

44. Michel Foucault. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 260.

45. Pierre Boulez. *Apontamentos de aprendiz*. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 328.

46. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 13 e 14.

47. *Ibidem*, p. 42 e 43.

48. “Mas o Panóptico não deve ser compreendido como um edifício onírico: é o diagrama de um mecanismo de poder levado à sua forma ideal; seu funcionamento, abstraindo-se de qualquer obstáculo, resistência ou desgaste, pode ser bem representado como um puro sistema arquitetural e óptico: é na realidade uma figura de tecnologia política que se pode e se deve destacar de qualquer uso específico”. Michel Foucault. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 170. Ver também: Jeremy Bentham. O Panóptico. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.

49. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 45.

50. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie 2*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980, p. 637.

51. Gilles Deleuze. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 46.

52. *Ibidem*, p. 53.

53. *Ibidem*, p. 96.

54. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie 2*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980, p. 112 e 113.
55. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie 2*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980, p. 629.
56. Ibidem, p. 384.
57. Richard Pinhas. *Les larmes de Nietzsche – Deleuze et la musique*. Paris: Flammarion, 2001, p. 65.
58. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie 2*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980, p. 385.
59. Ibidem, p. 385 e 386.
60. Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux – Capitalisme et schizophrénie 2*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980, p. 629.
61. Ibidem, p. 629.
62. Ibidem, p. 630.
63. Ibidem, p. 633.
64. Ibidem, p. 637.
65. Ibidem, p. 638.

### Referências bibliográficas

- BENTHAM, Jeremy. *O panóptico*. Trad: Guacira Lopes Lorro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.
- BOULEZ, Pierre. *Apointamentos de aprendiz*. Trad: Stella Moutinho, Caio Pagano, Lídia Bazarian. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- COELHO, Eduardo Prado (Seleção). *Estruturalismo – Antologia de textos teóricos*. Trad: Maria Eduarda Reis Colares. São Paulo: Martins Fontes, s/d.
- DELEUZE, Gilles. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Foucault*. Trad: Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *O Anti-Édipo – Capitalismo e Esquizofrenia*. Trad: Joana Moraes Varela e Manuel Carrilho. Lisboa: Assírio e Alvim, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Mille plateaux – Capitalisme et Schizophrénie 2*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Trad: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Trad: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Trad: Lígia M. Pondé Básalo. Petrópolis: Vozes, 1977.

GUATTARI, Félix. *O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise*. Trad: Constança Marcondes César e Lucy Moreira César. Campinas: Papirus, 1988.

HJELMSLEV, Louis Trolle. *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*. In: Os Pensadores. Editor: Victor Civita. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PINHAS, Richard. *Les larmes de Nietzsche – Deleuze et le musique*. Paris: Flammarion, 2001.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. Trad: Mário Quintana. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1960.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. Trad: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Bliskstein. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

## **Resumo**

Este artigo se propõe a estudar as concepções do devir e do agenciamento tal como vem apresentado por Gilles Deleuze. Com base nestas concepções, questões como: Qual é o ponto de partida de algo? Qual é o futuro de algo? E se este sentido se perde, não há interesse nem no ponto de partida nem no ponto final, mas de fato deve ser posto no meio, na atmosfera do devir no seu próprio sentido. Nesse sentido, não é uma reflexão sobre algo, porque esta Filosofia recusou fazer abstrações, como: busca das origens históricas, do ser, do eu, do consciente, da língua, por quaisquer outras razões.

## **Palavras-chave**

Devir; Agenciamento; História.

## **Abstract**

This article is proposed to study the conceptions of becoming and arrangement as presented by Gilles Deleuze. Guided by these conceptions, questions like: what's the start point of something? what will be the future of something? and if this sense is lost, there's no interest in the starting point nor in the final point, but in fact to be placed in the middle, in the atmosphere of becoming in its sense itself. In this sense, it isn't a reflection about something, because such Philosophy refused to be wasted on abstractions, such as: research for historical origins, for being, for self, for conscious, for language, for any other reasons.

## **Key-words**

Becoming; Arrangements; History.

# *As formas de contato equacionadas por David Cronenberg*

*Aluisio Pereira de Menezes*

To experience that...to  
live that...that's all –  
it is my project  
Vaughn

Ihr fühlet aber  
Auch andere Art.  
Denn unter dem Masse  
Des Rohen brauchet es auch,  
Damit das Reine sich kenne.  
Wenn aber<sup>1</sup>  
Hölderlin

Death is so nothing.  
Andy Warhol

## **1. O impacto e o filme**

O filme *Crash* de David Cronenberg suscita muitas indagações. O que ele traz? O que coloca? O que o torna um filme ímpar? Aos poucos, avaliaremos o que está em causa no filme, tendo claro que o dispositivo convoca a dimensão em que ler implica também projetar um tanto a partir da ordenação construída dos signos que compõem o filme. Abordaremos, assim, algumas dificuldades implicadas no trabalho que atribuir valor ao filme exige. Interessa assumir o ônus de atribuir o valor a algo. A seguir, tratar-se-á de procurar estabelecer uma maneira de interpretar o que está centralmente em jogo em *Crash* como obra e de tentar apontar a etapa de elaboração na arte do cineasta David Cronenberg.

Digamos que as dificuldades comecem ao ser percebida a “estranheza” provocada pelo filme, antes ainda de ter sido formulado qualquer juízo de gosto. É um filme que não deixa ninguém indiferente. Atinge de saída os

espectadores pelo seu enredo brutal, o qual dificilmente provoca identificação com o que suas personagens representariam. Há um efeito produzido pelo filme *Crash* equivalente àquele que é suscitado com *A festa de Babete*<sup>2</sup>. Há filmes que atraem, causam repelência, fazem pensar. Quando se recusa, ou se faz um julgamento imediato, sabemos que o elemento forte provocou uma barreira para olhar-se e ler a ordenação sgnica do filme enquanto tal e o contexto simbólico no qual está implicado. É uma reação inteiramente possível. Existem efeitos que dividem platéias. Não soube de nenhum caso com o impacto da expressão da gratidão de Babette, ao corromper toda uma comunidade muito ciosa de sua retidão religiosa e moral. A sua corrupção coloca a comunidade num estado de transformação. Algo como o mal (à luz dos princípios vigentes) escreve uma plenitude. É pela destruição que algo se modifica. Assistir a isso, como se passa no filme, jamais provocaria uma repulsa, um virar as costas, um desprezo. Trabalharemos assim pela aceitação do valor do efeito de um filme menos unânime.

Como o filme é trabalhado dentro de uma estética de choque, de impacto, isso opera, portanto, no risco da inaceitação por parte do espectador. Outros espectadores, no entanto, lutam por dar conta do que surge com a experiência de ver o filme e de ter sido efetivamente por ele atingido. Antes de qualquer juízo subordinado a um circuito de opiniões que estaria mais em conformidade com o que seria da ordem de juízo de existência, freudianamente falando. Alguém “percebe” algo e não julga de acordo com tal ou tal critério de acordo com. Preserva-se a qualidade sentível (é mais que a sensorialidade)<sup>3</sup> provocada por algo. O modo de afirmação se assenta numa posição mais conforme ao modo que se realizaria no âmbito do juízo de atribuição. Algo que envolve ter uma experiência estética com um objeto simbólico e ter sido efetivamente atingido pela coisa, como acontece quando se é atingido por um acidente decorrente de estar-se trabalhando com determinada coisa regulada dentro de um protocolo de controle científico, por exemplo.

Antes do juízo feito, há linguagem, corpo e cérebro, há um fora que se impõe e os faz processarem a experiência. E assim poder dizer que “o primeiro efeito de ter assistido ao filme é o de estranheza”. Há um efeito, uma tentativa de nomeação, e há um trabalho de ficção cinematográfica, que, além de consumido, pede por ser lido em sua escrita. A leitura do filme se inicia quando se busca nomear o seu efeito.



O primeiro acesso é sem dúvida pelo impacto. Alguns dirão que há uma poética hipnótica agindo no dispositivo fílmico com esse intuito. Não partilho desse sentimento. Penso que se trata de outra coisa, como procurarei indicar.

O segundo acesso vem pela consciência do nexos Ballard-Cronenberg. O filme dialoga efetivamente com o romance. O imaginário geral do filme vem praticamente do mundo construído pelo escritor, embora o cineasta quando jovem tenha sofrido um forte acidente de carro, um acesso àquela realidade do acidente de carro na própria pele. Contudo, há um efeito estético que se diferencia e que acaba nos levando a dizer que ver o filme nos provoca determinada sensação. É sobre ela que trabalhamos para propor os elementos determinantes que darão base à leitura da obra.

Perceber algo no filme, depois considerar as duas obras – cotejá-las, fazem parte dum processo de aproximação do que estaria em jogo nas questões do filme. É uma recepção em dois tempos. Neste caso, a ordem de acesso não parece ser indiferente, há aí um ponto importante. Tudo o que se coloca de saída é que ter visto o filme primeiro, e só depois ter lido o romance do qual o filme partiu, tudo isso está na razão de afirmarmos que Cronenberg redimensiona o mundo do qual partiu. Cria um mundo mais sutil e complexo. Se fôssemos europeus – ou talvez menos ignorantes – o caminho teria começado no romance (o livro de Ballard é de 1973) e só depois teria vindo o filme do canadense. A porcentagem de um público que já havia lido ou apenas comprado o livro não é desprezível. Um exemplo disso pode ser constatado com a leitura que Bragança de Miranda faz do romance num ensaio de *Traços*, publicado em 1998<sup>4</sup>.

O *Crash* de James Graham Ballard se assemelha muito ao filme, e ambos, romance e filme, são, no entanto, diferentes entre si. Depois de feita a leitura do romance, o foco que mais interessará desenvolver aqui se acha, sem dúvida, na versão do canadense, na sua variação em relação ao foco crítico do romancista, e se acha também na sua criação por si mesma na medida em que ela estaria indo numa direção diferente da sua origem de conteúdo. Existe, pois, a outra coisa de Cronenberg ao trabalhar a ficção criada por Ballard. O que se quer mostrar é em que a existência de uma dimensão que não comparece no livro sustenta o efeito do filme e nos leva a entrar na estória e no sentido de suas personagens como vetores das questões que instituem o sentido do filme e sua diferença.

## 2. A experiência estética do espectador

Mas o que é esta “estranheza” decorrente do impacto de assistir pela primeira vez o filme? Será assim mesmo? Talvez se possa chamar de outra forma. Não importa. Existe um efeito consistente decorrente de assistir a ambição de Vaughn-Cronenberg em querer fazer alguma coisa que atinja em cheio o modo como as pessoas vivem suas relações com o “carro” e a própria vida, e o filme, por sua vez, é possuído de enorme ambição de mexer com o espectador.

O Vaughn de Cronenberg é um artista que se movimenta numa deriva do “conceptualismo” e faz do acidente de carro o objeto de suas performances. Aos poucos perceberemos a importância dessa diferença em relação ao Vaughn de Ballard. Tudo o que está associado a ele ao longo do filme faz parte de uma trajetória e do processo de elaboração de seus projetos erótico-estéticos. Há uma “fê” na modificação das pessoas, ele age movido por isso também, desejo de desejar. Ele opera com fotografias, com filmagens, com carros e sua cultura histórico-simbólica na cultura de massa; ele se interessa pelos acidentes na estrada e pela tecnologia dos trabalhos de assistência dos bombeiros, dos grupos dos paramédicos e da medicina nas diversas especialidades, particularmente a restauração e a protética da medicina; ele tem em apreço a encenação dos acidentes de morte de certas figuras do mundo do cinema, da literatura e das artes; não desconhece a engenharia de trânsito, considera as companhias de seguro, e mais algum outro ponto de conhecimento que caracterize as preocupações que habitam a personagem criada por Cronenberg. Toda uma cultura que ele promove.

Existe um centro nervoso das operações, ali se elaboram as ações empreendidas pela personagem no cultivo do imaginário do acidente quanto nas construções de “obra”, inclusive a solo – o que, no caso, significará o acidente fatal, uma espécie de absoluto. Ela compartilha ainda com um pequeno grupo sua afinidade eletiva. Não se trata de idéias a respeito disso ou daquilo, e sim de personagens ligadas, uma a outra, por vínculos de afinidade erótica e existencial, em níveis diferentes.

O andamento do filme é dominado pela perspectiva de Vaughn. Não há nenhum drama ou problema em ser como ele se apresenta sendo e fazer o que faz e pretende. Não há uma única frase no filme que, mesmo vagamente, possa parecer com consciência pesada por ser como se é e fazer o

que se faz. Grau zero de consciência moral. Quando muito isso poderia transparecer num ligeiro sarcasmo da personagem da Dra. Remington (Holy Hunter); mas é passageiro, logo ela estará no diapasão de todos. Há razões para isso. O outro, é claro, na visão de Vaughn, será visto como um outro que vive um estado doentio do qual não acorda e ele não se inibe em ter a ambição de cutucá-lo com experimentos impiedosos. Quanto a isso, Bragança de Miranda, no seu ensaio sobre o romance, propõe como epígrafe uma colocação da artista plástica americana, Jenny Holzer, publicada 21 anos depois do livro e dois anos antes do filme de 1996. Embora nada aponte que tal colocação esteja associada ao livro, é extremamente feliz para caracterizar a espinha dorsal da atitude da personagem do livro. E, de maneira ainda mais precisa, a epígrafe tanto melhor caracterizaria o sentido da ação da personagem do filme, na marcação de Cronenberg de Vaughn como um artista.

[Well, I think ] in trying to make life seem real enough that one is moved to do something about the more atrocious things. By going really far afield into a completely fake world, maybe there's a chance to make things resonant somehow - or in this case, truly terrifying. To take it as bad as the real stuff that's happening.<sup>5</sup>

O contexto imediato dessas palavras respondia à seguinte pergunta formulada pelo entrevistador da revista *Wired*: “Um dos seus objetivos [de artista] tem sido o de estreitar o intervalo entre vida e arte. A realidade virtual ajudaria você a fazer isso?”. Bragança de Miranda emprega a epígrafe para lançar uma luz quanto ao sentido da ação da personagem como um desenvolvimento possível dentro de uma atualidade para a qual vigoraria o peso da tecnologia e a sexualidade humana reduzida sob o signo da mercadoria. De algum modo, o olhar sobre a figura do carro fica datado, ele faz eco à figura da virtualidade digital. O foco no carro conduz uma metonímia da tecnologia e da imagem no espetáculo. O mundo digitalizado não incomoda Ballard, ele é também seu contemporâneo; não parece que sentiu necessidade de desprezar o velho símbolo do carro. Num certo sentido, a lógica do uso do carro para pensar atualidade, dada a conformação da tecnologia e da sexualidade marcada pela sociedade americana, teria utilidade mesmo mudando-se a tecnologia (carro/realidade virtual). A resposta da artista americana mostra sua imersão

na realidade virtual. O ponto é que nas duas idéias – a de Holzer e a de Vaughn-Ballard – existe um entendimento psicopatológico: a *pobreza* do sexo-valor de troca diante de uma vida menor distante da arte. Algo é feito de tal modo que o impacto da arte teria a consistência de acontecimento tal como ele se realiza enquanto realidade. Um fazer virtual que suporte com situações que transcreveriam a violência da realidade. Um desastre como uma intervenção política no seio do reconhecimento de uma vida sem sentido na atualidade. A incorporação do mundo do acidente como espaço de dada manifestação da sexualidade sob o signo do inconsciente da tecnologia.

Criar a realidade, tal como diz ser a tarefa do escritor, a de “inventar a realidade”, dentro de um entendimento segundo o qual “a ficção já existe”. Independentemente de concordar com a suposição de que haja algo a ser feito para estreitar o intervalo entre vida e arte – e que não é o pensamento de Ballard –, podemos perceber a similitude quanto aos possíveis sobre os quais a razão não manda. Tratar-se-ia de fazer uso da tecnologia para pôr vida à vida. Equação: sexualidade e tecnologia. O Vaughn de Ballard considera que o acidente de carro teria o poder de pôr vida à vida. O tráfego como vida morna, a chance do acidente em abrir um devir da sexualidade para além da mercantilização americana do sexo. Este é o combate e a justificativa do trabalho do escritor.

Vivemos num mundo dominado por ficções de todos os tipos – *merchandising* de massa, propaganda, política conduzida como um ramo da propaganda, a prevenção de reações inéditas a experiências por causa da tela da televisão. Vivemos dentro de uma imensa novela. É agora cada vez menos necessário que o escritor invente o conteúdo fictício de sua novela. A ficção já existe. A tarefa do escritor é inventar a realidade.

(...)

Acho que o papel do escritor, sua autoridade e licença para agir mudaram radicalmente. Acho que, num certo sentido, o escritor não sabe mais nada. Não tem postura moral. Oferece ao leitor o conteúdo de sua própria cabeça, um conjunto de opções e alternativas imaginativas. Seu papel é o do cientista, quer esteja num safári ou num laboratório, diante de um território ou assunto desconhecido. Tudo o que pode fazer é projetar várias hipóteses e testá-las diante dos fatos.

*Crash* é um livro assim, uma metáfora extrema para uma situação extrema, um kit de medidas extremas para uso apenas numa crise extrema. *Crash*, é claro, não trata de um desastre imaginário, embora iminente, mas de um cataclisma pandêmico<sup>6</sup> que mata centenas de milhares de pessoas a cada ano e fere milhões. Será que percebemos, no desastre de carro, um presságio sinistro do casamento apavorante entre sexo e tecnologia? Será que a moderna tecnologia nos proporciona meios nunca antes concebidos de explorar nossas psicopatologias? Esse controle de nossa perversidade inata é capaz de nos beneficiar? Há alguma lógica divergente se tornando mais poderosa do que a proporcionada pela razão?

Ao longo de *Crash*, usei o carro não apenas como uma imagem sexual, mas também como uma metáfora total para a vida do homem na sociedade de hoje. Assim, o romance tem um papel político independente do conteúdo sexual, mas ainda assim eu gostaria de pensar que *Crash* é o primeiro romance pornográfico baseado na tecnologia. De certa maneira, a pornografia é a forma de ficção mais política, lidando com a maneira pela qual usamos e exploramos uns aos outros, do modo mais premente e implacável.

É desnecessário dizer que a função principal de *Crash* é acauteladora, uma advertência contra esse reino brutal, erótico e superiluminado que nos atrai de uma forma cada vez mais persuasiva para o limite da paisagem tecnológica.<sup>7</sup>

No intuito de apresentar os termos que orientam o romance, essas palavras são suficientes<sup>8</sup>. Será necessário ter em mente alguns deles para situar o que fica realizado com o filme. Se a vida é ficção, qual o lugar de quem historicamente faz ficção? O que aconteceria se não pudéssemos mais controlar nossa perversidade inata, se explorássemos novas formas de psicopatologias? Os entendimentos de Ballard são marcados pelas colocações de Freud. E dado que estamos nos movendo num mundo no qual o princípio de razão não é preferencialmente dominante, o que acontecerá dentro de um espaço-tempo em que outra lógica que a fundamentada no

princípio de razão for apenas um dos tantos possíveis sem hegemonia? A personagem Vaughn se move nesse mundo desenhado por Ballard. Animais vestidos com a pele do carro, os choques se dão com as viaturas e com as pessoas. Há encontros fatais, como há desastres mortais. Embora longa a citação, ela coloca o leitor diante das preocupações do autor que justifica o seu trabalho. Tudo isso ajuda a compor o conjunto de elementos que foram incorporados ao filme quase sem modificação.

### 3. A experiência do Vaughn cronenberguiano

A batida de carro será uma forma de repor o tesão no interior da vida real. Este é o voto de Vaughn e do que ele significa, da sua força característica. Em nenhum momento, o filme apresenta uma cena ou uma fala em que se possa discernir dramalhões da consciência moral. A ação da personagem estampa consciência clara de que não gosta de algo. Ela é assumidamente um trânsfuga ambicionando intervir na sexualidade mortífera que percebe à sua volta. Os dois Vaughn trazem o signo da encarnação alegórica, não se tratando ali de psicologia. Há o reconhecimento de uma realidade insensata e a proposição hipotética de uma ação possível. Ela seduz para sua causa. Essa causa comporta risco de morte ou suicídio. Há nisso busca de absoluto e alguma dose de heroísmo. O que aqui cabe enfatizar é que essa subtração, essa ablação das remoeduras da consciência moral, situa toda a ação de Vaughn como não conflituosa consigo própria. Será que deveríamos dizer que se trata de uma encarnação do perverso e com isso acertamos as nossas contas quanto ao sentido da personagem? Ou uma variação de um Jim Jones com mais de 600 suicídios espontâneos diante da convocação suicida da seita? Ou estariam a personagem de Ballard e a de Cronenberg associadas à figura do “fascista” tal como caracterizada por Gilles Deleuze e Felix Guattari em *Mille plateaux*? Nada indica, porque ela tem um lado que se quer afirmado contra um outro. Consideremos as palavras de Goebbels citadas em nota (A) e a formulação dos autores quanto ao sentido do suicídio no fascismo (B).

(A). “No mundo de fatalidade absoluta em que se move Hitler, mais nada tem sentido, nem o bem nem o mal, nem o tempo nem o espaço, e o que os outros *chamam sucesso não pode servir de critério*. (...) É provável que Hitler venha atingir a catástrofe...”

(B). “O suicídio não aparece como castigo, mas como o coroamento da morte dos outros.”<sup>9</sup>

A diferença entre o que é catástrofe em cada posição se evidencia. O conflito de Vaughn é que ele não gosta do modo como a vida é vivida na sua atualidade. Mas em contraposição há algo que ele busca afirmar. Justo por isso o sentido de sua ação extrema que o coloca na rota fatal não se confundiria com o sentido do suicídio no nazismo. Não se trata de um “nada mais tem sentido”. Estaria mais próxima da atitude suicida do homem-bomba, mas sem Corão. Ele não gosta do que é majoritário como forma de vida na condição urbana. A postura do Vaughn de Ballard é político-existencial, a do de Cronenberg, sem romper com os traços do modelo, o redimensiona na direção do que fosse um artista contemporâneo, homem de conceitos, instalações e performances. Esses ativistas do desastre cultuam ídolos mortos na estrada. Como um pianista toca uma partitura, Vaughn encena acidentes famosos (o de James Dean por exemplo) e desenvolve projetos radicais. O de Ballard sonha com um acidente fatal com a atriz Liz Taylor, persegue esse intuito e falha. A atriz escapa. No filme ela não é mais o centro como no romance. O Vaughn de Cronenberg também falha no seu intuito de provocar um acidente fatal para Catherine (Deborah Unger) e ele acaba com seu carro embicado no teto de um ônibus e pegando fogo. Catherine escapa.

Em suma, a ausência de conflito moral e a determinação implacável, quase sadiana, nas cenas sob o signo de Vaughn, participam do efeito composto que procuramos descrever. Elas modulariam o “*ainda um esforço*”, se quisermos viver uma sexualidade mais plena e um sentido de vida mais interessante. Há um desejo de tornar imortal um ato que converge com “a idéia de um ato totalmente eficaz que cria sua própria “história””. Bragança de Miranda lembra esta colocação de Sade que situa bem os termos da ambição das duas personagens interligadas e separadas.

Gostaria de poder achar um crime que tivesse repercussões infundáveis, mesmo quando eu tivesse deixado de agir. De tal modo que não existisse um único momento da minha vida, mesmo quando estivesse a dormir sem que eu não fosse a causa de algum tipo de desordem. E gostaria de expandir essa desordem a ponto que acarretasse uma geral corrupção ou uma perturbação tão patente, que mesmo para além das minhas ilusões os efeitos permaneceriam.<sup>10</sup>

Nenhuma palavra sobre um depois, sobre alguma transcendência, tudo aí é sem Deus. De dentro do niilismo, afirma o mundo material e pedaços da cultura (o carro, o mito do carro, o cinema, os sistemas de controle e de segurança do tráfego urbana, a medicina, a sua protética etc.), e com isso opera de modo imanente o desastre e seus avatares fetichistas.

#### 4. A experiência dos Ballard

Tudo isso se soma ao fato de que o casal Ballard, em nenhum momento, aconteça o que acontecer, exhibe nada que possa chegar perto dos dramalhões do ciúme e dos conflitos morais. É preciso reter esse detalhe. Estão juntos e acompanham as aventuras de cada um com interesse. Será que aconteceu algo que se colocasse como um máximo gozoso? Existe uma ousadia na forma de ser da personagem Vaughn. E está presente também na forma como o casal vive o seu erotismo, antes de terem esbarrado com Vaughn. Não compartilho com os que consideram que a forma como o casal é apresentado provenha do tédio. Talvez se possa ver no modelo do casal no romance. O casal de Cronenberg traz uma sintonização que não na Catherine e James de Ballard.

Estando juntos e envolvidos com Vaughn, em nenhum momento subsiste menor traço de culpabilidade ou dúvida quanto a fazerem o que fazem e suportarem do mesmo modo as conseqüências. Há cuidados objetivos, tudo é falado, mas não há dilemas ou dubitações sobre se isso ou sobre se aquilo. Há uma cumplicidade que processa os resultados e insiste na mesma via. Não há a menor sombra de arrependimento. Há um plano íntimo que os situa. As personagens do casal encarnam isso sem trair este estado de espírito de ponta a ponta.

Com certeza uma parte da “estranheza” depende dessa radical eliminação do *pathos* dos conflitos morais, acrescida desta forma de cumplicidade que os dois encarnam no filme. Mas continuemos a descrição dos Ballard do cineasta. Ambos trabalham e há curtas cenas nos respectivos espaços de trabalho. Ali nada acontece que seja o mínimo objeto de consideração entre os dois, eles praticamente só conversam sobre os passos da erótica e os seus objetos. Eles simplesmente trabalham e cuidam da sua busca erótica. Grau zero de dramática burguesa que professa o lar para sociedade. Eles estão em outra deriva.



Vaughn cuida ciosamente da sua paixão num estado absolutamente monista do seu desejo. Ele é possuído por uma certeza que alimenta integralmente o seu projeto e seu desejo de transmissão e de fazer companheiros. É um soldado aplicado que luta por uma causa. O primeiro nível da estranheza traz essa dança entre um egoísmo radical e dois amantes capazes de serena cumplicidade em suas buscas.

Um outro aspecto que causa “estranheza” é que o filme convoca o livro e não está subordinado a ele, como, quase sempre, a maioria dos filmes baseados em romances e que ficam aquém. O filme é um dispositivo, o romance é um outro; e como ambos são no mínimo do mesmo quilate, isso nos conduz a tentar identificar o tamanho e o que é singular. Isso autoriza que encontremos no filme uma dimensão diversa (e a meu ver, maior) do que aquela criada pelo romance e ao mesmo tempo o evocando pela própria originalidade do enredo de onde provém. Pode-se, pois, dizer que, além da subtração acima indicada, há a presença de Ballard; primeiro pelo nome homônimo da personagem James Ballard, segundo pelo espírito do universo do romance na configuração original do caráter da personagem Vaughn.

O dispositivo do filme amarra, portanto: 1. a estória do casal; 2. a estória de Vauhghn; 3. a estória do cruzamento dos três; 4. a semântica criada pelo escritor. Mas nossa hipótese é justamente a de que o filme inclui algo que não comparece no romance.

Para que fique então delimitada a posição que nos interessa mostrar, algumas observações ainda se fazem necessárias. As relações entre mecanismo, máquina e sexo aparecem no plano das expressões de arte desde o início do século XX, logo bem antes do romance. Nessa direção, o alcance da obra de Marcel Duchamp se coloque talvez como realização extrema numa picada aberta pelas “máquinas celibatárias” que repercutiram um pouco ao longo do século XX, portanto muito antes do aparecimento dos temas cibernéticos, dentro e fora da “ficção científica”. Talvez seja a obra radical ao lidar com os signos relativos aos mecanismos, às máquinas e aos devires espontâneos ou não-espontâneos da sexualidade humana em semiose operando suportes. A “linguagem” do filme poderia ser tomada como uma variação ou uma deriva dos modos expressivos de artistas que operaram dentro dessa sintonia estética duchampiana. Paralelo a essa via, há o elogio dos futuristas às máquinas. Lembro ainda um elemento de um auto-retrato escrito por Salvador Dali, em 1942: “Pensamento fugaz: A

aviação é a mais espetacular expressão do instinto sexual”<sup>11</sup>. Ao lado de tais rápidas menções, cabe ter em mente a relação carro e sexualidade no imaginário criado pela sociedade de consumo e pela estética holywoodiana. De toda forma, tudo isso pode ser levado em conta, mas o certo é que o cinema construído por Cronenberg inclui o mundo da cibercultura e isso o coloca num gênero de preocupação diverso do de Duchamp ou do de Dali. Nem mesmo as explorações da Body Art serviriam para situar o sentido poético da linguagem de Ballard. Ele tem o enorme mérito ao colocar as coisas nos termos seminais para esse tipo de imaginário:

O impacto da segunda colisão, ocorrida entre o meu corpo e o comportamento interno do carro, ficou definido nesses ferimentos, assim como os contornos do corpo da mulher lembrados na pressão sensível da própria pele durante algumas horas depois do ato sexual.<sup>12</sup>

Contudo, não podemos aqui desenvolver isso, mas é importante para situar a inserção dentro de uma série artística presente na vida de criação de arte do século XX. Ao lado disso, existe um fluxo conceito-sensorial que deriva de Marshall McLuhan, em Toronto. O que de início não faria parte da estética de Ballard (salvo engano). O olhar de Cronenberg passou pela escola de McLuhan. E isso situa o modo como ele manipula a temática ciber com a consciência do que seja a anatomia do corpo que deseja e que se estende por todos os seus artifícios resolutivos. Talvez exista aí uma perspectiva diversa da do escritor no modo de entender a relação entre tecnologia e sexualidade humana.

A percepção crítica a respeito da cultura promovida pela indústria das comunicações e sua estrita integração nos procedimentos de sedução do capitalismo no estágio atual virou quase um lugar comum. Tanto na atividade acadêmica, também na cultura veiculada pelo sistema de (tele)comunicações, quanto nos produtos de porte no mínimo igual ao padrão Hollywood, essa ideologia comanda os fazeres na cultura e na vida sexual. Enquanto produto, o filme de David Cronenberg é absolutamente normal: faz falar um pouco, pode ganhar prêmio, tem cenas fortes, tem cenas picantes, e dose mínima necessária de verborragia intelectual, e participa de um nicho de mercado.

Apesar disso, o interessante reside em como ele cria uma ficção que ocorre no espaço e no tempo assim determinados e se mantém, com sutileza, fora deste lugar comum crítico – o que seria uma ideologia inercial. Sendo assim, nada restaria muito além do desencanto ou do cínico continuado da cultura atual, o que seria entregar o problema tão somente à regulação pela comunicação industrial como gestora das fantasias ou pela ação medicamentosa sobre os estados “psicopatológicos” das massas. O casal Ballard do romance estaria integrado mais ou menos nesse perfil. O do filme se move no espaço de classe média favorecida, ele se encontra circunscrito ao espaço dos Ballard do romance, e com mais dinheiro. No entanto, a afinidade dos Ballard de Cronenberg os diferencia radicalmente do seu modelo. Existe, portanto, no filme, a experimentação dos Ballard que esbarra com a experimentação de Vaughn. No romance, o casal esbarra com a experimentação de Vaughn, o que é diferente.

A presença do sexo enquanto tal, o sexo como movimento dos corpos ligados por sintonias sgnicas indo do mínimo ao máximo sentível, sempre imanentes em seus diversos graus, bem como os recursos protéticos da tecnologia dos artefatos sexuais e das diversas drogas envolvidas, tudo isso está posto abrangendo um espectro de cenas sexuais. Em nenhum momento existe resistência. Nenhum questionamento sobre o valor deste ou daquele uso. Fazem, isso não se discute, mesmo em função do encontro forçado com Vaughn e o ciclo de suas provocações arriscadas, nada alterou o fato de estarem unidos sem nenhum ressentimento. O casal Ballard atravessa a experiência proposta. A subtração de discussão moral traz consigo o caráter afirmativo de tudo o que é mostrado. As cenas de sexo são provocantes porque não trazem marca de drama. De toda forma se exhibe um sexo capaz de movimentar-se fora do padrão do imaginário sexo-mercadoria e do higienismo sexual. No concreto corporal e com imaginário elaborado, ligado a imperativos pulsionais mais errabundos. O grande problema aí é que, seja lá o que se faça, a comunicação acaba por formatar como elemento de mercado (a afirmação de uma pequena diferença espera de uma objetualização para criar seu mercado, sua expropriação e seu domínio das fantasias sexuais de uma massa segmentada).

O que nele parece crítico é o eco de um questionamento sobre o alcance da erótica e da arte, de suas provas, diante do poder das malhas viárias que continuamente favorecem a imaginação de um mesmo interessado, e que acumula domínio na orientação dos sentidos, na direção requerida. O

que surpreende no filme é o tom afirmativo com que elabora a ficção de um experimento amador e poético.

O filme conta uma história. James e Catherine formam um casal. Sem deixar transparecer o menor vestígio a respeito do que antecedeu e os levou a estar fazendo de saída o que estão fazendo, encontram-se no interior de uma experiência na qual cada um realiza certa busca de determinado máximo, e usam, com absoluta liberdade, o próprio corpo e sua erogeneidade. Existe uma espécie de “sendo dado que”. Os dois caminham um amor que percorre o filme todo, do princípio ao fim, nada do que se passará arranhará essa dimensão da experiência deles. Ao chegar ao fim do filme, fica no ar o diamante daquele amor.

Moram juntos, trabalham, vivem num centro urbano populoso, fazem suas experiências eróticas, discutem os resultados. Existe uma serenidade em todas as suas conversas. Nenhum signo no filme, no entanto, que torne essa apresentação como que pragmática. O que eles fazem também não é objeto de nenhuma defesa. Fazem de conta que agem como fazem os lírios do campo. Estão conectados, movem-se num tempo para o qual a união e a confiança valem, apesar das particularidades aceitas.

## 5. Uma história na outra

*In media res*, portanto, assim se inicia o filme. Os dois se encontram numa movimentação sexual onde estão plenamente à vontade na fabricação dos seus pequenos e, talvez, quem sabe, tediosos objetos (cenas fugazes de sexo, anônimas ou não). Nenhuma confusão, tudo ali é feito com um princípio de inteireza onde o que os liga é um íntimo, afetivo, mas fora das expressões do ser sensível, condizentes com os significados culturais mais admitidos em suas técnicas sentimentais do corpo e suas expressões das emoções. É claro que aquele modo de exprimir poderá, no andamento de suas vidas, tornar-se uma cultura, um estilo na vida, ou virar moda de comportamento. Não é o caso ainda do que está ali ficcionado, mesmo já tendo anos. Enquanto esse humor não tem domínio e nem domina homogêneo, a serenidade dos personagens causa certa estranheza.

É aí que um acidente de carro traz um fluxo que não conheciam. Mantêm-se unidos durante o processo, crescem juntos, se transformam e continuam fiéis ao encontro e à construção de um íntimo que comande aquela serenidade ou sabe-se lá o quê. A pequena nave espacial de James e Catherine

entra num turbilhão, os dois acabam navegando na experiência elaborada por Vaughn, sofrem-na afirmativamente – nenhum lamento, nada que pudesse permitir perceber que houvesse o menor sinal de que, depois de ligeiras desconfianças iniciais, e tendo juntos trazido para si o conteúdo da presença de Vaughn, agiam assumindo tudo o que estava se passando. Passam cúmplices, assimilam, mergulham, chegam a reproduzir aquela estética, e continuam na fidelidade de interesse em continuar atrás da próxima vez, que é dito pela primeira vez antes do *crash* na estrada e do *crash* com Vaughn.

Então, num primeiro nível, os dois estão num movimento próprio, colidem com um movimento arrebatador que admiram, e continuam afirmando tudo dentro do fio-eixo do ponto de onde partiu a estória, eles continuam em busca, afirmam a chance de um quem sabe de outra vez, duas vezes dito, no interior de uma conversa, em pleno ato sexual.

Nenhuma cena parece mostrar uma adesão ao sentimentalismo, ao dramático. O que se percebe é o fio-eixo, embalado pelos corpos dos atores, é uma harmonia prática, uma sintonia pontual realizada sem absoluto. Com certeza isso constitui um continente. Pode-se dizer que forma um dispositivo que traduziria o plano ao mesmo tempo erótico e amatório em que se movem James e Catherine – o trabalho dos atores é aí decisivo na ilusão produzida pelo filme nessa direção.

Num segundo nível, o filme cria outro dispositivo desenvolvido sob a prevalência de Vaughn. Será ela que criará a turbulência e o ligeiro desvio na trajetória da nave James-Catherine. Vaughn encarna e justifica a natureza do seu interesse em produzir seus acidentes como uma psicopatologia benéfica. Ele é cioso de viver confins do processo efetivo do fazer arte na vertente das intervenções concretas no seio de uma rede sociocultural. Diz claramente o que combate. Esse vetor é forte, exhibe o aspecto viril da personagem. Ele diz e faz o que diz. Não vive aquilo para viver outra coisa. O que o faz vibrar (por exemplo, a cena do acidente de Jayne Mansfield interpretada por Colin Seagrave) e sofrer é nele visceral. Se conseguimos ter em mente uma concepção do artista para a qual vale a noção de performance, a admissão dos objetos no espaço chamados de instalação, a clareza dos níveis do discurso e o grau de intimidade, a preocupação com o conceito do processo e dos termos na experiência de viver a relação intrínseca com que motiva estar realizando o que está realizando e sobretudo a inclusão de ato sexual definido como estético e fundamen-

tal, será possível aceitar que a movimentação de Vaughn é a de um artista concebido como um ator que usa com liberdade o plano estético para produzir choques de suscitamento de um ponto no qual estamos todos intimamente envolvidos, como sempre irá argumentar.

De um outro filme, *Dead Ringers* (de 1988, *Gêmeos: mórbida semelhança*, como foi vendido no mercado brasileiro), sem entrar no sentido e mérito do filme, tomemos a bem humorada percepção do diretor a respeito de uma manifestação de arte plausível no cenário atual. Assim, um ginecologista, que tem um irmão gêmeo também ginecologista, esbarra com uma teratologia útero-vaginal. Como operar com aquela má-formação? Ele faz desenhos concebendo o formato dos instrumentos que seriam necessários para enfrentar aquela dificuldade e convence um artesão e artista plástico estabelecido a produzir em aço aqueles objetos que seriam os adequados para lidar com aquele problema concreto de manipulação provocada e exigida pela deformação. Tempos depois, vê, passando na rua, seus objetos pragmáticos expostos como objetos de arte arrolável na etiqueta “arte conceitual”, numa galeria com a assinatura do mesmo artista que lhe fizera os instrumentos especiais. O título do trabalho exposto: “Gynaecological instruments for operating on mutant women”. Há um roubo e um deslocamento perpetrados pelo artista ao mudar o contexto para determinado objeto. O autor daquela apropriação e conseqüente mudança de plano procedeu de acordo com os conformes da apresentação de um objeto de arte num espaço público demarcado pela nossa atualidade. Um pequeno acontecimento de força estética é posto no espaço público. O espaço público para a arte se reduziria ao museu e aos diversos formatos de galeria? Vaughn está atento a essas implicações, ele tem uma posição que exerce com todo o despudor em relação a isso. Ele opera nas estradas. Seu mundo é o espaço de ocorrência do tráfego e das estradas.

Mas ele possui seus materiais eletivos. Existe uma paixão mórbida pelos efeitos dos destroçamentos de um corpo, no acidente, compatíveis e comparáveis aos momentos mais intensos do gozo sexual (“...na pressão que perdura na pele...”). Como outro poderia ter por lâminas ou por insetos. Há uma erótica e há uma estética da colisão que ele elabora. A explicitação do que o comanda, no entanto, não é de toda clara. Qual a direção do desejo de Vaughn? Qual o guru que ele segue? Qual a direção transcendental?<sup>13</sup> Embora fique pairando esse mistério sobre o que o move além do que diz, o sub-dispositivo que ele significa articula um processo

produtivo de sentido ligando o plano sexual, o plano da expressão plástica, o plano do acontecimento sensível de fato. Nada naquela turbulência é gratuita, há movimento de pensamento que percorre todos os signos do seu laboratório de experimentação e dos projetos cênicos de risco. De altíssimo risco. Joga no limite vida e morte. Sua metáfora de existência talvez fosse a do vírus fatal. E é aí também que irá ter como nuclear – seu credo – na busca de autenticidade na experiência ao mesmo tempo erótica e poética. Como produzir uma intervenção efetiva de psicopatologia benéfica?

Há, então, um momento em que James Ballard, e logo a seguir Catherine, vão viver sob o signo da pessoa de Vaughn e seus projetos. O que ele explora é a realidade dos problemas de tráfego, os riscos das colisões, a dramática dos acidentados, a marca trágica e sua incisão visível na pele, a emergência das potências sexuais, a imanência dos impactos e seus efeitos, escarificações, cicatrizes e tatuagens<sup>14</sup>, as perdas e as deformações que urgem vida no simulacro do fetiche. O espaço no qual ele se move é compatível com a realidade banal dos grandes centros urbanos e as malhas viárias sob quatro rodas. Como será que as pessoas viveriam os seus máximos, hoje, fora da banalidade poderosa dos acidentes? A dimensão que é acentuada firmemente por Vaughn é a de que aquilo de que ele está falando é algo com que todos estariam intimamente envolvidos. O que será que estará dizendo ao afirmar todos estarem intimamente envolvidos? A ação performática busca provocar as pessoas a despertarem para o trágico inarredável que recorta a vida. O valor real do acidente como forma estética que instiga a própria consciência do máximo de alto risco como forma de gozo. A paixão do e pelo acidente, com toda a sua ambigüidade, é o elemento central de sua poética rude.

As cicatrizes no corpo tornam-se objetos eróticos. As mutilações se assimilam ao cenário dos destroços e das próteses. Os destroços, como zonas, se erotizam. As tatuagens adquirem valor equivalente. Novas zonas erógenas estruturadas e vividas como fetiches. A pele e suas marcas entram no filme como superponíveis aos acidentes fatais nas estradas e como portadores de força atratora no plano sexual e poético. Entre o primeiro e o segundo sub-dispositivo existe o imediato entendimento de que uma superfície de fuselagem de avião pode ser também uma superfície erotisável. A cena e o anonimato da cena funcionam como elementos estéticos fortes. Essa é a faixa de onda que torna a expressão

barroca de Vaughn comunicável eroticamente com o maneirismo arrombado de Catherine. A faixa de onda entre James e Vaughn se modula pela vivência do acidente. Antes ainda de cruzar com ele, James, um homem da publicidade e da imagem, dissera para Catherine no leito do hospital do aeroporto: “Depois de tanta propaganda de segurança nas estradas, é quase um alívio me ver num acidente de verdade”. O trágico com sua irreparabilidade é afirmado como força.

Há, então, uma sucessão de acontecimentos que acabam no encontro com Vaughn. Tudo meio como que de acaso. Muita embora pare uma atmosfera de quase trama, há indícios de que talvez se trate de uma captura. O importante aí é que podemos denominar a turbulência, estampada pela figura do *crash*, como um rito aprofundado para quem vive o sexo como um questionamento prático do que é máximo. De alguma forma, Vaughn é um intervalo entre os dois primeiros “Maybe in the next one” e os dois últimos. Nesse intervalo é que podemos perceber a intricação da erótica com o plano da realização da arte. Nele o personagem criado por David Cronenberg diz que um acidente de grandes proporções entre diversos carros, com mortos, acidentados, traumatizados por vezes pelo resto da vida, trabalhadores profissionais de salvamento, um acidente que literalmente atinge vigorosamente todos os seres envolvidos, e diante do qual se declara que aquilo é uma obra de arte. “Uma verdadeira obra de arte”, irá repetir.

Antes ainda de saber que aquele *crash* tinha sido produzido pelo seu companheiro Colin Seagrave (com quem estivera combinando para realizar o acidente com decapitação de Jayne Mansfield), ele já havia declarado, antes ainda de começar a registrá-lo, que aquilo era “uma verdadeira obra de arte”. A ênfase é importante porque Vaughn diz isso siderado, quase em êxtase, pela presença daquela obra-instalação em plena realidade de uma estrada.

Depois da encenação do *crash* de James Dean, do de Jayne Mansfield (outros são aludidos no filme, o de Albert Camus, o de Nathaniel West, outros esquecidos: o de Jackson Pollock, e aquele que era o centro almejado, o de Elizabeth Taylor, para o Vaughn do romance), vem a última instalação: “A despedida e a decapitação de Vaughn” no tipo de conversível em que John F. Kennedy, presidente dos Estados Unidos, foi assassinado a bala. Contudo, ainda que de modo ambíguo, Vaughn deixara dito que Ballard seria o futuro (a personagem? o escritor?). Ballard é projetado no



depois, embora ao mesmo tempo ele deixasse projetado o sentido do que o fez dizer duas vezes a mesma frase tal como o dissera Catherine da vez anterior, também sendo sodomizada.

## 6. O dispositivo

Esta é a pulsação íntima do dispositivo *Crash*. Tem-se então dois sub-dispositivos de sentido acoplados. O primeiro gira em torno do sentido da frase duplamente repetida antes e depois da experiência do *crash*: “Quem sabe da próxima vez”. O plano no qual essa frase dita primeiro por Catherine, depois por James, fará sentido e articula o núcleo do primeiro sub-dispositivo. O segmento temporal que o mostra é quase insignificante. Quatro primeiros minutos iniciais e no finalzinho do filme. A retomada no final dessa frase encapsula a experiência com Vaughn e repõe o plano em que ela fará sentido pleno. Desse modo, o primeiro sub-dispositivo contém o segundo. Embora encapsulado entre os dois tempos da enunciação da frase, o restante do tempo do filme gira em torno do cometa Vaughn. Praticamente o filme todo, dominado pela presença e em função dele.

Para entender esse acoplamento entre os dois sub-dispositivos, precisamos levar em conta que:

- a) a imagem de um acidente fatal com automóveis se transforma na produção de um acidente como um ato de arte cabível no conceito do que é feito como sendo instalação, uma forma normal de fazer arte;
- b) a natureza dos efeitos decorrentes de uma experiência que quebra uma rotina e dispõe um desacerto: a concretude da porrada;
- c) o sexo é um campo extremamente fundamental de experimentações e sua potência não poderia ficar reduzida à serventia de uso na erótica desenvolvida pelo marketing;
- d) a heroificação produzida na bitola hollywoodiana comparece no imaginário mais evidente – ponto que pode retroativamente pôr em suspeita o próprio dispositivo;
- e) o gosto como medida do que é vivido com autenticidade na experiência erótica corporal e na experiência com objetos capazes de quebrar a homogeneização dos sentidos como medida de evitar colisões;
- f) a existência de um plano onde se possa viver experimentações eróticas e amatórias livre de toda e qualquer dramática (o que não significa que necessariamente se tenha o conceito do experimento antes da sua produção).

É nesse espaço assim referenciado que se pode perceber bem o enigma que é sustentado pela frase duplamente repetida em contraste com o mistério de algo que vive, e intensamente, fora do amatório, na via de Vaughn. Qual o sentido disso? Vaughn foi um devir, mas incluso na insistência de uma aposta mais rara. Mas resta a estranheza do sentido que move tal virilidade de jeito picassiano, entre gozo e morte, *crash* de touros, toureiro driblando as trombadas fatais. O fato é que, as contas feitas, o dispositivo faz viver dois ao invés de um, é dois cruzado de antes e de depois. Um tempo indiscernível se abre a partir daí. Para o filme, o dispositivo é um equilíbrio singular. Não tem Um com o “quem sabe se da próxima vez”, e também não vem o Um no término do filme cuja cena anterior repete e traz agora noutra vez a inclusão da estética virótica de Vaughn<sup>15</sup>.

O filme *Crash* ajuda entender alguns aspectos da questão posta pela tensão entre o estético e o erótico no momento atual das complexas culturas de linhagem dominada pelo imaginário cinematográfico da cultura americana. Ao menos provoca que se pense. Ele quase pressupõe a consciência de todo o seu caráter presente no cotidiano das grandes linhas que movem a vida urbana em grandes centros. É aí que o filme é surpreendente: traz uma linha que toca no nervo das questões relativas ao processo de criação nas condições atuais de circulação e tráfego de pessoas, como elas esbarram com um feixe de ondas de sensações capazes de produzir um deslocamento real entre a benevolência afeita à cultura presente (hábito, repetição) e as exigências contingentes da própria existência (desafio, criação).

Não é difícil perceber a forma e o sentido da estética e também o uso do sexo na erótica que identifica a cultura americana, naquilo que ela tem como o mais identificável no mundo enquanto americana. Há invenção do sexo na cultura do século XX e ela é identificável como sendo a cultura de mercado promovida pelo vetor de força da Nação e do Estado americanos, marcando indelevelmente o capitalismo com a estetização generalizada no consumo. De Antonin Artaud, lembremos o espantoso *Para dar fim ao juízo de Deus* que trata disso através da figura da apropriação espermática. O consumo é um sexo. O consumo sendo um sexo é maior do que pode o sexo, do mesmo modo que o artista está de quatro num regime bem maior e indecível quanto ao valor. De qualquer forma, Vaughn afirma que existe uma maneira rude de exprimir e que existe um outro nível. Nisso Vaughn não inova, traz um pouco da tradição do esotérico e do exotérico. Cronenberg não critica, ele usa o que há, sabe que não tem

outra saída.

A tal ponto ela parece onipresente que, de dentro da reprodução dos seus signos, fica-se numa posição insustentável, já que o estético e o erótico existem enquanto lubrificantes de acesso à mercadoria e oferecem a dinâmica do sentido do que confere valor, no plano da realidade comum, do mesmo plural de viver numa cidade, como doravante elas serão. É contra essa obediência que se insurge a linguagem da arte de Vaugh ao mesmo tempo mimetizando um épico da realização industrial que é. Assim, planta um dispositivo muito bem articulado para trazer à cena a lucidez afirmativa que não se reduz a uma perspectiva apenas crítica nem pretende ser a legitimadora da estética sentimental ou a da comédia do sexo-mercadoria.

Por outro lado, pode-se olhar mais pelo ângulo da fantasia e da objectualidade e da cena dos fetichistas e as alterações do supereu (*Überich*). A função da voz de Catarina certamente desempenha um papel importante no efeito do filme. A condução das imagens parece seguir uma outra batida que impele o gozo ao crime como indiferença moral. A voz do supereu que impele ao gozo trabalha a sucessão das imagens a partir da encenação de “A morte de James Dean”. Um trabalho de Yves Depelsenaire chama atenção para isso na leitura que faz do filme.

Mas por ser em surdina, a voz de Kathryn (sic) nem por isso ela sugere menos e consegue todas as realizações *live* da fantasia. É a voz que impele o supereu. Cronenberg, com mais acuidade que qualquer outro cineasta, discerne o empreendimento no mundo contemporâneo, no qual o gozo só sendo regrado pelo mercado, deixa cada um na sua solidão em relação ao objeto.<sup>16</sup>

É irresistível não citar alguns trechos da entrevista citada por esse autor. Ela ajudar a perceber a distância entre a visão crítica de Ballard e a absorção de Cronenberg da autonomia dos caminhos do sexo:

Quando penso em *Crash*, imagino que chegamos a um grau em que a sexualidade não tem mais objeto: ela é doravante completamente desconectada de qualquer forma de reprodução. A sexualidade pode, portanto, potencialmente, ir em to-

das as direções. Cada indivíduo vai ter de reinventar sua sexualidade. Isso sempre foi verdadeiro numa certa medida, mas é ainda mais evidente hoje. Não há mais sexualidade única ou padrão. Há tantas sexualidades quanto indivíduos. É como expressão “consumo de massa” – um logro nascido com a revolução industrial: a idéia de que existem produtos desejados sobre os quais todo o mundo se precipita.

(...) tudo o que fazemos – arte, tecnologia, política, religião – constitui uma tentativa mascarada de escapar da morte, pois o único meio biológico de aceder a uma certa forma de imortalidade passa pela reprodução. (...) Penso doravante que o sexo não se opõe mais à morte, pois ele não está mais forçosamente ligado a um ato de reprodução. Nesse caso o método de James Dean permanece talvez o último meio de tornar-se imortal. Desde que você aceite o fato de que a primeira coisa caracterizadora do homem é o corpo, você deve admitir que ele é limitado, finito, e sobretudo perecível. É um pensamento insuportável de assumir. Somos os únicos seres vivos conscientes de nossa finitude. O único sentido que passamos dar ao mundo vem de nós: um pensamento intolerável para os que tentam colocar um absoluto em cima de nós.<sup>17</sup>

Essas colocações ajudam a ter claro o pano de fundo contra o qual se delineiam essas formas de contato que seriam as derivas construídas dos processos sexuais fora da reprodução. O que importa também é não apagar que o sentido do sexo pode não ficar restrito à multiplicidade do plano acontecimental do sexo-mercadoria e suas adesões. Ele pode ainda querer outras maneiras de adesão. Aquilo que caberia bem na confecção reprodutiva do sentido que estabelece a medida do que é a realidade dominante, em última instância, como garantia da própria realidade, de sua ilusão. Persuasão às claras e o tempo todo com uma sexualização fixada na função de atrair a fim de que a sexualidade dos corpos fique operando dentro do quadro de sentido continuamente recriado pelas mídias para que o princípio de realidade que regula um social histórico acabe dominado pela retórica sexual do sistema midiático que vem cumprindo o papel de integrar os processos comunicativos e pedagógicos.

Esse plano acontecimental do sexo-mercadoria se estende como interface da dinâmica da tecnologia. Como se toda a sexualidade humana se restringisse tão somente ao artificialismo produzido pelo marketing e pela tecnologia. O artificialismo sexual é continente mais amplo. A erotização da anatomia humana e a busca dos prazeres vão até onde for o poder de imaginação e nisso quase se confunde com a evolução tecnológica continuada. A teratologia tecnológica não causa tanta espécie quanto a progressão da teratologia erótica, muito embora tudo indique que no tempo a recepção do teratológico erótico será cada vez mais complacente. Comportas foram abertas. Mas o que, hoje, no nível das pessoas que consomem artes plásticas e cinema, poderia provocar uma surpresa radical, tão forte como uma colisão? Será um despropósito pedir como pede Vaughn a marca da experiência autêntica com a coisa suscitada pela colisão? Assim, a significação superficial do filme poderia ser identificável no cardápio dos produtos especiais da indústria cinematográfica, sob o item teratologia: 1. tecnológica; 2. “erótica” etc.

Tomemos, então, que o Dois ali construído está determinado. Há de considerar-se que signos visuais e verbais deixam claro que existe uma apreensão e uma reflexão operando além do que dá consistência à constituição dos dispositivos. É uma semântica que os circunda. Existem, então, compondo-a, os seguintes fatores:

1. uma cultura desfeita da cultura dos valores fortes de sinalização mais unívoca no comando das ações e seus impulsos diante de um certo universo de marcações restritivas decorrentes das diversas instâncias de proibição;
2. um estado de humor onde a febricidade do processo de produção cultural mundializado caracterize a dificuldade de não poder parar e não saber como sair da carga de efeitos de não conseguir-se parar o que é comandado por um sentido de peso obrigatório (mesmo que seja narcisicamente);
3. um discurso cultural no qual os processos de fixação semântica funcionam como regras e sinalizações sígnicas do tráfego de carros (metáfora geral para se pensar os problemas de circulação e comunicação entre as partes da cidade e entre as pessoas vivendo o cotidiano da manutenção e invenção contínuas da realização de vida nesses humanos assim afeitos);
4. um domínio que conseguiu tornar a política só um produto a mais entre tantos outros que configuram a galáxia regulada por todos os meios de comunicação.

A tensão criada por eles face ao que se mostrou estar em jogo nos subdispositivos e sua articulação mostra um fundo em que se vê inscrito o alcance do sentido de toda aquela questão levantada pelo filme. Trata-se ali de no mínimo não esquecer o genérico que atravessa os dissensos que estão presentes na harmonia das convergências identificatórias sobre quais se calculam as variações e as probabilidades de permanência e de mudança. Em termos diretos: existe um dispositivo no filme com força para colocar em questão os andamentos do sexo abstrato e suas restrições face ao sexo que renega seu nome. Paira, portanto, uma consciência do sexo ao longo do filme. O filme de David Cronenberg pode nos ajudar a ter sempre à vista a questão da erótica e da estética quanto ao que é o campo da sexualidade enquanto fazer concreto, ou enquanto o sofrimento disso, dentro de um espaço onde vigora uma cinética da erotização de tudo no sentido do capital, como processo identificatório basal das amarrações simbólicas e respectivas ideologias que exprimem as forças dos consensos e suas mutualidades próprias ao nosso tempo veloz de antevéspera e os conceitos imperativos da função da realidade. Ele possui uma elaboração precisa. Esta precisão merece a maior consideração.

Além da subtração do plano do mal-entendido humano em que se retroalimentam o grosso do cotidiano com as pessoas, há a subtração, tipo *sub species aeternitate*, do que envolveria uma dimensão mais funda, onde o que está em questão, no mínimo, é poder orientar-se face à dimensão concreta dos inconscientes em causa, o próprio e o de um a um. Talvez o “enigma” do que mantém o vínculo de Ballard com Catherine no plano de liberdade em que se movem, seja uma marca necessária para exibir uma possibilidade operatória no seio dos casais. Mas a questão fica: a desenvoltura que manifestam enquanto personagens seria a mesma se se defrontassem com a espontaneidade, como na situação comum de qualquer pessoa, do contraditório vigente em cada passo do viver, com a relatividade incluída já que se esbarra inelutavelmente com os limites dos saberes, mesmo no plano em que se é capaz de sustentar a vida como um experimento que cabe a cada um construir.

Como esse Dois pode formar Um capaz de suspender a vigência do contraditório real no campo das manifestações pulsionais (por essência polimórficas)? Isso tem condições de existir? Ou é um devaneio que esconderia a impossibilidade de isso vigorar de fato no seio de relações concretas entre humanos? Ou o diretor estaria indicando uma forma de amor

difracta, onde Dois não formam Um (condição primeira de todo experimento nesta área)? Seria uma ficção poética de um fio-eixo que permite até entrar e sair (com a ajuda da Sorte) no fluxo de Vauhgn (toda experiência tem seus riscos)? O surpreendente é se reencontrarem no espaço-tempo do que amarra o *“Maybe in the next one”* de Ballard à existência necessária de um tempo anterior ao “primeiro” *“Maybe in the next one”* de Catherine. Há uma fidelidade serial e isso pode ser designado como um amor experimental. Como não sabemos em que termos o que admitimos como verdadeiro no fio-eixo que une os Dois, como desfazer o enigma que fica pairando ao término de meditar sobre o final do filme e toda a sua construção pesando? Não temos elementos no filme para responder a essa pergunta. Tanto mais que o sobrenome de James, Ballard, é também o do escritor do romance que inspira o trabalho.

Logo, o primeiro sub-dispositivo diz respeito a algo que fica fora do filme. É seu caráter enigmático. Se o *“Maybe in the next one”* vale retroativamente num sentido sério, as duas sínopes (início e fim) estão referidas a um passo anterior. Como, surpreendendo-se com isso, tornar claro o efeito de insistência, e o peso do dito anterior, na afirmação de um sentido íntimo, só metaforicamente absoluto? Como entender a continuidade proposta por aquele Dois que não se completa? O filme talvez nos deixe em nossa fome. Será necessário ler o romance de onde provém a trama. O que garantiria que ele não se conforma, no seu segredo, com qualidade e sofisticação, à ilusão trancada da imagem no brilho de um exercício de estilo? Ou estaríamos diante de um gosto? Não há sub-dispositivo *“Maybe in the next one”* sem a marca do sub-dispositivo Vaughn, não há o filme sem o romance. É nisso que o filme é maior: traz à consideração e desloca com uma via. Experiência de assimilação e de desdobramento num filme que é feito em função disso e trata disso mesmo.

## 7. Formas de contato

Numa outra entrevista que a citada pelo psicanalista belga, Cronenberg, falando do casal e reagindo à colocação de que o casal era inocente e ingênuo, diz o seguinte:

And I said, “Of course, they are innocent. They’re totally innocent in this movie. What they’re trying to do is

somehow recapture that innocence that's been lost." They're trying to find that sweetness and that connection and that passion and that love and sexuality which seem not to work anymore. The old forms are not working: they therefore have to create new forms.<sup>18</sup>

Velhas formas, criar novas formas. Mas ele continua, logo a seguir, respondendo sobre a disponibilidade do casal em seu "itinerário espiritual" de esbarrar, de ser atingido e de ser tocado por um Guru encarnado por Vaughn, ele diz:

Spader (Ballard), Hunter (Dra. Remington) e Unger's (Catarina) characters are vulnerable to someone like Vaughn because of their disconnection and their dissatisfaction, and because of the strange sexuality, which seems to have no form, unleashed by this car *crash*. So when you meet somebody who seems to offer them a form, they seem willing to be taken in by that.<sup>19</sup>

O fato é que foi criado um dispositivo no qual se equacionam, de imediato, duas formas de contato humano em que a carne, o gozo da carne, a fantasia se acham incluídos na direção do império da sensação, de ponta a ponta visando a sua "blue note" que seria o sentido. A dissimetria do encontro torna o contato Vaughn uma busca de uma forma de contato. A personagem de Ballard tem de se haver com não conseguir aquele ponto de gozo que os marcados pelo acidente descobrem em si. A cena seguinte a fazer sexo com a Dra. Remington no carro acontece com Catarina, na mesma posição, sem, no entanto, chegar ao gozo, como se faltasse a sintonia dos acidentados. Talvez isso explique a estranheza: trata-se de uma mistura de uma tendência nostálgica de verdadeiro e puro, no registro específico, com uma forma de tocar algo diverso efetivamente e ser isso o gozo, no processo amoroso.

Duas *formas de contato* envolvendo o sentido amoroso, erótico e poético, e seus possíveis cruzamentos. O filme é um dispositivo que faz trabalhar essas duas intencionalidades. De onde vêm os dois? Para onde irão os dois? Desse modo, parece evidente que o sentido amoroso é praticamente anulado na forma de presença implicando Vaughn. Na forma de presen-



ça Ballard e Catherine o senso de arte é não mais que minoritário. Mas existe a forma de contato que é o filme em relação à disposição significante das formas de contato que se encarnam nos dois subconjuntos. É o plano do espectador e do dispositivo que é a provocação vetorizada que, em algum grau, captura o interesse.

O dispositivo articula o lugar de exploração de um espaço-tempo onde a dimensão poética, o experimentalismo amador e a carne se encontram, e se distanciam ou se trombam. Esse lugar, assim articulado, para ser formulado e expresso como o é através da imagem, obriga a levar em conta que existe uma experiência da não-imagem que preside a construção do dispositivo de imagem que é o filme. Tudo indica, diante disso, que ali se expõe uma narração cinematográfica enquanto “experiência imagética da não-imagem”, como bem exprimiu Andy Warhol. O discurso não se reduz a dizer do discurso. “A força de aderência às imagens quer sempre matar a experiência imagética da não-imagem”. “Numa época de narcisismo massivo e organizado, tudo está na desconexão e na interrupção”<sup>20</sup>. As duas colocações de Andy Warhol podem servir de referência para que possamos descrever as articulações envolvendo esse lugar a partir do qual parece se estruturar um dispositivo (experiência imagética) conectando dois outros sub-dispositivos (os elementos que dizem do que é “não-imagem”; no caso, a articulação dos dois eixos narrativos do filme). A construção do filme está implicada com isso que diz respeito à não-imagem.

E necessariamente ela não se confundiria com o fora, o segredo, o enigmático da série Ballard-Catherine. É mais ampla. Poderia ser uma metáfora, mas, a rigor, o fora da experiência do diretor não é um espelho do que na ficção fica indecidedo sobre o sentido da inexistência afirmado por Catherine e Ballard, seus vazios. No máximo serviria de metáfora. Mas o importante nesse momento é que a experiência da não-imagem que se evidencia, independente do que não sabemos quanto ao que estabeleceu a fidelidade numa vacância de sentido, quase em busca de um guru, é aquela que se refere, de fato, ao aparecimento, simbolicamente construído, das duas formas de contato.

A experiência da não-imagem, no caso, se refere ao que de fato aparece, simbolicamente, por meio das duas formas de contato, ou seja, o caráter estruturado de uma tensão que toca num ponto sensível. O que significa amar, foder e fazer arte na atualidade em que nos encontramos? É essa a questão incômoda do filme.

## Notas

1. “Mas vós sentis também outra raça./ Pois na medida/ É preciso também o brutal/ para que o puro se reconheça./ Mas quando //”. Trad. Paulo Quintela.
2. Filme de Gabriel Axel, lançado em 1987, realizado também a partir de uma novela de Kare Blixen bem anterior, com título homônimo: *Babettes gæstebud*.
3. Carlos Drummond de Andrade, na poesia “Eu, etiqueta”, emprega a palavra sentinte no verso “ser pensante, sentinte e solidário”. Sentível terá alguma justificativa para existir.
4. “*Crash*, de J.G. Ballard: uma experiência do choque” é o título do rigoroso e estimulante ensaio de J. A. Bragança de Miranda. O leitor que queira se situar quanto ao romance não se arrependerá de recorrer a ele. Como a nossa ênfase é o filme, seria muito longo desviar para estabelecer a leitura de suas colocações e posicionamentos. Devemos muito a esse trabalho. Ele ajuda a bem perceber a alteração que David Cronenberg realizou. Apesar disso, gostaria de elencar alguns pontos. O autor traça uma rápida situação do romance e seu contexto. Chama atenção para uma difícil recepção nos Estados Unidos no mundo da ficção científica. A idéia de uma ficção construída em função dos desastres urbanos vai ser reconhecida como excêntrica à science fiction. O que é dissonante? Olhar o presente do futuro em determinados lugares concretos narráveis como existências. “A experiência americana, escreve Miranda, tão marcada pela caleidoscopia dos media e pela omnipresença da técnica, parece representar o momento em que razão e não-razão se mesclam, se tornam indistinguíveis. O projeto da modernidade, que assenta nessa diferença, entra em crise, deixando-nos desmunidos para pensar o que está a acontecer. Toda a obra de Ballard trata de responder à debilitação das categorias modernas através da ficção. Mais ainda, a ficção é para ele a única via para abordar um mundo em que real e ficcional mudam de lugar imperceptivelmente” (p.133). O espectro do niilismo se mostra por trás dessa debilitação. A força do desejo da modernidade como abertura a todos os possíveis que funcionem e sejam viáveis economicamente por meio da tecnologia (tecnologia = ciência + desejo). Surge a possibilidade ilimitada mediada pela tecnologia. Sucintamente outros pontos poderiam ser enumerados assim: a curta e precisa indicação da noção de “ato eficaz” em Sade; a preponderância da imagem; o romance é tomado como “alegoria avançada numa conseqüente ampliação do surrealismo sem o caráter regressivo do real e do surreal”; as vacâncias da razão e as reações extremas; a concepção de real de Ballard.
5. Tradução: “Em tentar fazer a vida parecer minimante real é que alguém é levado a fazer algo ocupado com as coisas mais atrozes. Extraviando-se, de fato, num mundo completamente simulado, talvez haja a oportunidade de fazer coisas que vibrem de algum modo – isto é, neste caso, coisas verdadeiramente aterrorizantes. Encarar isso tão negativo quanto a matéria real que está acontecendo.” Agradeço a Daniela Lacé, ao Fábio Fontana, ao Manoel Tosta Berlinck e ao Octavio de Souza pela interlocução e ajuda. Entrevista publicada na revista *Wired*, de fevereiro de 1994.
6. Remeto o leitor ao Capítulo XII, “O holocausto das estradas”, de Jean-Claude Chesnais, de sua *História da violência*, publicada em 1981. Nele encontrará um conjunto de números comparados em relação aos países da Europa e de aspectos sobre as conseqüências para sociedade. Escrito uma década depois do romance, este trabalho técnico-acadêmico ajuda a ter uma idéia precisa do que Ballard coloca ao referir-se a “cataclisma pandêmico”.
7. Citamos a “Introdução”, pp. 6-7, datada de 1995, para a edição inglesa da qual se fez a tradução. A apresentação da capa da edição brasileira coloca debaixo do título a tradução que o filme recebeu entre nós: *Estranhos prazeres*. Como não bastasse, a capa traz um destaque no qual se lê: “Um filme de sucesso com Holy Hunter e James Spader”

8. Bragança de Miranda, pp. 137-139, nos remete a duas outras apresentações do livro. São complementares. Uma traz uma ênfase ao que Ballard denomina “a morte das afecções”: “as doenças da psyche estão inteiramente no cadáver mais considerável da época: o da vida afetiva” (prefácio da edição francesa). A outra fala sobre espectros e dinheiro no nosso mundo das comunicações: “Através da paisagem das comunicações erram os espectros de tecnologias sinistras e os sonhos remíveis a dinheiro” (prefácio da edição americana).
9. *Deleuze e Guattari*, p. 282.
10. *Op. cit.*, p.134.
11. Dali, S. “Camouflage total pour la guerre total”, p.120.
12. Ballard, *Crash*, p.28.
13. O filme que foi pensado antes e só realizado depois de *Crash* foi *existenz*. Nele tudo gira em torno do jogo do virtual e do não-virtual, da imanência e da transcendência.
14. No caso, a tatuagem como selando um pacto ou uma jura. O desenho é de Vaughn. É nessa dimensão do fazer tatuar e tatuar o outro que aparece algo de troca íntima vindo de Vaughn para Ballard.
15. Para se introduzir nos significados da metáfora do vírus na obra de Cronenberg, o leitor possui um bom instrumento no livro de Serge Grünberg. Cf. primeira parte, *Le virus*, pp. 27-46. Um outro trabalho, numa linha mais informativa, também muito útil, é o livro de Jorge Gorostiza e Ana Pérez. Ver bibliografia.
16. *Depelseinaire*, 1997, p. 31.
17. Entrevista de Cronenberg intitulada “Autorut”, publicada na revista *Les inrockuptibles*, n.º 65, de julho de 1996, apud *Depelseinaire*, *op. cit.*, p.31.
18. Entrevista intitulada “No innocent objects”, acessível no endereço eletrônico <http://www.stim.com/Stim-x/9.3.5/cronenberg/cronenberg-body.html>. “E eu disse: “Com certeza, eles são totalmente inocentes neste filme. O que estão tentando fazer é de algum modo recapturar aquela inocência perdida”. Eles estão tentando encontrar aquela suavidade, aquela conexão, aquela paixão, e aquele amor e sexualidade que parecem não estar mais operando. As velhas formas não operam: por isso eles têm de criar novas formas”. (Tradução minha)
19. *Idem*. “Os feitios de Spader [James Spader, como James Ballard], de Hunter [Holy Hunter, como Dra. Remington e de Unger [Deborah Unger, como Catherine] são vulneráveis a alguém como Vaughn por conta da desconexão e da insatisfação deles, e por conta da estranha sexualidade, que parece não ter forma, desencadeada pela batida de carro. Assim, quando você encontra alguém que parece oferecer a eles a forma, eles parecem estar querendo ser assimilados por ela [pela forma].”
20. Essa é uma expressão de Andy Wahrol.

### Referências bibliográficas

- BALLARD, J.G. *Crash*. Estranhos Prazeres (sic). Trad. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1997.
- CHESNAIS, Jean-Claude. *Histoire de la violence* en Occident de 1800 à nos jours. Edição revista e aumentada. Paris: Robert Lafont, 1996.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980.
- DALI, Salvador. “Camouflage total pour guerre total”. In: *Oui 2*. L’archangelisme scientifique. Paris: Denoël, 1971.
- DEPELSENAIRE, Yves. “*Crash* (Maybe the next one)”. In: *Quarto* (63): Trauma et fantasma. Revue de psychanalyse. Ecole de la Cause Freudienne/ACF/Belgique, outono-inverno de 1997.
- GOROSTIZA, Jorge e PÉREZ, Ana. *David Cronenberg*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2003.
- GRÜNBERG, Serge. *David Cronenberg*. Paris: Éditions Cahiers du cinéma, 2002.
- MIRANDA, J.A. Bragança de. *Traços*. Ensaios de crítica da cultura. Lisboa: Veja/Passagens, 1998.

## **Resumo**

Abordagem comparativa entre o romance *Crash* de J. G. Ballard de 1993 e o filme *Crash* de David Cronenberg de 1996. Estabelecimento de um juízo sobre o efeito provocado pelo filme. A composição e a função das personagens como um dispositivo que cruza sexo, arte, amor, tecnologias, fantasias, consumo, desastres nas estradas, imaginário do star system e das celebridades, formas de gozo, fetiches, próteses, peles, vida, morte, psicopatologias, autonomia do sentido do sexo. O estudo do funcionamento do dispositivo e de suas partes. As formas de contato operando nos dispositivos elaborados no filme e o seu sentido.

## **Palavras-chave**

Romance; Filme; Sexo; Carro; Formas de contato.

## **Abstract**

A comparative approach between the 1973 novel *Crash* by J.G. Ballard and the 1996 movie *Crash* by David Cronenberg. The delivery of a judgment about the effect caused by the movie. The creation and function of the characters as a device that links sex, art, love, technologies, fantasies, consumption, Highway accidents, the imaginary of both star and celebrities systems, ways of experiencing pleasure, fetishes, prosthetics, skins, life, death, psychopathologies, authonomy of the meaning of sex. The study of how the device and it's parts work. The ways that physical contact work on the devices elaborated throughout the movie and their meaning.

## **Key-words**

Novel; Movie; Sex; Car; Contact's form.

# *Publicidade e consumo: a perspectiva discursiva*

*Fred Tavares*

## **Considerações iniciais**

Os historiadores e arqueólogos descobrirão  
um dia que os anúncios de nossa época  
constituem o mais rico e mais fiel reflexo  
cotidiano que uma sociedade jamais  
forneceu de toda uma gama de atividades.  
Marshall McLuhan

Quando se investiga o discurso publicitário quase sempre se fala em manipulação. Devemos considerar que, na realidade, o discurso publicitário usa recursos estilísticos e argumentativos da linguagem cotidiana, ela própria voltada para informar e manipular. Falar é argumentar, e tentar impor.

O mesmo pode ser aplicado aos mais diversos discursos, como, por exemplo, o político, o jurídico, o jornalístico, o médico e o acadêmico. Em todos esses casos, há uma base informativa que, manipulada, serve aos objetivos do emissor. A diferença está no grau de consciência quanto aos recursos utilizados e, nesse sentido, a publicidade se caracteriza pela utilização racional de tais instrumentos para convencer, modificar e manter a opinião e a percepção do público-alvo quanto a uma determinada idéia, produto ou marca.

O discurso publicitário é um dos instrumentos de controle social e, para bem realizar essa função, simula igualitarismo, remove da estrutura da superfície os indicadores de autoridade e poder, substituindo-os pela linguagem da sedução com o objetivo de produzir o consumo (Carvalho, 1996).

Para se fazer uma análise crítica do discurso publicitário em relação à sociedade, Norman Fairclough (2001) nos oferece muitas pistas. A sua

teoria é inovadora, pois propõe examinar em profundidade não somente a estratégia da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também seu papel fundamental na transformação social.

No sentido de Fairclough, tem-se uma boa medida dessa reflexão:

A comodificação, a expansão do consumismo e a marquetização têm efeitos generalizados sobre as ordens de discurso, variando de uma reestruturação penetrante de ordens de discurso institucionais, sob o impacto do movimento colonizador do discurso da publicidade, do mercado e da administração, até a ubíqua ‘relexicalização’ de público, clientes, estudantes e assim por diante como ‘consumidores’ ou ‘fregueses’ (Fairclough, 2001: 151-152).

Portanto, este ensaio se propõe a descortinar as seguintes bases abaixo relacionadas, recortadas exclusivamente através do discurso da publicidade, para compreender o agenciamento retórico das mensagens produzidas nas práticas publicitárias.

Para tanto, como fundamentação teórica de análise, parte-se de teorias, paradigmas e conceitos de pensadores como Norman Fairclough, Mikhail Bakhtin, Jean Baudrillard e Milton José Pinto, tendo como norte a análise do discurso publicitário, tomando-se o cuidado necessário para se evitar “choques epistemológicos” entre os autores supracitados. Além disso, outros teóricos são adotados para breves reflexões filosóficas acerca do objeto estudado.

As bases para a investigação são as seguintes:

- A teoria social do discurso, no sentido de Fairclough, tendo como base a concepção tridimensional do discurso.
- O discurso como prática social através da ideologia e da hegemonia.
- A intertextualidade bakhtiniana.
- O pensamento de Baudrillard e a significação da publicidade.
- Os conceitos de mostração, interação e sedução no discurso publicitário.

Destarte, a partir dessa argumentação, a questão central deste trabalho é como as teorias do campo do discurso são utilizadas na retórica publici-

tária e de que forma elas são manipuladas no tocante ao contexto da prática social para o imaginário do público-alvo (consumidor) a escolher/consumir um objeto (marca) de desejo.

A intenção aqui é, tão somente, desvelar o arcabouço teórico oferecido pelos *schollars* para ilustrar a dinâmica discursiva publicitária e compreender como esta é forjada, através das bases apresentadas, tendo em vista a fundamentação teórica proposta.

Para responder a questão proposta, utiliza-se como metodologia investigativa a pesquisa exploratória, por meio da técnica de levantamento bibliográfico através de obras que recortam o objeto estudado.

Com intuito de consubstanciar as argumentações a serem expostas, serve-se da análise de uma peça publicitária (anúncio) da empresa General Motors para a marca Vectra, veiculado na Revista *Veja*<sup>1</sup>, como exemplificação.

Para refletir a questão colocada, é imperioso, inicialmente, definir os campos de conhecimento que envolvem os conceitos de teoria do discurso, da publicidade, e do discurso publicitário para que sejam feitas as providenciais ilações com objetivo de se interpretar o anúncio da empresa General Motors dentro da perspectiva teórica construída.

## **A publicidade**

Deve-se, preliminarmente, definir o conceito de publicidade para a adequada compreensão do termo, tendo em vista o tema a ser investigado neste ensaio.

A publicidade é uma mensagem paga veiculada nos meios de comunicação (mídia) com objetivo de se vender um produto ou serviço, sob a forma de uma marca comercial, para um público-alvo (consumidor) utilizando-se recursos lingüísticos e estilísticos de ordenação, persuasão e sedução através de apelos racionais e emocionais.

Carvalho (1996), em *Publicidade. A linguagem da sedução*, ainda acrescenta:

Toda a estrutura publicitária sustenta uma argumentação icônico-lingüística que leva o consumidor a convencer-se consciente ou inconscientemente. Tem a forma de diálogo, mas



possui uma relação assimétrica, na qual o emissor, embora use o imperativo, transmite uma expressão alheia a si própria. O verdadeiro emissor permanece ausente do circuito da fala; o receptor, contudo, é atingido pela atenção desse emissor em relação ao objeto.

Organizada de forma diferente das demais mensagens, a publicidade impõe, nas linhas e entrelinhas, valores, mitos, ideais e outras elaborações simbólicas, utilizando os recursos próprios da língua que lhe serve de veículo, sejam eles fonéticos, léxico-semânticos ou morfossintáticos. (Carvalho, 1996: 13).

Considerando seu método discursivo, a estrutura persuasiva do texto publicitário está baseada em princípios estabelecidos por Aristóteles (s/d) há mais de dois mil anos na retórica. São eles: o apelo à emoção, o oferecimento da prova e o apelo à credibilidade do comunicador.

Kirkpatrick (1997) correlaciona o pensamento aristotélico à publicidade:

O apelo à emoção (que não é a falácia que tem o mesmo nome) é uma afirmação dos benefícios que os consumidores terão ao comprar e usar o produto; pode ser tanto um apelo positivo ao desejo de alcançar o prazer, como o apelo à atração física, feito por algumas marcas de creme dental, ou pode ser um apelo negativo ao desejo de evitar a dor, como o apelo à prevenção das cáries, feito por outras marcas de creme dental. O apelo à emoção, na verdade, é um apelo por valores, aquilo que os consumidores valorizam e que estão procurando nos produtos. O oferecimento de provas é uma afirmação das razões ou evidências de por que o produto fará os benefícios que promete; em propaganda, freqüentemente há referências a isto, como o texto *'reason why'* (N. da T. – O termo significa 'razão pela qual'). Normalmente, apesar de nem sempre ser assim, este texto *reason why* é uma afirmação das características do produto. Há uma relação de causa e efeito entre as características e benefícios: a saber, as características causam os benefícios. Conseqüentemente, por exemplo, as razões pelas quais uma marca de creme dental vai aumentar sua atração física

são o branqueador de dentes e a solução para refrescar o hálito; a razão pela qual a outra marca previne as cáries é ter flúor como ingrediente.

O apelo à credibilidade do comunicador é um apelo à honestidade e à integridade do anunciante. Por que alguém deveria acreditar no que o anunciante disse nos dois primeiros passos do processo de persuasão? Isto inclui referências à longevidade do anunciante e o uso de testemunhos e endossos de especialistas (Kirkpatrick, 1997: 27-28).

Portanto, o discurso publicitário se baseia em um princípio aristotélico que é fundado sob as retóricas emocional, racional e institucional; além disso, possui características indicativas, imperativas e da lógica do Papai Noel (Baudrillard, 2000). Outrossim, apresenta funções de mostração, interação e sedução (Pinto, 2002). Também se destaca como uma estrutura que se funda em signo, texto e contexto (Baudrillard, 2000). É concebido através de um simulacro social (Deleuze, 2000), no qual não apenas espelha o real, mas fabrica-o; sua narrativa constrói práticas sociais e culturais com formas lingüísticas cotidianizadas e com um discurso do senso comum (naturalização). É, sem nenhuma dúvida, uma forma de dominação simbólica (Bourdieu, 2001) a serviço da ideologia do consumo.

A seguir, será apresentada a teoria social do discurso e a interface com a publicidade.

## **A teoria social do discurso e a publicidade**

O discurso está presente na publicidade como retórica argumentativa persuasiva e manipuladora sob as formas textual e lingüística, produzido, distribuído e consumido através de um contexto, sendo constituído por fatos socioculturais, e cuja produção de sentido se faz através de um senso comum compartilhado, ou seja, cognoscível entre as partes.

Dessa forma, a concepção tridimensional do discurso explica este olhar e pode ser representada por três tradições analíticas, a saber: o texto, a prática discursiva e a prática social (Fairclough, 2001). E é através desse campo que o discurso publicitário será inicialmente estudado.

Essas são a tradição de análise textual e lingüística detalhada na Lingüística, a tradição macrosociológica de análise da prática social em relação às estruturas sociais e a tradição interpretativa ou microsociológica de considerar a prática social como alguma coisa que as pessoas produzem ativamente e entendem com base em procedimentos de senso comum partilhados (Fairclough, 2001: 100).

Dito isto, é mister pensar como a publicidade se apropria desse conhecimento.

A mensagem publicitária se constrói através da integração das linguagens verbal e não-verbal (Vertegaard; Schoroder, 2000), utilizando-se de palavras e imagens com consciência lingüística, que, combinadas, produzem sentido pois, fundamentalmente, são elaboradas através de um senso comum carregado de valores e representações sociais, culturais, estéticas e políticas, que estão em consonância com a capacidade cognitiva interpretativa de um determinado receptor.

Pinto, em *Comunicação e discurso*, complementando esse pensamento, ratifica:

(...) a análise de discursos procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados àqueles produtos na sociedade. Os produtos culturais são entendidos como textos, como formas empíricas do uso da linguagem verbal, oral ou escrita, e/ou de outros sistemas semióticos no interior de práticas sociais contextualizadas histórica e socialmente (Pinto, 2002: 11).

Há que se destacar, como já foi apontado, a importância do contexto como sinônimo de condições sociais de produção, que deste resultam as palavras e as imagens inseridas através de práticas socioculturais, em que “os participantes nestas práticas assumem o papel de *sujeitos*, no duplo sentido de assujeitados às determinações do contexto e de agentes das ações de produção, circulação e consumo dos textos” (Pinto, 2002: 12).

A análise do discurso propõe, portanto, descrever as relações entre a materialidade dos enunciados, seu agrupamento em discursos, sua inserção em formações discursivas, sua circulação através de práticas, seu controle por princípios relacionados ao poder, sua inscrição em um arquivo

histórico. Gregolin (2003: 12) aponta, inclusive, que: “Há, sempre, que se submeter à ordem do discurso, articulando aquilo que se pode e se deve dizer no momento histórico da produção dos sentidos”.

E nesse sentido foucaultiano de poder que a publicidade exercita-se de forma ardilosa e perversa. A ideologia do seu discurso está pautada na idéia de que a lógica do consumo é socialmente bem vista. Os anúncios publicitários enfatizam, magicamente, o sentido de um poder que se legitima pela ordem de um espetáculo, no qual o receptor tem um papel e um *script* a seguir, que é o de ser consumidor (identidade) em um contexto de consumo como um enunciado de pertencimento, idolatria, controle e aceitação social.

O sujeito é socialmente aceito porque compra. E o social, por sua vez, produz essa subjetividade por intermédio do consumo. Nesse jogo de regulação, o social também é constituído pelo sujeito, com as suas pulsões individuais, e vice-versa, ou seja, a publicidade discursa para um sujeito que constitui e é constituído pelo social. Tomando-se a psicossociologia como argumento, observa-se que o discurso publicitário manipula o indivíduo e o coletivo através da narrativa da fábula e da fantasia como alegorias de uma retórica publicitarizada.

O discurso publicitário fetichiza as mercadorias (objetos), que são transformadas em marcas de sedução, através de um apelo psicossociológico, visto que a mensagem se dirige a um sujeito psíquico (dotado de pulsões, de afetos, defesas e projeções, identificações e desejos, constituinte do social que o constitui) e social (de uma cultura, de um contexto sócio-histórico, com valores de pertencimento e aceitação, um indivíduo que vive no coletivo e busca se representar).

Um bom exemplo disso é a comunicação das marcas comerciais e o seu processo discursivo.

As marcas comerciais, como entidades ontofóricas que sustentam a estrutura do ser e do grupo, sob os princípios de adesão, pertencimento e reconhecimento (Quessada, 2003), procuram se (re)posicionar e se comunicar através do fenômeno das representações sociais (Moscovici, 2003), se rerepresentando (e se modulando), semioticamente, flexibilizando os seus códigos e discursos lingüísticos, mas procurando manter um sentido de senso comum, cotidianizado e fabricado de forma poética (Certeau, 1994), através de um princípio de entendimento individual e ao mesmo tempo coletivo. Mesmo que aqui se recorra a um pensamento que bruxu-

leia entre um olhar estruturalista e pós-estruturalista, é inegável que as marcas utilizam um artifício engenhoso que é, sob a forma de um signo lingüístico arbitrário, manter o seu significado fixo (caráter estratégico), mas adaptar-se lugar-a-lugar, momento-a-momento, de forma personalizada e coletiva ao mesmo tempo (caráter tático) como um processo de desregulamentação simbólica por intermédio de sistemas de genealogias temporárias. Ou seja, as marcas comerciais constroem símbolos, que se desconstroem em gozos polisignificantes, através de processos comunicacionais e midiáticos perversos, produzem e fabricam subjetividades, que são identidades revogáveis e flutuantes à busca de um consumo frenético, interminável, e de um desejo que não se realiza (devendo ser mantidas em um estado de excitação incessante e pronta insatisfação); que perpetua uma patologia de sujeição. Uma servidão voluntária que tem a ver, assim, com um “amor de si” e um narcisismo social contemplativo do indivíduo / grupo.

Em seguida será apontado o discurso como política social, destacando como a ideologia e a hegemonia são apropriadas pela retórica publicitária.

### **Discurso como prática social: ideologia e hegemonia na publicidade**

Segundo Fairclough (2001), o discurso publicitário é um gênero discursivo que possui “efeitos ideológicos” e traços hegemônicos em suas mensagens.

Entendo que as ideologias são significações / construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas / sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (Tal posição é semelhante à de Thompson (1984, 1990), de que determinados usos da linguagem e de outras ‘formas simbólicas’ são ideológicos, isto é, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação.) As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de ‘senso comum’ (Fairclough, 2001: 117).

O conceito de ideologia, segundo Fiorin:

Ideologia (...) é uma visão de mundo e (...) há tantas visões de mundo numa dada formação social quantas forem as classes sociais (sendo que) cada uma das visões de mundo apresentase num discurso próprio. (...) Há ainda uma coisa muito importante que não devemos esquecer. Embora haja, numa formação social, tantas visões de mundo quantas forem as classes sociais, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante (Fiorin, 1988: 9-31).

O discurso publicitário de certo modo é reflexo e expressão da ideologia dominante, dos valores em que se acredita, “ele manifesta a maneira de ver o mundo de uma sociedade em um certo momento histórico” (Sandmann, 1993: 34).

Em Foucault, o sentido de ideologia se aplica à publicidade, pois se a publicidade “materializa” uma visão de mundo, representa, então, uma base que organiza a vida coletiva, através da sua axiologia de valores (consumo) que sublima a idéia de saber e organização social.

Ciência das idéias, a Ideologia deve ser um conhecimento do mesmo tipo que aqueles que se dão por objeto os seres da natureza, ou as palavras da linguagem, ou as leis da sociedade. Mas, na medida mesma em que tem por objeto as idéias, a maneira de exprimi-las em palavras e de ligá-las em raciocínios, ela vale como a Gramática e a Lógica de toda ciência possível. A ideologia não interroga o fundamento, os limites ou a raiz da representação; percorre o domínio das representações em geral; fixa as sucessões necessárias que aí aparecem; define os liames que aí se travam; manifesta as leis de composição e de decomposição que aí podem reinar. Aloja todo saber no espaço das representações e, percorrendo esse espaço, formula o saber das leis que o organiza. É, em certo sentido, o saber de todos os saberes (Foucault, 2002: 331).

A publicidade produz e agencia valores, saberes e naturaliza os desejos de consumo, tornando-os necessidades básicas, simbolizando-os através da ideologia de aceitação e pertencimento, compartilhada por todos como um ideal de existência. Para “ser” é preciso ter; consumir o que a publicidade afirma como o que é certo.

A publicidade conota a idéia de um mundo melhor. “Portanto, a propaganda se fundamenta no desejo subconsciente de um mundo melhor” (Vestergaard; Schroder, 2000: 132). Utilizando-se do pensamento da Indústria Cultural, através do processo da dialética (Adorno; Horkheimer, 1985), o que está dentro da publicidade é bom, mas o que está fora não. Ou seja, domina o imaginário com um discurso que o consumo insere socialmente o sujeito, mas quem não o tem (e não pode) é marginalizado.

O mesmo olhar pode ser aplicado à hegemonia: Fairclough aponta como o conceito hegemônico compõe a natureza das práticas sociais e discursivas, incluindo-se os aspectos sociocognitivos da sua produção e interpretação.

O conceito de hegemonia nos auxilia nessa tarefa, fornecendo para o discurso tanto uma matriz – uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – como um modelo – uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes. Isso fortalece o conceito de investimento político das práticas discursivas e, já que as hegemonias têm dimensões ideológicas, é uma forma de avaliar o investimento ideológico das práticas discursivas (Fairclough, 2001: 126).

O que foi mencionado se relaciona à publicidade, visto que a hegemonia do seu discurso reproduz a prática social, enfatizando o poder das marcas e a sua influência na cultura de consumo; se impõe como um modelo totalitário, que fortalece a idéia que o discurso espelha e, mais ainda, produz as relações sociais tecendo o imaginário do mercado consumidor, através da manipulação ideológica de pasteurização da felicidade como um produto que está à venda. De forma pueril e banalizada, a publicidade se reveste como uma solução para todos os problemas da vida, e cujo objetivo é o

vínculo com a alegria de consumir e ser aceito.

Além disso, as empresas – e suas marcas comerciais – são tratadas pela publicidade como um modelo da moral a ser seguida, cujo poder se faz atravessar em todos os espaços, dissolvendo fronteiras e limites. Explora um desejo de mudança e convicções que ela sabe colocar a serviço de seus interesses, apresentando-se como a própria mudança que avança para um “mundo melhor”.

A publicidade gera o discurso coletivo, naquilo que já não constitui inteiramente o espaço público, mas sim aquilo que doravante conviria chamar de espaço comum, pois ela cria essa indistinção gerando uma zona de imprecisão entre as noções de público e de privado.

Integrando-se à vida cotidiana, a publicidade promove a empresa como lugar do poder. Ela afirma que a empresa está em condições de fazer tudo como o poder, simplesmente porque ela é o poder. A publicidade mostra que a empresa é boa porque se ocupa de nós e espalha o bem ao seu redor. Ela põe em cena o fato de que a empresa, sabendo gerir todos os aspectos da vida cotidiana, desde os produtos até os programas de televisão, passando pela cultura, pela edição etc., doravante é capaz de assumir a totalidade da experiência. (Quessada, 2003: 101).

Não há mais distinção entre o fora e o dentro (Hardt; Negri, 2001), afinal a publicidade / mídia mitologiza as marcas como espetáculo de integração coletiva e social. Por sua vez, o discurso publicitário das marcas simboliza o espírito das comunidades de *branding* (Klein, 2002), ou seja, que a idéia de cidadania está atrelada ao consumo das marcas.

Afinal, ser cidadão é portar a identidade de consumidor, tal qual, sombriamente, nos apavora Canclini (1999). Para tal efeito, o discurso publicitário tem um papel estratégico nessa produção de sentido. Isto porque, o discurso publicitário é extremamente politizado como uma forma de controle social (Lakoff, 1990).

Debord (1997), em *A sociedade do espetáculo*, analisa que a sociedade contemporânea apresenta uma visão de mundo que se objetiva, por exemplo, através do discurso publicitário, que, de certo, espetaculariza e inscreve o modo social presente sob a lógica da ditadura do consumo.



Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos –, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade (Debord, 1997: 14).

O discurso publicitário transforma o social; a ideologia e a hegemonia fazem parte da produção simbólica de sentido, na qual se mitologizam os sonhos, os desejos e as frustrações que estão presentes no imaginário coletivo. Uma forma perversa de construção semiótica é trabalhar o discurso, através de elementos já constituídos na percepção do público, utilizando-se fragmentos discursivos anteriores para que a mensagem chegue mais fácil à mente dos consumidores. Para isso, o conhecimento da intertextualidade é fundamental. É o que será abordado a seguir.

### **A intertextualidade na publicidade**

A intertextualidade, segundo Bakhtin (1997), se faz através da presença de outros textos. Ou seja, todos os enunciados são povoados e, na verdade, constituídos por pedaços de enunciados de outros, mais ou menos explícitos ou completos (Fairclough, 2001: 134).

O conceito de intertextualidade aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos) para gerar novos textos. Mas essa produtividade na prática não está disponível para as pessoas como um espaço ilimitado para a inovação textual e para os jogos verbais; ela é socialmente limitada e restringida e condicional conforme as relações de poder (Fairclough, 2001: 135).

Para Fairclough, que se baseia em Bakhtin: “Os textos podem não só recorrer a essas convenções de um modo relativamente direto, mas podem também ‘reacentuá-las’, por exemplo, usando-as ironicamente

te, reverentemente, parodiando-as, ou podem mesclá-las de vários modos” (Fairclough, 2001, p. 136).

O discurso publicitário se apresenta tanto através da intertextualidade manifesta quanto da constitutiva (interdiscursividade).

Fairclough nos dá pistas sobre esses conceitos:

Na intertextualidade manifesta, outros textos estão explicitamente presentes no texto sob análise: eles estão ‘manifestamente’ marcados ou sugeridos por traços na superfície do texto, como as aspas. Observe, entretanto, que um texto pode ‘incorporar’ outro texto sem que o último esteja explicitamente sugerido: pode-se responder a outro texto na forma como se expressa o próprio texto, por exemplo. A intertextualidade constitutiva de um texto, entretanto, é a configuração de convenções discursivas que entram em sua produção (Fairclough, 2001: 136)

Na publicidade, a presença da intertextualidade manifesta se nota pelo uso de metáforas em geral, expressões populares, letras de música, apropriação de frases ou palavras ditas por personalidades como apelos discursivos que rapidamente entram na mente dos indivíduos. Já a intertextualidade constitutiva é a própria essência narrativa publicitária, através do uso das palavras e o seu artifício lingüístico de produção dirigido ao consumo como estratégia social de pertencimento, aceitação e valorização.

A publicidade se apresenta de forma conotativa. Segundo Baudrillard (2000), a linguagem publicitária é conotação pura, e o discurso é sempre alegórico. Ao examinar a sua forma discursiva, observa-se que a sua conotatividade (*double sense*) tem relação com a intertextualidade, através do caráter da ambivalência, pois o jogo de palavras sinaliza uma sutileza (às vezes ambígua), que é estrategicamente hábil para a venda de uma idéia (produto). Ou seja, neste caso, trabalha-se com o indicativo publicitário (Baudrillard, 2000), pois é excelente à abordagem de convencimento.

As palavras na publicidade são espetacularizadas e ganham contornos que sublimam o consumo à condição de ideologia de aceitação social. Uma estratégia intertextual, aliás, bem comum, é o uso da comodificação em suas mensagens para tal propósito.

A comodificação é o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias (Fairclough, 2001: 255).

Um aspecto generalizado no discurso publicitário é a lexicalização de pessoas, idéias, valores, atitudes como mercadorias ou produtos que servem como argumento à venda. Tudo está à venda. O próprio consumidor torna-se uma mercadoria. Todos reproduzem a mesma fala para se integrar ao universo do consumo.

O discurso da publicidade age, com efeito, por intermédio da ordem da manipulação e da “colonização discursiva”, sob o signo da hegemonia onde todos devem falar a mesma língua, que é o consumo como passaporte social, através da associação do produto que se vende com palavras e sentidos do senso comum como um alibi lingüístico para ratificar, de forma ilusória, a assertiva do produto (idéia) e a própria “justificativa de consumo”.

O não-consumidor é visto como o diferente, o marginal, o esquizofrênico. Não há escolhas, ou pior, só uma: a de consumir para pertencer.

A comodificação pasteuriza de tal maneira os discursos (não só o publicitário) que o próprio sujeito passa a ter sentido na vida através da lógica de consumo, que é cotidianizada pela publicidade como uma retórica que penetra no imaginário simbolizando o seguinte léxico contíguo: *Seja diferente. Se destaque: compre-me. Seja alguém.*

A publicidade produz sucessivas sensações de diferenças; enunciações perversamente fugazes. Ao mesmo tempo, essa singularidade prometida não passa de um sofisma, pois não há diferenças e nem críticas. Só supinação. E esse é um ponto comum em todo o discurso publicitário. É o que se pode chamar de psicopatologia pós-moderna que age sobre as almas e as mentes dos indivíduos como uma doença que não tem cura: o consumo, que é conotado e comodificado como diferença (inclusão) social.

A intertextualidade, no discurso publicitário, é um ingrediente trágico para sublimar o receptor da mensagem à condição de uma subjetividade depressiva, isto é, a de ser consumidor, consumindo-se eternamente.

A seguir, será introduzido o conceito de significação da publicidade, a partir de Jean Baudrillard, para avançar as relações entre discurso, consumo e publicidade.

## A significação da publicidade

No sentido de Baudrillard (2000), é preciso recorrer, primeiramente, à noção de consumo para que se possa introduzir os conceitos de indicativo e de imperativo publicitários, e da lógica do Papai Noel, tomando o discurso como foco de análise.

O consumo não é nem uma prática material, nem uma fenomenologia da ‘abundância’, não se define nem pelo alimento que se digere, nem pelo vestuário que se veste, nem pelo carro que se usa, nem pela substância oral e visual das imagens e mensagens, mas pela organização de tudo isto em substância significante; *é ele a totalidade virtual de todos os objetos e mensagens constituídos de agora então em um discurso cada vez mais coerente*. O consumo, pelo fato de possuir um sentido, *é uma atividade de manipulação sistemática de signos* (Baudrillard, 2000: 206).

Para tornar-se objeto de consumo, é preciso que o objeto (marca) se torne signo. Ou seja, implica na modificação simultânea da relação humana, que se faz relação de consumo na qual o objeto-signo é o “sujeito”; possuidor do estatuto da singularidade (diferença), ele constrói as relações sociais, que são simbolicamente esvaziadas de sentido na publicidade. “A relação não é mais vivida: torna-se abstrata e se anula em um objeto-signo em que é consumida” (Baudrillard, 2000: 207).

Como enfatiza Baudrillard, “Uma análise do sistema dos objetos implica finalmente em uma análise do discurso sobre o objeto, da ‘mensagem’ publicitária (imagem e discurso)” (Baudrillard, 2000: 173). Portanto, é indispensável compreender as características do indicativo e do imperativo publicitários, e da lógica do Papai Noel, através do paradigma de consumo proposto por Baudrillard, para a compreensão do discurso, neste ponto.

O imperativo publicitário se destaca tanto pelos aspectos racionais do objeto (características do produto) como fornecimento ou prova, por exemplo, quanto pela inscrição de uma ordem, uma ação ao consumo. Uma retórica persuasiva que remete a uma senha. Alguns bons exemplos são: “Beba Coca-Cola”. “Use e abuse C&A”. Através de um dispositivo coercitivo se apresenta como formas lingüísticas de injunção, mas que levam também à saturação.

Cada vez mais no discurso publicitário contemporâneo, se vê o uso do imperativo publicitário substituído pelo indicativo publicitário como estratégia de inserir a mensagem da marca através da cultura e da instância sócio-simbólica, de forma cotidianizada na qual o discurso se traveste da lógica do sonho, do desejo de poder, para melhor manipular e influenciar os consumidores.

Se resistimos cada vez mais ao imperativo publicitário, tornamo-nos ao contrário cada vez mais sensíveis ao indicativo da publicidade, isto é, à sua própria existência enquanto segundo produto de consumo e manifestação de uma cultura. É nesta medida que nela ‘acreditamos’; o que consumimos nela é o luxo de uma sociedade de bens que se dá a ver como autoridade distribuidora de bens e que é ‘superada’ em uma cultura. Somos investidos ao mesmo tempo de uma autoridade e de sua imagem (Baudrillard, 2000: 175).

Não mais se trata de uma lógica do enunciado e da prova (imperativo publicitário), mas sim de uma lógica de fábula e da adesão (indicativo publicitário). Nesse sentido, a lógica do Papai Noel corrobora a retórica da ilusão e da fantasia, que faz parte do repertório discursivo da publicidade.

Para Baudrillard, o conceito de lógica do Papai Noel pode ser descrito como:

Todavia, sem ‘crer’ neste produto, creio na publicidade que quer me fazer crer nele. É a velha história do Papai Noel: as crianças não mais se interrogam sobre a sua existência e jamais a relacionam com os brinquedos que recebem como causa e efeito – a crença no Papai Noel é uma fabulação racionalizante que permite preservar na segunda infância a miraculosa relação de gratificação pelos pais (mais precisamente pela mãe) que caracteriza as relações da primeira infância (Baudrillard, 2000: 176).

Esta relação miraculosa, completada pelos fatos e a cultura, interioriza-se em uma crença que é o seu prolongamento ideal.

Os consumidores desejam e querem ser seduzidos (Bauman, 1999), e a publicidade os alimenta com a magia e o sonho, na virtualidade de um mundo e uma vida melhores. Responde às angústias e aos anseios. Eco

(1971) é peremptório em sua análise: “Em outras palavras: desejamos uma coisa porque a isso fomos persuadidos comunicacionalmente, ou aceitamos as persuasões comunicacionais que concernem a coisas que já desejávamos? O fato de que sejamos persuadidos por argumentos já conhecidos orienta-nos para a segunda alternativa” (Eco, 1971: 184).

O objeto-signo (“sujeito”) é um alibi, uma fuga da realidade, um devaneio; tão bem transmitido nos discursos publicitários com intuito de sedimentar o consumo no imaginário como uma senha de inclusão social.

Os conceitos de mostração, interação e sedução serão apresentados a seguir para as devidas correspondências e ao entendimento do campo do discurso publicitário, conforme Pinto (2002), a partir de sua obra *Comunicação e discurso*.

### **Mostração, interação e sedução no discurso publicitário**

A mensagem publicitária é constituída de linguagem verbal e outros sistemas semióticos (como as imagens) com três funções básicas, a saber: mostração, interação e sedução. Esses modos de dizer se caracterizam com objetivo de:

(...) construir o referente ou universo de discurso ou mundo do qual seu texto fala (função de mostração), estabelecer os vínculos socioculturais necessários para dirigir-se ao seu interlocutor (função de interação) e distribuir os afetos positivos e negativos cuja hegemonia reconhece e/ou quer ver reconhecida (função de sedução) (Pinto, 2002: 65).

Segundo Pinto, em *Comunicação e discurso*: “A mostração consiste em designar e descrever as coisas ou pessoas de que se fala, estabelecendo relações entre elas e localizando-as no tempo e no espaço, sempre em relação ao que o receptor supostamente conheceria deste universo em pauta” (Pinto, 2002: 65).

Em modos de mostrar, há o uso referencial da linguagem e de outras semióticas, pelos quais são criados os universos de discurso em jogo no processo comunicacional.

Quer no caso dos textos verbais, quer no caso das imagens, estas escolhas formais recebem o nome de operações de enunciação e correspondem a determinadas operações lógico-semânticas e/ou pragmáticas que o emissor propõe que o receptor refaça para recriar o universo de discurso em jogo no processo comunicativo (Pinto, 2002: 66).

No sentido de Baudrillard (2000), o conceito de indicativo publicitário pode ser correlacionado à idéia de mostração, descrita por Pinto (2002). Ou seja, procura-se contextualizar e representar, através de um processo de senso comum, um campo semântico caracterizando pessoas, palavras, relações, imagens, formas etc, que estejam vinculadas a uma ordem de cultura (lingüística e antropológica) para identificação e compreensão tanto da parte do emissor quanto do receptor, como operação de enunciação, produzindo efeito de sentido.

O conceito de interação se apresenta da seguinte maneira:

(...) consiste em interpelar e estabelecer relações de poder com o receptor, na tentativa de cooptá-lo e de agir sobre ele ou sobre o mundo por seu intermédio. O problema a ser resolvido aqui pelo emissor é o de reproduzir as hierarquias sociais reconhecidas no interior da instituição em que o processo de comunicação se dá, reforçando-as, ou de tentar modificá-las segundo determinada estratégia persuasiva (Pinto, 2002: 67).

A interação, como estratégia persuasiva, por exemplo, remete ao sentido de imperativo publicitário descrito por Baudrillard (2000), em *O sistema dos objetos*.

A terceira função, por sua vez, é chamada de sedução: “A sedução consiste em marcar as pessoas, coisas e acontecimentos referidos com valores positivos ou eufóricos e negativos ou disfóricos, e/ou ainda em demonstrar uma reação afetiva favorável ou desfavorável a eles” (Pinto, 2002: 68).

No discurso publicitário, a sedução (que está correlacionada ao apelo à emoção, segundo a retórica de Aristóteles) se apresenta através do recurso conotativo. Um bom exemplo disso é a modelização expressiva marcada tanto pela escolha do léxico quanto de imagens para espetacularizar a men-

sagem; uma forma de desvinculação real para uma filiação simbólica da fantasia. Para tanto, a decodificação por parte do receptor, para assimilar o conceito da idéia, é fundamental.

Pinto nos contempla com um olhar esclarecedor:

A contribuição do receptor na interpretação dos valores expressivos é também importante no caso das imagens, cujas conotações são sugeridas por meio de técnicas de manipulação dos retratados e do cenário, enquadramento, iluminação, profundidade do foco, utilização de recursos pós-fotográficos como o retoque, além de recursos de edição, como a diagramação (Pinto, 2002: 69).

Pode-se supor que essa estratégia assemelha-se, de certa forma, ao paradigma da lógica do Papai Noel, também indicado por Baudrillard (2002). Pois tem na fabulação uma estratégia de simulacro, já que para os consumidores acreditarem na propaganda, ela precisa ser revestida de magia e de encantamento.

Em seguida será analisada a peça publicitária da empresa Chevrolet (GM), para a marca Vectra, veiculado na revista Veja, utilizando-se dos conceitos e bases técnicas expostos ao longo deste trabalho.

### **Análise do discurso publicitário na prática: o anúncio da marca Chevrolet Vectra**

A análise do discurso remete, entre outros aspectos, a desvelar o que não está explícito. É da ordem do que se quer dizer, em que contexto, apresentando uma visão do mundo carregada de poder e ideologia.

O discurso publicitário utiliza-se de abordagens comunicacionais visando à padronização do imaginário do consumidor. “A consequência disso é uma extraordinária uniformização dos modos de vida e de pensamento, uma *mimesis* generalizada” (Latouche, 1994: 32). Assim, através de um senso comum e do compartilhamento de valores sociais, culturais e simbólicos, é mais fácil penetrar na mente do consumidor.

A estratégia desse gênero discursivo é tomada por diversos elementos. A saber: a prática social, a produção, a distribuição, o consumo, o senso comum, o fetiche, a ideologia, a hegemonia, a intertextualidade,



o indicativo e o imperativo publicitários, a lógica do Papai Noel, a mostração, a interação e a sedução.

Na publicidade o objetivo é um só: a venda de um produto ou serviço, sob a égide alegórica de uma marca, visando à repetição do consumo como uma instância de inserção social, através da ordem e do controle.

O anúncio Chevrolet Vectra é uma boa medida para exemplificar esse pensamento.

A idéia está baseada no mito de Narciso, cuja premissa está apoiada na lógica da eternização do eu como ponto básico de todo narcisismo. Ou seja, implica o desejo do sujeito de ser irrestritamente amado. Além disso, o narcisismo caracteriza um modo relacional a uma escolha de objeto como a instância de um fetiche.


A publicidade é hábil em mitificar (Rocha, 1995) a marca Chevrolet como uma garantia de um amor de si mesmo. É o que se pode destacar como uma escolha patológica, já que a relação amorosa implica uma escolha de objeto por oposição. “Nestes, o objeto é eleito conforme a própria imagem fixa do sujeito, que busca a si mesmo como objeto erótico” (Sodré, 1994: 15).

Sodré, em *A máquina de Narciso*, é esclarecedor:

Esse tipo de identificação costuma evidenciar-se em anúncios publicitários, como aquele em que a empresa diz para o cliente: *'I am you'* (eu sou você). Ou seja, a poderosa organização econômica incita o sujeito a se assimilar a ela, com a promessa implícita de lhe transmitir algo de seu poder, com a suavidade de um genitor. Por isso, a Organização interpela o sujeito na segunda pessoa, levando-o a crer que participa de uma relação dualista de troca, quando esta não passa realmente de uma ficção, de um simulacro, apto a garantir a comunicabilidade do modelo. A retórica publicitária, televisiva etc., é pródiga no emprego desse truque de interpelação do sujeito na segunda pessoa, integrando-a, centripetamente, no espaço produtor da mensagem. O 'você' é na verdade uma pura miragem, uma simulação gerada pelo código produtor (Sodré, 1994: 71-72).

V E C T R A . O M A I S B E I L O .

Novo painel de instrumentos • Novo pára-choque dianteiro • Faróis com desligamento  
 automatizado automático • Velocidade com novo design • Trocamento automático das pílulas  
 após o movimento • Arco de ultrapasagem de linha de visibilidade pré-programada • Arco  
 de alto resumo do arco de segurança • Roda de alumínio com novo a estrutura de aço

CHEVROLET VECTRA  CONTE COMIGO

O Motor Vectra é produzido pela GM do Brasil. O Motor Diesel é produzido pela GM do Brasil. O Motor Diesel é produzido pela GM do Brasil. O Motor Diesel é produzido pela GM do Brasil.

A função de mostração é evidenciada através do mundo da publicidade (como universo do discurso) do qual o texto é discursado, sob a ordem de uma fabulação do real (simulacro). Igualmente, se observa a função de interação por intermédio dos vínculos socioculturais à compreensão do receptor; o carro, o modelo, o lago e os léxicos capazes de serem decodificados pelo público consumidor. A sedução é a costura da mensagem, pois o apelo está apoiado no afeto positivo (“o mais belo”), que seduz o imaginário do mercado comprador da marca.

Analisando a estrutura persuasiva da peça publicitária em questão, através do olhar em Aristóteles a partir de sua obra *Arte retórica e arte poética*, pode-se notar as presenças do apelo à emoção, do oferecimento de prova e do apelo à credibilidade do comunicador.

O apelo à emoção é um apelo por valores, aquilo que os consumidores valorizam e que estão procurando nos produtos. No caso do anúncio Vectra o apelo à emoção está representado na estética da beleza como argumento de sedução.

Já o oferecimento da prova se destaca pelos benefícios do produto. São eles no anúncio: Novo painel de instrumentos. Novo pára-choque dianteiro. Faróis com desligamento temporizado automático. Volante com novo *design*. Travamento automático das portas após o movimento. Aviso de ultrapassagem de limite de velocidade pré-programado. Aviso de não-travamento do cinto de segurança. Rodas de alumínio com novo e exclusivo *design*. São informações secundárias, sendo discretamente apresentadas na mensagem, pois não têm sedução (apelo) suficiente para despertar o desejo do consumidor.

E por último, a credibilidade do comunicador que é discutida na mensagem pelos conceitos de confiança e credibilidade transferidos pela marca Chevrolet Vectra / GM, e endossados pelo slogan institucional da empresa (“Conte comigo”), que suscita o conceito de segurança total sob a função de um discurso intimista (Lakoff, 1990).

A credibilidade do comunicador está relacionada, de certa forma, no sentido de Foucault (2001), com a idéia da força (potência) do discurso que se apóia na qualidade do seu emissor (General Motors), visto se tratar de uma corporação mundial reconhecida pela liderança na indústria automobilística. Ou seja, o que a empresa argumenta é incontestável.

O título<sup>2</sup> “Vectra. O mais belo” é utilizado como estratégia de sedução discursiva (Pinto, 2002) que apela de forma erótica associando o carro ao

receptor da mensagem. Ou seja, para ser o mais belo, só comprando o carro; para ser desejado e amado pelas mulheres a marca Vectra é a senha. Neste caso, se vê a lógica do Papai Noel representada, que faz o consumidor “acreditar” que adquirindo um Vectra vai se tornar uma pessoa bela e interessante.

É importante ressaltar que a sociedade (que sofre da patologia crônica do consumo) valoriza a posse, o consumo. O *status* de ter um carro como esse eleva o indivíduo a uma condição de ‘subjetividade diferenciada’. A idéia de beleza associada ao poder de compra retrata a sociedade contemporânea na qual o dinheiro torna as pessoas bonitas, especiais e até inteligentes.

O anúncio é dirigido ao público masculino, conforme o modelo representado que olha para um lago e vê refletida a imagem do carro como sendo a sua. Essa fetichização da mercadoria é transferida para o público (receptor), como um espelho psicológico, que se sente potente, irresistível e preparado para arrebatar os corações femininos.

O carro (signo) não passa de um *álibi*, que, com efeito, transporta a idéia do machismo, que sublima o homem à condição de caçador, de aventureiro, de predador sexual.

A mensagem trabalha principalmente em torno da associação da imagem (recurso semiótico) ao título, aproximadamente 90% do anúncio. Ela é puramente emocional, pois funciona como um artifício da não crítica já que assim fica facilitado o impacto da comunicação publicitária. O consumidor não deve pensar sobre o que faz o produto racionalmente (o texto que descreve o carro apresenta-se discretamente embaixo e à esquerda do anúncio com uma fonte reduzida).

Essa função denotativa é suavizada no discurso. O que está em jogo é a conotação ideológica da aceitação social e coletiva relacionada ao consumo totêmico do objeto / marca. “A publicidade, na ideologia dos seus anúncios, traz em si a força de um projeto social que pode catalisar interesses comuns de diferentes indivíduos” (Rocha, 1995: 90).

Também se observa a presença da intertextualidade manifesta por intermédio do conceito da mitologia de Narciso, que está apoiada tanto no indicativo publicitário quanto na lógica do Papai Noel. Através desse fragmento discursivo se processa a retórica publicitária da fabulação e da fantasia como artifícios espetaculares de produção de sentido. Opera-se aqui com o uso de uma idéia já incorporada no imaginário do receptor.

A marca Chevrolet Vectra associada à expressão “Conte comigo”, que é destacada em uma fonte maior gerando consistência, reforça o jogo simbólico do imperativo publicitário e da interação, pois contém a ordem, a promessa, o comando, o controle, sendo aqui representados institucionalmente pela marca GM e sua hegemonia e poder.

Por sua vez, o anúncio é veiculado na Revista Veja, a maior revista de interesse geral do Brasil, que potencializa o impacto da mensagem, por se tratar de um veículo de grande dizibilidade e visibilidade nos estratos sócio-econômicos mais elevados do país. A circulação da mensagem nessa mídia é providencial para ratificar a ideologia de ascensão social (poder) que é sublimada na retórica publicitária.

Deve-se retornar a um ponto da análise do discurso através de imagem, nos sentidos de Pinto (2002) e Debord (1997).

Para Pinto, o estado do discurso publicitário depende também de um olhar nos sistemas semióticos (como as imagens) para compreender melhor o efeito da mensagem (Pinto, 2002).

A seleção da imagem do homem contemplando-se (o carro sendo o seu reflexo) é uma representação da fetichização da mercadoria à luz de um narcisismo social; o espetáculo que se quer exibir é uma imagem de sensibilidade que é socialmente valorizada e admirada (senso comum), sendo naturalizada e unificada através da padronização da percepção do consumidor, como uma ilusão mágica.

Debord é elucidativo:

O espetáculo apresenta-se ao mesmo tempo como a própria sociedade, como uma parte da sociedade e como instrumento de unificação. Como parte da sociedade, ele é expressamente o setor que concentra todo olhar e toda consciência. Pelo fato de esse setor estar separado, ele é o lugar do olhar iludido e da falsa consciência; a unificação que realiza é tão-somente a linguagem oficial da separação generalizada.

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens (Debord, 1997: 14). O princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por ‘coisas supra-sensíveis embora sensíveis’, se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe

acima dele, e que ao mesmo tempo se fez reconhecer como sensível por excelência (ibid.: 28).

A mitificação da marca Vectra é construída pelo discurso publicitário graças à condição social de alienação do consumidor. O efeito do discurso é obtido pela manipulação do imaginário, investido de um senso comum e espetacularizado pela perversa retórica publicitária.

O consumismo oblitera a consciência. O sujeito que se consome é a trágica revelação da própria subjetividade que se produtiviza através do processo de comodificação (Fairclough, 2001), tratado como objeto, totem (Freud, 1997) de si próprio.

Flertando com Fairclough, as práticas discursiva e social mercantilizaram o sujeito (consumidor) que passa a ser produzido, distribuído e consumido como uma mercadoria à venda.

### **Considerações finais**

O percurso adotado neste ensaio trouxe à reflexão o discurso publicitário como retórica de manipulação e prática social de consumo. A partir de Fairclough, Baudrillard, Bakhtin, Pinto, entre outros, pôde-se apresentar o conceito do discurso e as funções relevantes que permeiam a narrativa publicitária.

Através das práticas discursiva e social, da intertextualidade, da ideologia, da hegemonia, do poder, da significação publicitária, dos modos de dizer, da retórica, entre outros aspectos, construiu-se certa arqueologia do discurso da publicidade a fim de demonstrar como as estruturas linguísticas e socioculturais são entremeadas para produção da retórica do consumo como signo de inserção social.

A análise do anúncio publicitário da marca Vectra fez por assim demonstrar as assertivas teóricas, confirmando a base argumentativa defendida e, principalmente, revelando como o discurso publicitário está tecendo e manipulando o imaginário da nossa sociedade cuja identidade está alicerçada na ordem do consumo.

## Notas

1. Anúncio veiculado em 14 de março de 2002.
2. No anúncio analisado, o título funciona como um *slogan*: “Toda propaganda eficiente deve limitar-se a muito poucos pontos, fazendo-os valer à força de fórmulas estereotipadas marteladas pelo tempo necessário para que o último dos ouvintes esteja em condições de reter a idéia” (Reboul, 1975: 8). Ou seja, um discurso de massificação.

## Referências bibliográficas

- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica & arte poética*. Coleção Universidade. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da USP, 2000.
- CARVALHO, Nelly de. *Publicidade. A linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 1996.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.
- ECO, Umberto. *A estrutura ausente; introdução à pesquisa semiológica*. São Paulo: Perspectiva/USP, 1971.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FREUD, Sigmund. Totem e tabu e outros trabalhos. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*; edição standard brasileira. Trad. do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

- GREGOLIN, Maria do Rosário (org). *Discurso e mídia; a cultura do espetáculo*. São Paulo: Claraluz, 2003.
- HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- KIRKPATRICK, Jerry. *Em defesa da propaganda: argumentos a partir da razão, do egoísmo ético e do capitalismo laissez-faire*. São Paulo: Geração Editorial, 1997.
- KLEIN, Naomi. *Sem logo. A tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LAKOFF, R. T. *Talking power: the politics of language*. USA: basic Books, 1990.
- LATOUCHE, Serge. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- PINTO, Milton José. *Comunicação & discurso*. Introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 2002.
- QUESSADA, Dominique. *O poder da publicidade na sociedade consumida pelas marcas*. Como a globalização impõe produtos, sonhos e ilusões. São Paulo: Futura, 2003.
- REBOUL, Olivier. *O slogan*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- ROCHA, Everardo. *Magia e capitalismo: um estudo antropológico da publicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo*. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 1995.
- SANDMANN, Antônio. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 1993.
- SODRÉ, Muniz. *A máquina de Narciso*. São Paulo: Cortez, 1994.
- VESTERGAARD, T.; SCHRODER, K. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



**Resumo**

O presente trabalho procura investigar o discurso publicitário, através do consumo, segundo as bases da teoria social, destacando o processo da retórica da manipulação na narrativa da publicidade.

**Palavras-chave**

Discurso publicitário; Consumo; Teoria social do discurso.

**Abstract**

This essay attempts to investigate the speech on publicity, under the point of view of consumption and based upon the social theory, emphasizing the process of rhetoric of manipulation on the narrative of publicity.

**Key-words**

Publicity speech; Consumption; Social theory of speech.

# *O poder hoje está na mídia*

*Marcos Alexandre e Renata Fernandes*

Poder é a faculdade de forçar ou coagir alguém a fazer sua vontade, por causa da sua posição ou força, mesmo que a pessoa preferisse não fazer. Quando pensamos em poder logo vêm à mente as palavras domínio, dinheiro e Governo. Mas todas as formas e o uso do conceito não se resumem a três variáveis. Todo ser humano nasce com poder e ao longo da vida vai praticando, mas a sociedade não percebe esse exercício contínuo e sim quando o conceito se esgota num ponto negativo, causando algum tipo de desconforto.

É por isso que o poder, para algumas pessoas, é algo perigoso e ruim. Um fato que comprova essa afirmativa é quando o povo elege, através de sua força significante, um político, dando a ele plenos poderes para liderar a sociedade, e este o utiliza em favor próprio. Para outras pessoas, o poder, no sentido de ter a autoridade e o domínio, é uma busca constante, seja ela pela satisfação pessoal ou pela ideologia adquirida, como é o caso das forças políticas ao longo dos séculos. Sem sermos românticos, a humanidade nunca entendeu o significado do poder. As pessoas pensam que ele representa somente a autoridade conquistada através da violência, mas na verdade é algo que pode se construir a partir de uma semente positiva. Segundo Margaret Thatcher “estar no poder é como ser uma dama. Se tiver que lembrar às pessoas que você é, você não é”<sup>1</sup>.

Após o nascimento da imprensa, como descreve Luis Gonzaga Motta<sup>2</sup>, diminuiu o uso da força para o exercício e a conquista do poder. A imprensa passou a ser um instrumento nas mãos do poder e ganhou muito com isso, tanto que hoje, nas democracias liberais, ostenta o título de quarto poder – autônomo, logo após do Executivo, Judiciário e do Legislativo, exercido em favor do povo, que através dos anos elegeu a imprensa como seus olhos para fiscalizar aqueles que comandam a sociedade.

Por se definir como poder paralelo, a imprensa acabou se tornando um elemento fundamental na construção de imaginários sociais e na construção daquilo que se compreende como realidade. Diante dessa situação, a imprensa torna-se essencial em qualquer projeto de formação de ideologias e de chegada ao poder. Para atingir a política como fim, espaço público por excelência, é fundamental passar pelo crivo da imprensa, seja conquistando sua simpatia ou produzindo fatos jornalísticos que coloquem o político em evidência.

Desde que Johann Gutemberg, em 1440, inventou a tipografia e permitiu a impressão em massa, a imprensa vem sendo utilizada pelo poder. A invenção da imprensa, de fato, coincide com a criação das nações e do Estado moderno e com o exercício do poder não apenas de forma coercitiva, pelo uso da força, mas por meio de formas mais sutis de coerção e de persuasão. A partir daí a imprensa sempre esteve ligada à luta política.<sup>3</sup>

Como todas as invenções, a de Gutemberg resultou da necessidade social, gerada pelo desenvolvimento histórico e que estava atrelada à ascensão da burguesia em seu prelúdio mercantilista. Naquela época o desenvolvimento da imprensa foi lento, porque a troca de informações interessava apenas às pessoas que tinham recursos financeiros, e foi facilmente controlada pelas autoridades governamentais.

Segundo o historiador Nelson Werneck Sodré<sup>4</sup>, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. E há muitas razões que explicam essa premissa. Uma delas é que o controle dos meios de difusão de idéias e de informações sempre foi uma luta da sociedade. Outro fator foi a influência que a difusão impressa exerce sobre o comportamento da massa e dos indivíduos. E

por último – traço ostensivo, que comprova a estreita ligação entre o desenvolvimento da imprensa e da sociedade capitalista – é a tendência à unidade e uniformidade.

Em que pese tudo o que depende de barreiras nacionais, de barreiras lingüísticas, de barreiras culturais – como a imprensa tem sido governada, em suas operações pelas regras gerais da ordem capitalista, particularmente em suas técnicas de produção e de circulação – tudo conduz à uniformidade, pela universalização de valores éticos e culturais, como pela padronização do comportamento.<sup>5</sup>

A partir do momento que a imprensa passou a seguir o dinheiro e não a ética, sua vigilância ficou totalmente comprometida com o poder ou com os interesses empresariais. Apesar disto, não deixou de adotar o papel, que teoricamente pertence ao poder Judiciário, de tribunal, onde ela julga, acusa, condena e absolve. Nesse sentido, a imprensa desenvolve o poder de alterar a realidade, pois, através das normas e valor jornalístico, consegue elaborar várias opiniões sobre homens e fatos.

Quando os jornais começaram um processo de modernização da imprensa, na década de 1950, das técnicas jornalísticas e dos aspectos gráficos, com o objetivo de afastar as polêmicas políticas, também iniciaram uma luta pela autonomia. E se os jornalistas de hoje usufruem certo poder, tenha a certeza de que ele é uma conquista de décadas.

Segundo Marialva Barbosa<sup>6</sup>, muitos veículos no início do século XX, os quais apelavam para as idéias de objetividade e de imparcialidade, já defendiam o uso das técnicas de hoje para contribuir na construção de sua auto-imagem. Fazia parte da estratégia de legitimação de muitos jornais na época, afirmar que tinham independência e autonomia para mudar as regras jornalísticas. Os veículos impressos que se destacaram em âmbito nacional, no início de século XX, nessa fase de renovação foram: *Correio da Manhã*, *Diário Carioca* e *Última Hora*.

O *Correio da Manhã* vinha romper, efetivamente, o cantochão de louvores ao governo Campos Salles que presidia a política da estagnação, onerando terrivelmente as

classes populares (...) Veio lutar, resoluto e serenamente, em prol dos interesses coletivos sacrificados por uma administração arbitrária e imoral. Venceu por isso (...) Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchaves de gabinetes; levantou sempre protestos das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima.<sup>7</sup>

Os periódicos da época tinham seus espaços definidos e se estabeleciam como defensores de alguma causa, nem que esta fosse o cofre cheio de dinheiro público. As alianças políticas normalmente eram bem definidas, mas havia jornais que só estavam do lado de quem estivesse na frente do poder. Apesar de não muito honesto era esse tipo de jornalismo que imperava e o que o público esperava consumir.

O desenvolvimento da imprensa no Brasil foi condicionado, como não podia deixar de ser, ao desenvolvimento do país. Há, entretanto, algo de universal, que pode aparecer mesmo em áreas diferentes daquelas em que surge por força de condições originais: técnicas de imprensa, por exemplo, no que diz respeito à forma de divulgar, ligadas à apresentação da notícia. Nesse sentido, o jornal avançou muito, entre nós, particularmente desde o início da segunda metade do século XX. O jornalismo norte-americano criou, por exemplo, o lead (...) Essa técnica jornalística está, hoje, plenamente incorporada à imprensa brasileira. É possível apontar com esforço pioneiro na reforma técnica de apresentação de notícias, entre nós, o que foi realizado no *Diário Carioca*.<sup>8</sup>

Diante desse contexto, veículos do Rio passaram adotar uma conduta igual aos jornais norte-americanos e abandonaram o conceito de serem instrumentos da política. Essa mudança não foi rápida e rasteira, ela foi amplamente negociada e aos poucos sendo incorporada como algo natural, constituindo-se num campo de técnicas personalizadas.

Com essa moda de não ser mais instrumentos da política, os jornais ficaram pequenos para discursos agressivos, como o de Assis

Chateaubriand, nos Diários Associados. Essa linha política que não criticava às claras foi substituída por um tipo de imparcialidade que criticava sim, mas nas entrelinhas. O poder passou a ser sutil, ou seja, imperceptível. Como explica Pierre Bourdieu, o poder explícito passou a ser simbólico fantasiado de imparcialidade e objetividade.

É necessário saber descobri-lo [o poder] onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.<sup>9</sup>

O público foi um elemento fundamental nessa transição de agressivo para sutil porque aceitou consumir esse tipo de construção jornalística. Não existe um jornal sem público e nem um público sem jornal. É uma relação de complemento. Bourdieu explica que literatura e jornalismo faziam parte de um mesmo grupo, que foi afastado conforme ganhavam autonomia e se tornavam capazes de se auto-sustentar em todos os aspectos. Ou seja, se tornaram elementos diferentes, mas com alguma coisa em comum: o mesmo limite de veiculação. É aceitável que o jornalismo e a literatura tenham seus diálogos e confrontos distintos que fazem movimentar-se continuamente.

O princípio do movimento perpétuo que agita o campo não reside num qualquer primeiro motor imóvel (...) mas sim na própria luta que, sendo produzida pelas estruturas constitutivas do campo, reproduz as estruturas e as hierarquias deste. Ele reside nas ações e nas reações dos agentes que, a menos que se excluam do jogo e caiam no nada, não têm outra escolha a não ser lutar para manter ou melhorar a sua posição no campo, quer dizer, para conservar ou aumentar o capital específico que só no campo se gera (...).<sup>10</sup>

Um aspecto básico da comunicação é o poder. E é essa relação da comunicação com o poder, que sustenta o mundo concreto, induz o consenso e traz o conhecimento. O autor afirma ainda que à comunicação cumpre uma função política de construir consensos, legitimar e/ou impor a hegemonia. Conforme afirma Bourdieu, se o discurso da comunicação é entendido como zona de conflitos e disputas, pode-se compreender que essa disputa acontece pelo poder ou por sua manutenção.

## **O comportamento da imprensa antes e depois da ditadura**

A imprensa no Brasil antes do Golpe de 64 não era muito diferente de hoje, alguns veículos se dedicavam a apoiar o Governo e outros a fazer a oposição. A única distinção é como era feito esse apoio, às claras ou às escuras? Na época não havia esse discurso atual de neutralidade e imparcialidade, quando um jornal não apoiava o governo suas críticas eram feitas na manchete sem dó nem piedade.

O mesmo acontecia quando um veículo impresso era a favor do poder, os elogios e bajulações também vinham na primeira página. Pode se dizer que era uma guerra de manchetes travada diariamente. *Correio da Manhã, Diário Carioca, A Manhã, O Radical, O Dia, O Popular, Diário de Notícias*: cada título era palco de grandes denúncias, ataques e defesas. Atualmente, os jornais mostram para quem eles torcem no campo da política só nas entrelinhas. E o pior desse favoritismo às escuras é que nem todo público percebe e a consequência disso é manipulação da ideologia política. Ou seja, aquele leitor que não é instruído e costuma ler um jornal que só elogia determinado candidato, pode vir a votar nele nas próximas eleições.

A ditadura foi o período em que a imprensa foi mais verdadeira, porque se sentia coagida e reprimida pelo poder militar. E foi nessa fase que os veículos se tornaram guerreiros da luta a favor da liberdade de expressão. Ninguém imaginaria que anos depois essa mesma bandeira seria usada para justificar o comportamento irresponsável e antiético das empresas de comunicação.

Pouco se soube, nessa época, de envolvimento da imprensa com o poder que não fosse de discórdia e críticas, mas toda regra tem sua exceção. Nesse caso *O Globo* foi a exceção. O jornal apoiou a ditadura em troca de favores como: a injeção de capital estrangeiro do grupo

norte-americano Time-Life, o que não era permitido, para a construção de sua emissora de televisão, a Rede Globo.

O fim da ditadura marca também o fim daquela imprensa rebelde que ansiava por liberdade. A mudança da postura no jornalismo se consolidou a partir dos anos 1980, quando não havia mais a repressão quase integral da imprensa (viabilizada pela censura prévia do Estado). E os objetivos apontavam para novas compreensões como: as relações estabelecidas entre as empresas de comunicação e o poder de Estado; a corporação dos profissionais de imprensa, enquanto assalariados; os jornalistas, as empresas e os governos, mediados pelos políticos profissionais. A imprensa pensa a imprensa, as mídias refletem sobre as mídias em um jogo circular de palavras e opiniões.<sup>11</sup>

A primeira grande mobilização da mídia depois da ditadura aconteceu com o movimento das “*Diretas Já*”, onde foi possível enxergar novamente o comprometimento com as vertentes políticas. Mais tarde, grande parte dos veículos apostou suas fichas no Projeto Collor. Como exemplo, podemos citar o apoio incondicional do jornal *O Globo*, segundo alguns analistas, por falta de alternativa. Mario Sérgio Conti<sup>12</sup> explica que o momento socioeconômico de hiperinflação (80% ao mês) do período final do governo Sarney também favoreceu e revelou dados significativos para que se compreenda porque houve a oportunidade de um candidato com as características de Collor chegar ao poder.

### **Veículos independentes, porém comprometidos...**

É necessário ressaltar que, historicamente, existiram veículos independentes do poder central, porém todos comprometidos por ideologias políticas, de oposição, e ansiosos por entrar nesse jogo de poder. Podemos citar como exemplo a *Tribuna da Imprensa*, que tinha como lema: “Um jornal que pensa o que diz por que diz o que pensa”. A Tribuna foi um veículo que respirava as idéias de seu fundador o jornalista Carlos Lacerda, que teve sua vida marcada pela política de oposição ao Governo de Getúlio Vargas, a personificação do poder. Apesar de se posicionar na oposição, o jornal era considerado de direita e na época adotado financeiramente por vários políticos que compartilhavam da mesma ideologia.



Também é necessário citar que veículos alternativos, que se caracterizavam por uma posição editorial renovadora, independente e polêmica, existiram para contribuir com a história de resistência da imprensa brasileira. Apesar de serem marginais e de alguns não sofrerem influência direta do poder, esses jornais não eram desvinculados da política, justamente porque a criticavam. Entre os mais famosos na imprensa *nanica*, estão: *Pasquim*, *Opinião* e *Movimento*. Dos três o mais comprometido diretamente com a política foi *Opinião*, que era financiado pelo empresário Fernando Gasparian, ligado a intelectuais e políticos, e feito por jornalistas que vinham do jornal *Amanhã* e das revistas *Veja* e *Realidade*. *Opinião* era um jornal de idéias e de debates, com a participação ideológica da AP (Ação Popular) e do PC do B (Partido Comunista Brasileiro), partidos que naquela época se encontravam na ilegalidade.

No sentido estrito do termo, essa imprensa nunca foi de fato uma alternativa à outra imprensa, à chamada grande imprensa ou imprensa burguesa. Não foi alternativa no sentido de oferecer ao leitor uma opção de leitura, do tipo que levaria um cidadão a deixar de ler o Jornal do Brasil para ler o *Opinião*, ou trocar O Estado de São Paulo por *Movimento*. E não apenas pelo fato de a imprensa alternativa ser periódica, em contraposição aos grandes jornais diários. Porque *Opinião*, *Movimento*, *Versus* e tantos outros também não constituíam uma opção alternativa à leitura de *Veja*, *Isto É*, *Visão*.<sup>13</sup>

## **A imprensa e a política de hoje**

Os fatos recentes da política brasileira nos permitem ver que o sucesso dos políticos está intimamente ligado às relações que possuem com o meio jornalístico ou aos espaços que lhe dedicam os órgãos da mídia. Essa pode parecer uma teoria conspiratória, mas ela fica evidente com a leitura constante dos jornais e revistas brasileiros.

A política e o político também abastecem o jornal, a venda do jornal e a carreira do jornalista. Costumo interpretar como caminhos cruzados. E é uma tradição que remonta

ao início do século XX, principalmente no caso da cidade do Rio de Janeiro. Esse cruzamento é muito comum: muitas carreiras políticas começam com jornalistas, como o senador Irineu Machado, um importante jornalista do Correio da Manhã. O jornal não serve de maneira subserviente aos interesses políticos. Dependendo do jornal e do político, essa relação pode ser mais pragmática, mais direta, ou menos direta.<sup>14</sup>

A imprensa sempre cultivou relações na sociedade tal como um partido político, mantendo uma clientela de gostos completamente diferentes e a partir dessa premissa tentar agradar a gregos e troianos, de forma que não saia totalmente da sua linha editorial. Um dos exemplos possíveis para essa afirmativa é o fato da imprensa ter duas caras perante o governo Lula, ora adora e se entusiasma, ora ataca com duras críticas. A relação do jornalismo e a política não podem ser vistas apenas como uma visão meramente pragmática, em que o jornal é usado como uma alavanca para a carreira política.

As grandes e modernas empresas de comunicação, no Brasil, se parecem efetivamente com partidos políticos. O que vemos hoje são órgãos de comunicação que se transformaram em novas unidades de poder (político-partidários), e é por isso que eles precisam recriar a realidade, através da manipulação das informações, para exercer essa força. Ou seja, a manipulação se torna uma necessidade para a empresa, que não foi criada para praticar diretamente o poder.

Perseu Abramo<sup>15</sup> revela dez pontos análogos entre o órgão de comunicação e os partidos políticos, que parece uma brincadeira semântica. Na verdade essa semelhança mostra o surgimento de uma nova entidade que a rigor pode não ser unidade política, mas claramente funciona como agente partidário. Entre os pontos de Abramo, destacamos seis mais relevantes:

1. Da mesma forma que os partidos têm seus manifestos de fundação, seus programas, suas teses, os órgãos de comunicação têm seus projetos editoriais, suas linhas editoriais, seus artigos de fundo.

2. Os partidos têm estatutos, regimentos internos e regulamentos; os órgãos de comunicação têm seus Manuais de Redação, suas Normas de Trabalho.
3. Os partidos têm sede central, diretórios regionais e locais, células, núcleos, áreas de influência e intercâmbio com entidades do movimento social. Os órgãos têm sede central ou matriz, sucursais correspondentes e enviados especiais, contratos e convênios com outros órgãos e com agências internacionais.
4. Os partidos são pontos de referência para segmentos sociais, têm seus simpatizantes e seu eleitorado. Os órgãos também são pontos de referência para milhares ou milhões de leitores/espectadores, têm seus simpatizantes e seguidores, o seu eleitorado.
5. Os partidos procuram conduzir partes da sociedade ou o conjunto da sociedade para alvos institucionais, para a conservação de algumas instituições e para a transformação de outras; têm enfim um projeto histórico relacionado com o poder. Os órgãos de comunicação também procuram conduzir a sociedade, em parte ou no todo, no sentido da conservação ou da mudança das instituições sociais; têm, portanto, um projeto histórico relacionado com o poder.
6. Os partidos têm representatividade, em maior ou menor grau, na medida em que exprimem interesses e valores de segmentos sociais; por isso destacam, entre seus membros, os que disputam e exercem mandatos de representação, legislativa ou executiva. Os órgãos de comunicação agem como se também recebessem mandatos de representação popular, e alguns se proclamam explicitamente como detentores de mandatos. Oscilam entre se autossuporem demiurgos da vontade divina ou mandatários do povo, e confundem o consumo dos seus produtos ou o índice de tiragem ou audiência com o voto popular depositado em urna.

Os principais órgãos de comunicação procuram representar segmentos da sociedade civil e fazer a intermediação, entre ela e o Estado, o

poder. Na verdade, a grande imprensa é independente, porque ela mesma é fonte de poder, através da manipulação, e disputa o controle sobre a sociedade de acordo com os seus próprios interesses, políticos ou não. Exemplos desse fato é a manipulação da *Folha, do Estado, do Jornal do Brasil e da Veja*, quando estes veículos dizem alguma coisa milhares de brasileiros balançam a cabeça em sinal de assentimento e obediência.

O atual processo dos escândalos políticos é uma prova de que os veículos impressos brincam de marionetes com o público. Devido à mobilização atrás da verdade na matéria sobre o assunto, os brasileiros passaram a se interessar mais pelos seus direitos, que antes eram esquecidos, e se indignarem com a corrupção do país. Muito se esperou de uma esquerda brasileira no Brasil e foi essa expectativa que cegou as pessoas para a mais pura afirmativa: o ser humano não é muito diferente em nenhum lugar no mundo, ainda mais quando se está no poder.

### **Um campo de manipulações**

Pode parecer insano, mas as pessoas de um modo geral são adeptas da manipulação. Essa teoria, já há algum tempo, vem sendo disseminada e apóia-se em pesquisas feitas pela mídia. Não é de hoje que o setor da comunicação (que envolve diversos veículos, como televisão, rádio, jornal...) é tratado e se comporta como um negócio lucrativo, vendável, ou seja, um mercado onde há consumidores. Tirando aquele discurso de que toda manipulação nasce de interesses, a proposta inicial de qualquer empresa é atender bem o cliente. Quase tudo, antes de ser executado na mídia, passa pelo crivo das pesquisas, que pretendem mostrar o real desejo dos consumidores.

Devemos, então, admitir que a manipulação das mídias não significa dizer que os públicos a que se dirigem os meios de comunicação são meros espectadores de um espetáculo ao qual assistem passivos e indiferentes. A audiência tem papel fundamental no processo da comunicação, já que cada indivíduo interpreta o conteúdo simbólico de forma pessoal e que foge ao controle dos produtores das informações. É como no caso da novela, onde o público praticamente define com quem a mocinha fica no final da história. Não é diferente com os temas abordados nos jornais, nas revistas e no rádio. Porque será que tem tanta fofoca na mídia? Porque o povo (massa) consome?

Pierre Bourdieu<sup>16</sup> já apontava a falta de intelectuais na mídia como a causa para tanta banalização e besteiras apresentada ao público. E pode ser que a teoria dele esteja certa. Quem sabe se o povo mais instruído saberia escolher melhor o que vai consumir. O fato é que, com certeza, essa teoria não seria lucrativa para os donos das mídias. É preciso entender que a culpa não é só da população que consome e nem tampouco só daqueles que dominam a palavra. A manipulação é uma via de mão dupla, para ela acontecer é preciso haver interessados. Como no ditado popular: “juntar a fome com a vontade de comer”.

E onde entra a política na manipulação se a maioria das pessoas não entende nada sobre o assunto? Pelo simples fato de que elas não querem entender, estão sempre reclamando e com pouco interesse em aprender. A palavra certa nesse caso é acomodação. Pode ser que com toda essa crise na política dos mensalões e as denúncias de desvios de dinheiro para o “caixa 2” dos partidos, o povo venha a se interessar momentaneamente, mas logo passa. Já que a memória da massa é curta e esquece os fatos que não deveria.

Por isso quem está no poder faz o que quer, pois tem a certeza de que tudo acabará em pizza. Paradoxalmente essa impunidade fortalece a falsa percepção social de justiça. Caso contrário, se hoje é o Congresso e o Planalto que são escândalos, amanhã será a Igreja, depois o clube do bairro, o juiz de futebol, o dono da padaria e assim por diante. Não há um setor na sociedade que não seja passível de erro, e que não tenha um rabo preso por sair da linha, seja ele produzido pelo poder físico (violência), pelo poder moral (desonestidade) e até pelo poder psicológico (os evangélicos, os fundamentalistas...).

O jornalismo não é um discurso da realidade e sim sobre ela, por isso é possível encontrar vários discursos sobre um determinado evento com interpretações diferentes. É um erro pensar que o jornalismo é um simples portador da palavra e dos acontecimentos da realidade.

É nessa confusão de identidade que o jornalismo consegue se legitimar, assegurando seu lugar de autoridade, como mediador “neutro” definido pelo conceito de quarto poder, garantindo veracidade aos fatos que divulga.

A relação que existe entre a imprensa e a realidade é parecida com a que existe entre um espelho deformado e um objeto, mas não só não é o objeto como também não é a

sua imagem: é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real.<sup>17</sup>

O público é cotidianamente e sistematicamente colocado diante de uma realidade artificial criada pela imprensa e que se contradiz, se contrapõe e freqüentemente toma conta da realidade real que ele vive e conhece. Assim se dá a manipulação da informação, através da manipulação da realidade.

Mas não é todo material publicado que é manipulado pela imprensa. Se isso acontecesse, a imprensa se autodestruiria e sua importância seria reduzida. Essa manipulação também não é um fenômeno que ocorre esporadicamente, se isso fosse verdade os efeitos seriam insignificantes.

É possível tipificar as formas mais usuais de manipulação e assim listar os padrões mais observados na produção jornalística brasileira. A relação que se segue faz parte de um longo estudo produzido pelo jornalista e sociólogo Perseu Abramo<sup>18</sup>, que muito contribuiu para a área de comunicação com a análise sobre a manipulação na grande imprensa brasileira.

### **Padrão de Ocultação**

Esse padrão refere-se à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. A ocultação da realidade se dá quando a imprensa decide o que é e o que não é um fato jornalístico. Ou seja, não é só porque a imprensa classifica um evento como não-jornalístico que ele não vá existir e fazer parte do mundo real, mas com certeza vai ser ocultado do público.

O padrão jornalístico não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o órgão de jornalismo decide estabelecer com a realidade. Segundo Abramo<sup>19</sup>, nesse sentido, todos os fatos, toda realidade pode ser jornalística, e o que vai tornar jornalístico um fato independe das suas características reais intrínsecas, mas sim da visão de mundo da empresa de comunicação, ou seja, da sua linha editorial. Sendo assim todas as pautas e matérias podem ser jornalísticas.

Exemplo de um fato jornalístico, para as empresas de comunicação, foi o caso do casal Willian Bonner e Fátima Bernardes, ambos respectivamente jornalistas da TV Globo, que tiveram sua mansão na cidade do Rio de Janeiro, assaltada, em fevereiro de 2005. O acontecimento foi capa de diversos jornais com uma nota exclusiva de Bonner relatando a tragédia. O curioso é que são registrados, no Rio de Janeiro, vários assaltos a residências e os casos não são registrados pela mídia. O fato de pessoas públicas ou famosas serem assaltadas não quer dizer que cidadãos comuns também não sofram do mesmo mal.

Por isso é que o Padrão de Ocultação é decisivo na manipulação da realidade: tomada a decisão de que um fato “não é jornalístico”, não há a menor chance de que o público tome conhecimento de sua existência, através da Imprensa. O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passa a tomar o lugar do fato real, e a compor, assim, uma realidade diferente da real, artificial, criada pela imprensa.<sup>20</sup>

### **Padrão de Fragmentação**

Toda realidade é fragmentada em vários fatos que se apresentam, na maioria das vezes, desconectando-os entre si e desvinculando-os de seus antecedentes. Esse processo, que se concretiza na elaboração do texto ou na edição da matéria (caso seja para televisão), implica em duas operações básicas: *Seleção de aspectos* – apesar do fato já ter sido previamente fragmentado algumas particularidades são ocultadas, assim como o processo de ocultação. *Descontextualização* – é a consequência da seleção de aspecto que deixa o dado, a informação, a declaração sem o seu significado real, para permanecer no limbo, ou receber um novo significado diferente do real original.

## Padrão de Inversão

Depois do fato fragmentado e descontextualizado, esse padrão opera na reorganização das partes, na troca de lugar, valores e até mesmo de importância. Esse modelo, que é utilizado no processo de edição final da matéria, pode ocorrer de diversas formas, são elas: inversão da relevância dos aspectos, da forma pelo conteúdo, da versão pelo fato e da opinião pela informação. A seguir citaremos as formas descritas no artigo “Significado político da manipulação na grande imprensa”, de Perseu Abramo.<sup>21</sup>

*Inversão da relevância dos aspectos:* o secundário é apresentado como o principal e vice-versa; o particular pelo o geral e vice-versa; o acessório e supérfluo no lugar do importante e decisivo; o caráter adjetivo pelo substantivo; o pitoresco, o esdrúxulo, o detalhe, enfim, pelo essencial.

*Inversão da forma pelo conteúdo:* o texto passa a ser mais importante que o fato que ele reproduz; a palavra, a frase, no lugar da informação; o tempo e o espaço da matéria predominando sobre a clareza da explicação; o visual harmônico sobre a veracidade ou a fidelidade, o ficcional espetaculoso sobre a realidade.

*Inversão da versão pelo fato:* não é o fato em si que passa a importar, mas a versão que dele tem o órgão de imprensa, seja essa versão originada no próprio órgão de imprensa, seja adotada ou aceita de alguém – da fonte das declarações e opiniões.

*Inversão da opinião pela informação:* A utilização sistemática e abusiva de todos esses padrões de manipulação leva quase inevitavelmente a outro padrão: o de substituir, inteira ou parcialmente, a informação pela opinião. Vejam bem que não se trata de dizer que, além da informação, o órgão de imprensa apresenta também a opinião. Mas que o órgão de imprensa apresenta a opinião no lugar da informação, e com a agravante de fazer passar a opinião pela informação.

## Padrão da Indução

O público é induzido a ver mundo com os olhos da imprensa. Ou seja, é o resultado e, ao mesmo tempo, o impulso final das articulações combinadas de outros padrões de manipulação dos vários órgãos de comunicação com os quais ele tem contato.



Alguns assuntos jamais, ou quase nunca, são tratados pela Imprensa, enquanto outros aparecem quase todo o dia. Depois de distorcida, retorcida e recriada ficcionalmente, a realidade é ainda assim dividida pela Imprensa em realidade do campo do Bem e realidade do campo do Mal, e o público/espectador é induzido a acreditar não só que seja assim, mas que assim será eternamente, sem possibilidade de mudança.<sup>22</sup>

As mensagens e versões publicadas na imprensa para serem eficazes devem estar de acordo com as convicções que os públicos praticam em seu cotidiano. Apesar disso, existe uma minoria esclarecida que consome, mas não adota as interpretações como verdade absoluta. Isso reflete que a mídia não tem poder ilimitado de “inventar” notícias, tampouco pode permanecer indefinidamente infensa aos fatos que por sua força, acabam se impondo como notícia. Certos veículos tentam ocultar, combinando o conjunto de padrões citados, ao máximo esses fatos a fim de induzir o público a consumir e compreender aquilo que lhe interessa.

Um brilhante exemplo foi a campanha pelas eleições diretas para a presidência da República do Brasil, em 1984 (campanha *Diretas Já*), que aconteceu durante meses sem merecer maiores destaques por parte da televisão (a Rede Globo simplesmente não registrava os comícios e as passeatas que faziam parte da campanha) ou de jornais impressos.<sup>23</sup>

## **Objetividade e subjetividade no jornalismo**

A manipulação é uma característica do jornalismo em geral ou apenas de um tipo? Seria possível fazer um jornalismo não manipulador? A resposta a essas perguntas passa pela discussão da objetividade e da subjetividade no jornalismo.

Quando se pensa em objetividade no jornalismo, tem-se em mente apenas o texto, esquecendo de todo o processo de seleção da informação contido nele. Também é abstraído, o fato de que o jornal é formado por elementos verbais e não-verbais que se integram para a produ-

ção do sentido. A verdade é que o conceito de objetividade se refere ao campo do conhecimento e não da ação como acham as pessoas. E é justamente nesse ponto que mora a diferença fundamental entre a objetividade e outros conceitos, não praticados, que são apenas figurantes em todo o processo, como: neutralidade, imparcialidade e isenção. Todos eles se referem à categoria de comportamento moral e dizem respeito aos critérios do fazer, do agir e do ser.

O que torna a mídia tão perigosa é a sua capacidade de andar de mãos dadas com o Estado, enquanto vende a imagem de “neutralidade”, “objetividade” e “democracia”. É a sua capacidade de condicionar o imaginário, moldar percepções, gerar consensos, criar a base psicossocial para uma operação de grande envergadura, como a guerra.<sup>24</sup>

Seria bom para o profissional e para um órgão de comunicação ter uma postura neutra, imparcial, em vez de uma tomada de posição. Mas e quando os acontecimentos pedem um direcionamento como no caso de um conflito de classes, uma votação de uma Constituição ou até mesmo um desastre atômico? É nessa premissa que nasce a defesa do jornalismo contra a neutralidade diante dos fatos, em constante movimento, da realidade. Como os meios de comunicação devem tomar a posição? O órgão de comunicação deve orientar seus leitores/espectadores para formar sua própria opinião, ou seja, orientar para uma ação concreta enquanto seres humanos e cidadãos.

Atrelada à idéia de *imparcialidade*, a objetividade costuma ser encarada com ponto de partida para o exercício do “bom jornalismo”. Segundo Nilson Lage<sup>25</sup>, o fato descrito através de uma linguagem clara e transparente, com a finalidade de ajudar o público a buscar sua própria opinião, levou os jornalistas a uma atitude de indagação e a encontrar seu próprio ponto de equilíbrio, desenvolvendo assim, um conceito de verdade retirado do fato como poder de convencimento. Retornando à questão inicial sobre a possibilidade de fazer um jornalismo objetivo. Não é só possível, mas desejável a fim de reduzir o erro involuntário e impedir a manipulação deliberada da realidade.

O reino da objetividade é a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem, a análise, assim como o reino da tomada de posição era a opinião, o comentário, o artigo, o editorial. É fundamental separar e distinguir informação de opinião, indicar as diferenças de conteúdo e forma dos gêneros jornalísticos, e apresentar toda a produção jornalística ao público/telespectador de forma a que ele perceba imediatamente o que é a exposição da realidade, e o que é ajuizamento de valor.<sup>26</sup>

Ao tratar da historicidade das técnicas, Nilson Lage mostra que a objetividade e a imparcialidade vieram substituir o desgastado jornalismo interpretativo e opinativo, quando não abertamente panfletário, que marcou a imprensa burguesa até a Revolução Francesa.<sup>27</sup> O conceito de objetividade corrente, diz Lage,

(...) consiste basicamente em descrever os fatos tais como aparecem; é, na realidade, um abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia. A competência profissional passa a medir-se pelo primor da observação exata e minuciosa dos acontecimentos do dia-a-dia.<sup>28</sup>

## **Profissionalismo**

A ética nos meios de comunicação é uma antiga discussão entre os jornalistas. Nos últimos meses, os brasileiros vêm acompanhando um bombardeio diário, nos jornais, de acusações, de inverdades, de falsas e meias verdades, de mentiras, calúnias, difamações, injúrias e distorções de toda espécie. Principalmente, quando o assunto é a política brasileira. Qual a responsabilidade de cada jornalista nesse processo? Um argumento para essa questão é dizer que a culpa do exercício da manipulação é do proprietário do meio de comunicação, que exige o cumprimento da tarefa. Apesar dessa premissa ser verdadeira, não pode se encarada como uma desculpa aceitável, já que o jornalista é quem executa a manipulação. Outro argumento é que o jornalista enquanto profissional se apresenta de uma forma e de outra enquanto cidadão.

A distinção entre o “cidadão” e o “profissional” não é tão nítida quanto gostariam que fosse o adepto dessa justificativa. A postura ética do “cidadão” conforme o desempenho técnico do profissional e os compromissos objetivos e concretos do “profissional” acabam por contaminar a inteireza ética do cidadão. Além disso, é o profissional que é capaz de dar vigência concreta e objetiva às intenções de manipulação do seu empregador permanente ou eventual.<sup>29</sup>

O discurso do profissionalismo tende a ser positivo, quando serve para explanar as ações dos jornalistas, e costuma fazer milagres. O principal deles é apagar a discussão política cobrindo o próprio caráter ideológico que é inerente. O encontro de empresários e trabalhadores do ramo de comunicação nessa mesma falácia é um desdobramento desse milagre. Seguindo na mesma linha de raciocínio, segundo conceito de profissionalismo, o que seria o bom jornalismo? Há argumentos de que seria uma “postura profissional” que esconde todo o processo de manipulação da mídia, enquanto há quem defenda que o bom jornalismo só pode estar aliado ao profissionalismo para enfrentar ou limitar o poder da mídia.

## Conclusão

A imprensa tomou para si o papel de monitorar, fiscalizar, cobrar, enfim, manter as condições de existência de uma democracia. Essa responsabilidade traz consigo grande liberdade e inúmeras possibilidades que fazem da imprensa um império hegemônico.

Se a imprensa monitora o Governo, quem fica de olho nos monitores? Por não existir um órgão especializado em vigiar os meios de comunicação, é essencial que exista a crítica à mídia, que é denominada por alguns como o “quinto poder”. É possível incentivar uma imprensa fiscalizadora e estimular a crítica à mídia sem prejudicá-la, mantendo ainda assim a liberdade da própria imprensa e dos seus críticos? A resposta tem sido apresentada por alguns órgãos que se dedicaram à missão de criticar a mídia.

Criado em 1996, o site *Observatório da Imprensa* funciona como um fórum permanente sobre os meios de comunicação, reunindo profis-

sionais e interessados na área. Além da internet, o Observatório possui um programa semanal na TVE, com debates, e no rádio, cinco minutos diários de críticas, transmitido no Rio de Janeiro pela Rádio MEC. Apesar do Observatório da Imprensa possuir o status de crítico, ele não é um local neutro, ou seja, ele também manifesta suas posturas, organiza os conteúdos segundo uma lógica própria, do seu editor-chefe Alberto Dines, e participa ativamente da discussão.

Depois do *Observatório da Imprensa*, projetos com os mesmos objetivos foram surgindo. Entre eles, o *Monitor de Mídia*, *Fazendo Mídia*, *Canal da Imprensa*, *SOS imprensa*, *Observatório Brasileiro da Mídia*, *Imprensa Marrom*, em formato de blog, *Mídia sem máscaras* e *NovaE.inf.Br*, que apesar de ser uma revista eletrônica muito tem contribuído com a massa crítica.

A experiência do “ombudsman”, palavra sueca que significa representante do povo, tem adquirido força a cada dia e tem sido implantada no mundo inteiro. No Brasil, a iniciativa mais conhecida é a da *Folha de S.Paulo*, que seguiu à risca o modelo norte-americano. O cargo foi implantado em 1989 e, desde lá, sete jornalistas já passaram pela função. O cargo poderia ter sido implantando na imprensa brasileira alguns anos antes, se tivesse aparecido um jornalista corajoso disposto a ocupá-lo. Em 1982, o *Jornal do Brasil* quis criar a função, mas não encontrou ninguém que aceitasse assumi-la.

A função causa certa polêmica, afinal, a crítica é exercida dentro do próprio veículo de comunicação. Mas a presença de um ombudsman, em geral, dá credibilidade à imagem da instituição, o que não significa muito para os mais esclarecidos. Se é possível manipular a informação, porque o veículo não manipularia a crítica se fosse preciso?

O poder da imprensa nos faz refletir sobre o papel que os meios de comunicação exercem, na ordem neoliberal hegemônica, como filtro de verdades que se exibem à vista. Na interseção entre o jornalismo e o fato, imposto à população pela imprensa, o que se oculta é a verdade. Em tempos em que o dinheiro dita as regras, esta conduta é mais intensa. Os veículos funcionam como máquinas de propaganda a serviço do mais poderoso, revelando total falta de compromisso com a verdade e com o bem-estar da comunidade.

O que torna os fatos jornalísticos uma mercadoria é a receita liberal do sistema que é adotado pela nossa nação. Para isso utilizam-se de técnicas de manipulação, como a *ocultação*, *inversão*, *frag-*

mentação e indução, que diversificam as demandas de informações cada vez mais complexas.

A tendência é usar a manipulação para impor a lógica do mercado, ou seja, o consumo, de forma a coibir o público de pensar de maneira diferente. E isso faz com que o espaço de discussão seja reduzido. A crítica ao conteúdo dos veículos vai depender do poder de percepção do público e como ele faz uso do seu senso crítico. As fórmulas rebaixadas de jornalismo e a abordagem superficial da realidade, que banalizam os fatos, só irão predominar porque a massa é guiada pela imprensa.

Construir alternativas ao jornalismo de mercado nunca foi tão difícil quanto agora. Ao longo de gerações a imprensa foi um instrumento para aprofundar a democracia, informar a sociedade e contribuir para a emancipação dos cidadãos. Agora, verificamos que nos iludimos através dos tempos: a imprensa transformou-se em arma de alienação manejada pelo poder do capital.

Conquistar a democratização dos meios de comunicação é possível? Até é possível, mas não é uma tarefa fácil. Porque quando democratizamos a mídia limitamos o poder do capitalismo gerar lucros e criar indivíduos cada vez mais egoístas e insensíveis às questões sociais.

Informar é umas das funções da imprensa. É essa informação que permite ao público construir suas opiniões e exercer seus direitos como cidadão livre. Mas, dar apenas a informação nem sempre é o suficiente. Abrir um espaço para o debate é o que seria plausível. Infelizmente, a liberdade de expressão defendida pelos jornalistas não é válida para os públicos. Isso acontece porque o veículo de comunicação não vai divulgar opiniões que o condene ou vá contra sua linha editorial. Essa manobra de omitir a opinião pública na maioria das vezes é apoiada pelos jornalistas, que se negam a desinflar seus egos. Como toda regra há exceção, há também jornalistas que trabalham contra seus ideais e, apesar de não concordar com a falta de respeito ao público, ficam calados para não perder o emprego.

Nos veículo de grande porte, como jornais e revistas, essa tal liberdade de expressão para os públicos é bem diferente do discurso que a maioria dos jornalistas defendem. Na *Folha de S. Paulo*, por exemplo, o painel do leitor sempre traz poucas opiniões de pessoas, aparentemente, comuns. No *Estado de S. Paulo*, o fórum dos leitores, parece ser o

oposto da *Folha*. As opiniões refletem o que o leitor pensa. Em ambos os veículos, o espaço para a opinião é pequeno. E toda crítica publicada deve ser enquadrada na linha editorial do veículo.

Na *Veja*, também são poucas as opiniões que expressam pensamentos contrários à revista. Já na *Época* e na *IstoÉ*, são poucas as opiniões que concordam e elogiam as revistas, mas o restante das opiniões ficam no limbo que confirma a posição um tanto moderada da revista.

Os empresários de comunicação podem argumentar dizendo que as redações não têm tempo para corrigir ou ficar lendo as lamúrias dos leitores/telespectadores. Mas, quando um veículo apenas publica a opinião da elite, ele está fugindo da idéia central da democracia, onde se prevê a opinião de todas as classes sociais.

Há exemplos que são exceção nesta área onde a opinião deveria ser democratizada, como foi o caso do *Correio Braziliense*, que por muito tempo teve o chamado Conselho dos Leitores, onde recebiam opiniões e críticas às reportagens publicadas no jornal. Mesmo nos jornais mais populares, a participação do povo é fundamental para a própria existência do veículo.

É importante deixar claro que os veículos de comunicação apesar de terem pontos negativos, quanto ao abuso de influência, manipulação em favores próprios e até mesmo tratar a notícia como mercadoria, cumprem um papel social de informar a nação. Atualmente, seria *impossível* viver sem saber o que acontece na capital do país ou no mundo. Os empresários e donos de jornais sabem que a imprensa é um ramo poderoso, lucrativo e essencial. E é por isso que não vão deixar de usar o *poder da imprensa*.

## Notas

1. HUNTER, J. *O monge e o executivo*. Tradução: Maria da Conceição Fornos de Magalhães. Rio de Janeiro: Sextante, 2004, p.17.
2. MOTTA, L. *Imprensa e poder*. Brasília; S. Paulo: Ed. da UNB; Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.13-14.
3. Idem.
4. SODRÉ, N. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p.1.
5. Idem.
6. BARBOSA, M. *Imprensa e Poder Público*. Niterói, tese de doutorado, Dep. de História/UFF, 1996.
7. SODRÉ, N. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 297.
8. Idem, p. 394-395.
9. BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz, 8ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 1989, p. 14.
10. Idem, p. 47.
11. LOPES, L.C. *A crítica à imprensa e seus problemas normativos*. Intercom. São Paulo, 2001, p.1
12. CONTI, M. S. *Notícias do Planalto – A imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 9.
13. ABRAMO, P. *Imprensa alternativa: alcances e limites*. Tempo e Presença, 233. São Paulo, 1988.
14. Um jornalismo sob o signo da política. *Cadernos de Comunicação – Série Memória*. Rio de Janeiro. Secretaria Especial de Comunicação Social 2005, p.77-78.
15. ABRAMO, P. *Significado político da manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 14.
16. DUARTE, L. *Entrevista com Pierre Bourdieu*. Jornal do Brasil. Caderno Idéias. Rio de Janeiro, 2000.
17. ABRAMO, P. *Significado político da manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 1.
18. Idem, p. 3.
19. Ibidem, p. 2.
20. Ibidem, p. 4.
21. Ibidem, p. 8.
22. Ibidem, p. 8.
23. JR, J. *Showmarlismo – A notícia como espetáculo*. 2ª ed. São Paulo: Casa Amarela, 2002, p.133
24. Idem, p. 8.
25. MOTTA, L. *Imprensa e poder*. Brasília; São Paulo: Ed. da UNB; Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.203.
26. ABRAMO, P. *Significado político da manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 12.
27. LAGE, N. *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 24 ss
28. Idem.
29. Ibidem.



## **Resumo**

O objetivo do artigo é fazer uma análise dos jornalistas e dos veículos de comunicação. Os primeiros são meros agentes da disputa política que ocorre na mídia e se há alguém que possui o poder efetivamente são os empresários da comunicação, sejam eles jornais, revistas, canais de televisão, entre outros. Ou seja, nem todos os jornalistas têm o poder (com exceção dos colunistas), mas sim o veículo em que eles trabalham. A análise de como ocorre a manipulação e sua influência na política brasileira é levantada através de técnicas e de exemplos; a imprensa é apresentada como uma empresa que se orienta por manuais, pressiona e controla seus profissionais, ao ponto deles vestirem a camisa e manipularem a realidade.

## **Palavras-chave**

Mídia; Poder; Manipulação.

## **Abstract**

The objective of the article is to make an analysis of the journalists and the vehicles of communication. The first ones are simple agents of the dispute politics, that it occurs in the media, and if has somebody that have the power effectively is the vehicles of communication, periodicals are they, magazine, television among others. Or either, nor all the journalists have the power (with exception of the columnists), but the vehicle where it works have. The analysis of as manipulation occurs and its influence in the Brazilian politics, it is raised through technique and of examples; the press is presented as a company who if guides for manuals, it pressures and it controls its professionals, to the point of them to dress the shirt and to be completely blind for reality.

## **Key-words**

Media; Power; Manipulation.

# ***Igualdade e hierarquia no espaço público: o processo de constituição da Guarda Municipal de Niterói enquanto ator social\****

*Kátia Sento Sé Mello*

## **Introdução**

A discussão sobre a noção de espaço público não é recente. A representação a respeito do seu momento fundador localiza-se principalmente em torno da publicação do *Espaço público* de Jürgen Habermas em 1962 (Cefai e Pasquier, 2003), como também da publicação, em 1961, da *Condição do homem moderno* de Hannah Arendt (Merlin-Kajman, in Cefai, op.cit.). Desde então, diversas têm sido as tentativas nas ciências sociais para compreender e/ou constituir um espectro de significações que recobrem a palavra *público*.

No capítulo “O domínio público e o domínio privado”, Arendt (1983), a partir da concepção grega clássica, avalia a constituição do domínio público na história ocidental. Na antiguidade grega a distinção entre a vida privada e a vida pública correspondia aos domínios do familiar e do político respectivamente. O domínio privado sendo caracterizado fundamentalmente como o espaço da sobrevivência, da necessidade, da força e da hierarquia (*o oikos*). Radicalmente oposta era a noção do domínio público caracterizado, por sua vez, como o espaço da cidadania, ou seja, o espaço da ação política e da palavra, o espaço, por excelência, do viver junto, do mundo comum no qual os homens apareciam sob o olhar dos seus pares como

iguais, o espaço da liberdade (*a polis*). De acordo com Arendt, este domínio público, não se realizava a não ser pela persuasão, pelo convencimento, excluindo toda forma de força e de violência, sendo estas manifestações pré-políticas.

Segundo a autora, o processo de dominação do cristianismo no mundo ocidental realizou a projeção de valores atribuídos ao domínio público na ordem do “sagrado” e, por extensão, do domínio privado no político, sendo o governo visto a partir do modelo familiar. Percorrendo o processo de constituição do domínio público, Arendt identifica uma ruptura com o pensamento grego antigo no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII, um período cujo projeto republicano dos países europeus que haviam se constituído como Estados-nação, define a esfera política em termos da soberania e da lei. O governo consolida-se como a instância política que deve se encarregar da ordem e da paz, organizando aquilo que os filósofos políticos chamaram de conflitos de interesses individuais.

De acordo ainda com a perspectiva de Arendt, no século XVIII, assiste-se a uma estreita união entre o “social” e o “íntimo”, no que ela veio a chamar de sociedade no lugar de *espaço público*, ou seja, uma configuração na qual não há o desenvolvimento do público propriamente dito, mas de um espaço no qual o indivíduo busca os meios de ganhar a sua vida e a dos seus familiares. Ao contrário do domínio público, lugar da liberdade, da palavra e da ação, a sociedade encontra aí, de acordo com Arendt, o espaço da contradição entre o social, o público e o íntimo, a singularidade do indivíduo<sup>1</sup>.

Em *L'espace public*, Habermas (1993), diferentemente de Arendt, não identifica a ruptura entre público/privado. Sua intenção em fazer uma arqueologia da esfera pública burguesa levou-o a analisar o período compreendido entre os séculos XIV e XVIII como representando o processo através do qual um público, constituído por pessoas privadas fazendo uso de sua razão, discute questões de interesse comum. A noção de espaço público, assim entendida, tem uma história, quer dizer, ela nasceu na Europa moderna, na constituição de espaços públicos burgueses que intervinham como contrapeso dos poderes absolutistas; quando o *Contrato social*<sup>2</sup> substituiu o direito divino enquanto base filosófica de explicação e organização da sociedade. Estes espaços tinham por objetivo fazer a mediação entre a sociedade civil (conjunto dos interesses privados) e o Estado, tomando este como responsável, diante da sociedade, pela publicidade das questões de interesse comum.

Ainda que considerando a gênese das palavras “público” e “privado” como estando baseada no modelo de esfera pública helênica, fundamento da tese defendida por Arendt, o autor argumenta que este não toma por base a formação social, mas o próprio modelo ideológico, que, por sua vez, foi preservado através dos séculos no plano da história das idéias. O autor coloca ênfase, antes de tudo, nas noções de “público” e “privado” que foram transmitidas ao longo da Idade Média e através das definições que lhe davam o direito romano. Dessa forma, a esfera *pública*, na análise de Habermas, se transmite no sentido da *res publica*. Para ele, estas categorias só reencontram aplicação efetiva na prática do direito com a aparição do Estado Moderno, assim como desta esfera que lhe faz face, a sociedade civil. Mas de que maneira Habermas faz a mediação entre estes domínios para chegar ao sentido de *espaço público*, denominado por ele esfera pública?

Habermas argumenta que, desde o século XIV, os grandes centros de comércio foram os lugares onde se trocavam informações. Nesta época, as notícias transmitidas com objetivos profissionais, ou melhor, sobre o comércio, ainda que não fossem expressamente públicas, pois eram transmitidas através de cartas particulares entre os comerciantes locais, permitiam a circulação de informações que contemplavam interesses de indivíduos privados.

Para Habermas, a esfera pública burguesa sucedeu uma “*esfera pública estruturada pela representação*”.<sup>3</sup> O desenvolvimento da esfera pública estruturada pela representação

(...) está ligado aos atributos da pessoa: às insígnias, à aparência, a uma atitude, a uma retórica; em uma palavra, a um código estrito de comportamento nobre. Este comportamento se cristalizou ao longo da Alta Idade Média em um código de virtudes praticadas na Corte, de uma forma cristianizada das virtudes cardeais aristotélicas que transformou o mundo heróico em um mundo cavallheiresco e senhorial (tradução livre - Habermas, 1978: 20).<sup>4</sup>

Uma etapa intermediária foi, no entanto, marcada pela “*esfera pública literária*”. Habermas observou que nos salões e nos cafés, e mais tarde na imprensa, a literatura forneceu um primeiro objeto sobre o qual as pesso-

as podiam exercer o espírito crítico e trocar argumentos. Foi o primeiro lugar onde se exercitava, a partir da razão, uma experiência comum, modelando a consciência do eu necessário ao público por se colocar como o suporte de uma opinião esclarecida e capaz de julgamento político, rompendo com a esfera do poder real que ela pode se concretizar.

Além disso, de acordo com o autor, o papel político da esfera pública se constitui com a oposição entre a sociedade e o Estado. Mas antes que isto aconteça, uma esfera pública é constituída pela opinião pública ainda apolítica, conformada no interior da família. Esta opinião pública releva da esfera privada da família nuclear burguesa, na qual são desenvolvidas e socializadas as concepções do sentimento de humanidade, que deve ser inerente ao gênero humano. Segundo Habermas, esta humanidade se elabora sobre o fundo da intimidade – idéias de liberdade, de amor e de educação, e não de uma pura e simples ideologia, estendendo uma concepção de mundo que repousa sobre a promessa de uma liberação dos constrangimentos da ordem estabelecida sem uma busca de compensação na ordem divina.<sup>5</sup>

Esta reflexão a respeito do espaço público me pareceu pertinente para pensar a Guarda Municipal de Niterói enquanto um ator social destinado a agir em situações de conflito no espaço público do município. A sua constituição parece-me revelar uma dimensão de conflitos ainda mal definida em contextos de uma sociedade complexa e moderna, na qual princípios liberais de igualdade e universalidade são orientados por uma concepção de *res pública* característica dos Estados modernos. No caso brasileiro, no entanto, parece não haver uma equação entre a *esfera pública* e a conduta dos atores sociais no cotidiano das ruas. Os dados de trabalho de campo por mim realizado desde 2002 chamaram-me a atenção para o que Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2002) chamou de uma desarticulação entre a “esfera pública” e o “espaço público”. A primeira, orientada por uma perspectiva habermasiana, é entendida “como o universo discursivo onde normas, projetos e concepções de mundo são publicizadas e estão sujeitas ao exame e debate público” e, “espaço público”, entendido “como o campo de relações situadas fora do contexto doméstico ou da intimidade onde as interações sociais efetivamente têm lugar” (Oliveira, 2002: 97).

Trata-se, portanto, de compreender a dificuldade de consolidação da Guarda Municipal de Niterói na contradição entre aqueles ideais liberais da *res pública* e a perspectiva hierárquica que orienta as nossas

ações no “mundo da rua” (DaMatta, 1983), exprimindo no nosso cotidiano aquilo que Kant de Lima define como o “paradoxo legal brasileiro” (1974) que informa o sistema de controle social que preside a administração dos conflitos no Brasil.

A partir de uma análise comparativa de tradições jurídicas que fundam sistemas de controle tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, o autor concorda que, enquanto no primeiro servem de base princípios de “origem ‘local’, ‘popular’ e ‘democrática’”, criando a “identificação homogênea dos seus participantes, como se todos fossem ‘indivíduos’ dotados de uma genérica humanidade”, no segundo, contrariamente, o nosso sistema jurídico pressupõe a aplicação normativa de leis formais e gerais em uma ordem social hierarquizada, desigual, com uma pressuposta população desorganizada e iletrada. Conseqüentemente, as regras que orientam o convívio e a resolução de conflitos entre as pessoas produzem a apropriação do espaço público de forma particularizada onde cada um tenta, pela competição, adquirir o favorecimento especial da aplicação de princípios universais e igualitários.<sup>6</sup>

Conforme discuto em outro artigo (Miranda, Mouzinho e Mello, 2003), isto tem conseqüências sobre a função e identidade das instituições responsáveis pela aplicação das leis da administração de conflitos porque, de acordo com a posição dos envolvidos no espaço público, ora exige-se a sua neutralidade, ora uma ação repressiva de controle social. As regras de convívio social no espaço público são desconhecidas por todos até que o Estado, por meio de agentes atuantes em todas as esferas de poder, manifesta a sua desaprovação em relação às diversas apropriações que os indivíduos fazem dele. Segundo o mesmo autor,

O domínio público é assim o lugar apropriado particularizadamente, seja pelo Estado, seja por outros membros da sociedade autorizados ou não por ele, e por isso sempre, aparentemente, opaco, caótico e imprevisível ao olhar coletivo, onde tudo pode acontecer e de onde “quero tudo a que tenho direito”, significando não só que reivindico aquilo que sei merecer, mas que desejo ter, substantivamente, tudo o que os outros têm e cujo conteúdo e significação posso eventualmente até mesmo desconhecer (Kant de Lima, 2001: 110).

A partir desta reflexão, pretendo, portanto, compreender de que maneira as diferentes esferas de poder dentro da federação atuam, ao mesmo tempo em que definem, ou redefinem, a problemática desta instituição no debate a respeito da Segurança Pública em nível municipal. Pretendo compreender a constituição da Guarda Municipal de Niterói enquanto ator, relativamente à *esfera pública* composta pelos repertórios constituintes dos seus princípios norteadores em nível federal – a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Plano Nacional de Segurança Pública de 2002 – bem como em relação ao Plano Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Antes, no entanto, parece-me importante fazer uma breve digressão sobre o debate em torno da Segurança Pública dentro do qual a Guarda Municipal emerge como um ator que pode atuar nesta área em nível local.

### **O debate sobre o tema da Segurança Pública**

Apesar de não haver uma definição clara a respeito do significado do que seja Segurança Pública, a discussão em torno desta vem ganhando destaque público principalmente desde os anos de 1990, e a questão da inserção dos municípios no conjunto dos repertórios de ações, discursos, decisões e participação referentes a esta área somente aparece no cenário político e acadêmico a partir da mesma década.

Sobressai no debate teórico, assim como no político, que as políticas públicas de segurança têm sido abordadas, no Brasil, particularmente no campo jurídico e/ou militar. Do ponto de vista político isto significa que, durante o regime militar fundado em 1964, as concepções sobre Segurança Pública eram norteadas por princípios autoritários, voltados para o controle da informação e para práticas repressivas, como a aplicação da tortura nas delegacias, seja aos militantes políticos de esquerda, seja àqueles considerados “bandidos” comuns.

Mais do que conter a violência e a criminalidade, os militares subordinaram as instituições civis e militares de segurança ao governo federal com o objetivo de “combater a subversão” interna e o inimigo externo. A função da polícia era eminentemente “manter a ordem”. Dentro deste contexto, Segurança Pública era sinônimo de Segurança Nacional.

Só recentemente, ou seja, a partir da década de 1990, esta área temática adquiriu lugar importante nos estudos acadêmicos, particularmente nas

ciências sociais (Kant de Lima, Misse e Miranda, 2000). A crescente produção de material empírico, assim como a complexidade das interpretações sobre o tema e o aumento do interesse público em geral com a questão da ordem e da “violência” colocam em pauta a necessidade de uma compreensão maior do universo de práticas e discursos que estão sob os títulos da administração da ordem, conflito e controle social.

Conforme mencionei acima, não há uma definição a respeito do que seja Segurança Pública, mas a literatura sociológica sobre o assunto parece apontar para o fato de que há, no entanto, uma concordância de que alguns fatores marcaram significativamente deslocamentos do seu conteúdo político e conceitual, que já estava em gestão na última década: o aumento da criminalidade e as possibilidades de diversos municípios desenvolverem, de forma integrada ou não com os Estados, ações preventivas (Neto, 2004); a Constituição de 1988 (Kahn e Zanetic, 2005) e o ano 2000 (Sento-Sé e Ribeiro, 2004). A nova Constituição estendeu a todos, além do Estado, a co-responsabilidade no tocante à Segurança Pública. No ano 2000, este deslocamento foi interpretado pelos autores como resultado da alteração das diretrizes orçamentárias na esfera do governo federal, passando a abranger atividades que antes não faziam parte desta rubrica, por exemplo, as áreas de atuação anti-drogas, contra o “crime organizado” e o setor de inteligência e informação.

Durante os anos de 1970, o Estado do Rio de Janeiro em particular vivenciava profunda crise interna nas instituições policiais bem como entre elas. Falava-se em formação de grupos de extermínio e esquadrões da morte na Baixada Fluminense que, à época era percebida pela população como uma das áreas mais violentas do mundo.

Nos anos de 1980, o debate em torno do problema da segurança pública foi marcado por duas concepções políticas antagônicas, ou seja, entre os discursos autoritário e reformista, ganhando, no entanto, maior autonomia quando a organização policial passou a ser estudada como detentora de uma cultura própria, independente do contexto político da transição democrática (Kant de Lima, 1994, 1995).

O começo dos anos de 1990 foi marcado por uma espécie de retorno a uma concepção militarizada da Segurança Pública como parece demonstrar o debate que ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, preparatório para a ECO 92, bem como durante a campanha presidencial de 1994, tendo Fernando Henrique Cardoso como candidato à Presidência da República



pelo PSDB, apoiado pelo então presidente Itamar Franco. Um dos argumentos a respeito da Segurança Pública, segundo Sento-Sé e Ribeiro (2004), era a denúncia do seu uso para fins eleitorais. No governo do Estado encontrava-se Leonel Brizola, do PDT, apoiando Anthony Garotinho, que concorria com Marcelo Alencar, cuja candidatura era apoiada pelo governo federal. O debate desencadeado levantava a questão da conveniência ou não da intervenção das Forças Armadas no Rio de Janeiro, o que realmente se efetivou. Cabe lembrar que durante os dois mandatos de Leonel Brizola, o discurso a respeito dos “direitos humanos” foi incorporado ao debate, que foi muito acalorado visto que a maior parte das pessoas incorporou a idéia de que estes eram extensivos aos “bandidos”, os quais, do ponto de vista de alguns, mereciam maior repressão.

Mas o que tudo isso tem a ver com Guardas Municipais? Qual o seu papel neste debate? Porque, da noite para o dia, falar de Guarda Municipal tornou-se assunto tão importante?

### **A inserção das Guardas Municipais no debate sobre Segurança Pública**

Embora proclamando princípios democráticos de Estado de Direito ao afirmar, no seu artigo 144, que a Segurança Pública é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, a Constituição de 1988, também chamada de Constituição Cidadã, parece apresentar um caráter mais reformista do que de mudança na concepção do que é Segurança Pública (Kahn e Zanetic, 2005). A estrutura do sistema de Segurança Pública pouco foi alterada. Em relação à Polícia Civil cabem ainda “as funções judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares” e à Polícia Militar cabem “as funções de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. Ambas, por sua vez, ficaram subordinadas aos Estados. O envolvimento do governo federal ficaria resumido ao controle de algumas atividades referentes às armas, polícia marítima e fronteiras, bem como a elaboração de projetos de Lei referentes aos âmbitos criminal e penal. Na esfera municipal, as prefeituras ficaram incumbidas de constituir Guardas Municipais destinadas “à proteção de seus bens, serviços e instalações”, sem que, no entanto, as suas atribuições efetivas no espaço público tenham sido explicitadas.

Os anos 1990, paradoxalmente, também marcaram um deslocamento conceitual da Segurança Pública, demonstrando a “gestação de uma nova concepção de cooperação e de co-responsabilidade dos três níveis de po-

der – federal, estadual e municipal – na formulação de políticas de Segurança Pública” (Sento-Sé e Ribeiro, 2004) e a criação ou a ampliação de diferentes instituições, ou regulamentações consideradas relevantes para a Segurança dos Municípios. Nos municípios da região metropolitana de São Paulo, por exemplo, foi implementado o serviço do Disque Denúncia, antes inexistente; a implementação da Lei Seca; e a ampliação tanto das Secretarias Municipais de Segurança, como do número de Guardas. A criação do Fórum Metropolitano de Segurança em 2001, congregando 39 prefeitos da região metropolitana de São Paulo é, segundo Kahn e Zanetic (2005), uma consequência da participação das prefeituras no domínio da Segurança Pública.

O súbito interesse pelo problema da Segurança Pública na esfera municipal parece ligar-se fundamentalmente, segundo Kahn e Zanetic (2005), à percepção – real ou virtual – de que houve um aumento da criminalidade violenta no país durante os anos 1980, tornando-se esta uma das maiores preocupações da população e, ao mesmo tempo, o fato de que a população passou a responsabilizar todos os níveis de governo pelo problema, em particular os estaduais responsáveis e detentores das polícias civil e militar. Por outro lado, atribui-se a uma limitação da concepção de Segurança Pública enraizada no passado, quando a população demanda dos policias da ponta da linha respostas para problemas relativos às incivildades urbanas, falta de iluminação, briga de vizinhos, problemas relativos à esfera de administração municipal (Muniz, 2001).

A “crise da segurança pública” do Rio de Janeiro (1991-1994), que teve como alvo a expansão do tráfico de drogas e do “crime organizado”, abalou nacionalmente a imagem da cidade, transformou-se em objeto de pesquisa, realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), com financiamento da FAPERJ, buscando analisar os indicadores da criminalidade urbana no período de 1985 a 1992 (Soares et al., 1996) e deu origem a vários movimentos como o Viva-Rio e a criação do Disque-Denúncia. Crise semelhante atingiu São Paulo e resultou em um debate que tentou conciliar os meios acadêmicos e demais setores da sociedade, resultando no movimento “São Paulo, sem medo” (Pinheiro et al., 1998). Esses movimentos foram marcados pela participação de diferentes grupos da sociedade civil, em especial as organizações não-governamentais, que passaram a participar de modo ativo no processo de formulação de políticas públicas.

O ano 2000 foi marcante pela implantação de algumas iniciativas que conferiram singularidade não somente ao segundo mandato do governo FHC, mas que iriam se alargar durante a gestão do governo Lula e publicizar a participação dos municípios no debate sobre a Segurança Pública: o Plano Nacional de Segurança Pública, o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Plano de Prevenção da Violência Urbana (Piaps). Este último, gerenciado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, reunia projetos do governo federal para regiões consideradas violentas. Era com as prefeituras que o Piaps entrava em contato para a viabilização de projetos e recursos federais, “reconhecendo claramente a relevância do governo local na prevenção da criminalidade” (Kahn e Zanetic, 2005: 3). O Plano Nacional de Segurança Pública, assim como o Fundo Nacional de Segurança Pública deram ênfase igualmente aos municípios, mas em particular àqueles que constituíssem Guardas Municipais com o objetivo de que estas atuassem de uma maneira mais democrática, mais voltada para o cidadão, com base em diagnósticos e solução de conflitos, atuando mais na prevenção do que na repressão.

Conforme observei em outro artigo, embora o policiamento ostensivo não apareça como uma das suas atribuições sabe-se que, na prática, esta tem sido uma das principais atribuições da Guarda Municipal, numa interpretação extensiva do que seria a preservação da ordem e do patrimônio, visto que alguns dos seus diretores afirmam que o maior patrimônio municipal é a sua população (Miranda, Mouzinho e Mello, 2003). Sendo a rua o espaço público por excelência, e no qual observamos a atuação dos guardas municipais, faço a seguinte indagação: em que medida os princípios de ação propostos no âmbito do governo federal para a atuação das Guardas Municipais encontram eco no espaço público? Em que medida os conflitos nos quais a Guarda Municipal de Niterói está envolvida expressam significados da noção de “público” que não o de coletividade (Kant de Lima, 2001), mas de uma dimensão do Estado como instância autoritária e alheia aos problemas locais de um município? Que tipo de ator social a Guarda Municipal está se constituindo no debate entre as três esferas administrativas de poder? Quais as tensões presentes no debate que vem ocorrendo entre os três entes federados e que têm dificultado a implantação das Guardas Municipais?

## A Secretaria Nacional de Segurança Pública

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), foi criada em 1997 pelo Decreto nº 2.315 de 4 de dezembro, a partir da transformação da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (Seplanseg). Instância subordinada ao Ministério da Justiça, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 4.720 de 05 de junho de 2003, no qual fica estabelecida, publicamente, a seguinte organização: 1. constituição de dois órgãos colegiados – o Conselho Nacional de Segurança Pública e a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos; 2. Gabinete: órgão de assistência direta ao Secretário Nacional de Segurança Pública – constituído pelo Serviço de Execução Orçamentária e Financeira e o Serviço de Apoio Técnico e Administrativo; 3. órgãos singulares e específicos – o Departamento de Políticas, Programas e Projetos; o Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Segurança Pública; e o Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública.

Dentro desta estrutura, a Senasp declara reconhecer que “o município tem um papel fundamental na atuação da prevenção da violência e criminalidade, que consiste na realização de ações que visem reduzir os fatores de risco e aumentar os de proteção, que afetam a incidência do crime e da violência e seu impacto sobre os indivíduos, famílias, grupos e comunidades, especialmente em locais (bairros/regiões) e junto a grupos em situação de vulnerabilidade criminal”<sup>7</sup>. Para tanto, a Senasp tem investido recursos financeiros junto aos municípios, assim como aos estados, com o objetivo de desenvolver ações que auxiliem tanto na realização de diagnósticos como também na formulação e acompanhamento destas ações, “com objetivo de proporcionar que o município seja um espaço de convivência que permita a expressão livre e criativa de seus cidadãos, de forma segura e pacífica” (idem).

Dando continuidade ao que dispõe o Programa de Segurança Pública do Governo Federal, e com base em recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública<sup>8</sup>, a Senasp pode firmar convênios com “entes federados”. No caso dos municípios, a condição é que estes constituam Guardas Municipais ou realizem “ações de policiamento comunitário ou implantem Conselho de Segurança Pública”.

## Princípios normativos do Plano Nacional de Segurança Pública de 2002

O Plano Nacional de Segurança Pública<sup>9</sup> tem como princípio orientador da ação dos guardas municipais a idéia de um agente de segurança pública que atue junto à população, que desenvolva a confiança e adquira o reconhecimento e o respeito desta mesma população, de modo a desenvolver uma ação que auxilie na prevenção de conflitos. Esta orientação, que propõe a “modelagem desejável da Guarda Municipal”, deve contemplar aspectos que são expressos da seguinte maneira:

1) os guardas municipais serão gestores e operadores da segurança pública, na esfera municipal. Serão os profissionais habilitados a compreender a complexidade pluridimensional da problemática da segurança pública e a agir em conformidade com esta compreensão, atuando, portanto, como “solucionadores de problemas”... (Plano Nacional de Segurança Pública, 2002: 58).

O modelo das suas atribuições pressupõe ainda que estes guardas, enquanto agentes de elaboração de diagnósticos dos problemas de um município, tenham a competência para formular soluções para estes problemas de forma interativa com a população e com outros atores sociais em múltiplas esferas: policiais, sociais, econômicas, culturais, etc. Para tanto, o Plano propõe que estas atribuições exijam que o guarda tenha mobilidade pela cidade, que esta mobilidade seja rotineira, sistemática e repetida para que a “sua presença iniba o crime e a violência”. Outras atividades propostas estão relacionadas a um núcleo de gestão da informação; interação com as polícias; curso de formação; controle interno e externo; apoio psicológico; plano de cargos e salários. A idéia de agentes mediadores de conflito voltados para o cidadão, ou melhor, em co-parceria com este no tocante à Segurança Pública, fica expressa na seguinte orientação:

3) essa circulação constante deve ser acompanhada pelo uso de tecnologia leve e ágil de comunicação com a central de monitoramento da Guarda, integrada ao núcleo de despacho da Polícia Militar. A ênfase no treinamento em artes marciais apresenta muitas vantagens práticas e culturais, ajudando a

infundir na corporação seu compromisso com a paz e o uso comedido da força, sempre compatível com o respeito aos direitos civis e humanos (idem: 58).

Estudos recentes argumentam que não há um único modelo de práticas recobertas pela denominação de “Polícia Comunitária”, tanto no Brasil (Kahn, 2001) quanto em nível internacional (Skolnick e Bayley, 2002); e uma vasta gama de atividades aparecem sob a denominação dos seus correlatos “Policciamento Interativo”, “Policciamento Solidário”, “Polícia Cidadã” (Kahn, 2001). No entanto, o que estas práticas têm em comum é um modelo de referência para práticas consideradas mais democráticas de atores sociais engajados na Segurança Pública, como é o caso das polícias civil e militar e, atualmente, para as Guardas Municipais.

As idéias presentes na orientação do PNSP difundem uma perspectiva de “policciamento comunitário” (Trojanowicz e Bucqueroux, 1994, in PNSP, op.cit.). De acordo com estes autores, esta expressão define uma filosofia organizacional que promove a interação entre a polícia e a população, com o objetivo de identificar e resolver problemas contemporâneos tais como o medo, as drogas, as “desordens físicas e morais”, como a decadência de um bairro, e o crime. O policial deve estar cotidianamente presente na comunidade para que se faça conhecido por ela, bem como para que possa fazer diagnósticos dos problemas locais. A palavra “comunidade”, de grande controvérsia na Antropologia, adquire, ainda segundo os autores, um duplo sentido. De um lado é comunidade geográfica, definindo a delimitação física de um bairro ou uma região; e de outro, é comunidade de interesse gerada pelo crime, “o que permite aos policiais uma entrada na comunidade geográfica”.

Como não há ainda material teórico nem empírico específico sobre a instituição Guarda Municipal, esta tem sido pensada a partir das experiências e reflexões analíticas sobre a polícia, em particular sobre a designada “polícia comunitária”, ainda que não haja consenso sobre a sua definição e sua eficácia. Vários são os trabalhos que apontam para as dificuldades e resistências na implantação desta (Muniz e Musumeci, 1997), assim como para a dificuldade em se medir a relação entre o estabelecimento de uma base de “policciamento comunitário” em um local e a diminuição dos índices de criminalidade (Kahn, 2000).

No tocante à ênfase ao modelo desejável de formação, o PNSP prevê um “processo permanente e multidisciplinar” oferecido por instituições especializadas em temas pertinentes como as universidades ou as organizações não-governamentais, enfatizando a mediação de conflitos a partir de temas e metodologia específicos explicitados da seguinte maneira:

12) a formação será um processo permanente e multidisciplinar, devendo ser oferecida pelas Universidades e por Organizações Não-Governamentais especializadas nos temas pertinentes, com ênfase em mediação de conflitos, nos direitos humanos, nos direitos civis, na crítica à misoginia, ao racismo, à homofobia, na defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na especificidade da problemática que envolve a juventude, as drogas e as armas, e nas questões relativas à violência doméstica, à violência contra as mulheres (incluindo-se o estudo do ciclo da violência doméstica) e contra as crianças. Além das matérias diretamente técnicas, policiais e legais, haverá uma focalização especial das artes marciais e no estudo prático e teórico do gradiente do uso da força. As disciplinas incluirão elementos introdutórios de sociologia, história, antropologia, psicologia, comunicação, computação, português/redação/retórica oral, teatro e direito. O método didático prioritário será o estudo de casos, nacionais e internacionais, com seminários, debates e simulações (idem: 60).

Para cumprir a orientação expressa pelo PNSP em relação à formação dos guardas municipais em nível nacional, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, a partir da avaliação realizada no ano de 2003 do Curso de Segurança Pública, Social e Municipal para Guardas Municipais de Niterói, elaborado e executado pelo Nufep da UFF, redige e publica em seu site, a sua matriz curricular.

## **“Niterói Segurança Máxima”: uma concepção de Segurança Pública do Estado no município**

O lançamento do plano “Niterói Segurança Máxima” parece um evento interessante para se pensar a política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, e a sua relação com o município, conforme previa o nome do plano e da cerimônia do seu lançamento. Era o dia 8 de setembro de 2003. O local: o 1º Comando de Policiamento do Interior, em Niterói, onde o então secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, entrega 33 novos carros ao comandante do 12º Batalhão da Polícia Militar, coronel David, dizendo, em alusão a este, que “a violência é o gigante Goliás que deverá ser reprimido por David”. O objetivo era o de anunciar o Plano Estadual de Segurança Pública (2000) e intensificar a presença ostensiva da Polícia Militar em 33 pontos estratégicos e visíveis do município de Niterói, bem como nas rotas de saída da Ponte Rio-Niterói. Além disso, o secretário garantiu publicamente o seu apoio político e institucional, bem como condições materiais para que planos locais de segurança fossem desenvolvidos na região sob a orientação e coordenação do comandante, como o Grupo de Ações Táticas, o Grupamento Aeromárítimo da Polícia Militar, e principalmente o apoio ao recém-criado Conselho Comunitário de Segurança Pública, com reuniões mensais na sede do 12º Batalhão.

No que diz respeito à atuação da esfera municipal, não houve menção a nenhum tipo de acordo ou apoio a iniciativas sociais ou de diagnóstico, e muito menos à Guarda Municipal e à Secretaria Municipal de Segurança Pública de Niterói, nem à importância de implantação de um Plano Municipal de Segurança Pública. Cabe ressaltar que nesta ocasião já se encontrava em andamento o curso para a Guarda Municipal de Niterói, executado pelo Nufep. As respectivas autoridades, tanto da Guarda quanto da Secretaria de Segurança, não estavam presentes. Da esfera municipal encontrava-se o prefeito Godofredo Pinto e um representante da Câmara de Vereadores, Altimar Cortes.

Levantando-se da mesa para se posicionar no púlpito, de onde proferiu a sua palestra sobre o Plano Estadual de Segurança Pública, o secretário não deixou de convidar o comandante David para tomar assento no seu lugar, o que simbolicamente parece muito significativo. Em sua palestra enfatizou a diferença entre violência e criminalidade, entre segurança ob-



jetiva e subjetiva, os programas comunitários e sociais como ações relacionadas à prevenção primária, a repressão qualificada e a modernização tecnológica das delegacias.

O Plano Estadual de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, não faz nenhuma referência ao papel dos municípios nesta área, nem mesmo a uma possível parceria entre a Guarda Municipal e as polícias civil e militar ou a outros serviços implantados, ou em processo de implantação, pelo governo do estado desde a sua publicação no ano 2000.

Embora o Plano apresente propostas e projetos de cunho social, o investimento no aparelhamento das polícias, o aumento das viaturas nas ruas e a transformação das delegacias tradicionais em delegacias legais, apontam para uma ênfase na visibilidade de uma Segurança Pública ostensiva no município de Niterói. Segundo consta no Plano, só para o ano 2000, a previsão de gastos nesta área foi da ordem de R\$ 80 milhões de reais.

É bem verdade que algumas iniciativas referem-se ao que é definido no Plano de Segurança do Estado como a necessidade de “formar uma polícia cidadã, uma força claramente da sociedade, para proteger e servir à população”, expressando o desempenho do governo do Estado na formação policial e na criação de formas de controle interno – Corregedoria – e externo – Ouvidoria – das polícias.

Possivelmente, um ponto em comum com a proposta do PNSP para as Guardas Municipais, do ponto de vista conceitual, seja a idéia de polícia comunitária, idéia tão difundida pelo governo federal em relação ao tipo de ação prevista para esta instituição. De acordo com o Plano Estadual de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, o Programa “Polícia Comunitária/Mediação da Ordem”, é compreendido conforme a definição de Trojanowicz e Buqueroux (PESP, 2000), conforme mencionado acima, ou seja, uma “filosofia de emprego da polícia, diferente da tradicional”, que deve envolver uma diversidade de ações que tomam como referência a interação entre a polícia e as “comunidades”.

## **A Guarda Municipal de Niterói e seus dilemas**

Embora recentes, nem a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (2001), nem o Anuário Estatístico (2003) trazem informações precisas sobre a composição e organização das Guardas Municipais, como acontece com os dados sobre as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bom-

beiros. No que diz respeito à Segurança Pública, o Anuário Estatístico, por exemplo, trata das estatísticas das Polícias Militar e Civil, seu efetivo, ocorrências, infrações penais, atividades policiais e comunicações sobre conduta dos policiais às suas Ouvidorias.

A Lei Orgânica de Niterói, promulgada em 04 de abril de 1990, no seu capítulo II, artigo 12, que trata da “competência privativa do município” diz que: “ao município compete prover tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras as seguintes atribuições...manter a Guarda Municipal para proteção de seus bens, instalações e serviços” (Lei Orgânica de Niterói, 1990, cap. II, seção I, artigo 12, inciso XXXII).

O território brasileiro é composto por aproximadamente cinco mil municípios, totalizando cerca de quatrocentas Guardas Municipais. No caso do Estado do Rio de Janeiro, são 92 municípios, dos quais 65<sup>10</sup> constituíram esta instituição, entre os quais o município de Niterói.

O município de Niterói possui uma extensão territorial de aproximadamente 131,8 km<sup>2</sup> e conta com uma população estimada em torno de 450.364 habitantes. Encontra-se inserido no contexto urbano da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Localizada à leste da cidade carioca, ou seja, do outro lado da Baía de Guanabara, une-se a esta através dos 13 km de extensão da ponte Rio-Niterói. Em seu lado norte forma uma conurbação com o município vizinho de São Gonçalo.<sup>11</sup>

O município de Niterói tem sido marcado por índices crescentes de criminalidade violenta e de crimes contra o patrimônio. De acordo com os dados estatísticos, analisados no Núcleo de Pesquisa sobre Cidadania e Violência Urbana, entre os anos de 1998 e 2001, observa-se um aumento de aproximadamente 37% da taxa de homicídios. O ano de 1999 apresentou um número de homicídios mais elevado do que o que foi apresentado no município do Rio de Janeiro no mesmo período, considerando a taxa por 100.000 habitantes.

Houve também, no período em questão, o aumento de aproximadamente 10% na taxa de furto de veículos e de 8% na taxa de roubo de veículos. Ainda que se considere uma sub-notificação durante o ano de 1998, a variação entre os três anos considerados é alarmante: furtos em estabelecimentos de ensino corresponderam a um aumento de cerca de 6.500% e no interior de residências atingem o crescimento de aproximadamente 60%. Isto significa que, dentro de uma lógica da necessidade de

contenção da criminalidade, este cenário parecia oferecer um extenso campo de atuação da Guarda Municipal.

A Guarda Municipal não é uma instituição nova na história do Brasil, mas a sua história se apresenta de maneira fragmentada. Quando foi originalmente pensada, em 1831, a instituição já refletia os pressupostos então vigentes no governo central sobre a questão da ordem pública. Segundo Holloway (1997), a Guarda Municipal foi concebida como uma instituição representativa do governo central para a manutenção da ordem pública nas esferas locais, de curta duração, antecipando a Guarda Nacional, criada no mesmo ano. A sua missão era “manter a segurança pública e prender os malfeitores” e a sua prática cotidiana a revelou como uma “força policial destinada a reprimir o crime comum e as violações da ordem pública”.

Em 1937 foi fundada a Guarda Municipal de Niterói. Depois de um período crítico de desestruturação, ela foi novamente criada em 1969 pelo decreto nº 1.744-69<sup>12</sup>. Cabe sublinhar que ambos os períodos foram marcados por uma administração da ordem submetida à responsabilidade do governo central de caráter autoritário.

Apesar do processo de desaparecimento que vem sofrendo desde a sua criação, é a primeira vez que a Guarda Municipal é reativada e em um contexto considerado de redemocratização. Paradoxalmente, quando se divulga na mídia que a demanda maior da população é no sentido de uma segurança pública caracterizada pela repressão e ação militarizada da polícia.

Diferentemente da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, em Niterói ela recebeu o “pseudônimo” de Guarda Comunitária, representando para os guardas a sua desqualificação enquanto representantes do poder público municipal, posto que a denominação “Guarda Comunitária” remete, aos seus olhos, à segurança privada.<sup>13</sup>

Um dos primeiros problemas identificados para a construção da sua identidade é a divisão interna à Guarda, colocando de um lado os guardas “antigos” e, de outro, os guardas recém concursados, os “novos”. Entre os primeiros, há a percepção da Guarda como uma organização paramilitar, mesmo porque já lhes foi permitido o uso de armas de fogo. Os últimos, por outro lado, afirmam que tanto a natureza das suas funções, quanto a estrutura hierárquica da instituição, não se apresentam de forma clara. Do mesmo modo, parece-lhes que esta hierarquia não é estabelecida através de critérios específicos concebidos dentro de um plano de carreira.

No decorrer da realização de levantamento etnográfico e diagnóstico sobre

a Guarda Municipal de Niterói<sup>14</sup>, foi recorrente, por parte dos guardas, o discurso de que um dos problemas para a construção da sua identidade, bem como para o pleno exercício de suas funções, era a ausência de uma formação institucional que, na prática cotidiana do seu trabalho, vem sendo substituída pelo que chamaram de *bom senso*.

Parti do pressuposto de que as categorias *novos e antigos*, igualmente presentes no discurso dos guardas, eram delimitadoras não somente do tempo de trabalho que um guarda tinha na instituição, como também representavam uma forma de definir uma hierarquia baseada em um “saber fazer” o trabalho, ou seja, um saber prático sobre o que é ser um guarda municipal.

O argumento sobre o despreparo dos guardas municipais<sup>15</sup> e a falta de orientação que recebem para o trabalho está presente tanto no discurso dos guardas novos como no discurso da população em geral. Combate, confronto e repressão aos “camelôs” têm sido as categorias mais utilizadas na mídia e no discurso referente à ação dos guardas municipais. O clima de medo, tão difundido entre a população, sugere que os guardas não estão devidamente preparados para a sua função, confirmando, na visão dos guardas, a idéia de que agir segundo o bom senso não é eficaz, e por isso, não é uma prática legítima, no tocante à administração de conflitos no espaço público e à construção de uma segurança pública baseada em princípios democráticos e universais. Por parte da população, chegam a ser associados à imagem de “ladrões” ou “capetas”, quando atuam em confronto com os vendedores ambulantes ou camelôs (Miranda, Mouzinho e Mello, 2003).

As categorias usadas pela mídia e a representação negativa que eventualmente recebem da população remetem a uma concepção de segurança pública e de ordem social que expressa, não a mediação e o compartilhamento consensual de regras a partir do debate acerca dos conflitos, mas a hierarquia e o autoritarismo no tocante à ordem da sociedade brasileira. Os guardas *novos* dizem que não recebem dos seus superiores e dos guardas antigos nenhuma orientação para o trabalho, contrariando a visão destes últimos; não têm uma formação institucional específica para o seu trabalho; e, muito provavelmente, a noção de bom senso está informada por valores recebidos pela educação doméstica, assim como por experiências profissionais anteriores. Cabe, então, nos indagarmos se a categoria bom senso não reflete outros fatores que não exatamente o despreparo para o trabalho.

Dos problemas levantados, o que mais se revelou importante para os Guardas é a inexistência de uma estrutura para a capacitação; segundo eles, após a aprovação do concurso, costumavam ser “despejados nas ruas” sem nenhuma orientação sobre como proceder.

A descrição das rotinas de trabalho indicou que, a cada dia, o guarda municipal é informado do que deve fazer naquele dia. Não havendo nenhuma garantia acerca do trabalho a ser realizado no dia seguinte, os guardas reclamavam de não ter uma visão do conjunto das atividades a serem desenvolvidas. A não definição prévia das funções e das atividades é substituída na prática pelo repasse por cada inspetor ou subinspetor de “ordens” que devem ser cumpridas, sem que na maioria das vezes essas ordens sejam acompanhadas de uma orientação acerca da própria execução. “A Guarda Municipal está agindo muito no eu. Isto está errado. Hoje um quer que seja assim; amanhã outro quer outra coisa” (Guarda Municipal de Niterói).

Em outras Guardas Municipais, sobre as quais também fizemos levantamento para um curso de capacitação<sup>16</sup>, o problema é muito semelhante. É o caso, por exemplo, daqueles guardas que atuam em próprios públicos, como os hospitais ou postos de saúde.

Eu já trabalhei na emergência do hospital e tive que dar uma de maqueiro. Tinha paciente que não podia sair andando e não havia maqueiro na hora... Mas eu não fui preparado pra isso. O comandante disse que eu agi errado... Mas eu, como ser humano, não podia ver aquilo sem fazer nada (Guarda Municipal de Maricá).

Lá no Posto de Saúde eu sempre distribuo senha para as pessoas que querem se consultar... Atuo quase que como uma recepcionista, mas todo mundo gosta porque eu trato bem todo mundo (Guarda Municipal de Maricá).

Esse tipo de comportamento é explicado por outros guardas como a forma padrão de procedimento, que os leva a agir conforme sua própria consciência ou, melhor dizendo, segundo o *bom senso*, que se construiria a partir da experiência de trabalho. O discurso que qualifica o *bom senso* parece dar suporte à oposição entre teoria e prática no sentido de que, embora sem um aprendizado doutrinal, este é um saber que se aprende na

prática. Porém, ao contrário do que poderia parecer, não há no grupo uma forma tradicional de orientação informal para o trabalho dos mais velhos para os mais novos, como se poderia imaginar, já que não havia até então nenhum curso de formação ou treinamento para os recém-concursados.

A forma pela qual a orientação é passada também indica uma fonte permanente de conflito entre os guardas *novos* e os *antigos*. A idéia da “ordem do dia”, que é anunciada pelos inspetores e subinspetores, coloca os guardas numa posição passiva de cumprir a ordem, mesmo sem saber como fazê-lo. A ordem não é vista como uma diretriz de trabalho, posto que os guardas reclamam não saber o que podem ou não fazer frente às situações de conflito. “Tudo depende do inspetor, cada dia é uma coisa, o guarda municipal só obedece” (Guarda Municipal de Niterói).

De acordo com os guardas, não há comando nem em relação aos guardas que têm como função “combater” os ambulantes<sup>17</sup>. Alguns guardas acusam os superiores de favorecer os ambulantes e afirmam ainda que a arbitrariedade das ordens estaria ligada a interesses próprios dos guardas em relação aos “camelôs”. Esse quadro é analisado como melhor atualmente, pois se a arbitrariedade ainda vigora, antes haveria uma maior corrupção fomentada pelo “Apoio”<sup>18</sup>. De modo geral, os guardas avaliam que o “combate ao comércio clandestino” é uma forma de policiamento que causa um incômodo a eles mesmos e à sociedade, pois eles acabam por combater “gente que está trabalhando para ganhar o pão”.

A única forma de treinamento mencionada foi relativa ao ensino de técnicas de defesa pessoal que, segundo os guardas, acontecia em uma das dependências da sede. Um dos guardas descreve assim este tipo de treinamento: “O diretor levava a gente pro quartinho e mandava dar porrada! ‘Rola no chão, não tem medo não. Se o camelô vir armado você toma a arma dele’. Eu não sei se isso é curso, e tinha Guarda Municipal acreditando. Esse era o chefe!” (Guarda Municipal de Niterói).

A turma era dividida em “lado A” e “lado B”, uma linha imaginária determinava a separação da turma em dois grupos. Um deles desempenhava o papel de guardas municipais e o outro de ambulantes. Criava-se, com isso, uma percepção polarizada, expressando a idéia de que os ambulantes são os inimigos. Iniciado o treino, “guardas” e “ambulantes” jogavam caixotes uns nos outros a fim de resolver o conflito; o objetivo do treinamento era construir uma situação hipotética, porém normal, no exercício do dia-a-dia do guarda, que se socializa com tais métodos.

Os caixotes, no entanto, não eram os únicos instrumentos utilizados para a resolução dos conflitos. Outros relatos narram o incentivo dado nos treinos para que, em uma situação real, os guardas usassem as barras das barracas dos ambulantes como instrumento de combate; se o camelô pegasse uma barra de suspensão da sua barraca, o guarda deveria fazer o mesmo e prontamente também sacar uma barra.

Essa situação de confronto entre guardas e “camelôs” é citada como um conflito cotidiano e aparece como a situação onde os guardas atuam de forma mais violenta e fisicamente agressiva. Esse é também o momento no qual os guardas sofrem com as reações dos “camelôs”, da população e de outros agentes de segurança, em especial os policiais militares, que são acusados de dar proteção aos ambulantes, ou porque são os donos das barracas ou porque recebem para fazê-lo.

### **Considerações finais**

A partir da reflexão sobre o conceito de espaço público e a sua relação com os dados de campo por mim observados, foi constatada a existência de uma esfera *pública* que comporta diferentes repertórios de discursos e normas propostos como princípios norteadores à constituição da Guarda Municipal de Niterói que fomentam a sua definição e redefinição dentro do contexto político brasileiro no qual o município aparece como um dos mais importantes entes da federação para a atuação na área da Segurança Pública.

No que diz respeito à articulação das três esferas administrativas – federal, estadual e municipal – ficou aparente a existência de uma *contravérsia*<sup>19</sup> que coloca de um lado o governo estadual, que parece entender a segurança pública como a presença visível da polícia militar nas ruas e, de outro, os governos federal e municipal, que parecem defender a constituição de uma instituição alternativa ao modelo tradicional de segurança pública, modelo este baseado na idéia, ainda não claramente definida nem no Brasil, nem em outros países, de polícia comunitária conforme exposto ao longo deste artigo.

Na esfera do poder do Estado, embora os princípios norteadores do Plano Estadual de Segurança Pública proclamem um ponto em comum com a proposta do governo federal para a ação da Guarda

Municipal segundo o “policiamento comunitário”, baseada na mediação de conflitos, a ênfase recai sobre a visibilidade da polícia ostensiva. A inserção do município, através da Guarda Municipal, parece estar sendo fomentada fundamentalmente pela interação entre as esferas federal e municipal.

Um ponto de desarticulação entre a *esfera pública* e o espaço *público*, conforme observado por Oliveira (2002, op.cit.) no contexto por mim observado, parece emergir na contradição entre as normas propostas para a constituição da Guarda Municipal e a sua forma tradicional de socialização.

A dificuldade de implantação da GM parece também se assentar em uma tradição jurídica segundo a qual, no Brasil, a mediação de conflitos não se dá em nível local, mas com a intervenção de mediadores externos (Kant, 1995) conforme observa João Mendes de Almeida Junior em *O Processo Criminal brasileiro* (1922) em que ficava a cargo dos juízes de fora a resolução de conflitos em nível local. No entanto, esta tradição esbarra com negociações e práticas que se instituem informalmente, e em muitos casos, ilicitamente, no cotidiano da rua.

A atuação da GM de Niterói em relação aos vendedores ambulantes aponta para uma forma de apropriação do espaço público regida por princípios particularizantes e hierarquizantes. Isto também parece remeter para uma concepção de “público” como sendo tudo o que é associado ao Estado, ou melhor, ao governo e não a uma concepção de “público” como sinônimo de coletividade (Kant de Lima, 2001).

Neste sentido, a própria concepção de Segurança Pública, por extensão, permanece um problema a ser resolvido uma vez que, por princípio, estimula-se a co-responsabilidade entre todos no tocante aos problemas a ela referidos, mas a prática permanece norteadada pela idéia de que a responsabilidade pela Segurança Pública é ainda prerrogativa do Estado. Em assim sendo, apesar dos diferentes repertórios presentes na esfera pública, ainda em curso hoje, a formulação de políticas de *segurança pública* em nível municipal permanece articulada a uma visão do Estado como provedor da mesma.



## Notas

\* Este artigo foi originalmente apresentado na VI Reunião dos Antropólogos do Mercosul em novembro de 2005 no GT29: Políticas Públicas e Antropologia na Área de Direitos Humanos, Segurança Pública e Comunidades. A reflexão aqui apresentada faz parte da discussão que venho desenvolvendo no âmbito da minha tese de doutorado “Análise da apropriação do espaço público e da administração institucional de conflitos em nível municipal: um olhar através da Guarda Municipal de Niterói”.

1. «La société est la forme sous laquelle on donne une importance publique au fait que les hommes dépendent les uns des autres pour vivre e rien de plus; c’est la forme sous laquelle on permet aux activités concernant la survie pure et simple de paraître en public» (Arendt, 1983: 86).

2. Habermas utiliza esta expressão no sentido construído pela Filosofia Política com todas as diferenças de sentido que ela possa conter. É a idéia de uma sociedade burguesa, baseada em relações contratuais, que o autor a explicita.

3. A *esfera pública estruturada pela representação* expressa, segundo Habermas, o espaço comum resumido pela Corte, ou seja, por uma indiferença a respeito da divisão entre os domínios público e privado, assim como pelo valor, espetacular ou cerimonial, dos símbolos públicos de diferenciação de *status*.

4. «Le déploiement de la sphère publique structurée par la représentation est lié aux attributs de la personne : à des insignes (écussons, armes), à une allure (vêtements; coiffure), à une attitude (manière de saluer, comportements), à une rhétorique (style du discours, formules en général), en un mot, à un code strict de comportement «noble». Celui-ci s’est cristallisé au cours du Haut Moyen Age en un code des vertus pratiquées à la Court, en une forme christianisée des vertus cardinales aristotéliennes qui a commué le monde héroïque en un monde chevaleresque et seigneurial quelque peu adouci.»

5. “Au sein de l’intimité propre à la sphère de la famille restreinte, les individus se conçoivent indépendants, même par rapport à la sphère privée de leur activité économique; ils se conçoivent précisément en tant qu’êtres humains qui peuvent entre eux nouer des relations ‘purement humaines’ dont la correspondance était à l’époque le genre littéraire” (58).

6. Isto não quer dizer que o sistema de controle social nos EUA seja mais eficiente ou melhor do que aquele encontrado no Brasil. De fato, nos EUA a eficácia da administração de conflitos no espaço público parece residir na maneira como os indivíduos se relacionam antes com as regras do que na maneira como se relacionam entre si. Dessa forma, a menção ao sistema norte-americano, feita por Kant de Lima serve para pensar, contrastivamente, o sistema no Brasil.

7. Ver o “Guia para a prevenção do crime e da violência nos municípios”, documento publicado no site: <http://www.mj.gov.br/senasp>

8. Este Fundo é regulamentado pela Lei Federal nº 10.201/2001 e alterado pela Lei 10.746/2003.

9. Passarei a me referir ao Plano Nacional de Segurança Pública pela abreviação PNSP.

10. Conforme o comandante Antunes, diretor da GM do Rio de Janeiro e o comandante Roulen, diretor da GM de Macaé e presidente da Associação das Guardas Municipais do Estado do Rio de Janeiro.

11. Ver Wiefels, Marli Cigacna (2001) – La Dynamique de l’espace urbain de Niterói, État de Rio de Janeiro – tese de doutorado.

12. De acordo com o decreto de aprovação do Regulamento da Guarda Municipal assinado pelo prefeito de Niterói em 8 de agosto de 1969.

13. A descrição a respeito da GM/Niterói foi elaborada a partir de trabalho de campo preliminar no âmbito do projeto de interveniência técnico científica mencionado na nota 2, bem como da aplicação da técnica de grupo focal. Esta é uma técnica de pesquisa qualitativa que permite o acesso ao que os participantes pensam e não ao como, ou por que, eles chegaram a pensar o que pensam sobre um determinado assunto. No caso da aplicação desta técnica aos guardas municipais, esta ferramenta nos indicou algumas representações sobre a ordem social e a segurança pública presentes entre os aproximadamente 100 guardas que participaram dos grupos focais.

14. Esta experiência refere-se ao projeto de interveniência técnico-científica do NUFEP/UFF que, inicialmente em parceria com a Prefeitura de Niterói e depois em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – SENASP/MJ, já realizou, em 2002 e 2003, dois cursos de capacitação para a Guarda Municipal de Niterói, em 2004 para as Guardas Municipais de Cabo Frio, Maricá e São Pedro d´Aldeia. Este projeto, durante o período mencionado, foi coordenado academicamente pelas professoras Ana Paula Mendes de Miranda, Gláucia Maria Pontes Mouzinho e Kátia Sento Sé Mello, sob coordenação geral do Professor Roberto Kant de Lima. Hoje a sua coordenação é feita pelos Professores Lenin Pires, Lucia Eilbaun e Solange Cretton, todos pesquisadores do Nufep.

15. Este discurso do despreparo dos guardas é mais extensivo a outros profissionais da área de Segurança Pública, tanto por parte dos seus integrantes, como por parte da população em geral. No caso da Polícia Militar, ver Kant de Lima (2003).

16. Faço aqui referência à experiência do Curso de Formação voltado para os guardas municipais da Região dos Lagos, envolvendo os três municípios vizinhos de Cabo Frio, Maricá e São Pedro D´Aldeia.

17. Embora esse trabalho seja oficialmente chamado de “combate ao comércio clandestino”, o termo mais utilizado pelos guardas era mesmo o “combate ao camelô”.

18. « Apoio » foi a designação atribuída ao grupo de agentes terceirizados pela Prefeitura de Niterói para atuar na apreensão das mercadorias dos camelôs. Composto por homens altos e musculosos, este grupo atuou até o final de 2004 apreendendo as mercadorias, cabendo aos guardas municipais apenas a manutenção da integridade física dos fiscais de posturas que autuavam os camelôs irregulares. Os guardas, por sua vez, apelidaram os fiscais como a “voz” e os agentes de apoio como o “músculo”, pois eles eram o pivô das brigas físicas com os camelôs.

19. Neste artigo, tomo o termo no sentido de que não há um consenso, mas no sentido conforme abordado no livro de Callon; Lascoumes e Barthe, 2001, no qual as controvérsias aparecem como um objeto privilegiado para a análise de como diferentes atores se engajam no debate técnico-científico a respeito de um determinado tema, colocando em cena uma heterogeneidade de elementos.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA JUNIOR, João Mendes de. *O Processo Criminal brasileiro*, 1922. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro/CIDE, Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo/SEPDET, 2003.
- ARENDDT, Hannah. *Condition de l'Homme Moderne*. Éditions Agora, 1983.
- CALLON, M. ; LASCOUMES, P. e BARTHE, Y. *Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique; La couleur des idées*. Editions du Seuil, 2001.
- CEFAI, Daniel. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes dans une perspective pragmatiste. In: Cefai, D. e Joseph, I. (orgs.) *L'Héritage du pragmatisme: conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. Colloque de Cerisy : Éditions de l'aube, 2002.
- CEFAI, D. e Pasquier, D. Introduction. In: Cefai, Daniel e Pasquier, Dominique (org.). *Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques*. Presses Universitaires de France, 2003.
- Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus administradores (1997 – 2000). Editora Mondrian, IBAM, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. *L'Espace Public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Critique de la Politique. Éditions Payot, 1993.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- KAHN, Túlio. *Segurança Pública e trabalho policial no Brasil*. Trabalho apresentado na conferência *Promoting Human Rights through good governance in Brazil* no Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, working paper 51, 2003.
- KAHN, Túlio e ZANETIC, André. O papel dos municípios na Segurança Pública. In: *Estudos Criminológicos*, 4, julho de 2005.
- KANT DE LIMA, Roberto. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*, Biblioteca da Polícia Militar/RJ, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Da inquirição ao júri, do Trial by jury à plea bargaining: modelos para a produção da verdade e a negociação da culpa em uma perspectiva*

comparada Brasil/Estados Unidos, Tese ao Concurso de Professor Titular em Antropologia do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 1995.

\_\_\_\_\_.; MISSE, M.; MIRANDA, A.P.M. de. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. *BIB*, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro - n° 50 - 2° semestre de 2000, pp. 45-123.

\_\_\_\_\_. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público”, in: Gomes, Laura Graziela; Barbosa, Lívia; Drumond, José Augusto (orgs) - *O Brasil não é para principiantes: Carnavais, malandros e heróis*, 20 anos depois. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

\_\_\_\_\_. Direitos civis, Estado de Direito e “cultura policial”: a formação policial em questão. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

Lei Orgânica de Niterói, Câmara Municipal de Niterói, 1990.

MERLIN-KAJMAN, H. Le public: quelques réflexions historiques. In: Cefai, Daniel e Pasquier, Dominique (orgs.). *Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques*, Presses Universitaires de France, 2003.

MIRANDA, A. P. M. de e MOUZINHO, G. M. P. Relatório do Projeto de interveniência técnico-científica do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa/UFF de capacitação e aquisição de equipamentos para a Guarda Municipal de Niterói, 2001.

MIRANDA, A. P. M., MOUZINHO, G. M. P. e MELLO, K. S. S. Os conflitos de rua entre a Guarda Municipal e os “camelôs”. In: *Comum*, publicação das Faculdades Integradas Hélio Alonso, v. 8, n° 21, julho/dezembro de 2003.

MUNIZ, Jacqueline e MUSUMECI, Leonarda. Resistências e dificuldades de um Programa de Policiamento Comunitário. In: *Tempo Social; Sociologia da USP*, SP, 9(1): 197-213, maio de 1997.

MUNIZ, Jacqueline. O papel dos municípios na política de segurança. In: *A Segurança Pública como direito de Cidadania, Caderno de Pesquisa CEAPOG/IMES*, n° 4, 1° semestre de 2001.

NETO, Paulo de Mesquita. Os municípios e a Segurança Pública. In: *Avanços nas Prefeituras: novos caminhos da Democracia, Cadernos Adenauer*, Ano V, n° 1, 2004.

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de. *Direito Legal e Insulto Moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Coleção Antropologia, Núcleo de Antropologia Política, Relume Dumará, 2002.

Plano Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, 2000.  
Plano Nacional de Segurança Pública, Instituto Cidadania, 2002.  
Revista Dirigente Municipal, vol. 18, nº 6, junho de 1987.  
SENTO-SÊ, João Trajano e RIBEIRO, Eduardo. Segurança Pública: enfim, na agenda federal. In: ROCHA, D. e BERNARDO, M. A (orgs.) *A era FHC e o Governo Lula: transição? Uma análise dos avanços e retrocessos das políticas públicas nos oito anos do Governo FHC e o diagnóstico da herança deixada para o Governo Lula*, Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, 2004.  
SKOLNICK, Jerome H. e BAYLEY, David H. *Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo*. São Paulo: EDUSP, Série Polícia e Sociedade, nº 6, 2002.  
SOARES, Luiz Eduardo et al. *Violência e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará-ISER, 1996.  
WIEFELS, Marli Cigagna. *La Dynamique de l'espace urbain de Niterói, État de Rio de Janeiro: l'évolution de la ville de Niterói, RJ, par raport à la ville de Rio de Janeiro dans la Région Métropolitaine (Grande Rio)*, tese de doutorado – Universidade de Paris III, 2001.

### **Sites**

Guarda Municipal do Rio de Janeiro: <http://www.rio.rj.gov.br/gmrrio>  
Ministério da Justiça: *Guia para a prevenção do crime e da violência nos municípios* – <http://www.mj.gov.br/senasp>.  
Observatório das Violências: <http://www.necvu.ifcs.br>

## **Resumo**

Este artigo apresenta uma análise sobre a constituição da Guarda Municipal de Niterói enquanto um ator social no debate sobre Segurança Pública municipal. A partir de uma reflexão sobre os conceitos de “esfera pública” e “espaço público”, considera-se que a dificuldade de implantação da Guarda reside em uma tradição jurídica que permite a desarticulação entre o universo das normas, que postula a igualdade entre os cidadãos, e o universo das práticas hierárquicas, promovendo o conflito aberto no lugar da sua mediação.

## **Palavras-chave**

Esfera pública; Espaço público; Guarda Municipal; Hierarquia; Igualdade; Mediação de conflitos.

## **Abstract**

Based on the concepts of “public sphere” and “public space”, this paper analysis the constitution of the “Guarda Municipal de Niterói” an as actor within the debate on local Security Policies. It assumes that difficulties presented at this debate are due to a traditional juridical culture which promotes the appropriation of the public space privately instead of its appropriation collectively.

## **Key-words**

Conflict Negotiation; Equality; Guarda Municipal; Hierarchy; Public Space; Public Sphere.

# *Os Conselhos Comunitários de Segurança Pública no Rio de Janeiro\**

*Paulo Augusto Souza Teixeira*

## **Introdução**

O presente trabalho apresenta o desafio da institucionalização de espaços de participação popular nas questões ligadas à Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Tentarei apresentar neste texto as minhas experiências e observações, tanto da *práxis* das organizações policiais, quanto do discurso acadêmico ligado à questão.

Iniciarei discutindo a relação entre ordem pública e cidadania. Os diversos significados do que vem a ser ordem pública surgem a partir de percepções dos fatos sociais, seja de forma individualizada ou coletiva. Esses significados variam no tempo e no espaço, gerando expectativas em relação à estruturação e ao funcionamento das organizações que devem garanti-la. Nas sociedades democráticas, fundamentadas nos princípios da igualdade e da liberdade, o modelo de construção de uma ordem pública reside no consenso sobre as regras que vão gerir os conflitos entre os indivíduos de forma legítima. Essa legitimidade, segundo Kant de Lima (2003: 44) deriva de sua explicitude e universalidade, onde “em um determinado local, as regras de convivência em público são facilmente identificáveis e valem para todos da mesma maneira”.

Ao abordar a questão da ordem pública no Brasil, alguns autores (Kant de Lima, 2003: 45; Mota, 2004: 71) apresentam um paradoxo, onde, na esfera pública brasileira, há uma declaração formal de democracia republicana moderna que convive com valores sociais antagônicos. Assim, a República brasileira, fundamentada no Estado de Direito – onde as partes são formalmente iguais, embora substantivamente distintas – convive com a desigualdade jurídica e a particularidade na aplicação das regras e normas. Esse paradoxo tem influência direta nas missões atribuídas às organizações encarregadas de manter a ordem, bem como, na possibilidade de estabelecer canais de participação da sociedade na construção dessa ordem. Na visão de Kant de Lima (2003: 48):

A conseqüência perversa desse sistema é que, ao invés de enfatizar mecanismos de construção da ordem, enfatiza sistemas de manutenção da ordem, através de estratégias repressivas, em geral a cargo dos organismos policiais e judiciais, vistas como necessárias à administração desse paradoxo. Estas estratégias ora são militares – fundadas nas técnicas de destruição do inimigo, a origem mais evidente da explicitação do conflito, visto como perigosamente desagregador – ora são jurídicas, voltada para a punição das infrações. Nenhuma delas, é claro, adequada à construção e manutenção de uma ordem pública democrática, que deve ser baseada na negociação pública dos interesses divergentes de partes iguais.

As estratégias apresentadas por Kant de Lima (2003) equivalem aos paradigmas penalista e militarista que constituiriam a tradição “repressivista” brasileira (Da Silva, 2003: 190). Para Da Silva (2003), há necessidade de uma nova abordagem, um paradigma “prevencionista”, que teria como característica essencial uma atitude proativa, onde a atividade policial estaria referida às políticas de prevenção do crime, concentrando suas atividades na mediação dos conflitos no espaço público e com um traço comunitário (Da Silva, 2003: 193).

A igualdade entre os indivíduos, fundamento das democracias, nos remete à complexa questão da cidadania. Como o conceito de ordem, ela também possui diversos significados, pois, variam no tempo e no espaço não apenas as regras que definem quem são os seus titulares, mas também



o próprio conjunto de direitos e deveres conferidos a eles. Quando nos referimos à cidadania estamos nos reportamos ao processo de estabelecimento das garantias civis oriundo do século XVIII. Essas garantias abrangem o direito à vida, à igualdade perante as leis e aos tribunais, à liberdade, à propriedade e o acesso à justiça (Amorim, 2003: 220). Essas garantias se desdobram em outros direitos, como o de ir e vir, de expressar o pensamento e de não ser condenado sem o devido processo legal. Esses direitos foram universalizados no Ocidente, além de terem sido acrescidos de outros. Os direitos políticos instituem-se no século XIX como forma de participação no destino da sociedade, conferindo aos indivíduos a possibilidade de votar e ser votado. Já no século XX, estabelecem-se os direitos sociais, que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva através dos direitos à educação, ao trabalho e à saúde. À medida que ocorreram alterações no campo dos direitos do cidadão, novas formas de Estado também se constituíram e as mudanças ocorridas nas suas funções permitiram uma relação mais dinâmica entre indivíduos, sociedade e aparelho estatal (Mondaini, 2003: 116).

Esses direitos civis, políticos e sociais são apresentados como sendo elementos essenciais ao cidadão, que pode ser entendido como um indivíduo, essencialmente igual aos demais que desfrutam do mesmo status (Marshall, 1967). Esse conjunto de direitos costuma ser identificado como garantias da vigência da cidadania ou direitos plenos do cidadão e se torna uma espécie de proteção por ele desfrutada nos Estados Democráticos de Direito. Contudo, assistimos a diferentes graus de exercício dos direitos e obrigações inerentes ao cidadão, vinculados a diferenças de poder, surgindo assim categorias distintas de indivíduos, uns com cidadania plena e outros considerados subcidadãos.

Portanto, a cidadania pode ser entendida como um ideal perseguido em diversas sociedades, constituindo-se num mecanismo de compensação da desigualdade do mercado e buscando a universalização dos direitos e obrigações conferidos ao indivíduo de uma determinada comunidade.

Segundo Santos (1987: 68), no Brasil pós-1930, é construída uma espécie de “cidadania regulada”, onde o Estado, seletivamente, confere o status de cidadão a “membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações *reconhecidas e definidas em lei*”, ou seja, as raízes da cidadania brasileira não se encontram ligadas a valores políticos, mas a um sistema de estratificação ocupacional. Desta forma, a regulamentação

das profissões, a carteira profissional e o sindicato público passam a constituir os parâmetros nacionais que definem a cidadania, e os direitos dos cidadãos são decorrência dos direitos das profissões que só existem via regulamentação estatal. A cidadania se apresenta como uma concessão estatal e não um conjunto de direitos e deveres disponível a todos os cidadãos (Mota, 2004: 72).

No entendimento de Carvalho (2005: 219-220) o processo descrito por Marshall de aquisição da cidadania teria sido invertida no Brasil. Segundo o autor:

Aquí, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da seqüência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo.

Portanto, no caso brasileiro, a organização e o funcionamento do Estado passam a ter influência decisiva, tanto no conceito de ordem pública, quanto no alcance da cidadania. Segundo Amorim (2003: 212):

Ao Estado foi delegado o papel de mediador das diferenças culturais, sociais, raciais, religiosas e de gênero existentes na população. A ele foram conferidas as garantias e não aos indivíduos livres, instaurando um Estado de Direito com características *sui generis*, que marcaram a cultura jurídica brasileira desde a formação inicial e que se mantiveram até nossos dias.

Cidadania, para os brasileiros, tem várias conotações. Atualmente nos deparamos com uma espécie de privatização da cidadania, onde ela é concebida fora dos limites do Estado, uma tarefa da sociedade civil ou de pessoas que se propõem a conceder cidadania aos menos favorecidos. Essas ações, por mais bem intencionadas que sejam, não são su-

ficientes para garantir a vigência dos direitos que constituem a cidadania. Amorim (2003: 219) afirma que:

Algumas destas conotações ficam restritas a direitos sociais, a informações sobre aquisição de documentos básicos, a agências como balcões de direitos, a movimentos restritos a partidos políticos, a movimentos organizados em bairros, em paróquias religiosas, em algumas organizações não governamentais, ou até mesmo na atividade de pessoas que identificam a fragilidade da cidadania brasileira com a ignorância, com a falta de consciência dos direitos nos segmentos sociais desfavorecidos econômica e culturalmente...

As questões ligadas à ampliação da cidadania, fundamentada na igualdade entre indivíduos, nos leva a refletir no seu oposto. A desigualdade brasileira povoa os discursos e chega a colocar em posições antagônicas os termos “sociedade” e “social”. Segundo Ribeiro (2000: 19-25) a oposição entre eles se dá de acordo com parâmetros da economia e não da política, onde a “sociedade” passa a designar o conjunto dos que detém o poder econômico, que se identifica como ativa e eficiente, enquanto que o “social” é uma designação ligada aos destinatários das políticas associadas à redução da carência e da miséria.

Em linhas gerais, podemos inferir que numa democracia, os conceitos de ordem pública e cidadania se aproximam. Juntos, podem ser interpretados como uma segurança social, ligada à garantia de direitos. No caso brasileiro, assistimos a um complexo processo de construção da cidadania, repleto de paradoxos.

### **Conselhos: forma de participação democrática**

Um outro conceito que gostaria de destacar é o de governança democrática. De acordo com Silva (2005: 11) ela se expressa em “arenas e canais, institucionalizados ou não, de diálogo e negociação entre governo e sociedade”. Sua idéia central reside no fato de que a esfera pública passa a incorporar representantes da sociedade civil organizada nos locais onde políticas públicas são discutidas, produzidas, ou ambas. Segundo Silva (2005: 21): “esfera pública é o local onde relações sociopolíticas e culturais, de

negociação e de diálogo são estabelecidas com o intuito de analisar e priorizar as ações e intervenções que serão conduzidas pelo poder público, sozinho ou em parceria com organizações da sociedade civil”.

O conceito de governança transfere a ênfase da capacidade de governar para a relação de ajuda e conflito que se estabelece entre o governo e os diversos atores sociais. Além disso, sugere que a capacidade de governar não está unicamente ligada ao aparato institucional formal, mas supõe a construção de arranjos entre atores sociais, em função de diversos fatores, tais como a interação entre as diversas categorias de atores, as orientações ideológicas e os recursos disponíveis.

O modelo de governança e seus arranjos institucionais devem dar conta de algumas questões para possibilitar o sucesso das tentativas locais de governo em fornecer repostas às demandas de seus cidadãos. A primeira questão diz respeito à capacidade de bloquear ou minimizar práticas clientelistas e a captura das esferas públicas por interesses particularistas, bem como permitir que os diversos atores incorporem às suas práticas os fundamentos da democracia. A apropriação de recursos públicos por atores particulares tem gerado diversos estudos no campo da Ciência Política, como a atuação de grupos de interesse e a predação de rendas (rent seeking). Cabe ressaltar que o termo público refere-se a uma categoria de bens e direitos que devem ser garantidos a todos os cidadãos, e não a destinatários previamente escolhidos pelo Estado. Desta forma, o termo público não se confunde com estatal.

Outra questão diz respeito à criação de estratégias que reduzam o impacto das relações assimétricas de poder. E, finalmente, o fortalecimento das relações de interação entre os diferentes atores com presença na esfera pública. Observo que há vários óbices para a instauração de um modelo de governança democrática no Brasil. Destaco o alto grau de desigualdades sociais que implicam em desigualdades de poder, a fragilidade dos mecanismos que garantam os direitos de cidadania e um oscilante padrão de cultura cívica, que compromete a formação de esferas públicas e a participação da sociedade. Silva (1997: 100-103), ao analisar o *híbrido institucional brasileiro*, afirma que no Brasil coexiste uma estrutura típica das democracias modernas associada a uma cultura cívica hobbesiana pré-contrato social. Essa cultura cívica possui duas características básicas: a impunidade ou justiça lotérica (onde a punição às infrações cometidas ocorre ao acaso) e a privatização do espaço público através de microsociedades, que impõem suas normas.

No final dos anos 1980, o Brasil retoma o processo de democratização política e consagra, na sua Carta Magna, inúmeros princípios de Direito Internacional assegurando garantias e direitos individuais. As questões ligadas à cidadania e à democracia passam a ocupar lugar de destaque no debate político. Contudo, os direitos formalmente garantidos constituem-se em direitos simbólicos, pois, não são universalizados e são frequentemente avocados, como se não estivessem previstos no ordenamento jurídico nacional.

A Constituição Cidadã estabelece novas formas de participação da sociedade em diversas esferas da atuação estatal. Segundo Silva (2005: 25) “os conselhos são um dos principais canais de participação das organizações associativas construídos após a Constituição de 1988. Trata-se de um espaço que expressa o surgimento de uma nova modalidade de ação pública, característica da governança democrática”.

No Brasil, e em vários países latino-americanos, a reforma do Estado passou a ocupar um lugar de destaque na agenda política a partir dos anos 1990 (Pereira e Spink, 2003). Em relação à participação da sociedade civil, são previstos conselhos nas áreas de saúde, educação, criança e adolescente, assistência social e trabalho. Mas, apesar da criação de novos conselhos ter sofrido influência direta da legislação federal, também parece que esses espaços vêm conquistando expressão na gestão de políticas locais. Assim, têm surgido iniciativas em outras áreas, como meio ambiente, direito das minorias, violência, transporte, cultura, política urbana etc.

Cada vez mais a sociedade brasileira tem compreendido que segurança pública não corresponde a um problema estritamente de polícia, mas a um dever do Estado e a uma responsabilidade coletiva. As medidas nessa área demandam ações complexas e articuladas entre instituições, sociedade e distintas esferas do poder público. Assim, os Conselhos Comunitários de Segurança surgem como um canal de interação entre a comunidade e as polícias, na busca pela redução da violência interpessoal e do controle de criminalidade. Eles pretendem democratizar e ampliar a participação dos cidadãos no tocante a políticas públicas nesta área.

Diversos estados brasileiros criaram Conselhos Comunitários para tratar de Segurança Pública. No Ceará, a implantação dos Conselhos Comunitários de Defesa Social ocorreu dentro de um processo de reforma das organizações policiais, visando à implantação de uma polícia com orientação comunitária (Almeida e Brasil, 2004: 137) que dê conta da “tensão entre

polícia e comunidade originada da tentativa de ter um contato mais próximo para fazer e sentir segurança”.

Esses conselhos foram criados no estado do Rio de Janeiro pela Secretaria de Segurança Pública (SSP/RJ), no ano de 1999. Essa ação estava inserida na implantação de uma política pública de segurança, que se fundamentou num entendimento mais amplo do conceito de ordem, tornando possível a existência de outros tipos de mediação para o gerenciamento de seus diversos conflitos e a redução da criminalidade.

Neste contexto, foi adotada a estratégia de reformar as instituições policiais, em especial o seu modelo de gestão. Uma das primeiras ações dessa reforma foi a criação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). Esta ação teve como objetivo compatibilizar geograficamente as áreas de atuação das polícias ostensiva (militar) e judiciária (civil). O contorno geográfico das áreas tomou por base as áreas dos Batalhões de Polícia Militar, e dentro de cada AISP ficou contida uma ou mais delegacias de polícia judiciária. Isso tornou possível o estabelecimento de uma metodologia de coleta e análise dos registros de ocorrências policiais, gerando dados estatísticos regulares e disponibilizados publicamente através do instrumento de publicação oficial do governo e da internet.

Além de compatibilizar geograficamente as áreas, foram estabelecidas reuniões periódicas de trabalho entre o Comandante do Batalhão e os Delegados Titulares para avaliar os problemas e a eficácia das medidas adotadas na AISP.

Assim, com a introdução das AISP, uma nova abordagem é implantada em relação às responsabilidades das polícias, exigindo planejamento e avaliações permanentes e tornando possível o seu monitoramento. Esse conjunto de medidas visava aproximar institucionalmente as organizações policiais.

Com o desenvolvimento do processo de integração institucional entre as polícias, tornou-se necessário instituir um canal de participação dos cidadãos na área de segurança. Como forma de articular as demandas da população relativas à segurança pública foram criados os Conselhos Comunitários de Segurança, com três finalidades básicas. A primeira seria aproximar a comunidade das organizações policiais e a polícia das comunidades, restaurando assim as suas imagens. Contudo, os Conselhos não deveriam se tornar uma estratégia de “relações públicas”. Eles deviam ser institucionalizados como espaços de participação comunitária e não como

eventos sociais. A segunda finalidade seria conhecer melhor o problema de cada localidade, através das demandas dos moradores. Gostaria de frisar que a forma de conhecer os problemas da localidade não pode ser confundida com um estímulo a prática de denúncias. Os participantes foram orientados a procurar os canais institucionais já existentes para encaminhar as suas denúncias, como a Ouvidoria e a Corregedoria, além do Disque-Denúncia. Finalmente os conselhos pretendiam delimitar, junto às comunidades, o papel das polícias e de outros órgãos que podiam contribuir na redução da violência, esclarecendo que órgãos podem solucionar os seus diversos problemas. Essas finalidades foram explicitadas na Resolução SSP n° 263 que, além disso, estabelece o caráter consultivo desses conselhos.

O conceito de comunidade adotado pela SSP/RJ para a implantação dos Conselhos Comunitários estava vinculado às referências geográficas de atuação das organizações policiais. Assim, no Estado do Rio de Janeiro, o Conselho Comunitário de Segurança surge com forte vinculação às AISP.

No ano de 2003, foi publicada a Resolução SSP n° 629, visando revitalizar os Conselhos, pois muitos foram desativados ao longo do tempo. Foram instituídos os Cafés Comunitários como estratégia de aproximação entre polícia e comunidade. Mas, apesar da publicação da nova Resolução, os resultados esperados não foram obtidos. Em 2004, o Instituto de Segurança Pública (ISP), por solicitação da SSP/RJ passa a avaliar o funcionamento dos Cafés e Conselhos Comunitários de Segurança.

O diagnóstico evidenciou que não havia um núcleo comum de procedimentos em relação ao funcionamento dos Conselhos, dificultando assim o estabelecimento de metas claras e o acompanhamento das ações realizadas. Ficou clara a necessidade de discutir novos rumos para a estruturação e funcionamento dos Conselhos, estabelecendo regras mínimas de funcionamento, mas respeitando as peculiaridades locais. Além dessas demandas comuns a todo o Estado, possíveis de serem tratadas por uma política pública estadual, foram identificadas diversas questões locais, muito específicas, que exigiam respostas diferenciadas. Dentre essas demandas gerais podemos citar a escassez de efetivos e recursos materiais das organizações policiais e uma participação mais regular das unidades policiais especializadas nas reuniões. Outras questões enfatizadas foram: a representatividade das pessoas que comparecem às reuniões, as ações do poder público junto à população de rua, em especial quando o caso envolve crianças e adolescentes e nas questões afetas às administrações municipais.

## Construindo novos caminhos

Nos anos de 2004 e 2005 o ISP realizou dois Fóruns dos Conselhos Comunitários de Segurança. O primeiro tratou de questões relacionadas com a Região Metropolitana, já no segundo fórum, além dessa região, buscou-se interiorizar a discussão. Em seguida apresentarei as principais questões tratadas nos dois eventos.

Em novembro de 2004, foi realizado o I Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança – Região Metropolitana, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A escolha da Região Metropolitana foi motivada por concentrar grande parte da população e dos registros criminais do Estado do Rio de Janeiro. Esta região reúne 65% das AISP, cerca de 11.502.326 habitantes (73,43% da população) e aproximadamente 76,53% dos registros de ocorrência do Estado. Estiveram presentes representantes do governo do estado, da sociedade civil, delegados titulares e comandantes de unidades da Polícia Militar sediadas na Região Metropolitana do estado, totalizando cerca de 300 pessoas, distribuídas da seguinte forma: 133 representantes da sociedade civil, 55 delegados titulares, 25 comandantes, além de representantes de outros órgãos públicos, autoridades e pessoal de apoio.

A finalidade do I Fórum foi discutir e avaliar o funcionamento dos canais de participação da sociedade civil na área de segurança pública, ou seja, os Cafés e Conselhos Comunitários, além de receber propostas para o seu aprimoramento.

Em relação à participação da sociedade civil, foram convidados para o evento três grandes grupos: representantes de associações de moradores, de associações comerciais, industriais ou rurais e diretores de estabelecimentos de ensino. O convite foi feito a pessoas que participavam das reuniões entre a polícia e a comunidade, seja nos Cafés ou nos Conselhos Comunitários de Segurança e que pertenciam a locais distintos dentro da área abrangida pelas unidades policiais, possibilitando assim visões de diferentes bairros e municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Para obter as impressões dos representantes da sociedade civil foi utilizada a técnica de grupo focal. Eles foram distribuídos em oito grupos de trabalho, com um número variado de pessoas em cada grupo. Apesar das diferenças existentes entre os participantes, as questões levantadas nos grupos de trabalho convergiram para pontos comuns.



O II Fórum foi composto por quatro encontros. Os dois primeiros foram realizados na sede da Secretaria de Segurança Pública e destinou-se a representantes da Capital, da Baixada Fluminense e da Região da Grande Niterói. Os outros encontros foram realizados nas cidades de Volta Redonda e Cabo Frio, interiorizando as discussões. As cidades foram escolhidas por serem pólos nas suas regiões. A cidade de Volta Redonda está na AISP 28, que também cobre Barra Mansa e tem grande influência em outros municípios vizinhos, como Pinheiral. Já a AISP 25, sediada em Cabo Frio, cobre toda a Região dos Lagos (Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Araruama, Arraial do Cabo, Iguaba Grande e Saquarema).

A composição do público também foi diversa. Na Região Metropolitana, foram priorizados os convites aos participantes dos Conselhos já implantados ou em fase de implantação. Já no interior, o objetivo foi difundir a idéia da participação popular na segurança pública, tendo, portanto, um público mais diversificado. Os encontros tiveram um formato mais compacto, consistindo numa palestra do Secretário Estadual de Segurança Pública, seguida de uma prestação de contas das ações realizadas pelo ISP e das perguntas dos participantes.

## **Representações sobre Segurança Pública**

De um modo geral, nos dois eventos, os participantes trataram o tema Segurança Pública num contexto amplo, destacando a importância de uma “*segurança pública social*”. Para os participantes dos fóruns, há necessidade de ações articuladas da polícia com outras instituições da sociedade, cabendo uma rediscussão dos papéis de cada ator na adoção de medidas que visem à redução da violência e da criminalidade. Entre os participantes da Baixada Fluminense e da Região de Niterói e adjacências é destacada a importância de projetos sociais que criem oportunidades para os jovens, afastando-os do crime.

Alguns participantes vincularam segurança pública ao problema da violência e destacaram o papel da família, apontando como causa a desagregação familiar. Outras causas apontadas foram a ausência de políticas e de ações sociais, principalmente nas áreas de educação, saúde e trabalho, e em relação à garantia de direitos fundamentais para o exercício da cidadania. Para um morador do centro da cidade do Rio de Janeiro: “Segurança pública tem a ver com o direito de ir e vir, um direito de todo cidadão. Isso

é a razão de ser da sociedade. É responsabilidade da sociedade. Segurança Pública tem que haver um envolvimento de toda a sociedade”.

Outra questão de destaque é uma estigmatização dos discursos ligados aos direitos humanos. Para muitos dos participantes, o termo é associado a privilégios concedidos a infratores das leis.

## **Representações sobre as organizações policiais**

No que tange à representação da polícia, foram expostas duas diferentes visões. Para alguns, os policiais são vistos como “trabalhadores, pessoas que têm o mesmo problema de todos: ganha pouco, trabalha muito e com pouca estrutura”. Em certa medida, a ineficiência da ação policial é vista como consequência de seu “ambiente de trabalho”. A polícia sofreria dos males comuns às outras instituições públicas (falta de verba, baixo efetivo, baixos salários e etc), o que traria como consequência a ineficiência das suas ações.

Para outros, o papel da polícia estaria vinculado a práticas repressoras e punitivas contra as comunidades, estabelecendo assim uma relação hostil entre a população e a polícia. A imagem de uma polícia truculenta, violenta e repressora dificulta a aproximação da comunidade com as instituições policiais. Como salienta um morador: “O problema não é a imagem do BOPE, o problema é a atuação do BOPE com quem não é bandido. A imagem do BOPE, de ser um cara durão, tudo bem. Porém, a imagem do BOPE que não tem respeito ao trabalhador é uma questão delicada. Tem que ter melhor preparação do policial”. Essa fala reproduz uma representação, comum entre os participantes dos grupos, de que a ação da polícia deve se dirigir à “repressão” aos “bandidos” e não a um “trabalhador”. Há uma imagem, junto à população, da polícia como uma instituição não integrada à comunidade e, particularmente, a representação do batalhão de polícia militar como um lugar fora da sociedade. A relação que cada lugar tem com o batalhão e as características de cada bairro acabam influenciando de forma decisiva na participação comunitária. Como assinala uma moradora da Maré: “O pior é o preconceito e não o medo em relação ao Café da manhã e ao batalhão, e as pessoas ficam assustadas quando sabem que sou uma liderança e que frequento o batalhão”.

## Representações sobre os Cafés e Conselhos Comunitários de Segurança

As representações a respeito dos Cafés e dos Conselhos foram diversas. Apesar das diferenças entre as visões apresentadas – sobretudo aquelas vinculadas a interesses político-partidários – era consenso que os Cafés e os Conselhos têm propiciado mudanças significativas nas ações policiais, tendo sido apontados como instrumentos necessários para a melhoria da relação entre polícia e comunidade e de ampliação da participação da sociedade civil na implementação de políticas públicas na área de segurança. Como ressalta um morador, de modo otimista, mas cauteloso, “através dos conselhos estamos resolvendo diversas questões em São Cristóvão que antes não eram resolvidas. É claro que não com a velocidade que gostaríamos. Mas estamos resolvendo”.

Grande parte dos discursos apontava diferenças entre o Conselho e o Café, embora, às vezes, apresentava-os como lugares semelhantes. Para muitos, o Café se apresenta como lugar de “confraternização”, um espaço de interação entre policiais e não policiais. Ele é percebido como um lugar de agregação da polícia e da comunidade, por “quebrar as resistências” entre ambos. O Café Comunitário acaba se tornando um espaço onde assuntos gerais da comunidade são tratados, onde a “comunidade tem uma participação ativa” e se apresenta como um mecanismo eficiente na mudança de visão da sociedade sobre a polícia. Em algumas regiões do estado não existe o Conselho Comunitário formado, então os Cafés adquirem uma maior formalidade. Segundo um morador de Belford Roxo: “Entendemos o Café como sendo um evento social, mas como não há o Conselho instaurado, acabou que o Café virou um espaço para a discussão mais formal”.

No Café “todos podem ir sem restrição”, porque nele os moradores vão para ver e serem vistos, ou seja, para conhecer e serem reconhecidos pelos policiais que atuam em suas regiões. Segundo um representante de uma associação de favelas: “O polícia quando chega na sua comunidade e já te viu no café da manhã, já te olha de outra forma”

A proximidade com as forças policiais torna-se, segundo essa representação, um instrumento de segurança contra o que eles denominam de “mau policial, aquele que é corrupto”. Deve-se notar ainda que os Cafés, pela sua informalidade, não representam “perigo” para os

moradores, por não correrem o risco de serem identificados como informantes da polícia. Esta questão torna-se um dos entraves para a ampliação da participação popular nessas formas de interação institucionalizada entre polícia e comunidade. Nos dois fóruns e, em diversas regiões, as pessoas das comunidades temem, ao participar das reuniões nos espaços das polícias (batalhões e delegacias), serem identificados como “X9” (informantes). Isso fica claro na fala de uma moradora de São Cristóvão:

No Conselho, os moradores da comunidade não participam muito, comparecem mais os empresários e os lojistas. As pessoas da comunidade não querem participar por medo de serem consideradas X9. É difícil trazer a comunidade para participar do Conselho, porque eles não vão. Têm medo de que se chegue amanhã e sejam considerados X9 porque estavam participando do Conselho.

Ou ainda na fala de um outro participante: “Os Conselhos são um espaço para restaurar a imagem da polícia, readquirindo a sensação de segurança. Não deve haver aquela imagem de um X9”.

Nas palavras de uma moradora de São Cristóvão:

No Café as pessoas se conhecem e conversam, é um espaço de confraternização. No Conselho é onde realmente se discute, é o espaço para encaminhamentos de propostas. Café é onde todo mundo se conhece. O Conselho Comunitário serve para se fazer encaminhamentos com relação à segurança dentro das comunidades, para se fazer algumas reivindicações.

A institucionalização dos Conselhos foi apontada no primeiro fórum como uma ação crucial para o seu funcionamento. Na visão de vários participantes a regulamentação do seu funcionamento poderia minimizar os impactos negativos causados pela rotatividade de comandantes e de delegados, evitando assim a descontinuidade das ações discutidas nas reuniões. Os participantes apontam como crucial a presença dos Comandantes dos batalhões e dos Delegados titulares nos Conselhos. Para um morador de São Gonçalo:

A qualquer momento isso tudo pode mudar, já que o Conselho não está formulado em termos de lei. Existe um receio de que na troca política se faça uma mudança nos Conselhos ou até mesmo sua extinção, por isso já existe um projeto de lei que tramita na ALERJ que institui os conselhos no âmbito do estado do Rio de Janeiro, portanto esta instância não é a criação de ninguém, afinal, esta lei já existe em São Paulo desde 1982”

Desde agosto de 2005, a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança foi regulamentada pela Secretaria de Segurança Pública, através da Resolução SSP nº 781. Ela prevê uma instauração formal e padronizada dos Conselhos em todo o estado do Rio de Janeiro. Em virtude dessa formalização, as informações passaram a circular de forma mais restrita e as desconfianças sobre os assuntos que são discutidos no Conselho tornaram-se maiores. Em diversas regiões a realização das reuniões dos Conselhos nos batalhões dificulta a participação de alguns moradores, sobretudo pelo medo de ser visto como informante. Os discursos dos participantes apontam para a necessidade de um rodízio dos locais de realização dos encontros, utilizando-se de espaços públicos como escolas e igrejas. Entretanto, consideram importante a iniciativa da abertura dos Batalhões à comunidade em diferentes ocasiões, assim a “polícia passa a imagem de ser amiga”.

A participação de outros órgãos públicos é apontada como um dos fatores fundamentais para o funcionamento dos Conselhos. Muitas demandas trazidas às reuniões são de competência de instituições municipais e estaduais, ou de empresas públicas que foram privatizadas. Uma questão recorrente diz respeito à participação de representantes das prefeituras nos Conselhos. Questões como a necessidade de uma boa iluminação pública, poda de árvores, regulamentação do trânsito, e outras ações de competência municipal são apresentadas como essenciais para uma ordem pública democrática. Do mesmo modo, a participação das polícias é condição primordial para o seu funcionamento.

Ressaltam ainda a necessidade da “participação comunitária” para o funcionamento dos Conselhos. De acordo com algumas pessoas, há uma reduzida participação da sociedade civil em alguns Conselhos. Como principais fatores de esvaziamento dos Conselhos encontra-

mos o medo de represálias e retaliações provenientes de traficantes de drogas, bem como a baixa visibilidade pública sobre a existência dos Conselhos. Os participantes reivindicaram um maior esclarecimento nos bairros sobre as características dos Conselhos, seus papéis e suas funções. Em muitas regiões os batalhões de Polícia Militar cumprem um papel importante na divulgação dos Cafés e Conselhos. Os contatos são feitos por telefone, além da divulgação entre os próprios moradores (“boca-a-boca”).

Um outro ponto fundamental diz respeito à legitimidade dos representantes nas reuniões dos Conselhos. Alguns moradores dizem que é necessária a sua participação efetiva nas discussões sobre os problemas locais, pois muitas vezes os conselheiros não detêm legitimidade de representar os interesses de uma determinada coletividade. Como ressalta um morador de São Gonçalo:

Existe um procedimento histórico de desencantamento. Principalmente depois do Brizolismo, quando houve uma cooptação das lideranças, que foram trabalhar nos governos, desmobilizando as organizações. Essa representatividade é um campo para o político inescrupuloso. É necessário que a base compareça ao Conselho.

Muitas vezes, apenas algumas lideranças locais detêm o conhecimento sobre o Conselho e, em diversas circunstâncias, elas não representam os interesses coletivos de uma determinada região. O representante de uma área no Conselho, nesse caso, pode representar interesses próprios, em detrimento dos interesses coletivos. A questão da apropriação dos recursos públicos de forma particularizada surge com frequência nas reuniões entre a polícia e a comunidade. Isso se choca com a idéia de uma Segurança Pública pensada de forma ampliada, como bem difuso e indivisível, que não pode ser medido, fracionado e proporcionado de forma individualizada. Os recursos de policiamento (homens, viaturas e instalações) são bens escassos e assistimos a uma frequente disputa pelos mesmos. Grupos de interesse buscam monopolizar os serviços policiais ou indicar onde eles devem ser executados preferencialmente. Para Lindblom (s/d: 77) esses grupos se caracterizam por abranger:

(...) todas as interações mediante as quais os indivíduos e os grupos privados que não têm autoridade governamental procuram influenciar as políticas, juntamente com as interações de funcionários governamentais que influenciam o processo decisório e que ultrapassam claramente o uso direto da sua autoridade. Empenhados em tais atividades, grupos privados, indivíduos e grupos governamentais exercem funções indispensáveis na formação da política – e também causam alguns problemas.

Um outro ponto crítico relativo à representatividade, está diretamente vinculado à heterogeneidade de interesses em cada comunidade. A prevalência do aspecto territorial na delimitação dos Conselhos possibilita que eles sejam compostos por diferentes segmentos sociais, de classes, de opções partidárias, etc. Os choques entre estes diferentes interesses dificultam a tomada de determinadas decisões nas reuniões dos Conselhos, pois as dimensões e representações a respeito dos usos de espaços e recursos públicos podem ser conflitantes. Por exemplo, um Conselho que abranja uma área de “asfalto” e de “favela”, simultaneamente, pode trazer propostas incompatíveis entre si, dificultando a adesão a propostas consensuais; enquanto um propõe mais polícia, o outro pode almejar melhor iluminação pública. Nesse sentido, é necessária a formulação de mecanismos para o aperfeiçoamento dos Conselhos como reuniões temáticas e rotatividade dos locais das reuniões. Segundo um morador de uma “*favela*” em Santa Teresa: “Conselho comunitário que acontece em Santa Teresa não é aberto para a comunidade participar, porque quem pede o conselho é o asfalto, não é a comunidade. O asfalto pede uma realidade e a comunidade quer outra”.

Segundo os relatos, os comandantes e os delegados possuem papel central nos Conselhos. No entanto, houve uma avaliação negativa em relação à participação dos delegados, em virtude da baixa frequência de respostas dadas às questões que lhes são dirigidas. Por outro lado, existem visões positivas, como de uma moradora de Inhaúma, que classifica o delegado da região como um “delegado social”. Já os comandantes, geralmente, são bem avaliados pelos moradores. “Eles abrem suas salas pra gente”, relata um morador.

## Representações sobre os membros dos Conselhos Comunitários de Segurança – “Os conselheiros”

Uma questão que se destacou no II Fórum foi a identidade dos membros dos Conselhos Comunitários de Segurança, bem como, sua relação com a comunidade que representa. Enquanto um grupo teme ser identificado como informante da polícia, em virtude das reuniões ocorrerem muitas vezes nos quartéis da PM, ou outro grupo exige uma identidade de “polícia”, como um integrante privilegiado dessa instituição.

Partimos da premissa que essas atitudes estão relacionadas com a representação social da instituição polícia no Rio de Janeiro. Se para alguns o fato de ser visto como “amigo” da polícia pode trazer alguns privilégios, poder e respeito perante a sua comunidade, outros consideram que essa vinculação pode ser perigosa frente a outro grupo “forte” nas suas comunidades – pessoas ligadas ao tráfico de drogas.

Há um freqüente discurso sobre o risco e o papel das lideranças comunitárias. Segundo um participante: “o comunitário não deve ser dentro de sua casa, o comunitário deve enfrentar o público, não deve ter medo de nada!”. O comunitário, na visão desse mesmo participante, seria alguém que representa a comunidade, não devendo ser identificado como polícia. Para ele não há necessidade de uma “carteirinha”, vinculando a sua imagem à da polícia, pois, suas ações e práticas voltadas para o bem comum já o identificam como um representante comunitário na região em que atua.

### Conclusões

Estabelecemos inicialmente uma relação entre ordem pública e cidadania, que se fortalece à medida em que os princípios democráticos se consolidam numa determinada sociedade. Com a instituição de novos direitos, estabelecidos através de um processo histórico, diversos países assistiram a mudanças significativas das organizações de seus Estados. No caso brasileiro, o processo de democratização reiniciado em 1985 tem proporcionado novas estruturas e formas de organização, aproximando-se formalmente das democracias modernas. Contudo, um conjunto de fatores nos leva a uma cultura cívica complexa, onde as instituições que garantem o próprio Estado têm baixa



credibilidade, além de conviver com práticas e valores antagônicos.

Uma das formas modernas de lidar com a governabilidade desloca a ênfase da capacidade de governar para a relação entre o governo e os diversos atores sociais. Esse novo modelo, que tem as suas limitações, possibilita a construção de canais de participação popular no processo de tomada de decisão governamental. Assim proliferam os Fóruns e Conselhos de vários tipos, em especial nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Portanto, a integração das forças policiais, das instituições públicas e membros da sociedade civil, corresponde a uma forma contemporânea de relacionamento entre o Estado e a sociedade, onde o papel desta é crucial para o aprimoramento das políticas públicas. A adequação das estruturas e instituições estatais que visem ao aumento da consciência cidadã e democrática são os desafios para as gestões modernas e para a sociedade brasileira. Os Conselhos Comunitários de Segurança representam a possibilidade de desenvolver uma relação entre Estado e cidadão, com um maior conhecimento de anseios e limitações mútuas e estabelecimento de parcerias concretas para a construção de uma ordem pública democrática.

Além dos benefícios à sociedade pela possibilidade de levar suas demandas aos representantes do poder público, as instituições policiais passam a construir uma nova imagem perante a sociedade. Isso reduz o sentimento de insegurança da população, bem como promove a colaboração popular ao trabalho policial, resultando num sentimento por parte do policial de dever cumprido, elevando sua auto-estima e garantido um melhor desempenho de sua atividade.

Mas existem diversos desafios que necessitam ser superados, como a percepção de risco na participação comunitária, característica evidenciada principalmente em regiões sob forte influência de traficantes de drogas. Outro desafio consiste na participação de outros atores, como os representantes do poder público municipal nas discussões e na apresentação de soluções para os problemas identificados.

Paulatinamente a população vai compreendendo que a resolução de questões ligadas à segurança pública necessita integrar diversas instituições do poder público, além de envolver a comunidade para resolver problemas de seu cotidiano. As demandas identificadas junto à sociedade podem possibilitar ao poder público, nas suas diversas esferas, um diagnóstico da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, avali-

ando as suas demandas e propondo ações que fortaleçam os valores democráticos e ampliem o alcance da cidadania.

## Nota

\* Este artigo é uma atualização do texto apresentado na 6ª RAM, em Montevideú.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira e BRASIL, Glaucíria Mota. Polícia e comunidade. In: BARREIRA, César (org.). *Questão de segurança: políticas governamentais e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará - Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004. 186 p.

AMORIM, Maria Stella. Cidadania e jurisdição de direitos nos Juizados Especiais Criminais. In: AMORIM, Maria Stella; KANT DE LIMA, Roberto; BURGOS, Marcelo Baumann (orgs.). *Juizados Especiais Criminais, sistema judicial e sociedade no Brasil: ensaios interdisciplinares*. Niterói: Intertexto, 2003, pp. 205-229.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 236 p.

DA SILVA, Jorge. *Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada*. Rio de Janeiro: Forense, 2003, 638 p.

LINDBLOM, Charles E. *O processo de decisão política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, s/d., p. 75-84.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MONDAINI, Marco. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 115-133.

MOTA, Fábio Reis. Dilemas de uma cidadania à brasileira – dimensão da consideração na promoção de humanos direitos. In: Secretaria de Estado de Direitos Humanos. *Direitos negados: questões para uma política de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Pesquisa da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Rio de Janeiro: Booklink, 2004, 160 p.

POLÍTICA pública para a segurança, justiça e cidadania – plano estadual. Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e SPINK, Peter. *Reforma do estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, 314 p.

RELATÓRIO final do I Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança. Instituto de Segurança Pública, 2005.

RELATÓRIO final do II Fórum dos Conselhos Comunitários de Segurança. Instituto de Segurança Pública, 2006.

RESOLUÇÃO SSP nº 263, de 26 de julho de 1999.

RESOLUÇÃO SSP nº 629, de 19 de maio de 2003.

RESOLUÇÃO SSP nº 781, de 08 de agosto de 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 19-25

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1987, pp. 65-75.

SILVA, Ari de Abreu. *A predação do social*. Niterói: EDUFF, 1997, 306 p.

SILVA, Carla Eichler de Almeida. *Participação comunitária em nível local: a experiência dos conselhos comunitários de segurança pública*, 2005, 104 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) UFF. Niterói.

## **Resumo**

O artigo pretende discutir o papel dos Conselhos Comunitários de Segurança no estado do Rio de Janeiro como canais de participação popular nas questões ligadas à segurança pública. Ele apresenta uma reflexão que aproxima os conceitos de ordem pública e cidadania nas democracias modernas, além de apresentar alguns aspectos tratados por representantes da sociedade civil nos dois Fóruns realizados nos anos de 2004 e 2005 pelo Instituto de Segurança Pública.

## **Palavras-chave**

Ordem pública; Cidadania; Segurança Pública; Governança democrática; Conselhos Comunitários de Segurança.

## **Abstract**

This article presents a debate on the relation between the concepts of public order and citizenship in modern democracies. It relates these concepts to the “Conselhos Comunitários de Segurança” at the State of Rio de Janeiro, which are the locus of popular participation on issues in security public policies. It also presents issues dealt by civilian society representatives at the two Forums that took place at the Instituto de Segurança Pública in 2004 and 2005.

## **Key-words**

Public order; Citizenship; Public Safety; Democratic Governance; Community Council.

A Revista *Comum* aceitará contribuições sem restrição de procedência, ressalvadas as prioridades estabelecidas pelo Conselho Editorial e recomenda a seus colaboradores que enviem seus artigos da seguinte forma:

1. Texto em disquete, digitado em programa Word para Windows, acompanhado de duas cópias impressas.
  2. Os textos devem ter o mínimo de 10 e o máximo de 25 laudas (cada lauda com cerca de 30 linhas e 70 toques por linha).
  3. Notas, referências bibliográficas e citações que obedecem as normas da ABNT.
  4. As referências bibliográficas, no final do texto, devem conter apenas as obras efetivamente mencionadas no artigo.
  5. Apresentar um resumo de, no máximo, 150 palavras na língua original do texto e um *abstract* ou *résumé*.
  6. Listar palavras-chave, *key-words* ou *mots-clés*.
  7. Incluir nota biográfica do autor que indique, se for o caso, onde ensina, estuda e/ou pesquisa, sua área de trabalho e principais publicações.
- No caso de publicação do trabalho, o Conselho Editorial se reserva o direito de selecionar as informações biográficas pertinentes.
8. Indicar, em nota à parte, caso o texto tenha sido publicado ou apresentado em forma de palestra ou comunicação.
  9. Evitar palavras, expressões ou frases grafadas com sublinhado ou negrito. Para destaques usar apenas o itálico.
  10. Enviar, com os originais, autorização assinada pelo autor ou seu procurador, para que aquele trabalho seja publicado na Revista *Comum*.

O Conselho Editorial se reserva o direito de recusar os trabalhos que não atendam as normas estabelecidas e comunicará ao autor se o trabalho foi aceito sem restrições, aceito com sugestão de alterações ou recusado. Os autores receberão cinco exemplares do número que contiver sua colaboração.